

Rafael Speck de Souza

**DIREITO ANIMAL À LUZ DO PENSAMENTO SISTÊMICO-
COMPLEXO: UM ENFOQUE INTEGRADOR DA CRISE
SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Letícia Albuquerque

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
por meio do Programa de Geração Automática da Biblioteca
Universitária da UFSC.

Souza, Rafael Speck de
DIREITO ANIMAL À LUZ DO PENSAMENTO SISTÊMICO-
COMPLEXO: UM ENFOQUE INTEGRADOR DA CRISE
SOCIOAMBIENTAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE
1988 / Rafael Speck de Souza ; orientadora, Letícia
Albuquerque - Florianópolis, SC, 2017, 211 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas.
Programa de Pós Graduação em Direito.

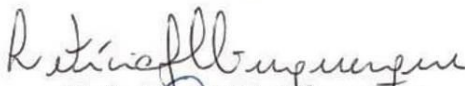
Inclui referências

1. Direito. 2. Direito Animal. 3. Crise
Socioambiental. 4. Complexidade. 5. Constituição
Federal de 1988. I. Albuquerque, Letícia. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Direito. III. Título

Direito animal à luz do pensamento sistêmico-complexo: um enfoque integrador da crise socioambiental a partir da Constituição Federal de 1988

RAFAEL SPECK DE SOUZA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes membros:



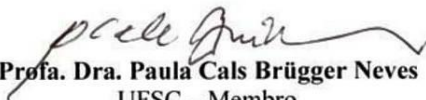
Profa. Dra. Leticia Albuquerque
UFSC – Orientadora



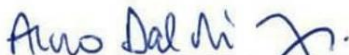
Profa. Dra. Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros
UNILASSALE – Membro



Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra
UFSC – Membro



Profa. Dra. Paula Cals Brügger Neves
UFSC – Membro



Prof. Arno Dal Ri Júnior, Ph.D.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2017.

Aos meus pais, pela possibilidade de
nascer e florescer meus potenciais.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa exige muito esforço e dedicação. Sem o apoio incondicional da família, amigos e colegas de trabalho, esta dissertação não teria sido possível.

Agradeço à Gisele, amor e inspiração, por sempre me impulsionar para frente, vibrando com entusiasmo quando resolvia compartilhar os *achados felizes* desta pesquisa.

Aos meus pais, Célia e Rodolfo e ao meu irmão Rodrigo, pelos afetos recebidos ao longo desta valiosa existência.

Ao meu avô Adalberto Speck (*in memoriam*), uma inspiração sempre presente em minha vida.

À minha orientadora professora Letícia Albuquerque, pelos ensinamentos compartilhados nas aulas e seminários, nas orientações, nos eventos científicos organizados e nas reuniões do grupo de pesquisa. Durante o estágio docente que realizei em sua disciplina de Direitos Animais, pude aprender muito. Levo este conhecimento comigo e espero compartilhá-lo também, como forma de retribuir os aportes recebidos. Agradeço à professora Letícia, por sua generosidade ímpar e por confiar em minha capacidade e em meu trabalho.

Ao professor Paulo Henrique Freire Vieira, um agradecimento especial, pela oportunidade de assistir suas aulas de Ecoformação Transdisciplinar e poder aprender com o seu exemplo pessoal. Suas ideias, assim como sementes, acharam terreno fértil e germinaram durante minha pesquisa. Suas inspirações contraculturais e disruptivas auxiliaram-me a pensar de modo sistêmico-complexo a questão animal.

Aos professores membros da banca de defesa da dissertação, Delamar José Volpato Dutra, Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Paula Brügger, pelas preciosas contribuições.

Aos professores suplentes Cláudio Ladeira de Oliveira e Everton das Neves Gonçalves.

Aos professores e parceiros na causa animal, Bianca Pazzini, Maria Alice da Silva, Sônia T. Felipe e Tagore Trajano de Almeida Silva.

Aos professores do Mestrado em Direito, pelas lições hauridas, em especial aos professores Antônio Carlos Wolkmer, José Rubens Morato Leite, Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira e Vera Regina Pereira de Andrade.

À Universidade Federal de Santa Catarina, ao Programa de Pós-Graduação em Direito e a todos os funcionários, pelo auxílio. Sempre alimentei o sonho de, nesta casa, estudar.

Ao juiz federal Lucas Pielzarcka Guedes Pinto, pelo inestimável apoio e primoroso exemplo de magistrado e de generosidade; e a todos os meus colegas da 2ª Vara Federal de Tubarão, pela amizade e incentivo.

Aos amigos Rodrigo Reis Rodrigues, Felipe Adam Kurshat, Douglas Konig de Oliveira, Elder Fernandes Luciano, e aos primos Fernando Speck de Souza e João Geraldo Speck Jr., pelas ideias e *insights* compartilhados.

Ao professor Waldo Vieira (*in memorian*), com quem pude conversar sobre o tema pela primeira vez e que, de maneira acolhedora, incentivou-me a prosseguir na pesquisa.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa do Observatório de Justiça Ecológica (OJE/UFSC), em especial, às coordenadoras professoras Letícia Albuquerque e Paula Brügger e aos colegas Camila Mabel Kuhn, Gabriela Franziska Schoch Santos Carvalho, Gabrielle Tabares Fagundez, Isabele Bruna Barbieri, Leatrice Faraco Daros, Paula Galbiatti Silveira e Roger Fabre.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC), em especial, ao coordenador Professor Paulo Henrique Freire Vieira e às colegas Fabiana Jacomel, Jaqueline Maria Prudêncio, Iara Vasco Ferreira, Mariana Medeiros Thibes e Maiara Leonel Pereira.

Ao Floquinho, pela alegria canina e fiel companheirismo durante a escrita deste trabalho. Nossa casa nunca mais foi a mesma desde que ele chegou!

Fui para a mata porque queria viver deliberadamente, enfrentar apenas os fatos essenciais da vida e ver se não poderia aprender o que ela tinha a ensinar, em vez de, vindo a morrer, descobrir que não tinha vivido. Não queria viver o que não era vida, tão caro é viver; e tampouco queria praticar a resignação, a menos que fosse absolutamente necessário. Queria viver profundamente e sugar a vida até a medula, viver com tanto vigor e de forma tão espartana que eliminasse tudo o que não fosse vida [...].

(THOREAU, 2016 [1854], p. 123).

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre a interação do Direito Animal e do Pensamento Sistêmico-Complexo a partir da previsão constitucional que protege a fauna e proíbe quaisquer práticas que submetam os animais à crueldade. Desta interação (ou seja, deste vínculo de ações recíprocas), parte-se em busca de elementos que permitam um enfoque integrador da atual crise socioambiental – crise esta que tem como uma de suas expressões a violência inaudita cometida contra os animais não humanos, mas também aos ecossistemas planetários e aos próprios seres humanos em condições de vulnerabilidade. A dissertação inicia tendo como fio condutor o contexto da crise socioambiental. Inicialmente, busca-se abordar a etiologia da crise e seus condicionantes estruturais. Mostra-se como se deu a *ecologização* do Direito, a partir do estudo do enfoque clássico da Ecologia e sua evolução até chegar às Ciências Sociais do Ambiente e a denominada Ecologia Sistêmica. Na última seção do primeiro capítulo, adentra-se no Pensamento Sistêmico e seu desenrolar até chegar ao Pensamento Complexo. No intuito de fornecer ferramentas epistemológicas para um novo pensar, adentra-se nos princípios orientadores do pensamento complexo trazidos por Edgar Morin, e nos métodos de integração (inter e transdisciplinar) do conhecimento científico. No segundo capítulo, analisa-se o *status* complexo dos animais não humanos, nos sistemas moral e jurídico. De início, faz-se uma análise panorâmica do itinerário histórico-filosófico do conceito de dignidade, para então ingressar-se no *estatuto moral dos animais*, especificamente, nas teorias dos autores contemporâneos mais influentes no âmbito da Ética Animal: os filósofos Peter Singer e Tom Regan. A seguir, aborda-se o *estatuto jurídico dos animais*, notadamente a partir das teorias de dois juristas que também são referência: Steven Wise e Gary Francione. No terceiro e último capítulo, aborda-se as interações sistêmico-complexas do Direito Animal e como este ramo do Direito passou a se consolidar, tendo como fonte material as normas de proteção animal trazidas na CF/1988. Desenvolvem-se articulações para uma proteção integrada dos animais, como a necessidade de integração dos estatutos jurídicos, da visão não dual em prol dos animais, da linguagem do Direito e da Educação como vias de proteção dos animais e do repensar a noção de desenvolvimento sustentável. O método de abordagem utilizado foi o indutivo e o método de procedimento adotado o monográfico. As técnicas de pesquisa foram a bibliográfica e a documental.

Palavras-chave: Direito Animal; Direitos Animais; Teoria Geral dos Sistemas; Complexidade; Crise socioambiental; Constituição Federal de 1988.

ABSTRACT

The object of this research is the interaction of Animal Law and Systemic-Complex Thinking, from the vantage point of the constitutional provision that protects wildlife and prohibits any practices that subject animals to cruelty (art. 225, §1º, of the Federal Constitution of 1988). From this interaction (that is, from this bond of reciprocal actions) we look for elements which permit an integrative approach to the present environmental crisis – a crisis that has as one of its expressions unprecedented violence inflicted on nonhuman animals, but also on planetary ecosystems and human beings, themselves in vulnerable conditions. The dissertation begins taking as a guide the context of the socio- environmental crisis. In the first chapter, we seek to address the etiology of the crisis and its structural conditions. Next, aiming to show how the greening of Law developed, we explore the study of the classical approach of ecology and its evolution up to the Social Environmental Sciences and Systemic Ecology. The last section of this chapter is dedicated to examining Systemic Thinking and its development up to Complex Thought. In order to provide epistemological tools for new ways of thinking, we examine the guiding principles of complex thought developed by Edgar Morin, and the methods of (inter- and transdisciplinary) integration of scientific knowledge. In the second chapter the complex status of nonhuman animals in the moral and legal systems is analyzed. Firstly, we present an overview of the historical-philosophical itinerary of the concept of dignity, in order to then address the moral status of animals, specifically in the theories of the most influential contemporary authors in the field of Animal Ethics: the philosophers Peter Singer and Tom Regan. Secondly, we approach the legal status of animals, particularly from the point of view of the lawyers who are also references in the area: Steven Wise and Gary Francione. In the third and final chapter, we address the systemic interactions of Animal Law and how this branch of law began to consolidate, having as a material source the animal protection norms of the Federal Constitution of 1988. We develop coordination for an integrated protection of animals, such as the need of integration of legal status, a non-dual vision for animals, the language of Law and Education as ways of protecting animals and the rethinking of the notion of sustainable development. The method used was the inductive and the procedure method adopted was the monographic. The research technique will include bibliographical and documentary.

Keywords: Animal Law; Animal Rights; General Systems Theory; Complexity; socio-environmental crisis; Federal Constitution of 1988.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.E.C – Antes da Era Comum

ICS – *International Commission on Stratigraphy*

IUGS – *International Union of Geological Sciences*

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNEP – *United Nations Environment Programme*

WWF – *World Wide For Nature* (anteriormente, *World Wildlife Fund*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 A CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA E O PENSAMENTO SISTÊMICO-COMPLEXO.....	
1.1 Etiologia da crise socioambiental.....	23
1.2 Condicionantes estruturais de uma crise planetária historicamente inédita.....	27
1.2.1 Os limites biosféricos do crescimento material, o crescimento demográfico exponencial e a crise de estilos de desenvolvimento.....	28
1.2.2 A tecnociência e o paradigma dualista cartesiano.....	33
1.2.3 Era geológica do Antropoceno, Sexta Extinção em Massa e a exploração sistemática dos animais.....	38
1.3 Da Ecologia às Ciências Sociais do Ambiente.....	43
1.3.1 Ecologia Humana e seus enfoques clássicos.....	45
1.3.2 Ecologia Humana Sistêmica.....	49
1.3.3 Ecologia Interior.....	50
1.4 Do pensar sistêmico ao pensar complexo.....	55
1.4.1 Pensamento complexo.....	59
1.4.2 Princípios orientadores do pensamento complexo.....	63
1.4.3 Integração inter e transdisciplinar do conhecimento científico.....	70
2 O STATUS COMPLEXO DOS ANIMAIS NOS SISTEMAS MORAL E JURÍDICO.....	
2.1 Constructo histórico-filosófico da dignidade.....	79
2.2 Estatuto moral dos animais (ou os seres moralmente consideráveis)..	94
2.2.1 Peter Singer: o <i>princípio da igual consideração de interesses semelhantes</i> para erradicar o <i>especismo</i>	97
2.2.2 Tom Regan: o reconhecimento do <i>valor inerente</i> aos animais e o <i>respeito aos sujeitos-de-uma-vida</i>	101
2.3 Estatuto jurídico dos animais (coisa, sujeito ou nada disso).....	108
2.3.1 Steven Wise: a <i>virada kantiana</i> , a <i>autonomia prática</i> dos animais e a estratégia <i>one step at a time</i>	112
2.3.2 Gary Francione: abolir o <i>status</i> de propriedade dos animais para superar a <i>esquizofrenia moral</i> humana.....	120
3 INTERAÇÕES SISTÊMICO-COMPLEXAS DE UM NOVO CAMPO INTEGRADO DE CONHECIMENTO: O DIREITO ANIMAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	
3.1 Interação entre especismo e violência estrutural.....	131

3.2 Interação entre a proteção animal e a Constituição de 1988: o surgimento do <i>Direito Animal</i> como um novo ramo do Direito.....	139
3.2.1 Articulação biocêntrica: a interação do ativismo pró-animal permitindo a inserção de uma regra constitucional anticrueldade (artigo 225, § 1º, VII, da CF/88).....	142
3.2.2 Articulação antropocêntrica: o discurso ecológico oficial do desenvolvimento sustentável e sua interação com a questão animal (artigo 225, <i>caput</i> , da CF/88).....	150
3.3 Estratégias de integração da proteção animal.....	155
3.3.1 Da necessidade de integração dos estatutos jurídicos.....	156
3.3.2 Da visão <i>não dual</i> em prol da natureza e dos animais.....	162
3.3.3 Da <i>linguagem dos direitos</i> como via de proteção animal.....	167
3.3.4 Da educação como <i>conditio sine qua non</i> para a superação da crise.....	171
CONCLUSÃO	179
REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação busca analisar de que maneira ocorre a interação da disciplina do Direito Animal e do Pensamento Sistemico-Complexo, tendo-se como ponto de partida a proteção constitucional que proíbe quaisquer práticas que submetam os animais à crueldade (artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988), e a existência de uma crise socioambiental historicamente inédita, em que uma de suas expressões consiste na violência inaudita cometida aos animais não humanos.

O problema de pesquisa consiste em avaliar “de que maneira a disciplina do Direito Animal interage com o Pensamento Sistemico-Complexo, permitindo um novo olhar sobre a crise socioambiental, considerando que, desde a Constituição Federal de 1988, há uma regra expressa de proteção à fauna e de vedação de práticas que submetam os animais à crueldade”.

A hipótese a ser testada é a de que o Pensamento Sistemico-Complexo, ao objetivar a integração máxima do conhecimento possível e imaginado (integração em níveis inter e transdisciplinares) e ao utilizar uma ferramenta conceitual que complementaria a lógica clássica dualista (a partir da lógica do *terceiro incluído*), conseguiria fomentar estratégias consistentes ao enfrentamento da crise socioambiental – uma crise em que estão inseridos os animais não humanos (sofrendo as consequências da exploração e violência humanas), mas também estão inseridos os ecossistemas planetários e os seres humanos em condições de vulnerabilidade. Além disso, o Pensamento Sistemico-Complexo traduziria pragmaticamente um novo enfoque calcado na busca de estratégias de transição rumo ao cenário de um novo paradigma civilizatório fundado na ideia de não violência e de respeito por toda e qualquer forma de vida.

A importância desta pesquisa reside no fato de que se faz necessária maior integração e efetividade das normas de Direito Animal. Além disso, esta pesquisa reforça a necessidade de se transpor controvérsias terminológicas que poderiam atribuir vagueza ao termo Direito Animal (por exemplo, a adoção concomitante de diversas expressões como: *direitos animais, direito dos animais, direitos dos animais, direitos dos não humanos* etc.). Por sua vez, o Pensamento Sistemico-Complexo, antítese do paradigma dualista cartesiano, justifica-se por não ser viável (e nem coerente) tentar resolver os problemas atuais com o tipo de pensamento reducionista de quando se criaram tais problemas.

Nesse contexto, tem-se como objetivo geral da presente dissertação verificar como o Direito Animal interage com o Pensamento Sistêmico-Complexo, permitindo um enfoque integrador da crise socioambiental, considerando-se a previsão constitucional que veda quaisquer práticas de crueldade contra animais.

Os objetivos específicos do presente trabalho envolvem: a) explicar o referencial teórico relativo à Ética e ao Direito Animal, bem como o conceito operacional e os princípios que orientam o Pensamento Sistêmico-Complexo; b) discutir a possibilidade de interação entre Direito Animal e o Pensamento Sistêmico-Complexo com vistas à integração/efetividade da proteção animal, no contexto da crise socioambiental; c) demonstrar, após a testagem da hipótese de trabalho, se esta se comprovou ou não e, caso positivo, se tal comprovação foi total ou parcial.

Para auxiliar na fluidez do texto, a palavra *animal* será utilizada, por vezes, para se referir a *animais não humanos*. A preferência pela não utilização do termo animais não humanos também se deu em face da busca pela redução de dicotomias de uma linguagem marcada por um pensamento descontínuo e fragmentado: tentar designar o animal pelo que ele não é.

A opção pelo Direito Animal, em detrimento de outras terminologias usuais como: Direito dos Animais, Direitos dos Animais, entre outras, visa a ressaltar o ramo jurídico que trata do estudo das leis, doutrina, jurisprudências atinentes à proteção animal. Isso permite que se diferencie Direito Animal do movimento dos Direitos Animais que, não raras vezes, pode apresentar ideologias e tratamentos plurais por áreas distintas do Direito (em vista do caráter transdisciplinar do tema).

Por outro lado, a opção pela utilização do termo Pensamento Sistêmico-Complexo, em detrimento de outras terminologias como: Pensamento Sistêmico ou Teoria Geral dos Sistemas, Pensamento Complexo ou Complexidade, trata-se de uma escolha de estilística e em face de a terminologia Pensamento Sistêmico-Complexo ser uma linguagem que, atualmente, dialoga mais facilmente com a Ciência. Ressalte-se que, a rigor, todo pensamento sistêmico nasce a partir da categoria de complexidade. Ao longo do trabalho, busca-se clarear didaticamente tal terminologia.

A partir dos objetivos específicos formulados, elaborou-se o plano de investigação que culminou na redação de três capítulos.

No primeiro capítulo, busca-se compreender a problemática socioecológica, a etiologia da crise e seus condicionantes estruturais. Na sequência, com o objetivo de mostrar a *ecologização* do Direito,

adentra-se no estudo do enfoque clássico da Ecologia e sua evolução até chegar às Ciências Sociais do Ambiente. Na última seção do capítulo, adentra-se no tema da Ecologia Sistêmica, do Pensamento Sistêmico e seu desenrolar até chegar no Pensamento Complexo e nos métodos de integração inter e transdisciplinar do conhecimento científico. Para a variável Direito Animal, utilizou-se como referencial teórico a proposição trazida por Tagore Trajano de Almeida Silva, na obra *Direito Animal & Ensino Jurídico*. Em relação à variável Pensamento Sistêmico-Complexo, concentrou-se na Teoria da Complexidade sistematizada por Edgar Morin, presente no livro *O Método 1: A natureza da natureza*, entre outras obras. Por fim, pontue-se que o termo crise socioambiental foi utilizado no sentido proposto pelo relatório *Limites do crescimento* (ou *Relatório Meadows*), ou seja, no sentido de problemas de impacto global e de efeitos a longo prazo.

No segundo capítulo, analisa-se o *status* complexo dos animais não humanos, nos sistemas moral e jurídico. De início, faz-se uma análise panorâmica do itinerário histórico-filosófico do conceito de dignidade, para então adentrar-se no estatuto moral dos animais, especificamente nas teorias dos autores contemporâneos mais influentes no âmbito da Ética Animal: Peter Singer e Tom Regan. Em seguida, aborda-se o tema do estatuto jurídico dos animais, notadamente a partir das teorias de dois juristas que também são referência: Steven Wise e Gary Francione.

No terceiro e último capítulo, adentra-se nas interações sistêmico-complexas do Direito Animal e do Pensamento Complexo. A primeira delas trata da relação circular entre o especismo e a violência estrutural como expressões da crise socioambiental. Em seguida adentra-se na análise das interações/articulações ocorridas quando da constitucionalização da proteção ambiental: uma de ordem antropocêntrica (expressa no *caput* do artigo 225) e outra de ordem biocêntrica (expressa no artigo 225, § 1º, VII). Na terceira seção do capítulo, discorre-se sobre estratégias de integração da proteção animal a partir da necessidade de integração dos estatutos jurídicos, da visão não dual em prol da natureza e dos animais, da linguagem dos direitos como uma das vias de proteção animal e a via da educação como *conditio sine qua non* para a superação da crise.

O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o indutivo. Já o método de procedimento adotado foi o monográfico, com ampla consulta em doutrina, artigos científicos nacionais e estrangeiros. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e documental.

1 A CRISE SOCIOAMBIENTAL CONTEMPORÂNEA E O PENSAMENTO SISTÊMICO-COMPLEXO

1.1 Etiologia da crise socioambiental

A problemática envolvendo o meio ambiente emergiu simultaneamente como problema social e como problema científico no final dos anos 1960, ganhando projeção internacional na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Conforme esclarece Vieira (2009, p. 27), desde o final dos anos 1960, a eclosão de uma problemática planetária relacionada ao reconhecimento de limites ecológicos do crescimento material tem mobilizado a atenção crescente das comunidades científicas e da opinião pública. Nesse contexto emergiu o conceito sistêmico de ecodesenvolvimento e uma crítica radical da ideologia economicista subjacente à civilização industrial-tecnológica.

Paralelamente à eclosão dessa problemática socioambiental, exatamente no final da década de 1960 e início de 1970, um grupo de filósofos da Universidade de Oxford, na Inglaterra, retomava um intenso debate acerca do *status* moral dos animais não humanos. Tocados pelo ensaio da romancista inglesa Brigid Brophy intitulado *The Rights of Animals*, publicado em 1965, tais pesquisadores do Grupo de Oxford¹, como ficaram conhecidos, davam passos decisivos para instituir, no meio acadêmico e na luta política, formas mais contundentes para o debate e a crítica aos costumes que submetiam os animais aos interesses exclusivos dos seres humanos (FELIPE, 2003, p. 78). Na mesma época, a autora inglesa Ruth Harrison publicava a obra *Animal Machines*²,

¹ Esse grupo, de acordo com Richard D. Ryder, constituiu-se dos seguintes autores e obras: Stanley Godlovitch, Rosalind Godlovitch e John Harris, *Animals, Men and Morals* (Oxford, 1971); no mesmo ano Rosalind Godlovitch publica ainda *Animals and Morals*; Peter Singer publica *Animal Liberation* em edição norte-americana pela primeira vez em 1973, editado dois anos mais tarde em Oxford; Richard D. Ryder, *Victims of Science* (Oxford, 1975); Andrew Linzey (teólogo e filósofo), *Animal Theology* (Oxford, 1976); em 1979 Singer publica *Practical Ethics* (editado no Brasil em 1994). Desse grupo ainda fazem parte Stephen Clark, que publicou, em 1977, *The Moral Status of Animal* (FELIPE, 2003, p. 78).

² O livro *Animal Machines* de Ruth Harrison (1920–2000), publicado em 1964, marcaria profundamente o pensamento do filósofo australiano Peter Singer

denunciando em 1964, de modo pioneiro, os métodos de criação intensiva e as condições dos animais criados para o abate na Grã-Bretanha (SINGER, 2010 [1975], p. 143).

Diante desses dois contextos críticos (limites da biosfera e exploração animal), capturados por uma racionalidade tecnocientífica, pretende-se investigar a problemática socioambiental (hoje, intensificada pela entrada no Antropoceno), focalizando uma expressão desta *polícrise*³: a violência inaudita cometida contra os animais.

Pretende-se, a seguir, apresentar um diagnóstico cursivo da problemática socioambiental, bem como mostrar como se deu a evolução do enfoque clássico da Ecologia para a noção de Ecologia sistêmica – uma das tentativas de compreender a crise planetária do meio ambiente.

A bióloga e ecologista norte-americana Rachel Carson, precursora da conscientização ambiental moderna e da Ecologia Humana Sistêmica, na obra intitulada Primavera Silenciosa (título original norte-americano: *Silent Spring*), publicada em 1962, denunciou os impactos do uso indiscriminado de inseticidas sistêmicos sobre a saúde humana e o meio ambiente. No livro, considerado um clássico do movimento ambientalista no mundo, Carson apresentou a tese de que os seres humanos submetiam-se ao lento envenenamento pelo mau uso de pesticidas químicos que poluíam o meio ambiente.

Carson colocou em questão o poderio da indústria química multimilionária, uma das principais beneficiárias da tecnologia do pós-guerra e alertou sobre os danos ambientais causados pelo uso disseminado de um novo produto químico sintético DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e outros pesticidas agrícolas de longa ação residual, que alteravam dramaticamente o equilíbrio de poder entre os seres humanos e a natureza.

Naquela ocasião, a população atribuía uma sabedoria quase divina aos profissionais da área química, com seus aventais brancos engomados, trabalhando em remotos laboratórios (esta era a idealização veiculada em propagandas publicitárias da época). Os resultados de seus trabalhos eram ornamentados com a presunção de beneficência. Nos

(1946–), integrante do Grupo de Oxford, levando-o a escrever a obra *Libertação Animal*, em 1973, obra esta considerada o marco inicial do movimento pelos direitos dos animais na Europa e nos Estados Unidos na década de 1980 (FELIPE, 2003, p. 79).

³ Neologismo apresentado por Edgar Morin, na obra Terra-Pátria (MORIN, 2011, p. 94).

Estados Unidos do pós-guerra, poder-se-ia dizer que a ciência era Deus, e a ciência era masculina (CARSON, 2010 [1962], p. 12).

Na obra *Poluentes orgânicos persistentes: uma análise da convenção de Estocolmo*, Albuquerque (2006, p. 20-21) ressalta que a lógica da proliferação indiscriminada de substâncias químicas sobre o planeta deu-se em virtude da crença absoluta no progresso da humanidade, tão bem apresentada pelas indústrias químicas e aceita cordialmente pelo poder público – o qual deveria ser o primeiro a zelar pela segurança da saúde humana e do meio ambiente.

Carson temia que a tecnologia estivesse avançando em uma trajetória mais rápida do que o senso de responsabilidade moral da humanidade, e frisava que aquilo que a ciência concebera e a tecnologia tornou possível deveria ser primeiro avaliado quanto à segurança e ao benefício de toda a corrente da vida (CARSON, 2010 [1962], p. 15).

Em uma investigação exaustiva, Carson demonstrou que saúde pública e meio ambiente eram inseparáveis (CARSON, 2010 [1962], p. 18), e que os pesticidas configuravam uma *doença ambiental* a contaminar o solo, a água e os alimentos, tendo o poder de tornar os rios sem peixes e os bosques silenciosos e sem pássaros. Ressaltou que o ser humano, por mais que fingisse o contrário, era parte da natureza (CARSON, 2010 [1962], p. 163). Em outras palavras, Carson afirmou que *o ser humano, como todas as outras criaturas vivas, integra os vastos ecossistemas da Terra e toda a corrente da vida* (CARSON, 2010 [1962], p. 19).

Ao citar os animais não humanos e da violência que a eles se cometia, pontuou Carson:

À medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo proclamado de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições, dirigidas não só contra a Terra em que ele habita como também contra os seres vivos que a compartilham com ele. A história de séculos recentes tem suas páginas negras – a matança de búfalo nas planícies do Oeste, o massacre das aves marinhas efetuado pelos caçadores mercenários, o quase extermínio das garças por causa de sua plumagem. Agora, a essas devastações e outras semelhantes, estamos acrescentando um novo capítulo e um novo tipo de devastação – a matança direta de pássaros, mamíferos, peixes e, na verdade, praticamente todas as formas de vida

selvagem por inseticidas químicos pulverizados indiscriminadamente sobre a terra (CARSON, 2010 [1962], p. 83).

Nesta trilha rumo à conscientização ambiental moderna, outro precursor foi o educador e pesquisador canadense Pierre Dansereau, mundialmente reconhecido por suas contribuições pioneiras nos domínios da Biogeografia, da Ecologia Humana, da Ética Ambiental e do Ecodesenvolvimento. Em 1957, Dansereau já alertava sobre o fenômeno das mudanças climáticas e da escalada do impacto humano sobre o planeta (VIEIRA; RIBEIRO, 1999, p. 128).

Em artigo intitulado *A Ecologia e a escalada do impacto humano*, publicado em 1966, Dansereau constatou que o impacto humano (em nível industrial) era tão abrangente que se tornou um fenômeno de magnitude geológica, expresso na categoria de *noosfera* – neologismo por ele buscado, introduzido no campo científico pelo mineralogista russo Vladimir Vernadsky (1863–1945) e depois retomado pelo paleontólogo francês Pierre Teilhard de Chardin (1881–1955) para designar o domínio relacionado às diferentes modalidades do uso da energia pelo ser humano (VIEIRA; RIBEIRO, 1999, p. 135). Curioso observar que Dansereau já pressentia a entrada da humanidade no *Antropoceno* – o novo período na história natural no qual a espécie humana passou a desempenhar um papel preponderante (VIEIRA; RIBEIRO, 2015, p. 2).

Didaticamente, Morin e Kern (2011 [1993], p. 68) explicam que o aspecto planetário [transnacional e transfronteiriço] da crise ecológica surgiu com o anúncio da morte dos oceanos por Ehrlich em 1969 e com o Relatório Meadows encomendado pelo Clube de Roma em 1972.

Nesse sentido, o pesquisador de estudos populacionais Paul Ehrlich, autor da obra clássica *The Population Bomb*, publicada em 1968, ressaltou que a humanidade tornou-se uma força global a ameaçar a habitabilidade da Terra e sua capacidade de sustentar a civilização (EHRlich, 1993, p. 29).

Em 1972, um relatório elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), uma das mais renomadas universidades do mundo, localizada em Cambridge, nos Estados Unidos, trouxe a atenção mundial para a crise do meio ambiente e para a realidade dos limites do crescimento material. Tal documento intitulado *Os Limites do Crescimento* (também conhecido como Relatório Meadows) teve como coordenadora científica Donella H. Meadows e fora solicitação do Clube de Roma – organização informal criada em 1968, na *Accademia*

Nazionale dei Lincei, em Roma, formada por 30 pessoas de dez países (entre eles, cientistas, educadores, economistas, industriais e funcionários públicos de nível nacional e internacional), liderada pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, com a ambiciosa missão de atuar como catalisadora de mudanças globais, mediante análise e identificação de problemas cruciais da humanidade e a posterior divulgação dos resultados aos órgãos competentes e ao público em geral.

A repercussão internacional do Relatório Meadows inspirou a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano e Desenvolvimento realizada em Estocolmo, capital da Suécia, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, com a participação de representantes de 113 países, em que foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA⁴), com a assinatura de dois documentos importantes: a Declaração sobre o Ambiente Humano (em que se proclamou 26 princípios de comportamento e responsabilidade socioambiental) e o Plano de Ação (um chamado para a cooperação das nações, em prol de soluções para as atuais questões ambientais).

1.2 Condicionantes estruturais de uma crise planetária historicamente inédita

A problemática socioambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surge nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes (LEFF, 2006, p. 59).

Como salientado, estudos pioneiros originados no final da década de 1960 e no começo de 1970 buscaram comprovar a validade dos condicionantes desta crise planetária historicamente inédita. Entre os indicadores, pode-se destacar: a) os limites biosféricos do crescimento material, apontado no Relatório Meadows de 1972, e ratificado 30 anos depois; b) o crescimento demográfico exponencial, sinalizando que a população do planeta poderá alcançar quase 10 bilhões

⁴ Recentemente, a ONU anunciou que substituirá a tradicional sigla PNUMA (em inglês, UNEP - *United Nations Environment Programme*) pela sigla ONU Meio Ambiente (em inglês: *UN Environment*), objetivando, segundo seu Diretor Executivo Erik Solheim, uma comunicação mais clara entre referida organização e a sociedade.

de habitantes até 2050; c) a crise de *estilos de desenvolvimento*, em que tem predominado o antropocentrismo radical de desenvolvimento, marcado pelo reducionismo economicista; d) a tecnociência ou a *ciência sem consciência*, pautada por uma racionalidade essencialmente instrumental (MORIN, 2005, p. 10); e) a hegemonia do paradigma dualista cartesiano que determinou a perda do vínculo com a natureza, ao mesmo tempo em que suscitou a ilimitabilidade do ser humano (OST, 1995, p. 12); f) as mudanças ecossistêmicas decorrentes da entrada na era geológica do Antropoceno e a Sexta Extinção em Massa; g) a exploração sistemática de animais para o consumo humano.

A seguir, pretende-se discorrer acerca dos indicadores supracitados, buscando conjugá-los, quando possível, no intuito de evidenciar suas imbricações e reflexos na vida dos animais e do planeta.

1.2.1 Os limites biosféricos do crescimento material, o crescimento demográfico exponencial e a crise de estilos de desenvolvimento

A noção de que os sistemas ecológicos planetários e seus recursos naturais podiam ser finitos é algo relativamente recente no ideário coletivo humano. Começou a vir a público e a se tornar um debate político no final dos anos 1960, a partir de uma série de manifestações que denunciavam os riscos que a humanidade e o planeta passaram a sofrer em razão de um modelo de desenvolvimento que não os considerava devidamente. Ao revés, tal modelo acreditava que não existiriam limites para a intervenção humana na natureza (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 67).

Nesse sentido, o relatório Os Limites do Crescimento, de 1972, elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) alertou para o esgotamento dos recursos naturais, acaso mantidas as tendências de crescimento material verificadas à época. Valendo-se da linguagem de simulação de computador (denominado *World3*), o MIT aferiu as consequências da interação entre os sistemas ecológicos (ecossistemas) e os sistemas humanos, investigando as cinco maiores tendências de preocupação mundial: a aceleração da industrialização, o rápido crescimento populacional, a desnutrição disseminada, o esgotamento de recursos não renováveis e o ambiente em deterioração.

O citado relatório de 1972 estimava em 30 anos o tempo necessário para se duplicar a população mundial, bem como previa

dificuldades para se satisfazerem, em um período tão curto de tempo, as necessidades e as expectativas de tantas pessoas a mais no planeta (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS, 1978 [1972], p. 188). Advertia o relatório:

Provavelmente tentaremos satisfazer estas exigências através da exploração excessiva do nosso ambiente natural, com isto reduzindo a capacidade do globo para manter a vida. Por isso, dos dois lados da equação homem-meio ambiente, a situação tenderá a piorar perigosamente. Não podemos esperar que as soluções tecnológicas por si sós nos tirem deste círculo vicioso. A estratégia para lidar com os dois problemas-chave, desenvolvimento e meio ambiente, deve ser concebida como sendo apenas uma (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS, 1978 [1972], p. 188).

Em versão atualizada do relatório, intitulado *Limites do Crescimento: a atualização de 30 anos*, o MIT aferira que:

[...]. Todos eles [os dados] ilustram e são consistentes com nossa conclusão básica – de que as restrições ao crescimento físico são um aspecto importante da arena política global no século XXI. Para aqueles que respeitam números, podemos informar que os cenários extremamente agregados do *World3* ainda parecem, após 30 anos, surpreendentemente precisos. [...] (MEADOWS; RANDERS; MEADOWS, 2007, p. 17-18).

A ideia de que se teria de colocar limites ao crescimento também fora reforçada nos anos 1980, quando o sociólogo alemão Ulrich Beck apresentou a tese de que a sociedade moderna pós-industrial vive sob a égide do *paradigma da sociedade de risco*.

A organização ambientalista suíça Rede WWF, fundada em 1961, composta de escritórios em diversos países, apresentou o Relatório Planeta Vivo 2014 apontando que *atualmente precisa-se de 1,5 planetas Terra para responder à pressão que se coloca sobre a natureza* (WWF, 2014, p. 2). Projetando-se que a população mundial alcançará 9,6 bilhões de habitantes em 2050 e 11 bilhões até 2100, o relatório indica que será cada vez mais difícil manter a biocapacidade

global face à degradação dos solos, à escassez de água doce e ao aumento dos custos de energia (WWF, 2014, p. 9).

Um segundo indicador da crise refere-se ao rápido e contínuo crescimento demográfico. De acordo com o relatório intitulado *World Population Prospects: The 2015 Revision* (Perspectivas da População Mundial: a Revisão de 2015) divulgado pela Organização das Nações Unidas, a população mundial de 7,3 bilhões de pessoas alcançará a marca de 8,5 bilhões até 2030, e de 9,7 bilhões em 2050. Com esse ritmo, o planeta deve chegar a 2100 com 11,2 bilhões de seres humanos, um crescimento de 53% em relação à situação atual (UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION, 2015, p. 1, tradução nossa).

Giddens recorda que levou 10 mil anos para que a população mundial chegasse a 1 bilhão de pessoas. E levou apenas um século (de 1800 a 1900) para que seu número dobrasse para 2 bilhões. No século XX, viu-se esse número triplicar para aproximadamente 6 bilhões. Portanto, não é de se surpreender que haja tantas pessoas preocupadas com o que o século XXI nos reserva. Mantendo-se o padrão atual, a população mundial talvez chegue a níveis intoleráveis daqui a 40 ou 50 anos. Como as sociedades humanas conseguirão lidar com essas mudanças? E de que forma o planeta será afetado? (GIDDENS, 2005, p. 479-480).

Nos últimos anos, dois relatórios ambientais divulgados pela ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU Meio Ambiente), o primeiro de 2010, intitulado *Assessing the Environmental Impacts of Consumption and Production* (Avaliação dos Impactos Ambientais de Produção e Consumo)⁵, e o segundo de 2013, intitulado *Our Nutrient World* (Nosso Mundo de Nutrientes)⁶, previram que os impactos da agricultura aumentarão substancialmente devido ao aumento populacional e ao maior consumo de produtos de origem animal. Conforme o relatório de 2010, *a redução significativa no impacto só seria possível se a dieta global mudasse, isenta de qualquer produto animal* (UNEP, 2010, p. 82, tradução nossa),

⁵ Vide relatório *ASSESSING THE ENVIRONMENTAL IMPACTS OF CONSUMPTION AND PRODUCTION*, 2010. Disponível em: <http://www.unep.org/resourcepanel/Portals/24102/PDFs/PriorityProductsAndMaterials_Report.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2016.

⁶ Vide relatório *OUR NUTRITION WORLD*, 2013. Disponível em: <<http://initrogen.org/sites/default/files/documents/files/ONW.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

o que corresponderia à prática do vegetarianismo estrito⁷. Já o relatório de 2013 recomendou *reduzir-se à metade o consumo de produtos animais* (UNEP, 2013, p. 70, tradução nossa), em clara alusão a uma prática denominada *demitarian approach*⁸.

No relatório da ONU de 2013, desenvolvido por um grupo de pesquisa composto de 50 especialistas de 14 países, cientistas advertiram para o problema do aumento do consumo de carne e de produtos lácteos, principalmente na Ásia e na América Latina. Tal crescimento, segundo eles, estaria sobrecarregando ainda mais o planeta, com demandas enormes de água potável e espaço para criação de animais⁹ (SOUZA, 2015, p. 1056).

⁷ Vide PASOLINI, Logo; CHINELATTO, Giovanna. ONU recomenda dieta vegana para combater mudança climática. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE DIREITOS ANIMAIS - ANDA, 5 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/05/06/2010/onu-recomenda-dieta-vegana-para-combater-mudanca-climatica>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

⁸ *Demitarianismo* consiste na prática de se fazer um esforço consciente para se reduzir o consumo de carne, tendo como motivação principal as razões ambientais. O termo foi concebido em outubro de 2009 em Barsac, na França, em um workshop denominado *Nitrogen in Europe (NinE) and Biodiversity in European Grasslands: Impacts of Nitrogen (BEGIN)*. Na ocasião, assinou-se a "Declaração de Barsac: Sustentabilidade Ambiental e Dieta Demitária". A declaração foi publicada face às implicações da criação animal em grande escala, que seria a causa primária para as interrupções no ciclo do nitrogênio e seus efeitos sobre o ar, terra, água, clima e biodiversidade. [...]. O termo *demi* provém do latim *dimedius* que significa metade. A dieta demitária é literalmente "reduzir pela metade" o consumo de carne de uma refeição regular. [...]. A dieta também permite a prática de não comer carne em determinados dias [...]. (*Demitarian*, 2016, tradução nossa).

⁹ A *pegada hídrica*, conceito introduzido em 2002 pelo pesquisador Arjen Hoekstra, é um indicador que expressa o consumo de água doce (em metros cúbicos por ano) envolvido, direta ou indiretamente, na produção dos bens e serviços que consumimos. *Eis as pegadas hídricas médias de alguns produtos de origem animal*: a) são necessários 15.500 litros de água para se produzir 1 kg de carne bovina; b) 5.000 litros de água para se produzir 1 kg de queijo; c) 4.800 litros de água para se produzir 1 kg de carne suína; d) 4.600 litros de água para se produzir 1 kg de leite em pó; e) 3.900 litros de água para se produzir 1 kg de carne de frango; f) 1.000 litros de água para se produzir 1 litro de leite. *Eis as pegadas hídricas médias de alguns produtos de origem agrícola*: a) são necessários 3.400 litros de água para se produzir 1 kg de arroz; b) 1.300 litros de água para se produzir 1 kg de trigo; c) 900 litros de água para se produzir 1 kg de milho; d) 700 litros de água para se produzir 1 kg de maçã ou pera; e) 460 litros de água para se produzir 1 kg de laranja; f) 250 litros de água para se

Em 2016, um terceiro relatório intitulado *Food Systems and Natural Resources* (Sistemas Alimentares e Recursos Naturais)¹⁰ fez um novo alerta, desta vez, *recomendando que governos mundiais iniciem reformas fiscais de ordem ambiental visando à desencorajar práticas produtivas não sustentáveis, como a produção de origem animal* (UNEP, 2016, p. 131, tradução nossa). O relatório, desenvolvido por um grupo de trabalho composto de 34 especialistas de 30 países, afirma que houve uma mudança radical nos sistemas alimentares globais, nos últimos 50 anos. Estima-se que 60% da perda global de biodiversidade terrestre esteja relacionada à produção de alimentos. Tais sistemas alimentares representam cerca de 24% das emissões globais de gases com efeito de estufa e cerca de 33% dos solos são degradados devido à erosão, à depleção de nutrientes, à acidificação, à salinização, à compactação e à poluição química (UNEP, 2016, p. 164, tradução nossa).

Segundo o citado relatório da ONU de 2016, mudanças nos padrões de consumo de alimentos representam um potencial significativo para reduzir o uso de recursos naturais e impactos ambientais. Nas sociedades emergentes, pessoas consomem atualmente quantidades relativamente elevadas de vários produtos animais (carne, ovos, laticínios e peixes). *Em geral, uma mudança para uma dieta mais baseada em plantas levaria ao menor uso de recursos, bem como a dietas mais saudáveis* (UNEP, 2016, p. 124, tradução nossa).

Tal cenário remete a outro agravante da crise socioambiental: a crise de estilos de desenvolvimento.

Em 1974, o ecossocioeconomista Ignacy Sachs publicou um texto clássico denominado *Ambiente e estilos de desenvolvimento*, fruto de pesquisa realizada no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em que lançou *as primeiras noções do conceito de ecodesenvolvimento* – termo originalmente proposto por Maurice Strong, secretário-geral da Conferência de Estocolmo de 1972.

No mencionado texto de 1974, Sachs ressaltou que a busca de um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, deveria passar pela redefinição de todos os

produzir 1 kg de batata; g) 180 litros de água para se produzir 1 kg de tomate (SOUZA, 2015, p. 1058).

¹⁰ Vide relatório *FOOD SYSTEMS AND NATURAL RESOURCES*, 2016. Disponível em: <<http://www.unep.org/resourcepanel/KnowledgeResources/AssessmentAreasReports/Food>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

objetivos e de todas as modalidades de ação. Sendo o ambiente uma dimensão do desenvolvimento, deveria ele ser internalizado em todos os níveis de tomada de decisão (SACHS, 1986 [1974], p. 10).

Para Sachs, o desafio consistiria na redefinição das formas e usos (estilos) do crescimento e não na desistência do crescimento (já que, segundo ele, pensar-se em taxa zero de crescimento material (ou em decrescimento) seria politicamente inviável em sociedades desiguais). Por outro lado, Sachs alertou sobre a necessidade de se distinguir o desenvolvimento do mau-desenvolvimento – este, socialmente excludente e ecologicamente predatório, frequentemente associado ao crescimento imitativo, isto é, pautado na tentativa de reprodução do caminho histórico seguido por países industrializados (SACHS, 1986, p. 53).

Há um risco para toda a humanidade e todo o planeta quando se pretende unificar um mesmo estilo de vida. *A homogeneização é contrária à vida, tanto no sentido ecológico quanto cultural* (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 72). Cite-se, por exemplo, o estilo de vida da sociedade estadunidense (o *american way of life*), tomado como modelo por quase todo o mundo, sobretudo pelo poder que a mídia daquele País exerce no planeta. O estilo de vida da sociedade estadunidense, fundado em uma relação com a natureza de caráter capitalista, fordista e fossilista, é não só um modelo único como não universalizável (PORTO-GONÇALVES, 2015, p. 52).

1.2.2 A tecnociência e o paradigma dualista cartesiano

Rachel Carson, em seu livro *Primavera Silenciosa*, de 1962, denunciou que a ciência e a tecnologia haviam se tornado servas da corrida da indústria química em busca de lucros e do controle dos mercados (CARSON, 2010 [1962], p. 15), vindo a concluir que a raiz filosófica da problemática ambiental residia no fato de que a cultura científica do pós-guerra havia arrogado para si a ideologia do domínio sobre a natureza (CARSON, 2010 [1962], p. 16).

O neologismo *tecnociência* é atribuído ao filósofo belga Gilbert Hottois, apresentado na obra *Le signe et la technique: la philosophie à l'épreuve de la technique*, em 1984. Contudo, o termo seria inspiração do filósofo francês Gaston Bachelard que utilizou a expressão *science technique*, em seu livro *Le nouvel esprit scientifique*, publicado em 1934 (KOSŁOWSKI, 2015, p. 13).

Cupani (2009, p. 115-116) esclarece que, a partir da década de 1980, começou a circular a expressão tecnociência, para traduzir *a relação cada vez mais estreita entre ciência e tecnologia na sociedade contemporânea*. Haveria, contudo, ao menos três sentidos para o termo. Em uma primeira acepção, *tecnociência* refere-se à circunstância de que a pesquisa científica *de ponta*, nas ciências naturais, requer cada vez mais recursos tecnológicos, ao extremo de já ser impensável a pesquisa astronômica, física, química, geológica ou biológica sem a utilização de sofisticados aparelhos, em instalações ou artefatos que superam tudo quanto já foi construído na história humana. Em uma segunda acepção, *tecnociência* refere-se também ao fato de que a pesquisa é com frequência inspirada (ou seu rumo é modificado) pela tecnologia existente ou emergente. Assim vista, a ciência, mesmo a básica, parece ir *a reboque* da tecnologia. Em uma terceira acepção, *tecnociência* começa a ser usada também para designar *o entrosamento cada vez maior da pesquisa científica, não apenas com a tecnologia que a possibilita e influencia, mas também com os interesses econômicos, políticos e bélicos*. Esse terceiro sentido revela-se o mais problemático, tendo sido alvo de denúncia por Rachel Carson, em 1962.

Pardo (2015, p. 89-90) destaca que os primórdios da tecnociência localizam-se no final da Segunda Guerra Mundial e tendo em conta a terrível experiência da utilização de novas tecnologias de armamento e destruição.

Morin (2005, p. 11), em sua obra *Terra-Pátria*, recupera a célebre frase de François Rabelais: *Ciência sem consciência não passa de ruída da alma*. Nesse viés, Morin afirma que o termo *consciência*, ora empregado, poderia ter duas acepções: a) o sentido ético, em face dos múltiplos e prodigiosos poderes de manipulações e destruições, originários das tecnociências contemporâneas; b) o sentido intelectual, a aptidão autorreflexiva (a reflexão filosófica) que é a qualidade-chave da consciência.

Importa observar que o atual modo de produção capitalista é fruto da união tecnocientífica. Na gênese de todo esse processo, situam-se a Revolução Industrial e o Iluminismo, que começaram a impor uma lógica instrumental que prometia organizar as funções sociais, fortalecendo as classes de modo linear. A partir daí, a ideia de que somente a união da ciência com a tecnologia poderia ser a ferramenta capaz de promover o desenvolvimento social foi engendrada. *Uma das principais características dessa cultura technoindustrial é o fato de ser pautada em uma racionalidade essencialmente instrumental*. Essa característica, herdada do paradigma da ciência moderna, coloca a

tecnociência no centro das questões econômicas mundiais (OGIBOSKI, 2012, p. 24).

No bojo da ciência moderna, tal qual se conhece hoje, estão as ideias do filósofo e matemático francês Rene Descartes, precursor do Iluminismo, por meio de seu método analítico de raciocínio.

Nesse sentido, ressalta Capra:

O método de Descartes é analítico. Ele consiste em quebrar os pensamentos e os problemas em pedaços e arranjar esses pedaços em uma ordem lógica. Esse método analítico de raciocínio é provavelmente a maior contribuição de Descartes à ciência. Ele se tornou uma característica essencial do pensamento científico moderno e comprovou ser extremamente útil para o desenvolvimento das teorias científicas e a realização de complexos projetos tecnológicos. Foi o método de Descartes que tornou possível à NASA colocar um homem na Lua. Por outro lado, a ênfase excessiva no método cartesiano levou à fragmentação, que caracteriza tanto o nosso pensamento geral como as nossas disciplinas acadêmicas, e à difundida atitude do reducionismo da ciência – a crença em que todos os aspectos dos fenômenos complexos podem ser entendidos reduzindo-os às suas menores partes constituintes (CAPRA, 2014, p. 48).

Rene Descartes, em seu pequeno tratado *Discurso do método* (título original francês: *Discours de la methode pour bien conduire la raison, et chercher la verité dans les sciences*, cuja tradução livre corresponde a Discurso sobre o método de conduzir corretamente a razão e de procurar a verdade nas ciências), publicado em 1637, propôs um método de raciocínio quase matemático para conduzir o pensamento humano à busca da verdade. Em plena sociedade medieval, marcada pela submissão das pessoas às autoridades eclesiásticas, Descartes escrevera o livro no idioma francês (e não em latim, como era praxe nos textos filosóficos da época) porque pretendia que suas ideias atingissem o maior número de pessoas.

Passados mais de três séculos e meio, vê-se que Descartes obteve êxito na divulgação e consolidação das ideias descritas no seu *Discurso do Método*. Pode-se dizer que o conhecimento científico ocidental encontra-se, ainda hoje, contaminado com as ideias de

Descartes, expostas em 1637. Não por acaso, Morin (2000, p. 26) denomina o paradigma cartesiano de *o grande paradigma do Ocidente*, imposto pelo desdobramento da história europeia a partir do Século XVII.

O *medievo* paradigma cartesiano propõe uma visão mecanicista e dualista do mundo, separando sujeito e objeto, cada qual na esfera própria; a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Esta dissociação (disjunção) atravessa o universo de um extremo ao outro, por exemplo, criando as dicotomias: *sujeito/objeto, alma/corpo, mente/matéria, sentimento/razão e existência/essência* (MORIN, 2000, p. 26).

Tal visão de mundo foi crucial para determinar o modo como os animais não humanos seriam tratados na sociedade moderna. *A hegemonia do paradigma dualista cartesiano determinou a perda do vínculo com a natureza, ao mesmo tempo em que suscitou a ilimitabilidade do ser humano* (OST, 1995, p. 12).

Ost ressalta que a crise socioecológica (marcada por atitudes predatórias, como o desmatamento e a extinção sistemática de espécies animais) é, sobretudo, uma crise de representação da natureza e uma crise de nossa relação com a natureza. Denominou-as, assim, de *crise de vínculo* e *crise de limite*. Segundo Ost, trata-se de crise de vínculo porque já não conseguimos discernir o que nos liga ao animal, ao que tem vida, à natureza [por exemplo, quando exploramos, de modo sistemático, animais para consumo humano]. E crise de limite porque já não conseguimos discernir o que nos distingue do animal, da vida, da natureza [por exemplo, quando tratamos determinados animais domésticos como membros da família] (OST, 1995, p. 8-9).

O racionalismo de Descartes contribuiu, em muito, para a exclusão dos animais da esfera das preocupações morais humanas. Descartes justificava a exploração dos animais ao afirmar que eles seriam máquinas destituídas de sentimentos, incapazes, portanto, de experimentar sensações de dor e de prazer. Tornaram-se famosas as vivissecções de animais feitas pelos seus seguidores na Escola de *Port-Royal*, durante as quais os ganidos dos cães seccionados vivos e conscientes eram interpretados não como um sinal de dor, mas como um simples ranger de uma máquina. Foi o auge da teoria do *animal-machine* (TRÉZ, 2008, p. 43).

Mesmo após três séculos e meio (no decorrer dos quais as ciências da mente tiveram seu florescimento e recuaram em suas visões instrumentalizadoras), as teses de Descartes influenciam, até hoje, o mundo da ciência experimental. A teoria mecanicista da natureza animal

dá sustentação à crença difundida entre os cientistas, há duas décadas pelo menos, de que os animais são destituídos da consciência da dor, por serem destituídos da linguagem e do pensamento (seriam, assim, *vivos-vazios*). A linguagem e o pensamento, para Descartes, seriam duas habilidades fundamentais para que um ser sensível pudesse ter experiência consciente da dor e, conseqüentemente, pudesse sofrer. Os experimentos dolorosos feitos em animais têm em Descartes seu patrono (FELIPE, 2014 [2007], p. 37-38).

Brügger (2004, p. 73) expõe que o atual paradigma de ensino das ciências biológicas, pautado em modelos animais, promove uma *dessensibilização* nos estudantes, pois esse paradigma baseia-se no valor instrumental e não no valor intrínseco do animal. Brügger explica que no âmbito das Ciências Biológicas, a *vissecação* faz parte do *currículo oculto*¹¹ das disciplinas – o conjunto de normas e valores que são passados subliminarmente, quando da exposição das metas e objetivos educacionais.

Hoje não paira dúvida acerca da senciência animal, ou seja, a capacidade que os animais têm de experimentar dor ou prazer. Nesse aspecto, em 7 de julho de 2012, na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, ocorrera a *Memorial Conference on Consciousness in Human and non-Human Animals*, que resultou na Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos, assinada por grupo internacional de neurocientistas, neurofarmacologistas, neurofisiologistas, neuroanatomistas e neurocientistas computacionais cognitivos, na presença do físico Stephen Hawking.

Eis o teor do referido manifesto de Cambridge:

A ausência de neocortex não parece impedir um organismo de experimentar estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de consciência, juntamente com a capacidade de demonstrar comportamentos intencionais. Conseqüentemente, o peso das evidências mostra que humanos não são os únicos possuidores de substratos neurológicos que geram consciência. Animais não humanos, incluindo mamíferos e pássaros, e

¹¹ Sobre o conceito de currículo oculto, vide a obra *Ideologia e Currículo*, de Michael W. Apple.

muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem estes substratos neurológicos¹².

Não obstante a possibilidade de se utilizar a Declaração de Cambridge como parâmetro da senciência, há quem afirme que é difícil interpretar o comportamento animal para saber quando ele está sentindo dor e, mais do que isso, a intensidade desta dor. Quanto mais afastado o animal está do ser humano na escala filogenética, mais difícil será também a sensibilização do ser humano para com o desconforto animal. Existem fatores objetivos que estão associados a movimentos ou vocalização que permitem que se identifique a dor animal. Os animais próximos aos humanos na escala filogenética costumam apresentar resposta a dor similar a nós. É muito mais simples detectar a dor em vertebrados superiores (FEIJÓ, 2005, p. 69).

A emergência do paradigma sistêmico evidencia a necessidade de novas soluções ao enfrentamento da crise, dada a obsolescência do paradigma dualista cartesiano.

1.2.3 Era geológica do Antropoceno, Sexta Extinção em Massa e a exploração sistemática dos animais

As últimas décadas evidenciam que a espécie humana tem produzido mudanças tão intensas e sem precedentes sobre o planeta Terra, que pode estar marcando o começo de uma nova era ou período na história geológica. Do atual Holoceno, estar-se-ia adentrando na era do Antropoceno – um novo período na história natural no qual a espécie humana passa a desempenhar um papel preponderante (VIEIRA; RIBEIRO, 2015, p. 2).

O neologismo *Antropoceno* é atribuído ao químico holandês Paul Crutzen, ganhador do Prêmio Nobel de Química, em 1995, por seus estudos sobre a camada de ozônio. Crutzen propôs o termo Antropoceno em 2002, publicando-o na Revista *Nature*. No artigo intitulado *Geology of mankind (Geologia da humanidade)*, ele ressalta que a crescente influência da humanidade sobre o ambiente já havia sido observada pelo geólogo italiano Antonio Stoppani. Em 1873, para referir-se à *era*

¹² Mais informações sobre a Conferência e a Declaração, inclusive relatos na mídia, em: <<http://fcmconference.org/>>. O texto da declaração pode ser lido (em inglês) em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>.

antropozoica, Stoppani citou a existência de nova força telúrica cujo poder e universalidade talvez se comparasse às maiores forças da terra. Em 1926, o mineralogista russo Vladimir Vernadsky e o paleontólogo francês Pierre Teilhard de Chardin desenvolveram o neologismo *noosfera* para designar o domínio relacionado à esfera dos pensamentos humanos compartilhados (CRUZTEN, 2002, p. 23, tradução nossa).

Buscando-se aprofundar as descobertas de Crutzen, foi publicado na Revista *Science*, em 8 de janeiro de 2016, um artigo de revisão intitulado *The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene (O Antropoceno é funcionalmente e estratigraficamente distinto do Holoceno)*, subscrito por um grupo de 24 pesquisadores, dentre eles, o geólogo Colin Waters e o paleontólogo Jan Zalasiewicz. No artigo, os autores apresentam evidências do Antropoceno, um fenômeno iniciado em algum momento, em meados do século XX. Parte dos pesquisadores sugere a data de 16 de julho de 1945 como sendo o marco inicial dessa nova era geológica, dia do primeiro teste nuclear da história, com a explosão da bomba *Trinity*, em Los Álamos, no Estado americano do Novo México. A data teria marcado o início de uma contaminação da atmosfera por isótopos radioativos liberados em testes de armas termonucleares que já teriam tido tempo para se incorporar ao gelo e ao sedimento de toda a superfície do planeta, deixando um sinal claro para os geólogos do futuro. Outra parte dos pesquisadores, contudo, sugere como marco inicial do Antropoceno uma data mais remota, como o início da Revolução Industrial, em torno de 1800, visando a englobar todas as transformações que a humanidade já provocou no ambiente terrestre (WATERS, ZALASIEWICZ et al., 2016, p. 2622, tradução nossa).

Dos efeitos humanos já registrados na superfície do planeta, o artigo da Revista *Science* ressalta que as camadas de gelo e sedimento depositados recentemente contêm fragmentos de materiais artificiais produzidos em abundância nos últimos 50 anos: concreto, alumínio puro e plástico, além de traços de pesticidas e outros compostos químicos sintéticos. Mesmo em lugares remotos do planeta, como a Groenlândia, os sedimentos acumulados de 1950 para cá apresentaram concentrações de carbono, resultado da queima de combustíveis fósseis, fósforo e nitrogênio, usados como fertilizantes na agricultura, muito mais elevadas do que nos últimos 11.700 anos (ZOLNERKEVIC, 2016, p. 53-54).

Não obstante todos esses dados, a era do Antropoceno ainda não é considerado *formalmente* um conceito oficial, uma vez que tal designação necessita ser aprovada pela *International Commission on*

Stratigraphy - ICS (Comissão Internacional sobre Estratigrafia)¹³, subcomitê científico da *International Union of Geological Sciences - IUGS* (União Internacional de Ciências Geológicas)¹⁴, fundado em 1961, em Paris – um colegiado que promove o debate e a padronização de assuntos relacionados à estratigrafia, geologia e geocronologia em escala mundial.

No *35th International Geological Congress* (35º Congresso Geológico Internacional) promovido pela IUGS, entre 27 de agosto e 4 de setembro de 2016, na Cidade do Cabo, África do Sul, um grupo de 35 pesquisadores coordenado pelo paleontólogo Jan Zalasiewicz postulou a declaração oficial do Antropoceno como nova era geológica, em face das evidências do impacto profundo da humanidade sobre o planeta (HAMILTON, 2016, p. 251, tradução nossa). Contudo, após dois dias de discussão, o grupo de pesquisadores decidiu adiar para 2018 a proposta de formalização da era do Antropoceno, em substituição ao Holoceno (ZOLNERKEVIC, 2016, p. 52).

Ainda que venha a tardar a formalização desse neoconceito junto à IUGS, o debate acerca do Antropoceno já fora iniciado pelos ambientalistas, denunciando as macromudanças nos sistemas climático, biogeofísico e biogeoquímico do planeta, provocadas pelos seres humanos, em curta escala geológica temporal. O Antropoceno (ou a *Era recente do Homem*) reúne o que ambientalistas vêm argumentando há décadas: a atividade humana está interferindo tanto no planeta, que coloca em risco a sobrevivência de sua espécie e a das demais.

Um dos efeitos do Antropoceno consiste no que a comunidade científica denominou de a *Sexta Extinção em Massa*, fenômeno de dimensões comparáveis às das cinco grandes extinções em massa da história da Terra (em que a última foi a dos dinossauros). Se, no passado, pesaram os elementos astronômicos e geológicos, essa extinção em massa poderá ser causada pela ação de outra espécie animal (KOLBERT, 2015, p. 242).

Corroborando as ideias acima, o paleontologista Peter Ward, autor da obra *O Fim da Evolução: extinções em massa e a preservação da biodiversidade*, afirma que se vive hoje um acelerado ritmo de destruição de espécies, comparável ao evento que dizimou os

¹³ Website da *International Commission on Stratigraphy (ICS)*, em inglês: <<http://www.stratigraphy.org/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

¹⁴ Website da *International Union of Geological Sciences (IUGS)*, em inglês: <<http://www.iugs.org/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

dinossauros; contudo, *desta vez esse asteroide chama-se Homo sapiens* (WARD, 1997, p. 19).

Em outubro de 2016, a Rede WWF divulgou o *Relatório Planeta Vivo: Risco e resiliência em uma nova era*, alertando que, se as atuais tendências se mantiverem até 2020, *o planeta Terra poderá perder dois terços da vida silvestre*. De acordo com o relatório, *as populações de vida silvestre (peixes, aves, mamíferos, anfíbios e répteis) já mostraram um declínio preocupante, em média de 58% desde 1970, e provavelmente irão alcançar 67% até o final desta década* (WWF, 2016, p. 6). E conclui o relatório: *A magnitude do impacto humano sobre o planeta é de tal ordem que o Antropoceno pode ser caracterizado pelo sexto evento de extinção em massa* (WWF, 2016, p. 6).

Segundo o relatório supracitado, *a principal causa da destruição dos habitats e da exploração abusiva dos animais silvestres é a produção de alimentos*. Nesse sentido, colaciona-se o seguinte trecho com rico detalhamento:

A agricultura ocupa aproximadamente 30% do total das terras do planeta e cerca da metade da superfície vegetal habitável (FAO, 2015). Estima-se que a produção agrícola seja responsável por 69% da retirada (captação) de água doce (FAO, 2015b). Juntamente com o restante do sistema alimentar, a agricultura responde por 25 a 30% das emissões de gases de efeito estufa (IPCC, 2013; Tubiello et al., 2014). Um terço dos 1.5 bilhões de hectares de terras cultivadas globais é usado para produzir ração animal (cálculos baseados na FAO, 2015). Outros 3.4 bilhões de hectares de campos são usados para prover o pasto para os animais. Uma grande proporção da terra agrícola - quase 80% - é, portanto, destinada direta ou indiretamente para o gado, para a produção de carne, laticínios e outras proteínas animais (cálculos baseados na FAO, 2015). No entanto, esses produtos animais de base terrestre suprem apenas 17% das calorias e 33% da proteína consumida pelos seres humanos globalmente (cálculos baseados na FAO, 2015). Mesmo assim, são produzidos alimentos mais do que suficientes para a atual população mundial (Gladek et al., 2016). No entanto, mais de 795

milhões de pessoas permanecem subnutridas. [...] (WWF, 2016, p. 95).

Manter bilhões de animais como estoque vivo de alimento exerce uma pressão sem precedentes sobre todos os ecossistemas da Terra. Basta analisar o impacto da pecuária sobre o consumo de água: o setor agropecuário é responsável por mais de 90% do consumo global de água, e um terço disso, pelo menos, se destina principalmente à irrigação e ao crescimento de cultivos para produzir ração. São necessários 10 a 20 mil litros de água para produzir apenas um quilo de carne bovina, e a maior parte dessa água é usada para o crescimento dos cultivos destinados à alimentação do gado. Além disso, considerando o padrão e a média de consumo da dieta ocidental de países desenvolvidos, são necessárias áreas pelo menos três vezes maiores para alimentar uma pessoa que inclua carnes, leite e ovos em seu cardápio (SCHUCK; RIBEIRO, 2015, p. 6-10).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui mais cabeças de gado (212 milhões) do que habitantes (206 milhões), e os pastos para a criação destes animais, somadas às áreas degradadas por esta atividade, ocupam o equivalente a cerca de 25% do território nacional, uma área estimada em 200 milhões de hectares. *A pecuária bovina é, historicamente, a maior responsável pelo desmatamento no país, gerando pressão contínua sobre a Amazônia.* Todavia, é o Cerrado o bioma mais degradado e ameaçado. Ainda de acordo com o IBGE, a atividade está presente em 75% das propriedades rurais e os Estados onde mais se concentram as criações são: Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás (AGUIAR; TURA, 2016, p. 70).

O Relatório *Atlas da Carne: fatos e números sobre os animais que comemos*, publicado em 2015, pela Fundação Heinrich Böll, apresenta um cálculo dos *animais abatidos no mundo*, em número de cabeças, considerando dados oficiais e estimativas do ano de 2013. Nesse sentido, foram abatidos pela indústria da carne: a) 299.000.000 bovinos; b) 26.000.000 búfalos; c) 438.000.000 cabras; d) 536.000.000 ovelhas; e) 1.453.000.000 porcos; f) 630.000.000 perus; g) 687.000.000 gansos e galinhas d'angola; h) 2.887.000.000 patos; i) 61.172.000.000 frangos (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015, p. 27).

Segundo dados do IBGE de 2016, eis o abate de animais no Brasil: a) 14.933 bovinos; b) 20.518 porcos; c) 2.975.144 frangos – conforme dados colhidos de estabelecimentos sob inspeção federal, estadual ou municipal (Indicadores IBGE, 2016, p. 32). Forçoso

reconhecer que tais números tendem a ser muito maiores, se considerados os animais abatidos de modo clandestino (RELATÓRIO AMIGOS DA TERRA: UM TERÇO DA CARNE QUE CHEGA À MESA DO BRASILEIRO NÃO PASSA POR INSPEÇÃO, 2013).

O Relatório *Comendo o Planeta: impactos ambientais da criação e consumo de animais*, divulgado pela Sociedade Vegetariana Brasileira, em 2015, reforça a tese de que a partir da Revolução Industrial, iniciamos a Era do Antropoceno, na qual as atividades humanas passaram a ser a principal força a atuar sobre as mudanças ambientais globais. O relatório ressalta que, atualmente, mais de 70% da superfície terrestre possui, de alguma forma, a nossa marca. Alteram-se florestas, savanas, solos, rios, oceanos e até a atmosfera do planeta. A cada minuto, perdem-se mais de 200 mil metros quadrados de floresta, os oceanos estão cada vez mais ácidos e a exploração da vida marinha ultrapassou os limites da sustentabilidade. Adentrou-se na sexta extinção em massa desde o início da vida no planeta, pela primeira vez causada pelo impacto de uma única espécie (SCHUCK; RIBEIRO, 2015, p. 4-5).

Em uma era marcada pelo *fim das certezas*, em que o crescimento da entropia parece designar a direção do futuro (PRIGOGINE, 1996, p. 25), o Antropoceno marca descontinuidades graves: o que virá depois não será como o que vimos antes. Neste momento, a Terra está cheia de refugiados, humanos e não humanos, sem abrigo (HARAWAY, 2016, p. 17-18, tradução nossa).

Nesse contexto crítico, a ciência jurídica é convidada a dar respostas (SILVA, 2014, p. 25) e, no que tange ao objeto desta pesquisa, a emergência de um novo ramo no Direito, com uma metodologia inter e transdisciplinar voltada ao estudo da temática animal, mostra-se uma *necessidade sentida*, conforme se verifica dos debates que vêm ocorrendo em congressos por todo o Brasil.

Antes de se adentrar no tema do Direito Animal propriamente dito, faz-se necessário discorrer sobre a evolução conceitual do termo Ecologia – fato que precedeu ao fenômeno da *ecologização* do Direito.

1.3 Da Ecologia às Ciências Sociais do Ambiente

O surgimento da Ecologia como campo de conhecimento deu-se a partir da proposição do biólogo naturalista alemão Ernst Haeckel, sob forte influência da Teoria da Evolução de Charles Darwin (HAECKEL, 1961, p. 1). O termo *oecologie* apareceu, pela primeira vez, em nota de

rodapé de sua obra *Generelle Morphologie der Organismen* (Morfologia Geral dos Organismos), de 1866. Etimologicamente, o termo deriva dos radicais gregos *oikos* (casa) e *logos* (estudo) (LAGO; PÁDUA, 1989, p. 7) e serviu para designar uma subdisciplina da Zoologia destinada à investigação do conjunto das relações de uma espécie animal, com seu entorno orgânico e inorgânico (ENZENSBERGER, 1973, p. 7, tradução nossa).

Parafraseando Haeckel (1866, p. 8, tradução nossa), Ecologia é a ciência que estuda o modo como os organismos vivos se relacionam entre si e com o meio externo¹⁵.

A Ecologia, como ciência autônoma, somente se impôs no decurso do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, alcançando verdadeiro impulso a partir de 1960 (LAMY, 1996, p. 28) – consequência, inclusive, do imenso avanço da produção industrial e da degradação ambiental do pós-guerra (LAGO; PÁDUA, 1989, p. 25).

Desde o final do século passado, a Ecologia vem se tornando uma vasta ciência de síntese, a incorporar aspectos, modelos de análise e resultados produzidos em diferentes áreas de especialização científica. Mais recentemente, o termo passou a ser utilizado nos mais diversos campos de investigação, adquirindo significados plurais¹⁶ e gerando

¹⁵ Redação original: *Indem wir den Begriff der Biologie auf diesen umfassendsten Umfang ausdehnen, schliessen wir den engen und beschränkten Sinn aus, in welchem man häufig (insbesondere in der Entomologie) die Biologie mit der Oecologie verwechselt, mit der Wissenschaft von der Oeconomie, von der Lebensweise, von den äusseren Lebensbeziehungen der Organismen zu einander etc.* (HAECKEL, 1866, p. 8).

¹⁶ O arquiteto e ecologista Maurício Andrés Ribeiro afirma que é um equívoco e uma visão reducionista considerar a ecologia no singular: a ecologia é plural (RIBEIRO, 2016). Ribeiro propôs o verbo *Ecologizar*, o qual assim define: *Ecologizar expressa a ação de introduzir a dimensão ecológica nos vários campos da vida e da sociedade. O verbo ecologizar aplica-se aos governos e às administrações públicas, às empresas, à educação e à cultura, à vida pessoal, aos valores sociais. Em princípio, tudo pode ser ecologizado, no sentido de que se pode adotar formas de sentir, de pensar, de comunicar e de agir menos agressivas ao ambiente, mais harmonizadas com os processos naturais, no sentido amplo da ecologia. Cada uma das ecologias compõe um mosaico de visões, perspectivas e abre possibilidades de compreensão do mundo e de atuação sobre ele. A visão ecológica a partir de cada um desses ângulos, a capacidade de perceber a realidade ambiental por meio de vários filtros e lentes aproxima-nos da visão holística da ecologia, na qual a percepção do todo é enriquecida pela visão mais detalhada de cada uma de suas partes. [...]* (RIBEIRO, 2009, p. 27).

oportunidades para se pensar, projetar e construir ambientes mais saudáveis, a partir de ações humanas responsáveis. Nesse contexto, passou-se a ampliar e diversificar sua base conceitual, teórica e metodológica, abrindo-se espaço para a estruturação progressiva da denominada Ecologia Humana (VIEIRA; RIBEIRO, 1999, p. 14).

1.3.1 Ecologia Humana e seus enfoques clássicos

Tradicionalmente, a Ecologia Humana tem sido considerada ramo de uma Ecologia Geral, ao lado da Ecologia Vegetal e da Ecologia Animal. Ela tem por objeto investigar populações humanas, relativamente às estruturas de organização social e aos sistemas tecnológicos por meio dos quais essas populações alcançam formas mais ou menos eficazes de adaptação ao meio ambiente. Nas últimas décadas, têm concorrido para o seu desenvolvimento diferentes tradições de investigação sobre as interações natureza-sociedade. Elas têm sido incorporadas, fundamentalmente, na Sociologia, na Demografia, na Antropologia, na Geografia Humana e na Psicologia Social. Recentemente, duas novas disciplinas passaram a absorver esta preocupação, dando margem a processos de hibridização conceitual e teórica de inegável importância para a evolução do conhecimento disponível: a Economia e a Ciência Política (FONTAN; VIEIRA, 2011, p. 34-35).

Pretende-se, a seguir, apresentar os enfoques ecológico-humanos que surgiram do debate socioecológico. A finalidade aqui é evidenciar a mudança de percepção da problemática, que nasce de uma preocupação excessivamente antropocêntrica e biologizante, e passa a ser oxigenada por novos ares e saberes, buscando contemplar outras formas viventes da biosfera terrestre.

No âmbito da Sociologia, três são os enfoques ecológico-humanos clássicos, a saber: a) enfoque oriundo das pesquisas da Universidade de Chicago (nas décadas de 1920-1930); b) enfoque centrado na ideia adaptativa ao meio (nas décadas de 1950-1975); c) enfoque da Sociologia Ambiental (a partir de 1975).

A *primeira* abordagem sociológica da Ecologia foi introduzida pelo sociólogo norte-americano Robert Park e seus colegas pesquisadores vinculados à Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, no período de 1920-1930, em estudos que procuravam uma

forma estrutural de compreender a evolução social em curso naquela cidade (VIEIRA; BREDARIOL, 2006, p. 43).

Como esclarece Hannigan:

Park, seus colegas e alunos (particularmente Mckenzie e Burgess) aplicaram seus princípios de ecologia humana ao processo que cria e reforça arranjos espaciais urbanos. Eles viabilizaram a cidade como o produto de três processos: (1) concentração e desconcentração; (2) especialização ecológica; (3) invasão e sucessão. Os blocos construídos da cidade seriam as “áreas naturais” (favelas, guetos, boêmias), os habitats dos grupos naturais que estivessem em concordância com estes processos ecológicos. A cidade era retratada como territorialmente baseada num sistema ecológico no qual uma constante luta darwiniana sobre o uso da terra produzia um fluxo contínuo e redistribuição da população urbana (HANNIGAN, 2006, p. 37).

Verifica-se nessa abordagem a forte presença de uma linguagem conceitual oriunda do trabalho de Charles Darwin (1809–1882), em que se utilizam as ideias do naturalista inglês (no tocante às inter-relações e interdependência entre plantas e espécies animais) para explicar a *organização das comunidades humanas*. Isso se justifica eis que tal enfoque biologizante estava em voga no meio científico da época (HANNIGAN, 2006, p. 38).

A *segunda* abordagem compreende o período de 1950-1975, tendo como marco a obra *Human Ecology* (Ecologia Humana), do sociológico norte-americano Amos Hawley. Nesse livro, o autor apresenta um quadro detalhado para a análise da vida social, identificando a *adaptação do ser humano ao seu meio* como sendo questão fundamental para a Sociologia (VIEIRA; BREDARIOL, 2006, p. 43).

A *terceira* abordagem oriunda da ecologia humana tem como fundadores os sociólogos Willian Catton, Riley Dunlap e Fred Buttel, e marca o nascimento de um novo campo de conhecimento denominado Sociologia Ambiental, a partir de 1975.

O interesse sociológico nos problemas ambientais dá-se a partir da popularidade crescente do movimento ambientalista, após a publicação da obra *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, expondo a

poluição de ecossistemas pelo mau uso de pesticidas. Além disso, outro importante marco dos anos 1970 consiste na publicação de previsões apocalípticas no livro *Os Limites do Crescimento* ou Relatório Meadows, que aprofundou a preocupação ambiental entre o meio acadêmico (HANNIGAN, 2006, p. 27).

Acerca da proposição do termo Sociologia Ambiental, conforme Hannigan (2006, p. 27), há consenso de que o primeiro a utilizar tal expressão foi Samuel Klausner, em sua obra *On Man in His Environment* (Sobre o homem e seu meio ambiente), de 1971, contudo, a expressão popularizou-se a partir da utilização feita por Riley Dunlap.

Desde então, tem sido profícuo o trabalho sociológico para lidar com o meio ambiente, havendo no mínimo nove paradigmas distintos competindo entre si: ecologia humana, economia política, construcionismo social, realismo crítico, modernização ecológica, teoria da sociedade de risco, justiça ambiental, teoria ator-rede e ecologia política. Não obstante, o repertório teórico da Sociologia Ambiental tem sido razoavelmente resistente ao perigo de significados de pluralismo excessivo ou desorganização teórica, mantendo um grau surpreendente de continuidade (HANNIGAN, 2006, p. 29).

Note-se que as questões ecológicas somente vieram à tona porque o ambiente na verdade não se encontra mais alheio à vida social humana, mas é completamente conectado e reordenado por ela. Se houve um dia em que os seres humanos souberam o que era a natureza, agora não o sabem mais. Atualmente, o que é natural está tão intrinsecamente confundido com o que é social que nada mais pode ser afirmado como tal, com certeza (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 8).

Um dos textos sociológicos mais expressivos e debatidos no meio acadêmico refere-se à obra *Sociedade de Risco*, do sociólogo alemão Ulrich Beck, que trata dos riscos e da crise ambiental a partir de uma perspectiva macrosociológica.

Beck procura demonstrar, como ponto de partida de seu trabalho, que os atuais riscos decorrentes da modernização destacam-se dos riscos encontrados, por exemplo, na Idade Média ou na Idade Moderna (do final do século XIX à primeira metade do século XX), por ser produto global da maquinaria do progresso industrial e são aumentados sistematicamente com o seu desenvolvimento posterior (BECK, 1998 [1986], p. 28).

Para Beck, os macroperigos dessa nova sociedade caracterizam-se por: a) não encontrarem limitações espaciais ou temporais; b) não se submeterem a regras de causalidade e aos sistemas de responsabilidade; e, sobretudo, c) não ser possível a sua compensação, em face do

potencial de irreversibilidade de seus efeitos, que anulam as fórmulas de reparação pecuniária (MORATO LEITE; AYALA. 2004, p. 18).

Em uma sociedade global do risco, há que se buscar um sentido retributivo dos benefícios [em geral, monopolizados] e dos custos ambientais [sempre socializados]. A isto, Canotilho chama de *assinalagmaticidade do risco*, alertando que o risco de catástrofes civilizatórias (Bophal¹⁷ e Chernobyl¹⁸, por exemplo) é criado por uns e suportado por outros. Quem participa das decisões de risco são organismos e organizações a quem falta legitimação democrática para decidir sobre a vida e a morte de comunidades inteiras. Por último, a localização das fontes de risco pauta-se, não raras vezes, por critérios de injustiça ambiental, situando indústrias e atividades perigosas nas zonas e países mais desprotegidos, geralmente periféricos (em termos econômicos, sociais, culturais, científicos) (CANOTILHO, 2003, p. 1354).

Em suma, vive-se uma crise civilizacional (MORIN, 2011, p. 10), sem precedentes, de escala planetária, em que se multiplicam os riscos ambientais. Na emergência de uma sociedade de risco, a ameaça recai sob todas as formas de vida no planeta: plantas, animais e seres humanos (BECK, 2011, p. 26). Como espécie, não se tem mais uma sobrevivência garantida, mesmo a curto prazo – e isso é uma consequência dos próprios atos, como coletividade humana (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 8).

À exceção dos dois primeiros enfoques clássicos supracitados, cuja preocupação centrava-se na perspectiva do antropocentrismo estrito, vê-se do terceiro enfoque clássico da Ecologia Humana (que marcou o nascimento da Sociologia Ambiental) a mudança para uma

¹⁷ Refere-se ao vazamento de gás da fábrica de agrotóxicos da empresa *Union Carbide*, em Bhopal, na Índia, em 3.12.1984, o qual matou aproximadamente 22 mil pessoas. É considerado o maior acidente químico já registrado. A indenização de 2 mil libras por vítima, paga pela empresa *Dow Chemical*, sucessora da *Union Carbide*, em 1999, é contestada há vários anos pelos sobreviventes do referido desastre industrial.

¹⁸ Trata-se do maior acidente nuclear de todos os tempos, que completou 30 anos em 2016. Em 26.4.1986, a pequena cidade de Chernobyl, situada a oitenta quilômetros de Kiev, capital da Ucrânia, vivenciara o maior acidente nuclear da História. A explosão de um dos quatro reatores da usina de Chernobyl provocou a morte, por câncer, de 4 mil pessoas, segundo dados de um relatório publicado pela Organização das Nações Unidas. Para o Greenpeace, o número correto seria 93 mil. Considerando outras doenças, o número poderia chegar a 200 mil vítimas.

perspectiva de antropocentrismo alargado, que, segundo Morato Leite e Ayala (2004, p. 52) trata-se de uma visão antropocêntrica aliada a outros elementos e um pouco menos centrada no homem, admitindo-se uma reflexão de seus valores, tendo-se em vista a proteção ambiental globalizada.

Sem perder de vista o fio condutor desta pesquisa e a preocupação com a questão animal, passa-se ao tema da Ecologia Humana Sistêmica, um novo campo integrado de conhecimento que servirá de alicerce ao pensamento sistêmico-complexo e de aparato teórico para se pensar o Direito Animal sob bases inter e transdisciplinares, no contexto da crise socioambiental.

1.3.2 Ecologia Humana Sistêmica

O pensamento sistêmico (ou Teoria Geral dos Sistemas) teve origem nas ideias do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, a partir de seus primeiros enunciados trazidos nos anos de 1925-1926 (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 30 e 32). A popularização de tal teoria, contudo, dar-se-ia somente a partir da década de 1950 (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 126).

Com a emergência do pensamento sistêmico, deu-se a complexificação da disciplina Ecologia. O descobrimento de sistemas ecológicos totais (ecossistemas) evidenciou a caducidade de perspectiva biologizante de Haeckel, pois a concepção inicial de *relações* entre seres vivos e o seu meio ambiente fora substituída, pouco a pouco, pela ideia de *interdependência e de equilíbrio* entre todos os habitantes de um determinado sistema ecológico (ENZENSBERGER, 1973, p. 7-8).

Como afirma Capra (2014, p. 426), *a ecologia sistêmica, ou ecologia dos ecossistemas, está interessada no estudo dos ecossistemas como sistemas integrados e interativos de componentes biológicos e físicos.*

Assim, o conceito de ecologia expande-se para além dos seres vivos, representando a relação, a interação e o diálogo que todos os seres guardam entre si e com tudo o mais que existe. A natureza (o conjunto de todos os seres) constituiria assim um tecido intrincadíssimo com conexões por todos os lados. A ecologia não abarcaria apenas a natureza (ecologia natural), mas também a cultura e a sociedade (ecologia humana, social etc.). A partir daí surgem ramificações da ecologia, como a ecologia das cidades, da saúde, da mente, entre outras. Importa,

entretanto, entender que a ecologia quer enfatizar o enlace existente entre todos os seres naturais e culturais e sublinhar a rede de interdependências vigente entre tudo e tudo, constituindo a totalidade ecológica. Esta não representa uma standardização e homogeneização imutável ou a soma de muitas partes ou detalhes; antes, ela forma uma unidade dinâmica feita de uma riquíssima diversidade (BOFF, 2008 [1993], p. 25-26).

A seguir, pretende-se apresentar um novo ramo da Ecologia Humana Sistêmica, que vem recebendo diversos rótulos: *ecologia cognitiva* (BATESON, 1972), *paisagem interior* (DANSEREAU, 1973), *ecologia profunda* (NAESS, 1973), *ecologia da subjetividade* (GUATTARI, 1989), *ecologia das ideias* (MORIN, 1991), *ecologia integral* (BOFF, 1993), entre outras variações – e que tem gerado um novo ciclo de reflexões e estudos transdisciplinares. Em que pese se trate de um segmento ainda minoritário na comunidade científica, é de fundamental importância sua apresentação, sobretudo porque tais ideias ajudam a pavimentar o estudo da transdisciplinaridade e sua metodologia de integração do conhecimento.

1.3.3 Ecologia Interior

Vieira e Ribeiro (2015, p. 1-2) ressaltam que, nos últimos tempos, vem se configurando uma nova subárea da Ecologia Humana, de corte sistêmico, que vem recebendo diferentes rótulos: *ecologia cognitiva*, *ecologia mental*, *ecologia interior*, *ecologia do Ser*, dentre outras. Esta subárea de investigação deflagrou um novo ciclo de reflexões e estudos sobre a *evolução da consciência humana na sua relação vital e permanente com a natureza*. Todavia, não obstante o inegável potencial heurístico e emancipador, Vieira e Ribeiro ressaltam que tal disciplina continua a atrair um segmento ainda minoritário da comunidade científica. Uma das exceções mais notáveis pode ser encontrada na obra de Pierre Dansereau. Sua coragem intelectual levou-o a desenvolver uma *abordagem integrada da ecologia*, que destaca a importância da experiência intuitiva e imaginativa em toda atividade de pesquisa e de formação.

Em 1973, Dansereau publicou a obra *La terre des hommes et le paysage intérieur* (lançado no Brasil em 1999, sob o título *A terra dos homens e a paisagem interior*), em que apresenta um âmbito de análise da Ecologia Humana pouco explorada, a qual ele denominou de

Paisagem Interior. Conforme o educador e pesquisador canadense, cada indivíduo perceberia o ambiente de uma perspectiva pessoal e intransferível, filtrada por sua história de vida, por sua educação e por seus múltiplos condicionamentos culturais.

Para Dansereau, uma compreensão rigorosa da diversidade de leituras possíveis das paisagens – ou aquilo que ele identificava, metaforicamente, como sendo *os nossos ecossistemas imaginários* ou *Inscape* [paisagem interiorizada de cada indivíduo ou grupo de indivíduos], em contraposição a *Landscape* [a paisagem real] –, está intimamente relacionada com o cultivo de uma nova percepção do papel ambivalente que os seres humanos têm desempenhado no processo evolucionário. Enfatizando a integração da *noosfera* [noos, de raiz grega, designando a esfera das experiências subjetivas compartilhadas] com as outras esferas do universo, como a biosfera, a litosfera e a atmosfera, entre outras, Dansereau estava convencido da necessidade de compreendermos a crise socioecológica global como sendo essencialmente uma *crise de imaginação* (VIEIRA; RIBEIRO, 2015, p. 2-4).

Segundo o enfoque trazido por Dansereau, *o ser humano age modelando a paisagem exterior segundo suas percepções interiores*. Conforme o autor, a percepção do ambiente é um fato mais cultural [um constructo] do que simplesmente uma situação pré-concebida [um dado]. Nesse aspecto, vê-se que a ciência moderna colocou o ser humano no centro do universo e tentou racionalizar todas as ações voltando-as para suprir as vontades da sociedade humana. Culturalmente, criou-se uma situação em que o ser humano pode julgar-se supremo diante de toda a natureza. Em outras palavras, ele deixou de perceber que somente faz parte dela, que é apenas um complemento do meio, talvez um dos mais importantes, mas um entre muitos. Há que se ter equilíbrio e pensar que todos somos interdependentes (DANSEREAU *apud* FIGUEIRA; VALE, 1999, p. 218).

Valendo-se também de uma visão integrada da Ecologia, o filósofo e psicanalista francês Félix Guattari, em sua obra *As Três Ecologias*, publicada em 1989, afirma que o planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, as quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados em tempo, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, salienta que os modos de vida humanos individuais e coletivos teriam evoluído no sentido de uma progressiva deterioração (GUATTARI, 2003 [1989], p. 7).

Nas palavras do filósofo francês:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo (GUATTARI, 2003 [1989], p. 9).

Para Guattari (2003 [1989], p. 8), somente uma articulação ético-política (a qual ele denominou de *Ecosofia*) entre três eixos ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) poderia dar conta de tal problemática, em seu conjunto. Desse modo, *as três ecologias* compreenderiam: a ecologia social, a ecologia mental e a ecologia ambiental.

Na obra do teólogo e professor Leonardo Boff, intitulada *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*, publicada em 1993, encontra-se referência às três ecologias – contudo, Boff utiliza a expressão *ecologia integral* para se referir à interação desses três eixos ecológicos.

Traz-se, a seguir, uma síntese das *três ecologias*:

A *ecologia social*, para Guattari, há de trabalhar na reconstrução das relações humanas em todos os níveis da sociedade, sem jamais perder de vista que o poder capitalista deslocou-se em extensão (ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta) e em intenção, infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos (GUATTARI, 2003 [1989], p. 33).

A tarefa da ecologia social é, portanto, estudar os sistemas sociais em interação com os ecossistemas. A forma como se organiza uma sociedade íntegra e protege, ou fere e destrói a natureza? Como os seres humanos satisfazem suas necessidades: de forma solidária, sem produzir tensões e exclusões, respeitando os ciclos naturais e os tempos ecológicos? Como se trata a terra: como mercadoria e “recurso natural” a ser explorado, ou como realidade a ser respeitada tal qual como parte de nosso corpo, trabalhando com ela e nunca contra ela? (BOFF, 2008 [1993], p. 43).

A *ecologia mental*, apresentada por Guattari como a *ecologia da subjetividade*, teria seus fundamentos na *ecologia da mente* proposta

pelo biólogo e antropólogo britânico Gregory Bateson, um dos pioneiros da Teoria dos Sistemas e da Cibernética. Guattari ressalta que, ante a ampliação do domínio do poder capitalista sobre a vida social dos indivíduos, tornar-se-ia imperativo encarar os efeitos no domínio da *ecologia mental*, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, da vizinhança, de criação e de ética pessoal. Enfatiza ainda, que em face de uma subjetividade do tipo capitalística, toda *singularidade* tende a ser evitada (GUATTARI, 2003 [1989], p. 33-34).

Sobre a ecologia mental, explica Boff:

A atual situação do mundo (poluição do ar, contaminação do solo, pobreza de dois terços da humanidade etc.) revela o estado da psique humana. Estamos doentes por dentro. Assim como existe uma ecologia exterior (ecossistemas em equilíbrio ou desequilíbrio), existe também uma ecologia interior. O Universo não está apenas fora de nós, com sua autonomia – ele está também dentro de nós. As violências e agressões ao meio ambiente lançam raízes fundas em estruturas mentais que possuem sua genealogia e ancestralidade dentro de nós. Tudo está em nós como imagens, símbolos e valores. O Sol, a água, as plantas e os animais vivem em nós como figuras carregadas de emoção e como arquétipos. [...]. O sistema hoje imperante – o do capital –, bem como seu concorrente histórico (hoje em decomposição em vastas partes do mundo) – o socialismo – elaborou métodos próprios de construção coletiva da subjetividade humana. Na verdade, os sistemas, também os religiosos e os ideológicos, somente se mantêm porque conseguem penetrar na mente das pessoas e construí-las por dentro. O sistema do capital e do mercado conseguiu penetrar em todos os poros da subjetividade pessoal e coletiva, conseguiu determinar o modo de viver, de elaborar as emoções, de relacionar-se com os outros próximos, com os distantes, com o amor e a amizade, com a vida e com a morte. [...] (BOFF, 2008 [1993], p. 49-50).

Por fim, a *ecologia ambiental* sinaliza que, cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. Nesse sentido,

um princípio particular da ecologia ambiental é o de que tudo é possível: desde as piores catástrofes às evoluções flexíveis. Guattari pontua que a aceleração dos “progressos” técnico-científicos, conjugada ao enorme crescimento demográfico, faz com que se deva empreender, sem tardar, esforços para conter a crise (GUATTARI, 2003 [1989], p. 52).

Como esclarece Rodrigues (2016, p. 19), Guattari é sintético ao abordar a ecologia ambiental, mas deixa claro que ela consiste na *interface das três ecologias*, de onde podem nascer ações políticas mais eficientes em relação ao meio ambiente.

Forçoso reconhecer que, desde o advento da *civilização industrial*, constituiu-se um projeto de exploração sistemática da natureza a partir de posições de poder. À medida que cresce a dominação mediante a ciência e a técnica, cresce também a destruição maciça do meio ambiente. *A visão é instrumental e mecanicista: pessoas, animais, plantas, minerais, enfim, todos os seres perdem sua autonomia relativa e seu valor intrínseco*. Trata-se da lógica da dominação sobre as pessoas e a natureza. Tal modelo social se apresenta profundamente dualista (ao dividir pessoa/natureza, corpo/alma, por exemplo) e essa divisão sempre beneficia um dos polos, originando no outro hierarquias e subordinações. Em nosso caso, trata-se de uma sociedade de estrutura patriarcal e machista (BOFF, 2008 [1993], p. 41-42).

Ao que se verifica, desenvolver-se uma abordagem integrada da ecologia, que contemple esta subárea denominada de *ecologia interior* configura *conditio sine qua non* para auxiliar no enfrentamento da crise socioambiental – considerada, por Capra (2002, p. 23-24), uma *crise de percepção*, e por Ost (1995, p. 8-9), uma *crise de nossa representação da natureza e de nossa relação com a natureza*.

Em sequência, ver-se-á como o pensamento sistêmico acabou evoluindo para o estudo da complexidade, especificamente, o estudo dos sistemas complexos.

1.4 Do pensar sistêmico ao pensar complexo

Conforme tratado no item 1.3.2, o pensamento sistêmico tem origem nas ideias do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy¹⁹, a partir de seus primeiros enunciados trazidos nos anos de 1925-1926 (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 30 e 32). A popularização de tal teoria, contudo, dar-se-ia somente a partir da década de 1950 (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 126), culminando com a publicação da obra *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*, em 1968.

Antes de referida proposição teórica, as palavras *sistemas* e *pensamento sistêmico* já haviam sido usadas por outros cientistas, mas foram os conceitos de Bertalanffy de *sistema aberto*²⁰ e de *teoria geral dos sistemas* que estabeleceram o pensamento sistêmico como um movimento científico de grande importância. Com o vigoroso apoio que se seguiu, por parte de ciberneticistas, os conceitos de pensamento sistêmico e de teoria dos sistemas, ou teoria sistêmica, tornaram-se partes integrantes da linguagem científica estabelecida e levaram a numerosas novas metodologias e aplicações (CAPRA, 2014, p. 119).

Bertalanffy afirma que o enfoque sistêmico adentrou todos os campos da ciência e penetrou no pensamento popular. Em suas palavras: *os sistemas estão em toda parte* (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 21), já que: *de uma maneira ou de outra, somos forçados a tratar com complexos, com “totalidades” ou “sistemas” em todos os campos de*

¹⁹ [...]. O termo “teoria geral dos sistemas” foi introduzido deliberadamente por mim, num sentido universal. [...] o termo “teoria geral dos sistemas” é aqui usado em sentido amplo, semelhante ao nosso modo de falar em “teoria da evolução”, que abrange quase tudo, [...] (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 126).

²⁰ [...]. Todo organismo vivo é essencialmente um sistema aberto. Mantém-se em um contínuo fluxo de entrada e de saída, conserva-se mediante a construção e a decomposição de componentes, nunca estando, enquanto vivo, em um estado de equilíbrio químico e termodinâmico, mas mantendo-se no chamado estado estacionário, que é distinto do último. Isto constitui a própria essência do fenômeno fundamental da vida, que é chamado metabolismo, os processos químicos que se passam no interior das células. Que pensar então? Evidentemente, as formulações convencionais da física são em princípio inaplicáveis ao organismo vivo enquanto sistema aberto e estado estacionário, e podemos bem suspeitar que muitas características dos sistemas vivos que são paradoxais em face das leis da física constituem uma consequência deste fato (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 65).

conhecimento. Isto implica uma fundamental reorientação do pensamento científico (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 23).

Em 1968, Bertalanffy constata que a ciência moderna é caracterizada por uma crescente especialização, determinada pela enorme soma de dados, pela complexidade das técnicas e das estruturas teóricas de cada campo. Assim, a ciência está dividida em inumeráveis disciplinas que geram continuamente novas subdisciplinas. Em consequência, o físico, o biólogo, o psicólogo e o cientista social estão, por assim dizer, encapsulados em seus universos privados, sendo difícil conseguir que uma palavra passe de um casulo para outro (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 54).

Contudo, quanto mais se estudam os principais problemas desta época, mais se percebe que eles não podem ser entendidos isoladamente. Eles são problemas sistêmicos, o que significa dizer que estão interligados e são interdependentes. Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, precisamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande parte, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria das pessoas, e em especial as grandes instituições sociais, concorda com os conceitos de uma visão do mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para se lidar com um mundo superpovoado e globalmente interligado (CAPRA, 2002, p. 23-24).

Tendo-se como referência uma visão integrativa complexa da crise socioambiental, afinilando-se a abordagem à temática deste trabalho (qual seja, a maneira pela qual a espécie humana passou a interagir com os animais, sobretudo a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, quando se ampliou os impactos da ação humana), urge realizar uma virada paradigmática²¹ (MORIN, 2011, p. 54), do pensamento simplificador-reducionista clássico ao pensamento sistêmico-complexo.

²¹ A expressão paradigma deriva do idioma Grego, *parádeigma* (modelo, exemplo, protótipo) e foi trazida para o campo das ciências através de Thomas Samuel Kuhn (1922–1996), em trabalho produzido em 1962 (publicado sob o título *The Structure of Scientific Revolutions*), quando Kuhn era estudante do curso de pós-graduação em física teórica (KUHN, 2003, p. 9). Na obra, ele cita que a história da ciência é feita de descontinuidades, rupturas e saltos qualitativos. A ocorrência de tais rupturas epistemológicas (de conhecimento) propicia o surgimento de uma nova teoria ou matriz disciplinar para explicar a realidade daquele novo momento, a qual ele denominou de *revolução científica*. Todos os valores inovadores envolvem mudanças paradigmáticas que, normalmente, demandam tempo para serem incorporados e aceitos como verdade.

Sousa Santos (2005, p. 257) explica que uma transição paradigmática é, assim, um ambiente de incerteza, de complexidade e de caos que se repercute nas estruturas e nas práticas sociais, nas instituições e nas ideologias, nas representações sociais e nas inteligibilidades, na vida vivida e na personalidade.

Mezzaroba e Monteiro, por sua vez, pontuam que:

Desde o advento do Iluminismo estamos vivendo de forma evolutiva o chamado paradigma da modernidade. O que hoje se discute nas mais variadas áreas do conhecimento humano, como a Física, a Química, a Biologia, a Filosofia, a Administração ou o Direito, é o esgotamento desse paradigma. À medida que seus postulados não têm sido mais capazes de responder de forma consistente aos problemas atuais, o paradigma hegemônico da modernidade é posto em xeque. Chegamos à crise dos paradigmas (MEZZAROBA; MONTEIRO, 2004, p. 17-18).

Desse modo, fazem-se necessárias *novas lentes* ou, valendo-se de outra metáfora, substituírem-se as *ferramentas obsoletas* por outras melhores, para se suprirem as exigências de um mundo interligado, interdependente e complexo. O paradigma cartesiano de explicação da realidade²² mostra-se ineficiente para responder à moderna problemática ambiental pois: a) está preso à evolução linear dos fatos e à relação causa-efeito (determinismo); b) concebe o universo como sendo uma

²² O conhecimento científico [até mesmo nas ciências exatas] não é um *retrato* da realidade. Ele será sempre uma aproximação [ao modo de uma *pintura* da realidade]. A propósito, segundo Morin: *O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento, sob forma de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento* (MORIN, 2000, p. 20).

máquina (mecanicismo); e, sobretudo, c) utiliza uma visão fragmentada de seu objeto de estudo (reducionismo²³).

Morin esclarece que:

Ora, a complexidade chegou a nós, nas ciências, pela mesmo caminho que a tinha expulsado. O próprio desenvolvimento da ciência física, que se consagrava a revelar a Ordem impecável do mundo, seu determinismo absoluto e perpétuo, sua obediência a uma Lei única e sua constituição de uma forma original simples (o átomo) desembocou finalmente na complexidade do real. Descobriu-se no universo físico um princípio hemorrágico de degradação e desordem (segundo princípio da termodinâmica); depois, no que se supunha ser o lugar da simplicidade física e lógica, descobriu-se a extrema complexidade microfísica; a partícula não é um primeiro tijolo, mas uma fronteira sobre uma complexidade talvez inconcebível; o cosmos não é uma máquina perfeita, mas um processo em vias de desintegração e de organização ao mesmo tempo (MORIN, 2011, p. 14).

Conforme Bertalanffy (2013 [1968], p. 249-250), a Sociologia, com seus campos afins, é essencialmente o estudo de grupos ou sistemas

²³ *A palavra reducionismo pode conter ao menos dois significados diferentes, embora relacionados. Uma teoria é reducionista quando pretende explicar toda a complexidade de seu objeto recorrendo a um de seus aspectos. Assim, por exemplo, se quisermos explicar a sociedade por meio da luta de classes, exclusivamente, nossa explicação é reducionista, pois reduz a multiplicidade de relações sociais e econômicas a um de seus aspectos. Quem pretende explicar tudo o que envolve o Direito recorrendo apenas a uma teoria do poder fornece, também, uma explicação reducionista. Ao mesmo tempo, uma teoria é reducionista quando é o resultado da divisão da realidade em partes menores, pretendendo explicar o todo pelo recurso à parte. Por exemplo: se divido a realidade física em partes cada vez menores, até encontrar quarks, e pretendo que, compreendendo os quarks, compreenderei toda a realidade física, minha atitude é reducionista. Da mesma forma, se reduzo a realidade jurídica à norma, e suponho que, compreendendo a norma, compreenderei o Direito, minha atitude também é reducionista. É importante compreender que, de certa forma, reduzir é essencial a qualquer teoria científica. Mas entre reduzir e assumir uma postura reducionista existe ampla distância (FOLLONI, 2015).*

humanos, desde os pequenos grupos como família ou a equipe de trabalho, passando por inumeráveis intermediários de organizações informais e formais, até as maiores unidades, como nações, blocos de poder e relações internacionais. Desse modo, os fenômenos sociais devem ser considerados como *sistemas* (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 26). Em arremate, conclui Bertalanffy: *Admitidas estas definições, podemos afirmar, em minha opinião com inteira segurança, que a ciência social é a ciência dos sistemas sociais. Por esta razão terá de usar o enfoque da ciência geral dos sistemas* (BERTALANFFY, 2013 [1968], p. 248-249).

No tocante ao estudo dos sistemas sociais, vale ressaltar o trabalho do sociólogo alemão Niklas Luhmann, que se utiliza da noção de autopoiese, desenvolvida pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, para desenvolver sua própria Teoria da Complexidade (o conceito de autopoiese será tratado no item 1.4.2). De acordo com Luhmann, a sociedade forma um sistema social autopoético [que se autoproduz e se auto-organiza]. Para que um sistema social se renove internamente, um fator determinante seria a *comunicação*, que ocupa lugar central na teoria de Luhmann. Mediante a comunicação, diferentes subsistemas sociais espraiam as influências de uns sobre os outros (LUHMANN, 2011, p. 293).

A seguir, adentrar-se-á pormenorizadamente na Teoria da Complexidade (ou do pensamento complexo), assim compreendida como uma segunda etapa de amadurecimento da Teoria dos Sistemas. A primeira etapa da Teoria dos Sistemas se concentrou na questão de *como* um sistema pode reagir à complexidade do meio. Nesta segunda etapa, buscar-se-á responder *o que* precisamente se entende por complexidade (LUHMANN, 2011, p. 183).

1.4.1 Pensamento complexo

Folloni (2016, p. 31) explica que o estudo da complexidade é uma evolução do estudo dos sistemas e, especificamente, dos sistemas complexos. Assim, entender a complexidade fica mais fácil quando, antes, compreende-se o que são sistemas.

Conforme se verificou no item 1.4, se a compreensão sobre o *pensar sistêmico* teve sua origem na década de 1920 (popularizando-se no final dos anos 1950), pode-se dizer que o debate sobre o *pensar*

complexo e a *complexidade* iniciou-se no final dos anos 1960²⁴ (popularizando-se a partir dos anos 1980), tendo como um dos principais expoentes o antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin.

Colhe-se das influências/inspirações de Morin (2005, p. 215), além de Bertalanffy: a) o físico e filósofo Heinz von Foerster, um dos propositores da Cibernética; b) o biólogo francês Henri Atlan, autor de obras sobre a complexidade, como *Entre o cristal e a fumaça: ensaio sobre a organização do ser vivo* (1979); c) o químico belga Ilya Prigogine, estudioso da Termodinâmica e sistemas complexos, autor de diversas obras, entre elas *O fim das certezas: tempo caos e as leis da natureza* (1996); d) a filósofa belga Isabelle Stengers, que escreveu *A Nova aliança: a metamorfose da ciência* (1979), em coautoria com Ilya Prigogine; e) o matemático francês René Thom, um dos precursores da Teoria das Catástrofes, autor da obra *Stabilité Structurelle et Morphogénèse* (Estabilidade estrutural e morfogênese), de 1972.

De acordo com Folloni (2016, p. 22), a pesquisa a respeito dos sistemas complexos desenvolve-se na segunda metade do século XX, como uma evolução da Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy. Inicialmente, desenvolve-se na Biologia, com os trabalhos de Humberto Maturana e Francisco Varela, e na Física, com autores como Ilya Prigogine e Heinz von Foerster. Contudo, a complexidade rapidamente avança para outros campos, chegando às Ciências Sociais pela Economia, com Brian Arthur e Kenneth Arrow, por exemplo, e pela Sociologia, com a virada de Niklas Luhmann em direção à complexidade, a partir da teoria dos sistemas sociais de Talcott Parsons. Mais contemporaneamente, chega à Pedagogia, à Ecologia, às Ciências Políticas, ao Direito, entre outras disciplinas.

O pensamento sistêmico-complexo surge da necessidade epistemológica de um novo paradigma que rompa os limites do determinismo e da simplificação, e incorpore o acaso, a probabilidade e a incerteza como parâmetros necessários à compreensão da realidade (MORIN, 2005, p. 3). Trata-se de uma resposta ao que Morin

²⁴ [...]. Desde meus primeiros livros confrontei-me com a complexidade, que se tornou o denominador comum de tantos trabalhos diversos que a muitos pareceram dispersos. Mas a palavra complexidade mesmo não me vinha à mente. Foi preciso que ela chegasse a mim, no final dos anos 1960, através da teoria da informação, da cibernética, da Teoria dos Sistemas, do conceito de auto-organização, para que emergisse sob minha pena, ou melhor, sobre meu teclado (MORIN, 2011, p. 7).

denominou de *paradigma da simplificação* (um paradigma simplificador é fundado nas características da disjunção, da redução e da unidimensionalização)²⁵:

Na pré-ciência houve uma recusa da desordem e do acaso. Forças poderosas de recusa atuaram no pensamento clássico. A princípio, a força da lógica. Precisávamos de coerência para compreender o mundo. E, também, a força do que eu chamo de paradigma da simplificação que reinou durante muito tempo e por muitas vezes ainda reina no entendimento dos cientistas. Para esse paradigma, a realidade profunda do universo é obedecer a uma lei simples e ser constituída de unidades elementares simples. [Ainda para esse paradigma simplificador] A complexidade, isto é, a multiplicidade, a confusão, a desordem misturada à ordem, o aumento das singularidades, tudo isso é só aparência. [...] (MORIN, 2005, p. 211-212).

Ao definir complexidade, Morin afirma que, em um primeiro momento, ela poderia ser entendida como um tecido ou uma teia²⁶

²⁵ Em sua obra *Ciência com Consciência*, Morin lista os princípios do paradigma simplificador, a saber: a) Expulsão do local e do singular como contingentes ou residuais (princípio da universalidade); b) Eliminação da irreversibilidade temporal e, mais amplamente, de tudo o que é eventual e histórico; c) Redução do conhecimento dos conjuntos ou sistemas ao conhecimento das partes simples ou unidades elementares que os constituem; d) Redução do conhecimento das organizações aos princípios de ordem (leis, invariâncias, constâncias); e) Princípio da causalidade linear, superior e exterior aos objetos; f) Soberania explicativa absoluta da ordem, ou seja, determinismo universal e impecável; g) Princípio isolamento/separação do objeto em relação ao seu ambiente; h) Princípio da separação absoluta entre o sujeito e o objeto que percebe/concebe; i) *Ergo*: eliminação de toda a problemática do sujeito no conhecimento científico; j) Eliminação do ser e da existência por meio da quantificação e da formalização; l) A autonomia não é concebível; m) Princípio da confiabilidade absoluta na lógica para estabelecer a verdade intrínseca das teorias. Toda a contradição aparece necessariamente um erro; n) Pensa-se inscrevendo ideias claras e distintas em um discurso monológico (MORIN, 2005, p. 330-331).

(*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo [conceber a *unitas multiplex* ou uma *unidade múltipla*]. Em um segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2011, p. 13).

Para Morin, duas ilusões desviam as mentes do problema do pensamento complexo. A *primeira ilusão* consiste em se acreditar que a complexidade conduz à eliminação da simplicidade. A complexidade surgiria onde o pensamento simplificador falhou, contudo, ela busca integrar em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra [ou mutila] a *complexidade do real*, o pensamento complexo [que é multidimensional e aberto] integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e ofuscantes de uma simplificação. A *segunda ilusão* seria confundir complexidade e completude. É inegável a ambição do pensamento complexo em dar conta das articulações entre os campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjuntivo [um dos principais aspectos do pensamento simplificador]. Todavia, ele sabe desde o começo que conhecimento completo é impossível. Em suma, *o pensamento complexo é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento* (MORIN, 2011, p. 6-7).

A fim de melhor compreender as premissas que fundamentam esse novo paradigma, pretende-se apresentar os princípios norteadores do pensamento sistêmico-complexo, tendo-se como marco teórico de base os estudos sistematizados por Edgar Morin. Não se pretende exaurir seu conteúdo, mesmo porque uma das ilusões da complexidade, como já salientado, é considerá-lo sinônimo de completude. O estudo desenvolvido neste capítulo servirá de fundamento para a proposta de uma epistemologia complexa para se trabalhar a temática animalista.

²⁶ Fritjof Capra utilizará, ao invés de *tecido*, a expressão *rede* (*web*), conforme se vê na obra *A teia da vida: uma nova concepção científica dos seres vivos* (1996).

1.4.2 Princípios orientadores do pensamento complexo

Eis os princípios (*complementares e interdependentes*) do pensamento complexo: a) princípio da autoeco-organização (ou da autonomia/dependência); b) princípio do circuito retroativo; c) princípio do circuito recursivo (ou recursividade); d) princípio hologramático; e) princípio sistêmico (ou organizacional); f) princípio dialógico; g) princípio da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento (MORIN, 2003, p. 72).

Segundo Mariotti (2007), os princípios do pensamento complexo auxiliam a que se raciocine de modo diferente, chegando-se a resultados diferentes dos habituais. Tais princípios funcionariam como *operadores cognitivos* do pensamento complexo, facilitando o diálogo entre os pensamentos linear e sistêmico e, por sua vez, a aplicação prática deste último.

Buscar-se-á, a seguir, discorrer acerca dos sete princípios supracitados. Ao final, serão adicionados outros dois princípios do pensamento complexo, incorporados por Humberto Mariotti, em sua obra *Pensamento complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável*.

a) **Princípio da autoeco-organização (ou princípio da autonomia/dependência)**. Tal princípio pode ser sintetizado no seguinte enunciado: *Os seres vivos produzem, eles próprios, os elementos que os constituem, e se auto-organizam por meio desse processo*. Quer-se dizer que os sistemas vivos (e seus ambientes) são autoprodutores e auto-organizadores (MARIOTTI, 2007). Se os considerarmos isoladamente, eles são autônomos. Mas se os virmos em seu relacionamento com o meio, torna-se claro que dependem de recursos externos para viver. Desse modo, autonomia e dependência deixam de ser opostos inconciliáveis: uma complementa a outra. Uma constrói a outra e por ela é construída, numa dinâmica circular (MATURANA; VARELA, 2001 [1984], p. 14).

Maturana e Varela (2001 [1984], p. 52) propõem o neologismo *autopoiese* ou *organização autopoietica* para explicar o mecanismo que faz dos seres vivos sistemas autônomos. Segundo eles, *os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios*. E concluem: *Entretanto, o que lhes é peculiar é que sua organização é tal que seu único produto são eles mesmos. Donde se conclui que não há separação entre produtor e produto. O ser e o fazer de uma unidade autopoietica são inseparáveis, e isso constitui seu modo*

específico de organização (MATURANA; VARELA, 2001 [1984], p. 57).

No mesmo sentido, Morin (2003, p. 73-74) explica que os seres vivos são seres auto-organizadores que se autoproduzem sem cessar e, por essa razão, gastam a energia para salvaguardar sua autonomia. Como eles têm necessidade de retirar a energia, a informação e a organização do seu ambiente, sua autonomia é inseparável dessa dependência e, portanto, é necessário concebê-los como sendo autoeco-organizadores.

b) **Princípio do circuito retroativo.** Para Mariotti (2007), este princípio é o fundamental aspecto do pensamento complexo, sendo que os demais princípios manifestar-se-iam a partir dele. De acordo com o pensamento complexo, sabe-se que é indispensável substituir-se a noção de causalidade linear pela ideia de relação circular, não linear, entre causa e efeito. Esse seria o principal movimento do pensamento complexo²⁷.

Conforme explica Mariotti:

Não há fenômeno de causa única no mundo natural nem no cultural. Onde houver seres vivos, as relações serão sempre circulares. Por mais que pareçam lineares, elas são não-lineares: os efeitos retroagem sobre as causas e as realimentam (MARIOTTI, 2007).

Referido princípio fora introduzido pelo filósofo e matemático Norbert Wiener, propositor da Cibernética, e possibilita o conhecimento dos processos autorreguladores. Ele rompe com o princípio da causalidade linear: *a causa age sobre o efeito, e o efeito sobre a causa*, como em um sistema de aquecimento no qual o termostato regula o funcionamento da caldeira. Esse mecanismo de regulação permite a

²⁷ A circularidade está ligada à *Teoria Geral de Sistemas* (TGS), de Bertalanffy e à *Teoria da Cibernética* (TC), esta introduzida em 1948, por Norbert Wiener, também chamada de *teoria das máquinas; teoria dos sistemas de controle baseados na transferência de informação; ciência da regulação; ciência dos mecanismos de causação circular e retroalimentação em sistemas biológicos e sociais*. Conforme adverte Mariotti (2007), em ambas as teorias (a dos sistemas vivos e a dos sistemas de controle – ou sistemas não vivos), a característica da circularidade permite que desvios sejam corrigidos, o que faz com que os sistemas se conservem vivos (no caso da TGS) ou os ciclos se mantenham em funcionamento (no caso da TC).

autonomia de um sistema (nesse exemplo, a autonomia térmica de um apartamento em relação ao frio exterior) (MORIN, 2003, p. 72-73).

De modo mais complexo, a *homeostase* [equilíbrio dinâmico] de um organismo vivo é um conjunto de processos reguladores fundamentados em múltiplas retroações. O ciclo de retroação [o qual Wiener chamou de *feedback*, ou retroalimentação] permite, sob sua forma negativa, reduzir o erro e, assim, estabilizar um sistema. Sob sua forma positiva, o *feedback* é um mecanismo amplificador como, por exemplo, a situação de chegada aos extremos em um conflito: a violência de um protagonista conduz a uma reação ainda mais violenta. Inflacionadoras ou estabilizadoras, as retroações são verificadas em grande quantidade nos fenômenos econômicos, sociais, políticos ou psicológicos (MORIN, 2003, p. 72-73).

c) **Princípio do circuito recursivo (ou recursividade²⁸)**. Este princípio supera a noção de regulação pela de autoprodução e pela de auto-organização. Trata-se de um ciclo gerador no qual os produtos e as consequências são, eles próprios, produtores e originadores daquilo que produzem. Assim, nós, indivíduos, somos os produtos de um sistema de reprodução nascido em longínquas eras, contudo, esse sistema somente pode se reproduzir se nós próprios nos tornarmos os produtores, nos acasalando. Os indivíduos humanos produzem a humanidade de dentro e por meio de suas interações, mas a sociedade emergindo, produz a humanidade desses indivíduos, fornecendo-lhes a linguagem e a cultura (MORIN, 2003, p. 73).

Segundo Morin (2015, p. 113), a ideia de circuito recursivo é mais complexa e rica que a de circuito retroativo, pois trata de uma ideia primordial para conceber a autoprodução e a auto-organização.

Sobre as relações de recursividade decorrentes das interações [ou seja, das ações recíprocas] entre os elementos de um sistema, Ost explica que, *mais do que simples ação corretiva de um elemento sobre o elemento subsequente (relação de feedback), a recursividade é uma relação de criação mútua, no sentido paradoxal mas verdadeiro, onde cada termo é, simultaneamente, causa e efeito do outro* (OST, 1995, p. 283).

d) **Princípio hologramático**. Este princípio evidencia o aparente paradoxo dos sistemas complexos, nos quais *a parte não somente está no todo, como o todo está inscrito na parte*. Assim, cada célula é uma parte de um todo (o organismo global), mas o próprio todo

²⁸ **Recursividade**. *s.f.* 1. Propriedade daquilo que se pode repetir um número indefinido de vezes. [...] (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1627).

está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual; a sociedade está presente em cada indivíduo no que diz respeito ao todo, por meio da sua linguagem, da sua cultura e de suas normas (MORIN, 2003, p. 72).

Para definir esse princípio, Morin vale-se da metáfora do holograma, ou seja, a fotografia que pode ser reproduzida tridimensionalmente com a ajuda de *laser*²⁹.

O holograma demonstra, pois, a realidade física de um tipo surpreendente de organização, *em que o todo está na parte que está no todo, e a parte poderia estar mais ou menos apta a regenerar o todo* (MORIN, 2015, p. 113).

e) **Princípio sistêmico ou organizacional.** Tal princípio une o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, conforme a fórmula indicada por Pascal: *eu acredito ser impossível conhecer o todo sem conhecer suas partes e de conhecer as partes sem conhecer o todo*. A ideia sistêmica, que se opõe à ideia reducionista, é a de que *o todo é mais do que a soma das partes*. Do átomo à estrela, da bactéria ao homem e à sociedade, a organização do todo produz qualidades ou propriedades novas em relação às partes isoladamente: as chamadas

²⁹ [...]. Um holograma é produzido quando um único raio laser é dividido em dois feixes separados. O primeiro feixe de luz é projetado no objeto a ser fotografado. Então, faz-se com que o segundo feixe de luz colida com a luz refletida do primeiro. Quando isso acontece, eles produzem um padrão de interferência que é registrado num pedaço de filme. A olho nu, a imagem no filme não se parece em nada com o objeto fotografado. De fato, ela até se parece um pouco com os anéis concêntricos que se forma quando um punhado de pedras é jogado numa lagoa. Mas, assim que um outro feixe de raio laser (ou em alguns casos apenas uma fonte de luz) brilha através do filme, uma imagem tridimensional do objeto reaparece. A tridimensionalidade dessas imagens é muitas vezes misteriosamente convincente. Você pode realmente andar em volta de uma projeção holográfica e vê-la a partir de diferentes ângulos como se fosse um objeto real. Porém, se você esticar o braço e tentar tocá-lo, sua mão deslizará de um lado a outro dele e você descobrirá que na verdade não existe nada ali. A tridimensionalidade não é o único aspecto notável dos hologramas. Se um pedaço de filme holográfico contendo a imagem de uma maçã for cortado ao meio e então iluminado por laser, cada metade ainda conterá a imagem inteira da maçã! Mesmo se as metades forem divididas outra e outra vez, uma maçã inteira ainda pode ser reconstruída a partir de cada pequeno pedaço do filme (embora as imagens fiquem mais nebulosas à medida que os pedaços ficam menores). Diferente das fotografias normais, todo pequeno fragmento de um pedaço de filme holográfico contém todas as informações registradas no todo. [...] (TALBOT, 1991, p. 35-36).

emergências. Desse modo, a organização do ser vivo produz qualidades desconhecidas no nível dos seus componentes psicoquímicos. Acrescente-se que o todo é igualmente menos que a soma das partes, cujas qualidades são inibidas pela organização do conjunto (MORIN, 2003, p. 72).

f) **Princípio dialógico**. O princípio *dialógico* busca evidenciar que *há contradições que não podem ser resolvidas, significando a existência de opostos que são, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares* (MARIOTTI, 2007). Nessas situações, a tensão do antagonismo é persistente, e isso faz parte da complexidade do mundo em que se vive.

Para Morin, nem sempre é possível e nem necessário resolver todas as contradições. Há casos em que é preciso conviver com elas. São estados paradoxais, inerentes à natureza dos sistemas vivos, e tentar resolvê-los por eliminação seria inútil. Vale ressaltar que o modo dialógico³⁰ não pretende substituir a dialética: seu objetivo é lidar com contradições que não podem ser superadas dialeticamente. Em tais circunstâncias, o princípio dialógico procura trabalhar com posições opostas e inconciliáveis sem tentar negá-las ou racionalizá-las (MARIOTTI, 2007).

A dialógica permite-nos aceitar racionalmente a associação de noções contrárias para conceber um mesmo fenômeno complexo. Niels Böhr, por exemplo, constatou a necessidade de se reconhecer as

³⁰ [...]. “Diálogo” vem da palavra grega “dialogos”. “Logos” significa “a palavra” ou melhor “o significado da palavra”. E “dia” significa “por meio de”. Um diálogo pode se dar com qualquer número de pessoas, não apenas entre duas. Até mesmo uma pessoa sozinha, pode ter um sentido de diálogo consigo mesma, se o espírito do diálogo estiver presente. O panorama ou a imagem que a origem da palavra sugere, é o de uma “corrente de significados” [por exemplo, a fluência de um rio], fluindo entre nós e através de nós. Isto torna possível um fluir de significados por todo o grupo. Desse fluir surge uma compreensão nova [uma “terceira margem”]. Trata-se de algo que não estava presente quando se começou. É uma coisa criativa. E o significado compartilhado assim criado, é a “cola” ou o “cimento” que mantêm as pessoas e a sociedade unidas (BOHM, 1989, p. 2). [...]. **O objeto do diálogo**, não é o de analisar as coisas, não é o de vencer por meio de argumentos ou ainda o de trocar opiniões. Pelo contrário, o que se pede é que você deixe as suas opiniões “em suspenso” e observe todas as opiniões – ouvir as opiniões de todos, deixá-las em suspenso e ver o que cada uma delas significa. Se todos nós conseguirmos ver o que todas as opiniões significam, então, estaremos, todos nós, compartilhando um conteúdo comum, mesmo quando não concordarmos com algumas opiniões. [...] (BOHM, 1989, p. 12, sem grifo no original).

partículas físicas ao mesmo tempo como corpúsculos [partículas] e como ondas. Nós mesmos somos seres separados e autônomos, ao mesmo tempo em que fazemos parte de duas continuidades separadas, a espécie e a sociedade. Quando consideramos a espécie ou a sociedade, o indivíduo desaparece, quando consideramos o indivíduo, a espécie e a sociedade desaparecem. O pensamento complexo aceita dialogicamente os dois termos, que tendem a se excluir um do outro (MORIN, 2003, p. 74-75).

De acordo com Ost (1995, p. 282), na epistemologia da complexidade encontra-se a ideia de que elementos distintos e mesmo antagônicos têm, contudo, necessariamente, uma parte ligada. Sem cair, no entanto, no *confusionismo*, que conduziria a negar as diferenças entre A e B (o homem e a natureza, no que nos diz respeito), a dialética [ou a dialógica, como diria Morin] demonstrará, assim, que *um não passa sem o outro*. A distância que os separa é, também, e simultaneamente, o intervalo que os aproxima.

g) Princípio da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento. Esse princípio revela o problema cognitivo central: todo o conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/inteligência em uma cultura e em um tempo determinados. Esses são alguns dos princípios que guiam os progressos cognitivos do pensamento complexo. Não se trata de um pensamento que exclui a certeza pela incerteza, que exclui a separação pela inseparabilidade, que exclui a lógica para permitir todas as transgressões. O procedimento consiste, ao contrário, em se fazer uma ida e vinda incessante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável. De igual modo, este procedimento utiliza a lógica clássica e os princípios de identidade, de não contradição, de dedução, de indução, mas conhece os seus limites, e tem consciência de que, em certos casos, é necessário transgredi-los. Não se trata, portanto, de se abandonar os princípios de ordem, de separabilidade e de lógica, mas de integrá-los em uma concepção mais rica. Não se trata de contrapor um holismo vazio ao reducionismo mutilador; trata-se de reatar as partes à totalidade. Trata-se de articular os princípios de ordem e de desordem, de separação e de junção, de autonomia e de dependência que estão em dialógica [complementares, concorrentes e antagônicos], no seio do universo. Em suma, o pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador, ele o integra. O paradigma da complexidade pode ser enunciado tão simplesmente como aquele da simplificação: este obriga a separar e reduzir; o paradigma da complexidade ordena reunir e distinguir (MORIN, 2003, p. 75).

Vistos os sete princípios sistematizados por Morin, pode-se incluir outros dois princípios orientadores do pensamento complexo, também de base moriniana, quais sejam: o princípio da interação sujeito-objeto e o princípio da ecologia da ação.

h) **Princípio da interação sujeito-objeto.** Tal princípio traduz-se no enunciado: *O observador faz parte daquilo que observa.*

De acordo com a ciência clássica, para que nossa observação fosse sempre objetiva, convencionou-se que seria preciso que estivéssemos sempre separados daquilo que observamos. Foi disso que o pensamento fragmentador convenceu a muitos de nós: de que observamos um mundo do qual não fazemos parte. Estabelecemos fronteiras e não nos vemos além delas. A percepção é um fenômeno que acontece na estrutura dos organismos vivos. Em termos fisiológicos, a percepção ocorre por meio dos cinco sentidos. Como mecanismo, a percepção é a mesma para todos os indivíduos de uma mesma espécie, mas seus resultados internos, subjetivos, dependerão das peculiaridades de cada indivíduo (da estrutura complexa de cada um, em que entram fatores como: educação, cultura, contexto histórico e nossas emoções num dado instante) (MARIOTTI, 2007).

Não há problema com a postura objetiva, mas a pretensão de que seu resultado final seja só objetivo não é real, pois não existe conhecimento em que não entrem ao mesmo tempo a objetividade do que se conhece e a subjetividade do conhecedor (MARIOTTI, 2007).

i) **Princípio da Ecologia da Ação.** De acordo com Morin, este conceito pode ser assim explicado:

Tão logo um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar de suas intenções. Esta ação entra em um universo de interações e é finalmente o meio ambiente que se apossa dela, em sentido que pode contrariar a intenção inicial. Frequentemente a ação volta como um bumerangue sobre nossa cabeça. Isto nos obriga a seguir a ação, a tentar corrigi-la – se ainda houver tempo – e, às vezes, a torpedeá-la, como fazem os responsáveis da NASA, quando explodem um foguete que se desvia de sua trajetória (MORIN, 2006, p. 86).

O conceito de ecologia da ação está ligado ao da *ecologia das ideias* [ou ecologia da mente]. Uma vez desencadeadas, nossas ações e ideias passam a fazer parte da aleatoriedade, da incerteza e da

imprevisibilidade do ambiente natural e cultural. Em suma, as ações com frequência escapam ao controle de seus autores e produzem efeitos inesperados [efeitos perversos contraintuitivos] e às vezes até opostos aos esperados (MARIOTTI, 2007).

1.4.3 Integração inter e transdisciplinar do conhecimento científico

A integração inter e transdisciplinar tem se mostrado a metodologia para se pensar e agir frente às realidades complexas. Tal metodologia integrativa emerge do pensamento sistêmico-complexo, que busca sanar a fragmentação imposta pela *hiperespecialização disciplinar*³¹. A *substituição das lentes* (ou do paradigma) visando a um olhar novo sobre o mundo passa, necessariamente, pela adoção de um método que permita integrar conhecimentos, ao modo de um *diálogo de saberes*. Integração, portanto, passa a ser um conceito-chave a inaugurar uma nova etapa do conhecimento para se compreender melhor a realidade complexa em que se vive.

Segundo Leff (2006, p. 162-163), a necessidade de se compreender a complexidade da problemática socioambiental suscitou um questionamento sobre o fragmentação e a compartimentalização do saber disciplinar, que se mostra incapaz de fornecer respostas à problemática atual. No entanto, a necessária *retotalização do saber* não significa a mera soma dos conhecimentos disciplinares disponíveis. Além do propósito de gerar um paradigma onicompreensivo, de ecologizar o saber ou de propor uma metodologia geral para o desenvolvimento do conhecimento, a inter e a transdisciplinaridade problematiza o conhecimento, mas sem desconhecer a especificidade das diferentes ciências historicamente constituídas, ideologicamente legitimadas e socialmente institucionalizadas.

Pretende-se apresentar os métodos de integração do conhecimento, a fim de demonstrar como a disciplina do Direito Animal já nasce sob os influxos da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. A proposta integradora do *Direito Animal* (um subsistema ou um microssistema imbricado no sistema jurídico – no

³¹ *Hiperespecialização*: a especialização que se fecha sobre si mesma, sem permitir sua integração na problemática global ou na concepção de conjunto do objeto do qual ela só considera um aspecto ou uma parte (MORIN, 2006, p. 41).

Direito) revelar-se-á fundamental para se tentar intervir sobre a problemática socioambiental que afeta os animais.

Conforme Silva (2014, p. 241), a metodologia do Direito Animal é transdisciplinar porque os problemas do cotidiano não são resolvidos de forma objetiva, linear e racional. Ao contrário, a transdisciplinaridade ensina que nenhuma disciplina é autossuficiente no mundo jurídico e se há de estabelecer um diálogo de saberes, para se conseguir solucionar os problemas da realidade complexa. A forma de pensar transdisciplinar busca um novo paradigma dentro do sistema jurídico, sem fronteiras estáveis entre suas disciplinas.

Como afirma García (1994, p. 88, tradução nossa), não se trata de aprender *mais coisas*, mas *pensar de outra maneira* os problemas que necessitam ser investigados.

Faz-se necessária uma verdadeira *articulação* das diversas disciplinas envolvidas, a fim de obter um estudo *integrado* dessa complexa problemática. Contudo, esse estudo integrado de um sistema complexo, em que está em jogo o funcionamento da totalidade de um sistema, *só pode ser realizado a partir de uma equipe com marcos epistêmicos, conceituais e metodológicos compartilhados* (GARCÍA, 1994, p. 88, tradução nossa; sem grifo no original). No mesmo sentido, expressa Pineau (2005, p. 110): *Só as estratégias de redes interpessoais ou de grupos [ou seja, coletivos interdisciplinares] podem ajudar a sobreviver e avançar³² [rumo a soluções rápidas].*

Segundo Nicolescu (1999, p. 11), a palavra *transdisciplinaridade*, conhecida há apenas poucas décadas, foi e continua sendo frequentemente confundida com duas outras palavras relativamente recentes: *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade* e *interdisciplinaridade*. Urge, portanto, aclarar tais conceitos, a fim de evitar mal entendido.

Passa-se, agora, à análise conceitual dos métodos de integração, visando a sua futura aplicação prática.

a) **Disciplinaridade.** Max-Neef (2004, tradução nossa) explica que a disciplinaridade é mono-disciplina, evidenciando o fenômeno da *especialização em isolamento*. Por exemplo, uma pessoa pode estudar

³² Segundo Pineau (2010), se as universidades pretendem realmente se desenvolver, devem estar abertas a este movimento, para tratar as relações entre as disciplinas e fora delas. Segundo ele, isso levará tempo: *As revoluções científicas levam várias gerações. Estamos numa situação de transição entre os velhos modelos e os novos que emergem mas se estenderá por várias gerações.*

Biologia e compreendê-la bem, sem necessidade de conhecimento aprofundados de Física ou Psicologia.

b) **Multidisciplinaridade.** Na medida em que o conhecimento *disciplinar* tem-se mostrado insuficiente na confrontação da crise global contemporânea, vêm sendo experimentadas propostas de integração *multidisciplinar* que, *por meio da simples agregação dos resultados parciais* obtidos mediante a aplicação do enfoque disciplinar, oferecem subsídios para se lidar com situações mais complexas. A multidisciplinaridade consiste em um *nível inferior* de integração [*integração horizontal sem cooperação entre as disciplinas*] e também se tem mostrado incapaz de oferecer explicações e estratégias de intervenção consideradas à altura da crise em que estamos inseridos (D'AMBROSIO, 1999, p. 647).

Max-Neef exemplifica como se dá o enfoque multidisciplinar:

Uma pessoa pode estudar, simultânea ou sucessivamente, mais de uma área de conhecimento, mas sem fazer conexões entre elas. Pode-se chegar a ser competente em Química, Sociologia e Linguística, por exemplo, sem que por isso se gere cooperação entre as disciplinas. As equipes multidisciplinares de investigação são frequentes hoje em dia. Nelas, os membros fazem suas análises separadamente a partir de suas respectivas disciplinas, e o resultado final não é mais do que uma série de informes colocados juntos, sem sínteses integradoras (MAX-NEEF, 2004, tradução nossa).

c) **Pluridisciplinaridade.** Trata-se da justaposição de disciplinas de mesmo nível hierárquico, *em cooperação*, agrupadas de modo a fazer emergir as relações existentes entre elas. Contudo, o resultado final tende a ser apenas a troca de informação e o acúmulo de conhecimentos.

Max-Neef (2004, p. 5) explica que a *pluridisciplinaridade* implica cooperação entre disciplinas, mas sem que haja coordenação [de uma disciplina de nível hierárquico superior]. Normalmente, dá-se entre áreas de conhecimento compatíveis entre si, e de um mesmo nível hierárquico. Por exemplo, a combinação de Direito, Sociologia e Linguagem (o estudo de cada uma delas reforça o entendimento das demais).

d) **Interdisciplinaridade.** Como explica D'Ambrosio (1999, p. 647), na proposta de interdisciplinaridade, não apenas se transferem e se combinam resultados obtidos em disciplinas específicas, *mas também os métodos por elas utilizados*. Em consequência, novos objetos de estudo passam a ser identificados e assumidos, possibilitando ao mesmo tempo a emergência de novas sínteses explicativas por meio de notáveis realizações científicas.

Nicolescu (1999, p. 52) explica que a interdisciplinaridade apresenta uma ambição diferente daquela da pluridisciplinaridade, a qual diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra. Seria possível distinguir três graus de interdisciplinaridade: a) um *grau de aplicação*. Por exemplo, os métodos da Física Nuclear transferidos para a Medicina levam ao aparecimento de novos tratamentos para o câncer; b) um *grau epistemológico*. Por exemplo, a transferência de métodos da lógica formal para o campo do Direito produz análises interessantes na epistemologia jurídica; c) um *grau de geração de novas disciplinas*. Por exemplo, a transferência dos métodos da Matemática para o campo da Física gerou a Física-Matemática; os da Matemática para os fenômenos meteorológicos gerou a Teoria do Caos. Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade também permanece inscrita na pesquisa disciplinar. Pelo seu terceiro grau, a interdisciplinaridade chega a contribuir para o *big-bang disciplinar* (NICOLESCU, 1999, p. 52-53).

De acordo com Max-Neef, a interdisciplinaridade pode ser organizada em dois níveis hierárquicos [a partir de um nível superior, que coordena o nível inferior]. Por exemplo, imaginem-se inicialmente algumas disciplinas listadas em um sentido horizontal, consideradas a base de uma pirâmide, identificável como disciplinas do *nível empírico*. Imediatamente acima, há um outro grupo de disciplinas que constitui o *nível pragmático* (que inclui, por exemplo, áreas como engenharia, arquitetura, agricultura, medicina etc.). O terceiro é *nível normativo*, que inclui, entre outras, disciplinas como: planejamento, *design* de sistemas sociais, *design* ambiental etc. Finalmente, o topo da pirâmide corresponde ao *nível valorativo*, que incluiria disciplinas como ética, moral, teologia e filosofia, entre outras. Assim se define uma imagem hierárquica, em que o propósito de cada nível está dado pelo nível imediatamente superior (MAX-NEEF, 2004, p. 5, tradução nossa).

e) **Transdisciplinaridade.** A transdisciplinaridade pode ser definida como um processo de intercâmbio entre diversos campos e ramos do conhecimento científico [sem fronteiras sólidas entre as disciplinas], nos quais uns transferem métodos, conceitos, termos e

inclusive corpos teóricos inteiros para outros, que são incorporados e assimilados pela disciplina importadora, induzindo um processo contraditório de avanço/retrocesso do conhecimento, característico do desenvolvimento das ciências (LEFF, 2006, p. 82-83).

A complexidade dos problemas ambientais gerados pela racionalidade econômica dominante e a necessidade de analisá-los como *sistemas socioambientais complexos* criaram a necessidade de integrar a seu estudo um conjunto de conhecimentos derivados de *diversos campos do saber*.

De acordo com Sommerman (2012, p. 717), foi o psicólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget o primeiro a utilizar a expressão *transdisciplinaridade*, durante o I Seminário Internacional sobre a Pluridisciplinaridade e a Interdisciplinaridade, realizado na Universidade de Nice, na França, entre os dias 7 e 12 de setembro de 1970.

D'Ambrosio (1999, p. 648) ressalta que, de acordo com o enfoque transdisciplinar, não se pode excluir a possibilidade de que outros sistemas de conhecimento venham a se consolidar, superando os limites impostos pela rigidez da fragmentação do saber, contribuindo para a superação da crise global. Um exemplo desses sistemas de conhecimento pode ser encontrado nas *tradições*. Do encontro das ciências com as tradições resultam transformações profundas nos sistemas de crenças e nas propostas de explicação do comportamento humano. A transdisciplinaridade leva o indivíduo a tomar consciência da essencialidade do outro e da sua inserção na realidade social, natural, planetária e cósmica. Uma consequência imediata deste pressuposto está expressa no reconhecimento de que esta inserção só se realiza através de um relacionamento de respeito, solidariedade e cooperação com o outro, com a sociedade, com a natureza e com o planeta, todos e tudo integrados na realidade cósmica.

A transdisciplinaridade dá-se quando existe uma *coordenação entre todos os níveis*. Neef (2004, p. 7-9) exemplifica esse enfoque propondo novamente uma imagem piramidal, cuja base é formada por disciplinas de nível inferior que descrevem o mundo como é. Neste nível, poder-se-ia aprender as leis físicas da natureza e os princípios que governam a vida e as sociedades, por exemplo. Nesta faixa de disciplinas ter-se-ia, por exemplo, a Biologia, que esclarece sobre a evolução dos organismos vivos e sobre como estes desafiam a entropia, sendo eles sistemas abertos; a Sociologia e Economia, que descreveriam e explicariam o comportamento de seres humanos racionais. Importante observar que a linguagem organizadora deste nível empírico relacionar-

se-ia à *lógica*. Nesta primeira base da pirâmide, portanto, entrariam disciplinas como: Matemática, Física, Química, Ecologia, Sociologia, Economia, entre outras, e representariam a busca por respostas do tipo: *o que existe?*

O segundo nível disciplinar desta imagem piramidal conteria as disciplinas que são basicamente tecnológicas (cujas áreas de interesse compreenderiam Arquitetura, Engenharia, Agricultura, Indústria, Comércio etc.). Neste nível, a pergunta a ser respondida é: *o que somos capazes de fazer?* (com o que aprendemos no plano empírico). Por exemplo, os seres humanos fazem barragens e estradas, fabricam computadores e máquinas. A linguagem organizadora deste nível pragmático é o cibernético, que enfatiza somente as propriedades mecânicas da natureza e da sociedade.

O terceiro nível referir-se-ia ao nível normativo e busca responder à pergunta: *o que queremos fazer?* Em sociedades democráticas, as respostas são, muitas vezes, submetidas à votação, embora não para dizer se devemos construir uma determinada barragem, por exemplo, mas para escolher administradores com ou sem propensão para construir represas. Um bom exemplo de aporte de nível normativo é um dos resultados do movimento ambientalista: a avaliação dos impactos ambientais. Esse é um caso claro em que as pessoas têm capacidade direta de influir naquilo que querem que aconteça no ambiente. A linguagem organizadora deste nível normativo é a planificação, envolvendo os campos da Política e do Direito.

Por fim, o quarto e último nível de integração disciplinar, segundo Neef, refere-se ao nível valorativo, o qual busca responder: *o que deveríamos fazer?* ou *Como deveríamos fazer o que queremos fazer?* Este nível vai mais além do pontual. Seu enfoque direciona-se para as gerações futuras, o planeta como um todo, uma economia em que os indivíduos são importantes. Em outras palavras, busca respostas éticas. Ao manifestar uma preocupação global pela espécie humana e pela vida em geral, a linguagem organizadora deveria ser provavelmente uma espécie de Ecologia Profunda (NEEF, 2004, p. 7-9).

O professor da Universidade de Paris VI, Basarab Nicolescu, um dos mais atuantes e respeitados físicos teóricos no cenário científico contemporâneo, em sua obra *Manifesto da Transdisciplinaridade*, desenvolve uma metodologia da transdisciplinaridade pautada em três pilares: níveis de realidade, lógica do terceiro incluído e complexidade.

Max-Neef (2004, p. 10, tradução nossa) afirma que os três pilares da metodologia proposta por Nicolescu garantiriam, do ponto de

vista epistemológico, a possibilidade de se trabalhar a partir de uma *transdisciplinaridade forte*.

O *primeiro pilar* da transdisciplinaridade consiste no reconhecimento de níveis diferenciados de realidade, os quais corresponderiam a diferentes níveis de percepção. De acordo com Nicolescu (1999, p. 30), entende-se por realidade, em primeiro lugar, aquilo que *resiste* às nossas experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas.

Contudo, descobertas da Mecânica Quântica revelaram a existência de um nível de realidade totalmente diverso do mundo macrofísico em que se vive, o qual é regido por outras leis, lógicas e conceitos. Na Mecânica Quântica, por exemplo, as entidades microfísicas (quânticas) estão submetidas às leis quânticas, as quais são complexas de serem aplicadas ao mundo macrofísico.

A noção de realidade, portanto, *não seria apenas uma construção social, o consenso de uma coletividade, um acordo intersubjetivo* [o nível de realidade macrofísico]. *Ela também tem uma dimensão trans-subjetiva* [o nível de realidade quântico], *na medida em que um simples fato experimental poderia arruinar a mais bela teoria científica* (NICOLESCU, 1999, p. 31).

Dito isso, entender-se-ia por *nível de realidade* um conjunto de sistemas invariantes sob a ação de um número de leis gerais: por exemplo, as entidades quânticas submetidas às leis quânticas, as quais estão radicalmente separadas das leis do mundo macrofísico. Isto quer dizer que *dois níveis de realidade serão diferentes se, passando de um ao outro, houver ruptura das leis e ruptura dos conceitos fundamentais* (como, por exemplo, a causalidade). A *descontinuidade* que se manifestou no mundo quântico manifesta-se também na estrutura dos níveis de realidade. Isto não impede os dois mundos de coexistirem. A prova: nossa própria existência. Nossos corpos têm ao mesmo tempo uma estrutura macrofísica e uma estrutura quântica (NICOLESCU, 1999, p. 32).

A descoberta de pelo menos dois níveis de realidade diferentes no estudo dos sistemas ecológicos seria, para Nicolescu (1999, p. 32) um acontecimento de capital importância na história do conhecimento. Ele pode nos levar a repensar nossa vida individual e social, a fazer uma nova leitura dos conhecimentos antigos, a explorar de outro modo o conhecimento de nós mesmos, aqui e agora.

O *segundo pilar* da transdisciplinaridade refere-se ao que denominou de *lógica do terceiro incluído*, que funcionaria como uma espécie de ferramenta conceitual que busca explicar a multiplicidade de

interações que são difíceis de serem compreendidas segundo a lógica clássica. Tal conceito, vale salientar, contrapõe e se complementa à lógica clássica aristotélica que estabelece o princípio do terceiro excluído (que determina que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, ou seja, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro).

Nicolescu (1999, p. 33) explica que o desenvolvimento da Física Quântica – assim como a coexistência entre o mundo quântico e o mundo macrofísico –, levaram, no plano da teoria e da experiência científica, ao aparecimento de pares de *contraditórios mutuamente exclusivos* (A e não-A): onda e partícula, continuidade e descontinuidade, separabilidade e não separabilidade, causalidade local e causalidade global, simetria e quebra de simetria, reversibilidade e irreversibilidade do tempo etc.

Max-Neef salienta que, à primeira vista, não seria fácil entender um axioma que sustenta que existe um terceiro termo incluído que é simultaneamente A e não-A. Contudo, se introduzirmos a noção já apresentada dos *níveis de realidade*, a questão se aclara:

Imaginemos um triângulo em que um dos seus vértices está situado em um nível de realidade, e os outros dois vértices em outro nível. O que em um único nível apareceria como antagonismo entre dois elementos contraditórios (por exemplo: onda A e partícula não-A), deixa de sê-lo quando um terceiro elemento T, exercido a partir de outro nível de realidade, torna o aparentemente antagonismo (onda e partícula) em uma entidade unificada (quantum), percebida como não contraditória (MAX-NEEF, 2004, p. 15, tradução nossa).

Na obra *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do Direito*, percebe-se que Ost problematizou seus conceitos de natureza-objeto, natureza-sujeito e natureza-projeto, a partir de uma reflexão que parte da lógica do terceiro incluído, ou, como ele denominou: *o retorno do terceiro: o retorno do terceiro que a lógica clássica havia “excluído”, afirmando como dogmas os três princípios de identidade (A = A), de não contradição (A não é não-A) e de terceiro excluído (ou A ou não A)* (OST, 1995, p. 288).

Segundo Ost (1995, p. 288), com a visão dialética emerge esta ideia de um poder de elucidação inaudito, de que o não-A trabalha desde sempre a identidade de A; de que, graças à ambiguidade deste terceiro

que retorna, as identidades abrem-se às diferenças, de que as diferenças fazem mover as identidades, e de que, assim, qualquer coisa como o movimento, a história e a vida é tornada possível. No que respeita à implicação dialética do homem e da natureza, talvez fosse o conceito de *meio* que pudesse pretender ao papel de terceiro. A ideia de *meio* é infinitamente mais fecunda que a de *ambiente*. A noção de ambiente pressupõe ainda um ponto central – o ser humano –, que é “rodeado” por qualquer coisa: não nos desembaraçamos de uma perspectiva antropocêntrica e, sobretudo, monológica, unilateral. Em contrapartida, o *meio* – fecunda ambiguidade – é, simultaneamente, o que fica entre as coisas e o que as engloba; pode ser construído e pensado, tanto a partir do ser humano como a partir dos ecossistemas.

Por fim, o *terceiro pilar* da transdisciplinaridade refere-se à complexidade. Para Nicolescu (1999, p. 43), simultaneamente ao aparecimento dos diferentes níveis de realidade e das novas lógicas (entre elas, a do terceiro incluído) no estudo dos sistemas ecológicos, um terceiro fator veio se juntar para desferir o golpe de misericórdia na visão clássica do mundo: a *complexidade*. Ao longo do século XX, a complexidade instala-se por toda parte, assustadora, terrificante, fascinante, invasora, como um desafio à nossa própria existência e ao sentido de nossa própria existência. A complexidade nutre-se da explosão da pesquisa disciplinar e, por sua vez, a complexidade determina a aceleração da multiplicação das disciplinas.

A compreensão dos três pilares da transdisciplinaridade (dando-se ênfase à *lógica do terceiro incluído*) permitirá refletir-se sobre os *três eixos da ética ecológica* (o antropocentrismo, o biocentrismo e o ecocentrismo) – os quais serão tratados no terceiro capítulo.

A seguir, adentrar-se-á no *status* complexo dos animais não humanos, no sistema moral e no sistema jurídico. Tal estudo permitirá que se reflita acerca da Ética Animal e do Direito Animal, respectivamente.

2 O STATUS COMPLEXO DOS ANIMAIS NOS SISTEMAS MORAL E JURÍDICO

2.1 Constructo histórico-filosófico da dignidade

A expressão *dignidade*, conforme o Dicionário Houaiss, é um substantivo feminino de origem latina (*dignitas*) que apresenta como um de seus conceitos correntes o de *qualidade moral que infunde respeito* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 685).

Pretende-se, de modo panorâmico (genérico e inevitavelmente incompleto), traçar itinerário histórico-filosófico do conceito de dignidade, buscando identificar algumas de suas estruturas fundantes na cultura ocidental, no que tange ao tratamento moral conferido aos animais.

A expressão *dignidade* comumente remete ao conceito de pessoa humana, entendida como sendo a qualidade moral comum e intrínseca a todos os seres humanos. Vincular-se a ideia de dignidade a animais não humanos representa um desafio, pois nossa cultura atrelou o conceito de dignidade à base do que se conhecem como Direitos Humanos. Tentar alterar essa estreita relação torna-se tarefa árdua, por duas razões: a primeira, o fato de termos de propor sérias alterações nas bases de nossa sociedade antropocêntrica; a segunda, termos de levar em conta os animais não humanos e reconhecê-los tão importantes quanto os seres humanos inseridos no ecossistema, mas não tentando igualar humanos/não humanos, pois não estaria nas semelhanças, mas nas diferenças próprias de cada espécie a riqueza dessa relação que estabelecemos com eles (FEIJÓ, 2008, p. 127-128).

Como explica Singer (2010, p. 269-270), destacados pensadores ocidentais, em diferentes períodos, formularam e defenderam as atitudes *especistas* [de preconceito às outras espécies] que herdamos. Segundo o filósofo, as atitudes ocidentais para com os animais têm raízes em duas tradições: o Judaísmo e a Antiguidade grega. Essas raízes confluem no Cristianismo e é por meio dele que se tornam prevaletentes na Europa. À medida que pensadores começam a assumir posições relativamente independentes da Igreja Católica, surge uma visão mais esclarecida de nossas relações com os animais. Contudo, quanto a certos aspectos básicos, ainda não rompemos com as atitudes aceitas de maneira inquestionável na Europa até o século XVIII.

Do histórico da interação entre humanos e natureza, depreende-se que há, numa perspectiva mais ampla, certa ordem cronológica de

reconhecimento das correntes éticas existentes sobre o tema. Contudo, a indicação da preponderância de determinado paradigma ético em um dado momento não significa a inexistência de outras lógicas neste mesmo período. Afirmar isso seria negar a pluralidade e diversidade próprias da humanidade (ALBUQUERQUE; MORAES, 2015, p. 384).

Fundamental, pois, trazer as origens histórico-filosóficas que sedimentaram a concepção unidirecional da dignidade centrada no humano. Nessa trajetória, será possível ainda cartografar outras possíveis vertentes do pensamento filosófico não oficial que tenderam a afirmar uma ética não antropocêntrica.

Dividir-se-á tal apresentação histórica em três partes: a) pensamento antigo; b) pensamento medieval; c) pensamento moderno. Além disso, com o objetivo de situar historicamente o leitor em cada um dos três períodos citados, optou-se, neste item específico, por referenciar o período de vida de cada um dos pensadores mencionados, após seu respectivo nome.

a) **pensamento antigo**. No pensamento filosófico e político da Antiguidade clássica grega, a dignidade era tida como qualidade moral intrínseca ao ser humano, sendo elemento que o distinguia das demais espécies animais.

Nesse período, a *dignidade* relacionava-se, em regra, com a posição social ocupada pelo indivíduo e o seu grau de reconhecimento pelos demais membros da comunidade humana, daí poder falar-se em uma quantificação/modulação da dignidade, no sentido de se admitir a existência de pessoas mais dignas ou menos dignas. Já no pensamento estoico, a dignidade era tida como a qualidade que, por ser inerente ao ser humano, o distinguia dos demais animais, no sentido de que todos os seres humanos eram dotados da mesma dignidade (SARLET, 2011, p. 32).

Aristóteles, no século IV a.e.c., foi responsável por criar o sistema ético que prevalecerá até os nossos dias, intitulado de *Grande Cadeia do Ser* ou *Scala Naturae*, que concebe o universo como um ente imutável e organizado que forma um sistema hierarquizado, em que cada ser ocupa um lugar apropriado, necessário e permanente (GORDILHO, 2008, p. 20). Como a moral aristotélica é teleológica, os seres posicionados nos degraus mais baixos da escala natural existiriam para servir aos que se encontram nos degraus mais elevados, de modo que os animais, assim como as mulheres, os escravos e os estrangeiros existiriam para servir ao homem racional (GORDILHO, 2011, p. 127).

Aristóteles não nega a natureza animal do homem. Ao defini-lo como um animal racional, compara-o com os outros animais e conclui

pela sua superioridade inerente. O pensamento aristotélico vê no homem a existência de um espírito que falta aos animais. Além disso, considera que os animais, como os escravos, servem de meio para que se atinjam os propósitos humanos (MIGLIORE, 2012, p. 78).

Os estoicos refutam a teoria aristotélica do escravo natural, em favor de uma igualdade espiritual de todos os seres humanos, mas compartilham com ela de que os animais, destituídos de qualquer valor intrínseco, são simples instrumentos em benefício dos homens. Assim, por separar excessivamente o corpo da alma, e conceber o homem como a única espécie dotada de uma dimensão espiritual, Aristóteles, e sua teoria da Grande Cadeia do Ser, fornece o fundamento moral da ideologia especista, negando qualquer possibilidade de reconhecimento da *dignidade animal* (GORDILHO, 2008, p. 21).

Sabe-se que o pensamento grego não é uniforme, dividindo-se em escolas rivais, cada qual incorporando as ideias de seu fundador. Sendo assim, se Aristóteles (384 a.e.c.–322 a.e.c) representa uma escola majoritariamente aceita, enquadrando-se como defensor do antropocentrismo, por outro lado, vê-se na escola de Pitágoras (580 a.e.c.–496 a.e.c) a defesa de uma ética não antropocêntrica.

Pitágoras era vegetariano e estimulou seus seguidores a tratar os animais com respeito porque acreditava que a alma de homens mortos migrava para os animais [metempsicose]. Segundo Paixão e Schramm (2008, p. 64), existem evidências de que Pitágoras e seus seguidores se opunham ao sacrifício animal e preconizava uma dieta vegetariana.

Além de Pitágoras, figuraram como representantes da perspectiva não antropocêntrica os filósofos: Sêneca (4 a.e.c.–65), Plutarco (45–120), Porfírio (234–305) e Plotino (205–270).

Em que pese tais *vozes dissonantes*, a escola que se sedimentou na história ocidental foi a de Platão e de seu discípulo, Aristóteles (SINGER, 2010, p. 274).

b) **Pensamento medieval.** Inicialmente, ressalte-se que na primeira fase do Cristianismo, quando este havia assumido a condição de religião oficial do Império, destacou-se o pensamento do Papa Leão Magno (400–461), sustentando que os seres humanos possuíam dignidade pelo fato de que Deus os criou à sua imagem e semelhança, e que, ao tornar-se homem, dignificou a natureza humana, além de revigorar a relação entre o Homem e Deus mediante a voluntária crucificação de Jesus Cristo. Logo depois, no período inicial da Idade Média, o filósofo e teólogo romano Anício Manlio Severino Boécio (480–524), cujo pensamento foi posteriormente retomado por Tomás de Aquino, formulou, para a época, um novo conceito de pessoa e acabou

por influenciar a noção contemporânea de dignidade ao definir a pessoa como substância individual de natureza racional (SARLET, 2011, p. 33).

Dois expoentes do pensamento cristão sedimentaram a perspectiva antropocêntrica de se pensar a dignidade da vida: os teólogos Agostinho de Hipona (354–430) e Tomás de Aquino (1221–1243).

Agostinho de Hipona (ou Santo Agostinho, como ficou conhecido) refutou veementemente a ideia de se considerar pecado matar os animais, sob o fundamento de que a providência divina havia autorizado o uso dessas criaturas de acordo com a ordem natural das coisas, uma vez que, sendo destituídos de alma racional, os animais estariam impossibilitados de participar de qualquer tipo de acordo político (GORDILHO, 2008, p. 22).

Tomás de Aquino, por sua vez, não afirma que a crueldade com *animais irracionais* seja algo errado, em si. Em seu esquema moral não há espaço para coisas erradas desse tipo, pois divide os pecados entre aqueles cometidos contra Deus, contra si próprio e contra seus semelhantes. Assim, os limites da moralidade mais uma vez excluem os não humanos. Não há uma categoria de pecados contra esses seres (SINGER, 2010, p. 283).

A visão de mundo centrada no mito bíblico da criação contribuiu para o entendimento de superioridade humana e subjugação dos animais, pois sustenta que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, possuindo assim uma posição de destaque e domínio em relação às demais criaturas. Diversas passagens bíblicas parecem demonstrar esta superioridade e domínio, e logo no início do livro Gênesis³³, observa-se a ideia de que o homem é um ser especial, estando os demais seres vivos sob seu domínio³⁴ (CHALFUN, 2010, p. 217-218).

³³ [...]. 2:26 *E disse Deus: façamos o homem à nossa imagem e semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra.* 2:27 *E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.* [...] (BÍBLIA, 1988).

³⁴ Felipe (2014, p. 211) explica que Andrew Linzey [que foi teólogo e filósofo integrante do Grupo de Oxford] propôs que a noção convencional de *domínio (rada)* – o domínio dado por Deus ao homem na primeira saga do Gênesis –, tão cara à tradição da Igreja Católica, fosse interpretada como *responsabilidade* e não como direito de matar, nem de comer, nem de punir, nem para livrar-se a si mesmo de um peso insuportável.

Nussbaum ressalta que todos os filósofos que escrevem a partir da tradição ocidental moderna, quaisquer que sejam suas crenças religiosas, foram influenciados profundamente pela tradição judaico-cristã, que ensina que aos seres humanos foi dado o domínio sobre os animais e as plantas. Ainda que escritores judeus e cristãos tenham estudado os gregos e os romanos e incorporado muito de suas ideias, não surpreende que a escola antiga de pensamento ético que teve a maior influência em seu pensamento com relação à questão dos animais tenha sido o estoicismo, que, de todas as perspectivas grego-romanas, foi a menos simpática à ideia de que os animais poderiam ter um estatuto ético (NUSSBAUM, 2013, p. 402-403).

À exceção de pensadores como Francisco de Assis, a Igreja sempre olhou para os animais com indiferença, na crença de que sendo destituídos de livre-arbítrio, eles acabam por se identificar com o mundo pecaminoso (GORDILHO, 2008, p. 22).

A vida de Giovanni di Pietro di Bernardone (1182–1226), de pseudônimo São Francisco de Assis, fora repleta de exemplos em que demonstrou compaixão pelos animais. Por seu apreço à natureza, é mundialmente conhecido como o santo patrono dos animais e do meio ambiente. Não obstante, a perspectiva biocêntrica de Francisco de Assis não alcançou o *status* de pensamento oficial da Igreja, posto esse ocupado pelas ideias de Tomás de Aquino.

O discurso oficial da Igreja Católica Apostólica Romana, mesmo após a Reforma Protestante, segue Tomás de Aquino e não Francisco de Assis, ao definir a ética católica e o *status* que esta reserva aos animais. Maus-tratos contra animais não encontram lugar na lista de pecados estabelecida por Aquino, e assim o é até nossos dias (FELIPE, 2014, p. 213).

Em 18 de junho de 2015, o sacerdote Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, publicou carta encíclica denominada *Laudato si*, em que afirma ser preciso nova hermenêutica ao texto bíblico que convida a *dominar* a terra. Segundo explica:

[...]. Se é verdade que nós, cristãos, algumas vezes interpretamos de forma incorreta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que, do fato de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra, se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas. [...]. Assim nos damos conta de que a Bíblia não dá lugar a um

antropocentrismo despótico, que se desinteressa das outras criaturas (SANTA SÉ, 2015, p. 53).

A encíclica *Laudato si* representou um avanço à visão tradicional católica, buscando problematizar a crise socioecológica, buscando criticar o modelo de desenvolvimento vigente e dar ênfase à *ecologia integral* [influência colhida do pensamento de Leonardo Boff]. Contudo, a situação dos animais não humanos ainda permanece uma situação em aberto. No referido texto, não se vislumbra nenhuma crítica aos sistemas de produção e consumo de produtos de origem animal – uma das principais causas da destruição dos *habitats*, da degradação do planeta e da exploração abusiva dos animais.

c) **Pensamento moderno.** O fim da Idade Média, em verdade, representou um retorno ao humanismo grego. Com a modernidade renasce o antropocentrismo, acompanhado da laicização das mentalidades e o *desencantamento do mundo*, e o homem volta a ocupar o centro axiológico do universo moral (GORDILHO, 2008, p. 23).

Parecia que o período da Renascença e o surgimento do pensamento humanista em oposição à escolástica abalariam a visão medieval do universo e derrubariam as ideias anteriores sobre o *status* dos seres humanos em relação aos outros animais. Todavia, o humanismo renascentista era, afinal, *humanismo*; e o significado desse termo nada tinha com *humanitarismo* – a tendência de se agir de modo humanitário. A principal característica do humanismo renascentista foi sua insistência no valor e na *dignidade dos seres humanos*, bem como no lugar central ocupado por eles no universo (antropocentrismo). Os humanistas da Renascença enfatizaram a singularidade dos humanos, seu livre-arbítrio, seu potencial e sua dignidade, e contrastaram tudo isso com a natureza dos *animais inferiores* (SINGER, 2010, p. 288-289).

No contexto antropocêntrico renascentista e sem renunciar à inspiração dos principais teóricos da Igreja Católica, Giovanni Pico Della Mirandola (1463–1494), no seu opúsculo sobre a dignidade do homem, ao justificar a ideia da grandeza e superioridade do homem em relação aos demais seres, afirmou que, sendo criatura de Deus, ao homem foi outorgado uma natureza indefinida (diversamente dos demais seres, de natureza bem definida e plenamente regulada pelas leis divinas), para que fosse seu próprio árbitro, soberano e artífice, dotado da capacidade de ser e obter aquilo que ele próprio quer e deseja (SARLET, 2011, p. 34).

Como se vê, Pico Della Mirandola, ao tratar do tema da dignidade, não parte do zero em sua construção teórica, filiando-se ao

pensamento sedimentado das ideias tomistas (desenvolvidas por Tomás de Aquino), que identificou dignidade ou valor do homem com o atributo da razão. Em outras palavras, a dignidade humana continua derivando da racionalidade.

Colhe-se da introdução do livro *Discurso sobre a Dignidade do Homem*:

Li nos escritos dos Árabes, venerandos Padres, que, interrogado Abdala Sarraceno sobre qual fosse a seus olhos o espetáculo mais maravilhoso neste cenário do mundo, tinha respondido que nada via de mais admirável do que o homem. Com esta sentença concorda aquela famosa de Hermes [Trimegisto]: “Grande milagre, ó Asclépio, é o homem”. Ora, enquanto meditava acerca do significado destas afirmações, não me satisfaziam de todo as múltiplas razões que são aduzidas habitualmente por muitos a propósito da grandeza da natureza humana: ser o homem vínculo das criaturas, familiar com as superiores, soberano das inferiores; pela agudeza dos sentidos, pelo poder indagador da razão e pela luz do intelecto, ser intérprete da natureza; intermédio entre o tempo e a eternidade e, como dizem os Persas, cópula, portanto, himeneu do mundo e, segundo atestou David, em pouco inferior aos anjos (MIRANDOLA, 2010, p. 53).

A mais bizarra e dolorosa consequência final – para os animais – das doutrinas cristãs surgiu na primeira metade do século XVII, com o filósofo e matemático francês Rene Descartes (1596–1650). Em sua filosofia, a doutrina cristã de que os animais não possuem alma imortal adquire a extraordinária consequência de levar à negação de que eles tenham consciência. Segundo Descartes, *os animais são meras máquinas, autômatos. Não sentem prazer nem dor*. Embora possam guinchar quando cortados por uma faca, ou contorcer-se no esforço de escapar do contato com um ferro quente, isso não significava, para Descartes, que sentissem dor nessas situações. Os animais seriam, portanto, governados pelos mesmos princípios de um relógio (SINGER, 2010, p. 290-291).

No *Discurso do Método*, livro dividido em seis partes, Descartes reservou a penúltima parte para abordar as diferenças entre os homens e os animais. Para ele, a grande diferença entre o humano e o

não humano estaria no elemento *alma* – privilégio exclusivo do ser humano, o qual manifestar-se-ia por meio da linguagem.

Acerca da concepção objetificadora e mecanicista que Descartes conferiu aos animais, coleciona-se de sua obra:

[...] O que não parecerá de modo algum estranho aos que, sabendo quantos “autômatos”, ou máquinas moventes, a indústria dos homens pode criar, utilizando poucas peças em comparação com a grande quantidade de ossos, músculos, nervos, artérias, veias e todas as outras partes existentes no corpo de cada animal, hão de considerar esse corpo como uma máquina, a qual, tendo sido feita pelas mãos de Deus, é incomparavelmente melhor ordenada do que nenhuma das que podem ser inventadas pelos homens (DESCARTES, 2006 [1637], p. 95).

Contemporâneo de Descartes, o jurista e filósofo inglês Thomas Hobbes (1588–1679) sustentava que o homem é o lobo do homem e que somente o Estado e sua ordem é que poderiam pôr fim ao estado natural de barbárie, tornando o ser humano digno de proteção e diferente de todos os outros animais (MIGLIORE, 2012, p. 82).

Para Hobbes, a dignidade, numa acepção que remonta em parte ao período clássico, no sentido da dignidade como representando o valor do indivíduo no contexto social, está essencialmente vinculada ao prestígio pessoal e dos cargos exercidos pelos indivíduos, cuidando-se, portanto, de um valor atribuído a alguém, pelo Estado e pelos demais membros da comunidade (SARLET, 2011).

Da obra *Leviatã*, no capítulo 10, intitulado “Sobre o poder, valor, dignidade, honra e merecimento”: [...]. *O valor público de um homem, aquele que lhe é atribuído pelo Estado, é o que os homens vulgarmente chamam dignidade. Esta sua avaliação pelo Estado se exprime por meio de cargos de direção, funções judiciais e empregos públicos ou pelos nomes e títulos introduzidos para a distinção de tal valor. [...]* (HOBBS, 2007, p. 71-72).

A concepção secularizada de dignidade humana, tal qual se conhece hoje, inclusive no meio jurídico, fundamentar-se-á nas ideias do filósofo prussiano Immanuel Kant (1724–1804), trazidas em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, datada de 1785. Nesta obra, Kant esclarece:

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como *equivalente*; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade. O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um *preço venal*; aquilo que, mesmo sem pressupor uma necessidade, é conforme a um certo gosto, isto é, a uma satisfação no jogo livre e sem finalidade das nossas faculdades anímicas, tem um *preço de afeição ou de sentimento* (*Affektionspreis*); aquilo porém que constitui a condição só graças à qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é, um preço, mas um valor íntimo, isto é, *dignidade* (KANT, 1974, p. 234).

Immanuel Kant acreditava que os seres humanos ocupam um lugar especial na criação. Desde os tempos remotos, os seres humanos se consideraram essencialmente diferentes das outras criaturas – e não apenas diferentes, mas melhores. Sob este ponto de vista, os seres humanos têm um *valor moral intrínseco* ou dignidade que os torna valiosos *acima de todo preço*. Os outros animais, assim pensava Kant, só têm valor na medida em que servem aos propósitos humanos. Kant condenou o abuso dos animais, não porque os animais seriam feridos. Antes, nós nos preocupamos conosco mesmos: *Aquele que é cruel para com os animais, também se torna insensível no seu trato com os homens* (RACHELS, 2013, p. 146).

Kant teria ilustrado seu pensamento com o trabalho do inglês William Hogarth, na pintura *Os quatro estágios da crueldade*. Nesta obra, por meio de quatro telas, o artista inglês demonstrou a evolução da crueldade em Tom Nero, seu personagem principal, que, quando criança, maltratava animais e, quando adulto, tornou-se um assassino (PAIXÃO; SCHRAMM, 2008, p. 71).

De acordo com Kant, os seres humanos possuem valor intrínseco/dignidade porque eles são *agentes racionais*, ou seja, agentes livres capazes de tomar as suas próprias decisões, estabelecer seus próprios objetivos e guiar suas condutas pela razão. A bondade moral só pode existir para que os seres racionais compreendam e façam o que devem fazer, agindo a partir de um senso de dever. Os seres humanos são os únicos agentes racionais que existem na Terra. Os animais não

humanos não têm vontade livre. Eles não *guiam as suas condutas pela razão* porque as suas capacidades racionais são muito limitadas (RACHELS, 2013, p. 147).

Kant considerava que todos os nossos deveres podem ser derivados de um princípio último que ele chamou de imperativo categórico, o qual expressou deste modo: *Age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio.* Assim, tratar as pessoas *como um fim* significaria, no nível mais superficial, tratá-las bem. Nós devemos promover o seu bem-estar, respeitar os seus direitos, evitar-lhes causar dano. Mas a ideia de Kant tem também uma implicação mais profunda: *tratar as pessoas como fins requer tratá-las com respeito.* Assim, nós não podemos manipular as pessoas, ou “usar” as pessoas para conseguirmos os nossos objetivos, não importando quão bons tais objetivos possam ser (RACHELS, 2013, p. 147-148).

Singer (2010, p. 295-297) lembra que, em suas aulas sobre Ética, Kant dizia aos alunos: *Não temos deveres diretos com relação aos animais. Eles não possuem autoconsciência e existem meramente como meios para um fim. Esse fim é o homem.*

Em 1789, mesmo ano em que Kant proferiu as referidas aulas sobre ética, outro filósofo, Jeremy Bentham conclui seu livro *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, em que dá uma resposta definitiva a Kant: “A questão não é *Eles são capazes de raciocinar?*, nem *São capazes de falar?*, mas sim: *Eles são capazes de sofrer?*”

Desse modo, será ainda no século XVIII, com os filósofos britânicos David Hume (1711–1776) e Jeremy Bentham (1748–1832), que um corte decisivo nessa influência da racionalidade será feita em prol dos animais. Hume e Bentham deslocarão a moralidade de sua base calcada na racionalidade para a do sentimento. Segundo Hume, a moralidade vem de um *sentimento de humanidade* e se destina a produzir utilidade, isto é, à distribuição de felicidade. Um sistema de regras é, portanto, apenas uma parte secundária da moralidade. Assim, os animais poderiam estar excluídos da justiça, que seria uma questão de conveniência, mas *considerações humanitárias nos obrigariam a tratá-los com brandura* (PAIXÃO; SCHRAMM, 2008, p. 71-72).

Para Hume (2004, p. 148), *parece evidente que os animais, tanto quanto os seres humanos, aprendem muitas coisas a partir da experiência e inferem que os mesmos acontecimentos irão sempre seguir-se das mesmas causas.*

Paralelamente às ideias majoritárias que atrelam o conceito de dignidade à racionalidade e ao ser humano, importa reconhecer, nesse mesmo período, a construção de teorias que buscam valorizar a dignidade animal.

Em 1776, em Londres, surge a obra *A Dissertation on the Duty of Mercy and the Sinn of Cruelty Against Brute Animals (Dissertação sobre o dever de compaixão e o pecado da crueldade contra os animais brutos)*, de Humphry Primatt³⁵ (1735–1776/7), possivelmente a primeira obra a defender a igualdade moral entre humanos e não humanos e a combater o que considerou de o *preconceito em favor de si mesmo* contra seres vivos vulneráveis de outras espécies.

Tal livro de Primatt irá inspirar o filósofo utilitarista Jeremy Bentham (1748–1832), que elabora a seguinte nota de rodapé em seu livro “Uma introdução aos princípios morais e da legislação”, de 1789:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é razão para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são razões igualmente insuficientes para abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo ou um cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Supondo,

³⁵ Conforme Richard D. Ryder, na introdução de *The Duty of Mercy*, Humphry Primatt nasceu em Londres, graduou-se em Artes em 1757, e tornou-se mestre em Artes em 1764. Em 3 de setembro de 1773, doutorou-se em Teologia, em Aberdeen. Foi reitor do Brampton em Norfolk em 1771, e vigário da Higham em Suffolk e da Swardeston em Norfolk, de 1766 a 1774, quando se aposentou. Viveu em Aberdeen até sua morte, estimada por volta de 1778, mais ou menos aos quarenta anos de idade. Pelo que se pode saber, deixou escrito somente este livro, *The Duty of Mercy*, uma pérola em defesa dos animais (FELIPE, 2006, p. 208).

porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? O problema não consiste em saber se os animais podem raciocinar; tampouco interessa se falam ou não; o verdadeiro problema é este: podem eles sofrer? (BENTHAN, 1973 [1789], p. 69).

A revolução darwiniana, com a publicação da obra *A Origem das Espécies* em 1871, provou que as diferenças entre humanos e animais são apenas de grau [de um *continuum*], e não de categoria [natureza], e que a espécie humana, portanto, não ocupa nenhum local privilegiado na ordem do cosmos³⁶. Há uma continuidade entre os

³⁶ *A humanidade vem sofrendo sucessivos “descentramentos” ao longo de sua história. O primeiro deles se deu com Copérnico (1473–1543), que logrou retirar do imaginário popular a Terra como centro do universo. A segunda “virada” veio com Darwin (1809–1882) por meio da demonstração científica da natureza animal do homem, pela qual as diferenças entre eles e os outros animais são apenas de grau e não de categoria. Assim sendo, não ocuparíamos lugar privilegiado ou especial na “ordem da criação”. O terceiro “abalo” ao antropocentrismo veio nos séculos XIX e XX com as obras de Marx (1818–1883) e Freud (1856–1939) que questionaram a crença iluminista no “poder absoluto da razão”. Marx por meio da teoria do “materialismo histórico”, explicou que as nossas crenças (morais, religiosas, filosóficas e políticas) e nosso comportamento são diretamente relacionados à posição social ocupada pelo indivíduo e às relações de trabalho e produção. A razão, sob esta ótica, não é inteiramente fruto da liberdade individual, mas, sim, dos valores subliminarmente incorporados pelas pessoas no jogo do processo produtivo (“poder da ideologia”). Freud, por sua vez, representa a descoberta do inconsciente pela psicologia, de tal sorte que a razão não seria senhora absoluta da conduta humana. Grande parte de nosso comportamento seria governado e determinado por forças inconscientes (“poder do inconsciente”). Paralelamente, os neurocientistas tendem a romper com o paradigma da mente como “tábula rasa” e apelam cada vez mais para estudos direcionados à importância e influência dos efeitos genéticos sobre a cognição e o intelecto. A sucessiva [quarta] derrubada da “arrogância humana” continua com os paleontologistas que, de acordo com a feliz expressão cunhada por John Mcphee, descobriram a realidade do “tempo profundo”. Nesse sentido, Stephen Jay Gould (1941–2002) alerta para o fato de que “a existência humana preenche apenas o último micromomento do tempo planetário – um centímetro ou dois do quilômetro cósmico, um minuto ou dois do ano cósmico”. O quinto “descentramento” consiste justamente na ampliação, para além da fronteira humana, do rol dos seres vivos agraciáveis com a possibilidade de titularizarem direitos subjetivos (LOURENÇO, 2008, p. 18-19, sem grifo no original).*

humanos e as demais espécies, todavia, estes últimos continuam excluídos da esfera de consideração jurídica ou moral. Estar atrás ou à frente no tempo evolucionário não concede qualquer valor moral específico às espécies, vez que não se pode conceder valor moral a fatos científicos que, no máximo, podem ser utilizados como premissas fáticas para argumentos éticos (GORDILHO, 2011, p. 129-131).

Vale destacar que, em 1892, surge a primeira obra jurídica sobre Direitos Animais, assim intitulada *Animal Rights: Considered in Relation to Social Progress* (Direitos Animais considerados em relação ao progresso social), de autoria do indiano radicado na Inglaterra Henry Stephens Salt (1851–1939)³⁷. Grande ativista pelos Direitos Humanos e Animais, o professor britânico Henry Salt foi o primeiro escritor a defender explicitamente que os animais não mereceriam apenas um tratamento melhor porque eles possuem direitos. Salt exercera grande

³⁷ *Henry Salt nasceu na Índia, mas foi na Inglaterra que desenvolveu seu trabalho. Filho de coronel da Artilharia Real Bengala, o britânico Thomas Salt, e de Ellen Mattilda, Henry Stephens Salt nasceu em 1851, na cidade de Nynce Tal, ao sul do país asiático. Com um ano de idade, retornou com a mãe para a Inglaterra, onde passou a maior parte de sua infância na casa dos avós maternos. Henry Salt estudou no Colégio Eton, conhecido como a escola pública mais famosa do mundo. Em 1875, concluiu a pós-graduação na Universidade de Cambridge e voltou ao Colégio Eton, como professor assistente. Quatro anos mais tarde, casou-se com Catherine Joynes. Impressionado com os escritos de Rousseau, Thoreau e de Edward Carpenter, Salt notou que o “luxo para um homem envolveria a escravidão de outro”. A busca por justiça o levou a inevitáveis decepções. Salt sentia-se repugnado pelos hábitos alimentares de seus mestres companheiros e estava convencido de que eles “eram canibais vestidos em trajes acadêmicos – quase liberalmente canibais, por devorarem a carne e sangue de animais... e, indiretamente canibais, por vivirem pelo suor do trabalho duro das classes que labutam pelo mundo”. Até que em 1884, decidiu dispensar todos seus servos, deixou seu cargo de professor e com a esposa se mudou para uma pequena cabana em Tilford, no sudeste britânico. Na nova moradia, o casal plantava seus próprios vegetais e vivia com muita simplicidade, sustentados por uma pequena pensão que o escritor recebia. Henry estava determinado a levar uma nova vida dedicada à escrita e às causas humanitárias: começou a escrever para a revista Justice, da Federação Social-Democrata, e a trabalhar como crítico literário em jornais socialistas. Em 1891, Salt criou a Liga Humanitária, que tinha como meta promover o princípio do tratamento humano e servia como base para os ideais de grupos vegetarianos, antiviviseccionistas, antiguerra, entre outros [...]* (SIQUEIRA, 2011, p. 50-51).

influência sobre Mahatma Gandhi (1869–1948), notadamente em seus postulados sobre defesa animal, desobediência civil e não violência.

Salt objetiva estabelecer o *princípio fundamental dos direitos animais* a partir de uma base coerente e inteligível, mostrando que tal princípio estaria subjacente a vários esforços de reformadores humanitários, devendo-se desfazer as cômodas falácias que envolvem o tema. Salt mostra-se ciente de que muitas de suas opiniões parecerão ridículas para aqueles que abordam a questão de um ponto de vista oposto e consideram os animais inferiores, como se eles tivessem sido criados unicamente para o prazer e benefício humanos. Eis um conflito de opiniões que só o tempo poderá julgar, mas Salt afirmava já existirem indícios de que o enfoque humanitário haveria de prevalecer ao final (SALT, 1999 [1892], p. 27-28, tradução nossa³⁸). Salt é enfático em afirmar seu princípio fundamental: *Os animais têm direitos? Certamente, se os seres humanos têm direitos* (SALT, 1999 [1892], p. 27-28, tradução nossa³⁹). Para Salt, se existem “direitos”, por um critério de coerência, estes não poderiam ser concedidos aos humanos e negados aos animais, pois o mesmo senso de justiça e compaixão aplicar-se-ia a ambos os casos. Dor é dor, já dissera Humphry Primatt, seja ela infligida a humanos ou animais (SALT, 1999 [1892], p. 44, tradução nossa⁴⁰).

Contudo, Salt admite as imensas dificuldades que se opõem à libertação animal:

³⁸ Redação original: *El objeto del presente ensayo es establecer el principio de los derechos de los animales sobre una base coherente e inteligible, mostrar que este principio subyace en los diversos esfuerzos de los reformadores humanitarios, y despejar las cómodas falacias de los apologistas del sistema actual tan industriosamente han acumulado. [...]. Soy consciente de que gran parte de mis opiniones parecerán ridículas a aquellos que enfocan el tema desde un punto de vista opuesto y que consideran a los animales inferiores como si hubiesen sido creados únicamente para placer y ventaja del hombre. [...]. Es un conflicto de opiniones, sobre el cual sólo el tiempo podrá juzgar. Pero hay ya no pocos indicios de que serán los humanitarios los que reirán los últimos* (SALT, 1999 [1892], p. 27-28).

³⁹ Redação original: *Tienen derechos los animales inferiores? Sin duda, si es que los tienen los seres humanos* (SALT, 1999 [1892], p. 29).

⁴⁰ Redação original: *Nuestro principio fundamental está ahora claro. Si existen los "derechos" en absoluto - y tanto el sentimiento como el uso prueban indubitavelmente que sí existen - no pueden coherentemente otorgarse a los hombres y negarse a los animales, ya que el mismo sentido de justicia y compasión es de aplicación en ambos casos. "El dolor es dolor" - disse un honardo y viejo autor [Humphry Primatt] tanto si se inflige al hombre como a la bestia* (SALT, 1999 [1892], p. 44).

A nossa relação com os animais é complicada e contaminada pelos inúmeros hábitos transmitidos ao longo dos séculos de desconfiança e brutalidade. Portanto, uma ética de perfeito humanitarismo é impraticável e, talvez, impensável. Desse modo, podemos fazer outra coisa senão indicar, de uma maneira geral, o princípio fundamental dos direitos dos animais, observando, ao mesmo tempo, a maioria das violações flagrantes desses direitos, bem como as linhas que indicam a única reforma válida que pode ser realizada a partir de agora (SALT, 1999 [1892], p. 43, tradução nossa⁴¹).

Em 1973, o psicólogo britânico Richard D. Ryder (1940–) apresenta o neologismo intitulado *especismo*, para definir a discriminação habitual que é praticada pelo ser humano contra as outras espécies.

Por sua vez, o filósofo utilitarista Peter Singer (1946–) tomará emprestado o conceito de especismo para desenvolver os argumentos de sua célebre obra *Libertação Animal*, publicada originalmente em 1973, e expandida em 1975. Tal livro é considerado a pedra de toque que dera origem a um verdadeiro movimento pelos direitos dos animais, por todo o mundo.

A obra de Singer, publicada quando este contava com 27 anos de idade, inicia ao modo de manifesto pelos direitos dos animais, e seu argumento é: se os animais são capazes de sentir prazer e dor, como os seres humanos, eles possuem *interesses* que merecem consideração.

⁴¹ Redação original: *Admitamos sin reservas las inmensas dificultades que se oponen a esta liberación animal. Nuestra relación con los animales se ve complicada y envenenada por innumerables hábitos transmitidos a lo largo de siglos de desconfianza y brutalidad. No podemos en todos los casos, aflojar de repente estos hábitos ni hacer plena justicia ni siquiera allí donde vemos que hay que hacerla. No es por tanto practicable, y acaso no sea pensable, una ética de perfecto humanitarismo, y no podemos intentar hacer otra cosa que indicar, de un modo general, el fundamental principio de los derechos de los animales, tomando nota al mismo tiempo de las más flagrantes violaciones de esos derechos que se produzcan en determinados casos, así como indicando las líneas de la única reforma válida que pueda llevarse a cabo de ahora en adelante* (SALT, 1999 [1892], p. 43).

Em 1976, surge a obra *Animal Rights and Human Obligations* (Direitos animais e deveres humanos), coautoria de Singer e do filósofo deontologista Tom Regan (1938–2017).

Em 1983, Tom Regan publica o seu livro *The Case for Animal Rights* (A questão dos direitos animais), defendendo a Ética Animal a partir de uma perspectiva da categoria de *direitos*. Em outras palavras, ao invés de argumentar que devemos parar de tratar os animais desse ou daquele modo, por eles sentirem dor e sofrerem, Regan sustenta que todo animal é considerado *sujeito-de-uma-vida* e possui valor inerente (valor por si mesmo).

A seguir, pretende-se discorrer-se-á sobre os fundamentos do *status* moral e jurídico conferido aos animais não humanos. Saliente-se que o tratamento separado desses dois estatutos (moral e jurídico), além da finalidade didática, busca evidenciar que tais perspectivas (*moral rights* e *legal rights*), em que pese complementares, podem se mostrar antagônicas. Didaticamente, pode-se dizer que o estudo do *status* moral está para a Ética, assim como o estudo do *status* jurídico está para o Direito, sendo que ambos relacionam-se dialogicamente.

2.2 Estatuto moral dos animais (ou os seres moralmente consideráveis)

Ressalte-se serem várias as teorias que tratam da Ética Animal, cada uma com seus desdobramentos. Não obstante, este capítulo concentrar-se-á naquelas principais e mais influentes. Pontue-se que a partir dos autores contemporâneos que serão apresentados, vasta literatura especializada vem sendo desenvolvida, sobretudo nas últimas quatro décadas.

Os conceitos filosóficos trazidos por Peter Singer e Tom Regan, assim como de outros teóricos animalistas como Humphry Primatt, Richard D. Ryder, Henry Salt e Gary Francione, foram introduzidos no debate filosófico brasileiro, pela filósofa Sônia T. Felipe, autora de importantes obras, tais como: *Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais* (de 2003, edição esgotada) e *Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas* (de 2007, em segunda edição). De modo incansável, desde a década de 1990, a professora Sônia T. Felipe vem introduzindo ao linguajar acadêmico da filosofia no Brasil os termos centrais da filosofia de Singer e Regan (por exemplo, *valor inerente*, *sujeitos de uma vida*,

direitos animais e abolicionismo), sempre com a devida referência aos autores (FELIPE, 2016).

Os animais possuem interesses que devem ser respeitados? Eles são dignos de consideração moral ou somente seres humanos mereceriam tal estatuto? Uma vez atribuída dignidade aos animais, qual a fundamentação moral para tanto?

Para responder a estas perguntas, dois dos principais filósofos animalistas, Peter Singer e Tom Regan, debruçam-se sobre o tema desde a década de 1970, buscando fundamentos sólidos em prol do respeito e da consideração moral aos animais.

Para Jamieson (2010, p. 179), essas são as duas versões mais influentes das teorias morais que abordam a defesa animal: o utilitarismo de Peter Singer e a teoria fundada em direitos morais, de Tom Regan. Embora existam vários pontos de contato nas teorias de ambos, há importantes diferenças teóricas entre elas: a) Singer é um filósofo utilitarista na tradição de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, ao passo que Regan é um teórico dos direitos da tradição de Immanuel Kant; b) para Singer, o critério para a consideração moral é a senciência, sendo que para Regan, é ser *sujeito-de-uma-vida* – uma expressão por este criada; c) Regan é um absolutista em relação a algumas regras morais, enquanto Singer não.

Peter Singer estabelece um princípio moral básico que denominará de *princípio da igual consideração de interesses semelhantes*, o qual defende que não se restrinja arbitrariamente apenas à espécie humana.

Tom Regan, por sua vez, diferenciar-se-á de Singer por defender uma teoria de direitos morais para os animais. Em sua teoria, Regan amplia noções essenciais da filosofia moral kantiana, para abarcar os animais não humanos. Além disso, ele rejeita a corrente utilitarista por entender que esta vê os indivíduos apenas como meios e não fins em si mesmos. Os indivíduos são valiosos, na perspectiva utilitarista, somente enquanto contribuem para fazer o mundo melhor. São *receptáculos* de valor em vez de valiosos em si mesmos. Regan também propõe o postulado do valor inerente: os indivíduos têm valor independentemente de suas experiências e de seu valor para os outros (JAMIESON, 2010, p. 184-185).

O que conta moralmente, na perspectiva de Regan, não é o interesse que é atingido pela nossa conduta, mas sim a individualidade do titular desse interesse, sob pena de se instrumentalizar os indivíduos aos interesses, e especialmente aos interesses do maior número (ARAÚJO, 2003, p. 339-340).

Jamieson (2008, p. 114) ressalta que a noção de valor intrínseco pode ser compreendida como sendo o *padrão ouro* da moralidade. Assim como o ouro é o que há de máximo valor monetário, o que é de valor intrínseco é de máximo valor moral. Todavia, urge destacar que a expressão “valor intrínseco” pode ser utilizada de diferentes maneiras⁴².

Na prática, Singer e Regan se preocupam com os mesmos tipos de animais. Em termos gerais, ambos os filósofos partilham a convicção de que: a) todas as espécies de animais sencientes têm *status* moral; b) as diferenças entre humanos e animais não são tais que justifiquem o modo pelo qual os tratamos; c) esse *status* moral exige reformas amplas nos nossos costumes (NACONECY, 2014, p. 179).

Afirmar-se que os animais possuem um *status* moral próprio significa dizer, em outras palavras, que eles não estão no mundo apenas para satisfazerem os interesses humanos (eles possuem valor intrínseco ou inerente). A possibilidade deles serem prejudicados (ou beneficiados) pela ação humana também confere-lhes esse *status* (pela via da *senciência*).

⁴² Eis 4 acepções ao termo “valor intrínseco”: O **primeiro** sentido acompanha a metáfora do padrão ouro. Nesse sentido, valor intrínseco pode ser contrastado com valor instrumental. O que é de valor intrínseco é de máximo valor; o que é de valor instrumental é valioso apenas por ser favorável à percepção do que é de valor intrínseco. Por exemplo, suponhamos que o prazer é de valor intrínseco. Nessa hipótese, poderíamos pensar que esquiar é valioso, não em si mesmo, mas porque produz prazer, que tem valor intrínseco. No **segundo** sentido, valor intrínseco é visto como o ingresso que admite algo à comunidade moral. Mais precisamente, ter valor intrínseco é necessário e suficiente para ser objeto de preocupação moral primária (o que os filósofos chamam de ter “estatuto moral” ou ser “moralmente considerável”). Suponhamos que a *senciência* – a capacidade de prazer e dor – tenha valor intrínseco nesse sentido. Segue-se que tudo o que for senciente será um membro da comunidade moral e seus interesses devem figurar em nossa tomada de decisão. O **terceiro** sentido de valor intrínseco é às vezes chamado “valor inerente” porque, nesse caso, o valor de algo depende inteiramente do que é natural da coisa em si mesma. Finalmente, o **quarto** sentido de valor intrínseco é aquele no qual o que é de valor intrínseco independe de quem avalia. A ideia aqui é que existem certas coisas que são de valor, mesmo que ninguém nunca as valorize. Este sentido está intimamente relacionado ao anterior, mas não é idêntico. Neste quarto sentido de valor intrínseco, relações ou coisas que permanecem nas relações podem ser intrinsecamente valorizáveis, contanto que a relação não seja do tipo “avaliada por”. Valor intrínseco, neste sentido, é valor independente de quem faz a avaliação (JAMIESON, 2008, p. 114-118, sem grifo no original).

A seguir, abordar-se-á a teoria de Peter Singer, o precursor/fundador da defesa ética dos animais na Filosofia (FELIPE, 2003, p. 14) e o mais influente defensor das preocupações éticas atuais em favor dos animais (NACONECY, 2014, p. 174).

2.2.1 Peter Singer: o princípio da igual consideração de interesses semelhantes para erradicar o especismo

O filósofo utilitarista australiano Peter Singer, em seu livro *Libertação Animal*, publicado originalmente em 1973, apresenta um dossiê desanimador acerca da condição desumana reservada aos animais usados pela indústria de exploração animal, por exemplo, quando transformados em *provisões de laboratórios* ou em *fábricas de proteínas* (OST, 1995, p. 237).

Na referida obra, Singer propõe um princípio moral fundamental que denomina *princípio da igual consideração de interesses semelhantes* (*principle of equal consideration of interests*) inspirando-se, sobretudo, nas ideias do filósofo inglês fundador da escola utilitarista Jeremy Bentham, e no princípio do igualitarismo moral expresso no enunciado: *Cada um conta como um, e nenhum como mais de um* (MULGAN, 2014, p. 219). O princípio proposto por Singer orienta que os interesses de cada ser afetado por uma ação devem ser levados em conta e receber mesmo peso que os interesses semelhantes de qualquer outro ser (SINGER, 2010, p. 9).

Uma das implicações desse *princípio mínimo de igualdade* é o fato de ser ele aplicado a todos, independentemente da aparência ou das capacidades que seus destinatários possam ter – sejam eles humanos ou não humanos. Por exemplo, cite-se o compartilhamento de interesses semelhantes, tais como o interesse em manter-se vivo e não sofrer.

Sobre a modulação desses interesses, Singer explica:

O que nossa consideração exige que façamos pode variar de acordo com as características daqueles que são afetados com aquilo que fazemos: a preocupação com o bem-estar de crianças na fase de crescimento exigiria que as ensinássemos a ler; a preocupação com o bem-estar de porcos exigiria apenas que os deixássemos com outros porcos em um lugar onde houvesse comida adequada e

espaço para correrem livremente [...] (SINGER, 2010, p. 9).

Infere-se desde exemplo que o princípio da igual consideração de interesses não visa a impor um tratamento idêntico (padronizado) a todos, mas sim igual consideração. Trata-se de um princípio básico (mínimo) de igualdade e não um princípio igualitário perfeito e consumado (SINGER, 2006, p. 35). Eis o que ele enuncia: *um interesse é um interesse, seja lá de quem for esse interesse* (SINGER, 2002, p. 30).

Deve-se adotar o princípio moral da igualdade em todos os casos nos quais concorrem, entre si, interesses semelhantes, de sujeitos diferentes em sua “aparência”, mas não do ponto de vista moral, por exemplo: humanos ou não humanos, homens ou mulheres, crianças ou idosos, de pele escura ou clara (FELIPE, 2004).

Singer inspira-se novamente em Jeremy Bentham, ao sustentar que o *limite da sciência* [ou seja, a capacidade de sofrer e/ou experimentar prazer] é a única fronteira moralmente defensável de consideração/preocupação com os interesses alheios, sendo então a *sciência o pré-requisito para se ter interesses*. Deflui disso que seria arbitrário demarcar tal fronteira moral com outras características, como inteligência ou racionalidade (SINGER, 2010, p. 14).

Felipe (2003, p. 82-83) explica que o termo *especismo*, amplamente utilizado por Singer, foi criado pelo cientista e psicólogo Richard D. Ryder, que o empregou provisoriamente em um panfleto distribuído em 1973 e, definitivamente em 1975, quando publicou a obra *Victims of Science*. De acordo com a proposta de Ryder (e o uso adotado por Singer), tal expressão designa *a forma discriminatória pela qual os seres humanos tratam seres de outras espécies animais*, como se estes existissem exclusivamente para servir aos interesses daqueles. Pelo viés especista, preferências e interesses humanos sempre serão colocados como inquestionavelmente superiores e, portanto, prioritários em relação aos interesses de todos os outros animais, ainda que alguns interesses expressos pelos animais sejam exatamente os mesmos dos humanos, ou mesmo superiores.

Pretendendo colocar à prova o especismo estruturante da sociedade humana, Singer põe em confronto, por exemplo, os interesses de seres humanos com graves deficiências mentais e os interesses de animais, em tese, mais autoconscientes e autônomos que aqueles (SINGER, 2006, p. 85). Tal hipótese visa a trazer o denominado

argumento dos casos marginais (ou dos casos não paradigmáticos⁴³), termo cunhado pelo filósofo Jan Narveson, em 1977 (SINGER, 2006, p. 383), melhor conceituado por Sônia T. Felipe como *recurso à coerência* (FELIPE, 2006, p. 81), o qual sustenta que, se nos é moralmente permitido utilizar animais para nosso benefício porque eles carecem de racionalidade, não haveria nenhum fundamento para não se estender a mesma justificativa às pessoas não racionais (NACONECY, 2014, p. 149) – a menos, é claro, que o fundamento seja exclusivamente o especismo.

Felipe (2003, p. 91) esclarece que Singer pretende tocar no tendão de Aquiles da cultura contemporânea: incluir no âmbito da consideração, pela dor e sofrimento, todos os seres capazes de tais experiências, não importando a espécie à qual pertençam. Se a ética é a busca do aprimoramento moral da espécie humana, tal aprimoramento não ocorrerá enquanto este agente moral utilizar dois pesos e duas medidas para orientar-se nas decisões que toma; *um*, quando pesa os benefícios de sua ação voltada para dar maior conforto e bem-estar aos membros da própria espécie (especismo, egoísmo, racionalidade instrumental), *outro*, quando se trata de fazer uso de outros seres como se fossem meros objetos ou instrumentos colocados à sua disposição para que seus interesses sejam atendidos.

De acordo com Singer (2010, p. 11-13), Bentham foi um dos poucos filósofos morais a reconhecer que a aplicação do princípio da igual consideração de interesses não se restringiria apenas à comunidade moral humana, mas também poderia ser aplicado a membros de outras espécies – desde que dotados da capacidade de sentir dor/prazer (senciência).

Um princípio norteador do Utilitarismo Clássico, de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, consiste na fórmula: *Fazer o maior bem para o maior número de pessoas*. Em outras palavras, disse-se que uma ação é ética quando visa a maximizar o montante de prazer, bem-estar e felicidade e minimizar o montante de dor, mal-estar e infelicidade no mundo. Vale observar que Singer adota uma variação do Utilitarismo Clássico, a qual denominou de *Utilitarismo Preferencial*, a qual em vez de atentar para o somatório do prazer ou a subtração da dor para decidir

⁴³ São comumente citados como exemplos de seres humanos não paradigmáticos: os recém-nascidos e crianças em tenra idade, os idosos que sofrem de distúrbios relacionados à senilidade, pessoas com sérios transtornos neurológicos e patologias cerebrais degenerativas, bem como os portadores de graves deficiências mentais, congênicas ou não (LOURENÇO, 2008, p. 300).

se um ato deve ou não ser praticado, ele leva em consideração a *preferência* (ou seja, os interesses) daquele que será afetado pelo ato (FELIPE, 2006, p. 81-82).

A filósofa estadunidense Martha Nussbaum (1947–), em seu livro *Fronteiras da Justiça*, suscita críticas às teorias utilitaristas (tanto a versão clássica de Bentham quanto a versão moderna de Singer), no que tange à defesa animal, senão vejamos:

Assim, é no espírito da aliança que agora abordo algumas críticas à perspectiva utilitarista. Em geral, todas as perspectivas utilitaristas possuem três aspectos: consequencialismo, ordenação pela soma [*sum-ranking*] e uma visão substantiva do bem. O consequencialismo sustenta que o ato correto é aquele que promove as melhores consequências no geral. A ordenação pela soma nos diz como agregar consequências através das vidas – a saber, somando, ou agregando, os bens presentes em vidas distintas. As perspectivas sobre o bem no utilitarismo tomaram duas formas distintas. O utilitarismo de Bentham é puramente hedonista, que assevera o valor supremo do prazer e a perversidade da dor. A versão moderna de Peter Singer é um pouco diferente. Ele a chama de “utilitarismo de preferência”, que sustenta que as consequências que devemos querer produzir são aquelas que no cômputo geral “promovem os interesses” (i.e. desejos ou preferências) desses que são atingidos. Matar é errado somente quando os indivíduos assassinados têm a preferência de continuar vivendo; o assassinato é um dano a este indivíduo (NUSSBAUM, 2013, p. 416-417).

Ao que se vê, tal crítica de Nussbaum estaria no fato de que a inviolabilidade dos indivíduos não seria preocupação do Utilitarismo Clássico, pois o que importaria, nessa perspectiva, seria o bem-estar do maior número de indivíduos. Contudo, urge observar que o Utilitarismo Preferencial de Peter Singer não desconsidera os interesses do indivíduo (seja ele animal humano ou não humano), desde que dotado de senciência.

Nesse sentido, assevera Kuhnen:

Ser um animal dotado de sensibilidade e consciência garante a proteção moral individual. Nesse sentido, a concepção de Singer pode ser classificada como senciocêntrica e individualista, uma vez que cada ser senciente tem valor intrínseco e deve ter seus interesses e preferências individuais respeitados. No entanto, na proposta de Singer, não há que se falar em valor intrínseco para além da senciência, somente em valor instrumental. As formas de vida não sencientes, os seres destituídos da capacidade de sentir prazer e de sofrer, têm somente tipos diferentes de valor instrumental para os seres sencientes. [...] (KUHNNEN, 2016, p. 186).

No próximo item, far-se-á uma síntese das ideias de outro importante filósofo animalista, colega de Peter Singer, chamado Tom Regan, considerado o grande pilar sobre o qual se construiu a defesa ética e filosófica abolicionista dos direitos animais (FELIPE, 2016).

2.2.2 Tom Regan: o reconhecimento do valor inerente aos animais e o respeito aos sujeitos-de-uma-vida

Em 1983, o filósofo deontologista norte-americano Tom Regan publicou a obra *The Case for Animal Rights*, seu mais importante trabalho (REGAN, 2006, p. 88) em que desenvolve e sistematiza, ao longo de 425 páginas, sua teoria moral dos Direitos Animais. Autor prolífico (com mais de dez livros publicados), Regan escrevera, em 1976, a obra coletânea *Animal Rights and Human Obligations*, em coautoria com Peter Singer. Em 2004, Regan publicou *Empty Cages: Facing the Challenge of Animal Rights*, livro autobiográfico⁴⁴ lançado

⁴⁴ Tom Regan narrou, em sua obra autobiográfica *Jaulas Vazias*, que despertou para a Causa Animal após ler o livro de Mahatma Gandhi intitulado *Autobiografia: minha vida e minhas experiências com a verdade* (REGAN, 2006, p. 36-37 e 126-127).

no Brasil em 2006, com o título *Jaulas Vazias: Encarando o desafio dos Direitos Animais*⁴⁵.

Tom Regan é considerado, ao lado de Peter Singer, um dos teóricos morais mais influentes na defesa animal. Seus fundamentos *éticos normativos*, contudo, apresentam diferenças. Enquanto Singer fundamenta-se em uma *teoria teleológica* (ou consequencialista), a qual compreende o Utilitarismo, que avalia as ações como corretas ou incorretas em razão de suas possíveis consequências/resultados, Regan embasa-se em uma *teoria deontológica* que se opõe ao consequencialismo por considerar que existem ações que serão corretas ou incorretas em si mesmas, independentemente de suas consequências. Um exemplo de ética deontológica (*deón*, dever, em grego) consiste na *ética do dever* cultivada pelo filósofo prussiano Immanuel Kant.

Não obstante a perspectiva de Regan ser kantiana, este propõe a ampliação do rol de indivíduos detentores de valor inerente (valor em si mesmo), visando a expandir os limites da comunidade moral humana para englobar seres de outras espécies.

Vale lembrar que, segundo Kant, somente seres humanos teriam valor inerente ou *dignidade* que os tornariam valiosos *acima de todo preço* (KANT, 1974, p. 234). Os outros animais, assim pensava Kant, somente possuiriam valor na medida em que servissem aos propósitos humanos (RACHELS, 2013, p. 146).

Regan irá ampliar noções essenciais da filosofia moral kantiana visando a romper a barreira da espécie humana, dizendo que os animais não humanos também são seres dotados de valor inerente e não mero valor instrumental, senão vejamos:

Se olharmos a questão com olhos imparciais, veremos um mundo transbordante de animais que são não apenas nossos parentes biológicos, como também nossos semelhantes psicológicos. Como nós, esses animais estão no mundo, conscientes do mundo e conscientes do que acontece com eles. E, como ocorre conosco, o que acontece com esses animais é importante para eles, quer alguém mais se preocupe com isto ou não. A despeito de nossas muitas diferenças, os seres humanos e os outros

⁴⁵ Acerca do título da obra *Jaulas Vazias*, saliente-se que Regan é considerado um filósofo animalista de vertente abolicionista, e utiliza metaforicamente a frase: *Temos de esvaziar as jaulas, não deixá-las maiores* (REGAN, 2006, p. 75).

mamíferos são idênticos neste aspecto fundamental, crucial: nós e eles somos sujeitos-de-uma-vida (REGAN, 2006, p. 72).

Atribui-se a Regan a introdução do termo *Direitos Animais* no âmbito da Filosofia. *Os animais podem ter direitos?* Para Regan, os animais têm *direitos morais* básicos, incluindo *o direito à liberdade, à integridade física e à vida*. Em que consistiriam esses direitos morais? Regan fornece uma pista quando aproxima tal conceito à ideia dos Direitos Humanos – os direitos básicos reconhecidos a todos os seres humanos (REGAN, 2006, p. 45). Para ele:

A mesma teoria que fundamenta racionalmente os direitos dos animais também fundamenta os direitos humanos. Aqueles que estão envolvidos nos direitos dos animais são parceiros na luta para assegurar o respeito aos direitos humanos – os direitos das mulheres, por exemplo, das menores ou dos trabalhadores. O movimento dos direitos dos animais é cortado no mesmo *tecido moral* dos direitos humanos (REGAN, 2013, p. 35).

Segundo Regan, o que tornam os seres humanos iguais, de modo relevante para possuírem direitos (humanos) básicos é o fato de eles serem *sujeitos-de-uma-vida*. A tais sujeitos, o reconhecimento de direitos morais conferiria, a um só tempo: a) uma *proteção moral* (mostrando a outros indivíduos que estes não são moralmente livres para tirar-lhe a vida ou ferir seu corpo como quisessem); b) um *status moral* (*status* este, que titulares de direitos morais possuiriam igualmente), c) um *peso moral* (conferiria um *trunfo* contra arbitrariedades, garantindo o respeito pelos direitos dos indivíduos); d) *reivindicações morais* (possibilitando-se exigir o tratamento justo devido); e) *reparação a danos morais* (por meio da assistência àqueles indivíduos cujos direitos foram violados); f) *unidade moral* (a ideia do *respeito mútuo* como um princípio que unificaria todas as características supracitadas) (REGAN, 2006, p. 47-51).

Conforme esclarece Felipe (2004), Regan julga a *defesa dos direitos* como a melhor saída/estratégia para se resolver a questão dos deveres diretos que humanos precisam ter em relação aos animais. Segundo Regan, a técnica da declaração de direitos tem aprimorado as relações entre humanos em condições desfavorecidas do ponto de vista

factual, mas semelhantes do ponto de vista de seu valor moral, e isso indica que se pode fazer o mesmo para garantir respeito aos animais.

Utilizando-se do conceito de *direitos morais*, criado pela cultura anglo-saxônica⁴⁶, algo próximo de nossa teoria dos direitos personalíssimos, Regan reivindica o reconhecimento de direitos inatos a todo sujeito-de-uma-vida, direitos esses que não podem ser submetidos a cálculos utilitários ou a razões de oportunidade ou eficácia. Tais direitos morais seriam dotados das seguintes características: a) Universalidade (as pessoas de todas as nações possuem o mesmo direito à vida, que é válido para todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, raça, sexo, religião etc.); b) Igualdade (direitos morais são igualitários, pertencem a todos em igualdade de condições, independentemente das características particulares de cada indivíduo e, se uma pessoa tem direito à vida, todas as demais o têm em igualdade de condições); c) Inalienabilidade (os direitos morais como a vida, a liberdade e a integridade física não podem ser exercidos por outrem); d) Naturalidade (o valor e a dignidade das pessoas independem de atos ou decisões do direito positivo). Na verdade, *direitos morais são determinadas liberdades básicas que constituem o núcleo duro dos direitos fundamentais*, as denominadas liberdades básicas, como o direito à vida, à liberdade de locomoção e à integridade corporal, de modo que qualquer violação a esses direitos deve ser vista como uma afronta aos valores democráticos (GORDILHO, 2008, p. 73-74).

Para Regan, o que determina se os animais possuem direitos ou não, é o fato deles serem ou não, *sujeitos-de-uma-vida* (REGAN, 2006, p. 65) – neoconceito esse, fulcral para sua teoria moral dos Direitos Animais. Vê-se a inspiração de Regan nas ideias do teólogo, músico, filósofo e médico alemão Albert Schweitzer⁴⁷, proponente da *Ethic of Reverence for Life* (mais conhecida no Brasil como Ética do Respeito pela Vida).

⁴⁶ Na cultura jurídica anglo-saxônica (por exemplo, Estados Unidos e Inglaterra), adota-se o sistema da *Common Law*, diferentemente do Direito brasileiro, que adota o sistema da *Civil Law*. Enquanto naquele (*Common Law*), a principal fonte do Direito consiste em precedentes judiciais que vinculam as decisões judiciais futuras, neste (*Civil Law*), a principal fonte adotada é a lei escrita. Tendo-se essa diferenciação, vê-se que a noção de direitos morais (*moral rights*) trazida pelo filósofo americano Tom Regan, referir-se-ia a direitos reconhecidos independentemente da lei escrita (*legal rights*).

⁴⁷ Na obra *The Case for Animal Rights*, Regan aborda tópico intitulado *Valor inerente e a reverência pela vida* de Schweitzer (REGAN, 1983, p. 241-242, tradução nossa).

O argumento principal da teoria de Regan para garantir direitos aos animais está no fato de que direitos humanos, os quais ele denomina de *rights of the individual* (direitos dos indivíduos, expressos basicamente como direito à vida, à liberdade e à integridade física) favoreceriam todos aqueles que são sujeitos-de-uma-vida. Nesse rol, explica Regan, estariam os seres não-humanos, que ostentam um valor inerente e são capazes de sofrer, como os humanos (MIGLIORE, 2012, p. 241-242).

Na obra *The Case for Animal Rights*, Regan define o conceito-chave de *sujeito-de-uma-vida* (*subject-of-a-life*), cujo sentido envolveria mais do que meramente ser/estar vivo e mais que meramente ser/estar consciente. Ser um sujeito-de-uma-vida, para Regan, é ser um indivíduo cuja vida apresentaria tais características:

[...] os indivíduos são sujeitos-de-uma-vida se tiverem vontades e desejos; percepção, memória e uma noção de futuro, incluindo seu próprio futuro; uma vida emocional por meio de sentimentos de prazer e dor; preferências e interesses relacionados ao próprio bem-estar; a capacidade de iniciar uma ação em busca de seus desejos e metas; uma identidade psicofísica ao longo do tempo; e um bem-estar individual no sentido de experimentar o que lhes faz bem ou mal, independentemente da sua utilidade para os outros e, logicamente, independentemente de serem objetos de interesses alheios. Aqueles que satisfizerem os critérios para serem considerados sujeito-de-uma-vida têm um valor distintivo – um valor inerente – e não podem ser vistos ou tratados como meros receptáculos (REGAN, 1983, p. 243, tradução nossa).

Bem se vê que o critério de Regan acabaria por excluir da consideração moral direta alguns animais que não preencham tais requisitos. A esse respeito, Regan afirma estar disposto a limitar suas conclusões aos casos menos controversos, quer dizer, aos mamíferos e pássaros. Segundo ele, são os direitos dos mamíferos e dos pássaros que defenderá, ao responder às objeções aos direitos animais (REGAN, 2006, p. 74).

Por outro lado, quanto aos outros animais que podem sentir dor, mas que não têm uma identidade psicológica a ponto de terem o direito

de serem tratados com respeito, Regan recorrerá à abordagem utilitarista, qual seja, de que não haveria justificativa moral para causar sofrimento a qualquer criatura se isso for desnecessário (NACONECY, 2014, p. 179).

O uso do termo *abolicionismo*, no âmbito da indústria de exploração animal, é um dos conceitos mais importantes da teoria reganeana. Felipe (2016) exalta a coragem de Tom Regan de ter utilizado tal termo há quase 40 anos, quando era extrema ousadia comparar humanos escravizados a animais escravizados:

O termo “abolição” não foi criado por Tom Regan, obviamente, mas foi usado por ele por primeiro e o fez por mais de vinte anos até aparecerem outros que o seguissem, incluindo a mim. Ele o tomou do movimento antiescravista, justamente por considerar que a escravização de humanos e a escravização dos animais têm o mesmo padrão de dominação, sem qualquer outra distinção a não ser quanto à natureza dos sujeitos vilipendiados: negros e animais não humanos (FELIPE, 2016).

Conforme esclarece Naconecy (2014, p. 179), Regan defende a eliminação total e categórica do uso de animais por parte da humanidade. Ele se afasta da posição utilitarista ao considerar que o que está essencialmente errado não é o sofrimento que infligimos aos animais. O sofrimento seria apenas um componente do erro moral (não obstante o torne ainda maior). *O que está fundamentalmente errado é o sistema inteiro, e não seus detalhes*. Pela mesma razão que mulheres não existem para servir aos homens, os pobres aos ricos, e os fracos aos fortes, os animais também não existem para nos servir.

Desde a década de 1970, Regan encorajou a luta pelos Direitos Animais e pela abolição do sistema moral que sustenta o sistema econômico de criação, escravização e abate de animais para propósitos humanos (FELIPE, 2016).

Na obra *Jaulas Vazias*, Regan sinalizou a resposta à crueldade institucionalizada presente nas granjas industriais e nos abatedouros:

Temos a obrigação [moral] de parar de comer corpos de animais (“carne”), assim como temos a obrigação de parar de comer “produtos animais”, como leite, queijo e ovos. A produção animal

comercial não é possível sem a violação do seu direito à vida. Mais fundamentalmente, a produção animal comercial viola o direito dos animais a serem tratados com respeito. Nunca há justificação para os nossos atos de ferir os corpos, limitar a liberdade ou tirar a vida dos animais por causa do benefício que nós, seres humanos, teremos com isso, mesmo na hipótese de que tenhamos mesmo (REGAN, 2006, p. 126).

Ao denunciar a retórica do *tratamento humanitário*, do *respeito ao bem-estar animal* e do *manejo sustentável* (REGAN, 2006, p. 5), da qual se valem os porta-vozes da indústria de exploração animal (de carne, de pele, de entretenimento animal e pesquisa biomédica, por exemplo), Regan propôs o termo *dito desconexo* (*disconnected dictum*) sempre que se deparar com a frequente falta de conexão (incoerência) entre o que as grandes indústrias de exploração animal dizem fazer e o que elas fazem realmente (REGAN, 2006, p. 96).

Regan, um filósofo abolicionista animalista, utiliza metaforicamente (e didaticamente) a máxima: *Temos de esvaziar as jaulas, não deixá-las maiores* (REGAN, 2006, p. 75). Ao invés de simplesmente melhorar as condições de vida dos animais na agroindústria ou nos laboratórios, tornando as *gaiolas maiores e mais limpas*, Regan clama por *gaiolas vazias* – considerando impossível modificar um instituto injusto por meio de sua flexibilização (GORDILHO, 2008, p. 72).

Naconecy (2014, p. 182) ressalta que um foco estratégico voltado a resultados mais pragmáticos, entretanto, poderia tentar conciliar a ideia da abolição total do uso de animais (da concepção de direitos) com a do incremento de bem-estar dos animais (da concepção utilitarista). O mote seria: *Gaiolas melhores a curto prazo acabarão por conduzir a gaiolas vazias a longo prazo*. Tal estratégia [de defesa do bem-estar animal não como um fim em si mesmo] é a adotada por certos ativistas e ONGs de defesa animal.

Gary Francione, outro teórico abolicionista pelos Direitos Animais, o qual será apresentado a seguir, sustenta que inexistência evidência empírica de que a regulação da exploração animal conduza à abolição da sua exploração (FRANCIONE, 2013, p. 35).

A seguir, passa-se a abordar o tema do *status* jurídico dos animais não humanos.

2.3 Estatuto jurídico dos animais (coisa, sujeito ou nada disso)

Tradicionalmente, o Direito tratou [e ainda trata] os animais, em regra, sob a ótica privatista – o que se pode perceber das expressões *res, semoventes*⁴⁸, *propriedade, recurso* ou *bens* (LEVAI, 2005, p. 583). Tal visão ainda hegemônica inspirou-se na doutrina romana clássica (LOURENÇO, 2008, p. 90).

Vê-se no Brasil, atualmente, algumas propostas legislativas inspiradas no Direito Francês e Alemão⁴⁹, objetivando alterar a categoria jurídica dos animais do atual estado de *coisas móveis*, prevista no artigo 82 do Código Civil, para o de *sujeitos sencientes* (conforme Projeto de Lei n. 6.799/13) ou para o de *bens móveis* (Projeto de Lei do Senado n. 351/2015).

Na esfera da defesa dos animais, o primeiro marco legal foi o Decreto n. 24.645, de 10.7.1934, promulgado pelo então presidente

⁴⁸ *Semovente*. [...]. *S.m. JUR. 2. Ser ou coisa animada que se move por si mesma e é susceptível de afastar-se de determinado lugar.* [...] (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1727).

⁴⁹ **Propostas legislativas em curso no Brasil:** No tocante a uma possível evolução do tratamento jurídico dado aos animais no Brasil, existem recentes propostas de alteração do Código Civil a tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A primeira refere-se ao *Projeto de Lei n. 6.799/13*, de iniciativa do deputado federal Ricardo Izar, que propõe alterar o *status* dos animais, de coisa para “sujeito senciente” (de acordo com o citado PL, “os animais domésticos e silvestres possuem natureza jurídica *sui generis*, sendo sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais podem gozar e obter a tutela jurisdicional em caso de violação, sendo vedado o seu tratamento como coisa”). A segunda iniciativa, diz respeito ao *Projeto de Lei do Senado n. 351/2015*, do senador Antônio Anastasia, que propõe que os animais não sejam mais classificados como coisas, mas enquadrados na categoria de “bens móveis” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p. 915). Pontue-se ainda a existência do *Projeto de Lei n. 3.676/2012*, de autoria do então deputado Eliseu Padilha, propondo a criação de um Estatuto dos Animais, cujo artigo 2º teria a seguinte redação: “Os animais são seres sencientes, sujeitos de direitos naturais e nascem iguais perante a vida”. Tal PL, não obstante apresente aspectos bem controvertidos do ponto de vista da legitimação da exploração animal, chama a atenção o aumento da pena cominada para os casos de maus-tratos: “reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos”, podendo ser aumentada pela metade (artigo 36). Vale citar, ainda, o *Projeto de Lei n. 650/2015*, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, propondo a criação de um código de proteção e defesa do bem-estar dos animais.

Getúlio Vargas, durante o Governo Provisório (ALBUQUERQUE; MORAES, 2015, p. 393).

Benjamin (2007, p. 90) considera o Decreto n. 24.645/34 a primeira incursão não antropocêntrica do século XX, muito antes da era do ambientalismo.

Veja-se que o rol exemplificativo do artigo 3º do Decreto n. 24.645/34⁵⁰ apresenta 31 (trinta e um) incisos com hipóteses legais consideradas maus-tratos, os quais vale citar: a) praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal (inciso I); b) manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz (inciso II); c) abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrarlhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária (inciso V); d) fazer viajar um animal a pé, mais de 10 quilômetros, sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de 6 horas contínuas sem lhe dar água e alimento (inciso XVI); e) engordar aves mecanicamente (inciso XXV). Referido decreto permitiu, ainda, que associações de proteção animal e o Ministério Público representassem os animais em juízo, conforme artigo 2º, § 3º: *Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais.*

No âmbito acadêmico e do ativismo animal, tem havido um profícuo debate acerca do reconhecimento de maior proteção aos animais não humanos.

O esboço de uma doutrina brasileira de Direito Animal tem como ponto de partida o livro do promotor de justiça Laerte Fernando Levai, intitulado *Direitos dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles* (de 1998, edição esgotada). Em 2000, surge a primeira tese de doutorado no Brasil versando sobre a proteção dos animais, de autoria da advogada Edna Cardozo Dias (DIAS, 2000, p. 8). Referida tese

⁵⁰ Há autores que sustentam que o Decreto n. 24.645/34 continuaria em vigor, não tendo sido revogado pelo Decreto-Lei n. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais) pois: a) apesar de levar o nome de Decreto, tratar-se-ia, em verdade, de ato normativo com força de lei em sentido formal; b) vedações contra maus-tratos animais, previstas no Decreto n. 24.645/1934 foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988; c) sendo ato normativo com força de ordinária, o Decreto n. 24.645/34 somente poderia ser revogado por outra lei ordinária; d) o Decreto n. 24.645/1934 veio a ser uma das normas a regular a vedação contra atos de maus-tratos, juntamente com o artigo 32 da Lei n. 9.605/1998 (SERAFINI, 2015).

afirma que os direitos dos animais fazem parte do processo evolutivo das declarações de direitos, e que os animais devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos (DIAS, 2007, p. 165). Tal tese fora publicada com o título *A tutela jurídica dos animais* (2000, edição esgotada).

De acordo com Felipe (2004, p. 200), a defesa de direitos morais para os animais, sustentada por Tom Regan ao longo de três décadas (desde a publicação de *Animal Rights Human Obligation*, em 1979, em coautoria com Peter Singer) esteve ignorada no Brasil, tanto no âmbito filosófico quanto no âmbito jurídico, pela mesma razão que levou os brasileiros a permanecerem fora do debate ético sobre o estatuto moral dos animais, desencadeado por Singer com seu primeiro livro, *Libertação Animal*, publicado em 1975 em inglês, mas traduzido para o idioma português somente em 2004. A obra *The Case for Animal Rights*, escrito por Tom Regan em 1983, constitui-se no tratado de filosofia moral mais relevante em defesa dos direitos morais para os animais.

Passados mais de dez anos desta análise feita pela professora Sônia T. Felipe, vê-se o aumento no número de publicações sobre a temática animalista no Brasil; o aprofundamento dos debates em congressos nacionais e internacionais, a exemplo dos eventos anuais (ora nacionais, ora internacionais) realizados pelo Instituto Abolicionista Animal – IAA; a edição do periódico *Revista Brasileira de Direito Animal* desde 2006; bem como a elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre Ética e Direito Animal.

Dos anos 2000 para cá, em espiral crescente, surgiram inúmeras obras no Brasil abordando a temática animalista. Citem-se algumas, em ordem cronológica, entre as muitas consultadas na *revisão ordenada de literatura* feita para esta pesquisa: a) *A verdadeira face da experimentação animal*, dos biólogos e professores Sérgio Greif e Thales Tréz (2000, Fala Bicho); b) *Direitos dos Animais*, do magistrado aposentado Diomar Ackel Filho (2001, Themis); c) *Vítimas da Ciência: limites éticos da experimentação animal*, da bióloga Tamara Bauab Levai (2001, Mantiqueira); d) *A voz dos sem voz: direitos dos animais*, da advogada Geuza Leitão (2002, Editora da Inesp); e) *O Direito & os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa*, da advogada e professora Danielle Tetü Rodrigues (2003, Juruá); f) *Amigo Animal: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente*, da bióloga e professora Paula Brügger (2004, Letras Contemporâneas); g) *Utilização de animais na investigação e docência: uma reflexão ética necessária*, bióloga e professora Anamaria Gonçalves dos Santos Feijó (2005 ediPUCRS); h) *Experimentação Animal: razões e emoções para*

uma ética, dos biólogos e professores Rita Leal Paixão e Fermin Roland Schramm (2008, edUFF); i) *Ética & Animais: um guia de argumentação filosófica*, do filósofo Carlos Naconecy (2006, ediPUCRS); j) *Direito dos animais na legislação brasileira*, do promotor de justiça João Marcos Adede y Castro (2006, Sergio Antonio Fabris); k) *Abolicionismo Animal*, do promotor de justiça e professor Heron José de Santana Gordilho (2008, Evolução); l) *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*, obra organizada pelos professores Carlos Alberto Molinaro, Fernanda Luiz Fontoura de Medeiros, Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer (2008, Fórum); m) *Direitos dos Animais: fundamentação e novas perspectivas*, do advogado e professor Daniel Braga Lourenço (2008, Sergio Antonio Fabris), n) *Direitos fundamentais dos animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos*, da defensora federal Vânia Márcia Damasceno Nogueira (2012, Arraes); o) *Direito dos Animais*, da advogada e professora Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros (2013, Livraria do Advogado); p) *Ética e bem-estar animal*, do médico veterinário e professor Renato Silvano Pulz (2013, Ed. ULBRA); q) *Direito Animal & Ensino Jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista*, do advogado e professor Tagore Trajano de Almeida Silva (2014, Evolução).

Vale ressaltar o pioneirismo da obra da professora Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, a primeira tese de doutorado versando sobre direitos animais, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sob a orientação do professor José Rubens Morato Leite, a tese *Princípio da dignidade da vida para além do animal humano: um dever fundamental de proteção* fora defendida em 2009, e publicada pela Livraria do Advogado, em 2013, sob o título *Direito dos Animais*⁵¹.

Outro marco importante consiste na criação da disciplina de *Direitos Animais*, para alunos do curso de graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tal disciplina vem sendo ministrada pela professora Letícia Albuquerque, desde o segundo semestre de 2013 (MORATO LEITE, 2015, p. 397). Além disso, entre as várias atividades extracurriculares realizadas pelo *Observatório de Justiça Ecológica (OJE)*, grupo de pesquisa coordenado pelas professoras Letícia Albuquerque e Paula Brügger, realizou-se, em 2014,

⁵¹ Referida tese de doutorado encontra-se disponível para leitura no Repositório Institucional da UFSC, disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92358>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

o *I Encontro Catarinense de Direitos Animais e IV Ciclo de Palestras de Direito dos Animais*, e em 2015, o *I Congresso Internacional Interdisciplinar de Direitos Animais: a questão da experimentação e II Encontro Catarinense de Direitos Animais*, ambos sediados na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A seguir, serão apresentadas as ideias de dois dos mais influentes juristas que defendem a ampliação do estatuto jurídico dos animais a fim de reconhecer-lhes *direitos legais*.

2.3.1 Steven Wise: a virada kantiana, a autonomia prática dos animais e a estratégia *one step at a time*

O jurista norte-americano Steven Wise, professor da *Harvard Law School*, *Vermont Law School*, *John Marshall Law School*, *Lewis & Clark Law School*, e *Tufts University School of Veterinary Medicine*, é um profícuo escritor e ativista engajado pelo reconhecimento de direitos legais (*legal rights*) a grandes primatas (chimpanzés e bonobos), paquidermes (elefantes, por exemplo) e cetáceos (golfinhos e baleias), apoiando-se na farta literatura científica que atesta a complexidade emocional desses animais. Entre os livros publicados, destacam-se: *Rattling the Cage: Toward legal rights for animals* (de 2000) e *Drawing the Line: Science and the case for animal rights* (de 2002).

Wise é fundador e presidente da *Nonhuman Rights Project* – NhRP (Projeto Direitos dos Não Humanos), organização inaugurada em 2007, visando a dar continuidade aos trabalhos do *Center for the Expansion of Fundamental Rights* (Centro para a Expansão dos Direitos Fundamentais), que ele havia criado em 1996. À frente da NhRP, Wise tem adotado a estratégia de provocar os tribunais norte-americanos, impetrando ações de *Habeas Corpus* em favor de grandes primatas. Seu objetivo é criar o precedente jurisprudencial e uma nova cultura jurídica que permita que (pelo menos, alguns) animais não humanos sejam considerados pessoas jurídicas com direitos legais. Entre esses *legal rights*, estariam os direitos que protegem interesses fundamentais como a liberdade e a integridade.

Ao contrário de Regan (e de Francione, cujas ideias serão apresentadas a seguir), Wise entende que os direitos animais devem de ser conquistados de modo gradativo – tal qual se dera com os direitos humanos no decorrer do século XX. Seu lema consiste na máxima: *One step at a time*, ou seja: *um passo de cada vez*.

Em sua obra *Rattling the Cage*, Wise afirma que, por quatro mil anos, uma muralha jurídica densa e impenetrável separou os humanos de todos os animais não humanos. De um lado, os mais triviais interesses humanos foram zelosamente protegidos. Entre as milhões de espécies animais, a espécie humana atribuiu somente para si o estatuto de pessoa. Do outro lado dessa muralha, encontra-se a negação legal de um Reino inteiro, não apenas chimpanzés e bonobos, mas gorilas, orangotangos, macacos, cães, elefantes e golfinhos. A eles, reservou-se o estatuto de coisas. Os seus interesses mais básicos e essenciais: seus sofrimentos, suas vidas e suas liberdades são ignorados intencionalmente. Eles são maliciosamente pisoteados e rotineiramente abusados. Filósofos antigos chegaram a afirmar que todos os animais não humanos foram projetados e colocados na Terra para servirem aos seres humanos. Juristas antigos declararam que as leis foram criadas apenas para os seres humanos. Embora a Filosofia e a Ciência já tenham recuado em suas visões instrumentalizadoras, o Direito não prescindiu da coisificação dos animais (WISE, 2000, p. 4, tradução nossa⁵²).

Em seu livro *Drawing the Line*, Wise apresenta vários obstáculos que impedem o fim da escravidão dos animais não humanos, a saber: a) obstáculos físicos (por exemplo, o uso massivo de animais para alimentação. Nos Estados Unidos, 10 bilhões de animais são mortos, anualmente, para servir de alimentação humana); b) obstáculos econômicos (produtos animais estão *onipresentes* na cadeia produtiva da sociedade humana); c) obstáculos políticos (abolir-se a exploração animal implicaria prejuízos às indústrias. Além disso, certas pessoas ficam desconfortáveis com comparações entre escravidão humana e escravidão não humana); d) obstáculos religiosos (as principais religiões ocidentais são antropocêntricas e hierarquizantes, subjugando todas as

⁵² Redação original: *For four thousand years, a thick and impenetrable legal wall has separated all human from all nonhuman animals. On one side, even the most trivial interests of a single species – ours – are jealously guarded. We have assigned ourselves, alone among the million animal species, the status of "legal persons." On the other side of that wall lies the legal refuse of an entire kingdom, not just chimpanzees and bonobos but also gorillas, orangutans, and monkeys, dogs, elephants, and dolphins. They are "legal things." Their most basic and fundamental interests – their pains, their lives, their freedoms – are intentionally ignored, often maliciously trampled, and routinely abused. Ancient philosophers claimed that all nonhuman animals had been designed and placed on this earth just for human beings. Ancient jurists declared that law had been created just for human beings. Although philosophy and science have long since recanted, the law has not* (WISE, 2000, p. 4).

demais espécies à dominação humana); e) obstáculos históricos (escolas filosóficas majoritariamente aceitas incorporaram a crença de que seres humanos racionais ocupam degraus superiores em relação aos outros animais, sendo estes destituídos de emoções, crença, intencionalidade, pensamento e memória); f) obstáculos legais (ao longo da história, leis dividiram o universo físico em pessoas e coisas, reservando aos animais não humanos o estatuto de coisas); g) obstáculos psicológicos (milhões de pessoas acreditam que animais não possuem qualquer habilidade mental importante) (WISE, 2002, p. 9-22, tradução nossa).

Com vistas à superação destes obstáculos, notadamente com foco na superação do especismo, Wise identificou uma qualidade presente em diversas espécies animais, denominada por ele de *autonomia prática*, a qual seria suficiente para autorizar o reconhecimento de direitos básicos de liberdade a vários animais não humanos. Segundo o autor, um ser vivo possuirá autonomia prática, devendo ser investido de personalidade jurídica e de direitos básicos de liberdade, quando: a) possui desejos; b) tenta, intencionalmente, satisfazer esses desejos; c) possui um sentido de si que lhe permita compreender, mesmo que vagamente, que ele é quem quer alguma coisa e é ele quem está tentando obtê-la (WISE, 2002, p. 32).

Para Wise, a única forma de abolir o estatuto de escravos ao qual estão confinados os animais é reconhecendo-lhes direitos legais nos mesmos termos e limites em que direitos são reconhecidos a humanos. Aos animais devem ser reconhecidos especialmente os direitos da autonomia prática, por meio de três liberdades físicas bem definidas: a) a de não serem aprisionados; b) a de não serem escravizados; c) a de não serem assassinados. As duas primeiras representariam a liberdade de *mover-se para prover-se* de modo específico, característica que distingue a vida animal das espécies vegetais (FELIPE, 2008).

Importante dizer que o conceito de autonomia prática de Wise fora construído em contraposição ao conceito de *autonomia moral* de Kant, trazido na obra *Grundlegung zur Metaphysik* (Fundamentação da Metafísica dos Costumes), de 1785.

Como bem esclarecem Silva e Kuhnen:

Em seu livro *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant iniciou um tradição que coloca o conceito de autonomia no centro das discussões sobre os agentes e os considerados moralmente, isto é, os que possuem dignidade e estão aptos a integrar a comunidade moral. Com isso, a pessoa

detentora de autonomia moral, e possuidora da razão, não é só aquela que julga moralmente, mas, aquela que deve ser considerada moralmente nas ações dos outros agentes. O modelo teórico kantiano tornou-se o de maior alcance dentro da filosofia moral ocidental, reconhecendo, então, todos os seres racionais como capazes de exercer sua autonomia e liberdade na aplicação do imperativo categórico. Somente o ser racional, na condição de agente moral, pode inferir o princípio supremo da moralidade como aquele que expressa o dever e o moralmente correto, o que, por sua vez, seria uma manifestação de sua própria autonomia. A autonomia em Kant compreende a capacidade racional de autoimposição de leis, isto é, de pensar máximas subjetivas ou regras que possam ser universalizadas e transformadas em leis universais a serem seguidas por todos os seres racionais. [...]. Para Kant, apenas são dignos aqueles humanos que podem reconhecer e respeitar as leis morais, e isto fundamenta, em sua teoria, o dever de respeito pelos humanos, assim os tornam dignos de serem considerados moralmente e serem sujeitos de direitos (SILVA; KUHNNEN, 2015, p. 45-46).

De acordo com Kant, os seres humanos possuem valor inerente/dignidade porque eles são *agentes racionais*, ou seja, agentes livres capazes de tomar as suas próprias decisões, estabelecer seus próprios objetivos e guiar suas condutas pela razão. Para Kant, os animais não humanos não têm vontade livre pois não guiam as suas condutas pela razão (RACHELS, 2013, p. 147).

Conforme explicam Silva e Kuhnen (2015, p. 44), Wise procura superar a noção kantiana de autonomia por considerá-la significativamente excludente, uma vez que se o sistema jurídico trabalhasse de forma coerente com esse conceito, teria de deixar de fora todos os humanos sem a capacidade de reconhecer leis morais universais (por exemplo, crianças, idosos, humanos em estado vegetativo ou terminal ou deficientes mentais que jamais foram capazes de escolha racional). Desse modo, *uma nova linha precisaria ser desenhada* para incluir, de maneira adequada e proporcional às suas capacidades práticas (e não morais), outros sujeitos de direitos. Nesse sentido, tem-se que a autonomia que deveria importar ao Direito é a autonomia prática, que

permite a inclusão dos animais (e não a autonomia moral, centrada na capacidade racional do agente). É preciso saber se os animais não humanos são capazes de se mover, sentir, escolher um ambiente adequado para si, selecionar seus alimentos, optar por fazer umas ações em detrimento de outras, desenvolver certas emoções e outras características importantes para seres vivos. Considerando-se tais habilidades, animais precisam ter sua liberdade assegurada em termos jurídicos, analogamente aos humanos que possuem tais habilidades.

Depois de proposta a redefinição do conceito de autonomia, Wise apresenta em seu livro *Drawing the Line*, uma *Escala de Autonomia Prática* (*Scale of Practical Autonomy*), inspirando-se em vários estudos sobre Etologia Cognitiva, de pesquisadores como Donald Griffin, Antonio Damasio e Marian Stamp Dawkins. Seu objetivo aqui é oferecer uma classificação dos animais numa escala de gradação de autonomia prática.

De acordo com a classificação proposta, as chances de um animal agir consciente e intencionalmente para atender suas preferências podem ser graficamente representadas por uma escala que vai de 0.0 (representando a ausência de autonomia prática e consciência) a 1.0 (representando a probabilidade de que referido animal é consciente e possui habilidades mentais sofisticadas) (WISE, 2002, P. 35, tradução nossa).

Segundo Wise, o desenho da escala pode mudar em conformidade com os novos saberes científicos acrescidos. Por essa razão, a escala não constitui uma forma estática e definitiva de classificação da autonomia dos animais; ao contrário, está aberta à constante revisão e evolução das pesquisas científicas sobre as habilidades de animais não humanos. Ao elaborar sua escala, Wise levou em consideração diferentes espécies animais, tais como, elefantes, golfinhos, baleias, papagaios, abelhas, cães, bonobos, entre outros. Com isso, ele visa oferecer um instrumento para que se possa atender de forma mais adequada às necessidades, desejos e interesses desses animais (SILVA; KUHNEN, 2015, p. 52).

De maneira didática, Felipe apresenta a categorização desenvolvida por Wise:

A Categoria 4, de 0.0 a 0.49 na escala de Wise, abrange os animais que, pelos dados científicos atuais, possuem reduzidíssimas habilidades mentais. Nessa categoria são classificados os animais não humanos que evidenciam ausência de

autonomia, pelo menos naquele nível, considerada pelo jurista suficiente para o gozo dos direitos básicos da liberdade.

A Categoria 3, de 0.50 a 0.70, abrange animais a respeito dos quais não dispomos de informações científicas que nos autorizem afirmar com propriedade que possuem suficiente autonomia para os direitos básicos da liberdade. Nessa categoria deve-se incluir a maioria das espécies, entre elas as abelhas e os cães, não porque sejam limitados em sua autonomia prática, e sim por não sabermos como lhes garantir a liberdade física. Cães e abelhas, como ademais os humanos, podem ir aonde bem quiserem. Mas tal liberdade pode levá-los também aonde não são bem-vindos. Isso coloca em risco suas vidas e seu bem-estar e a vida e o bem-estar de outros animais e de humanos.

A Categoria 2, de 0.70 a 0.90 na escala, Wise destina animais que possuem suficiente autonomia para os direitos básicos da liberdade. Mesmo classificado no limite extremo inferior dessa categoria, o animal deve ter sua liberdade garantida, interpretando-se moderadamente o princípio da precaução. Exemplos de animais que Wise considera que não devem ter suas liberdades básicas restringidas, a não ser para sua própria proteção: elefantes (0.75) e papagaios-cinzentos africanos (0.78).

A Categoria 1, com graus que variam de 0.90 a 1.00, inclui animais não humanos que possuem suficiente autonomia para os direitos básicos da liberdade, interpretando-se o princípio da precaução de modo restrito: golfinhos do Atlântico (0.90), orangotangos (0.93), gorilas (0.95), bonobos (0.98) e humanos (1.00) (FELIPE, 2014, [2007] p. 265-266).

Certamente, Wise não defende que os animais devam votar, entabular contratos e outros atos que apenas humanos adultos são capazes. O que pretende, conforme se infere de sua escala de autonomia prática, é oferecer a cada espécie o que ela precisa para bem aproveitar suas capacidades de mover-se, prover-se e autopreservar-se (SILVA; KUHNEN, 2015, p. 53).

Seguindo a estratégia abolicionista de Abraham Lincoln, qual seja, a da libertação gradual dos escravos, Wise propõe que se garantam aos animais, para começar, pelo menos duas liberdades básicas: a integridade física e a liberdade de movimento para prover-se e cuidar de si e dos seus; como próximo passo, deve-se prosseguir com determinação na busca da igualdade de tratamento legal para interesses e preferências semelhantes, considerando-se tudo o que já foi argumentado por Tom Regan, Peter Singer, Andrew Linzey e Richard Ryder, em favor dos animais (FELIPE, 2014 [2007], p. 266).

Importante ressaltar a estratégia utilizada por Steven Wise para provocar/tensionar o sistema jurídico norte-americano a se posicionar acerca da concessão da ação de *Habeas Corpus* em favor de grandes primatas⁵³. De acordo com Wise, esta seria uma das maneiras de tentar minar a muralha jurídica que separa os interesses dos seres humanos e dos não humanos. O autor defende a imediata extensão da personalidade jurídica para chimpanzés e bonobos, partindo da premissa de que tais animais possuem capacidade mental que os permitiria serem aprovados em testes de comportamento humano.

Ao invocar a racionalidade como critério para a extensão da personalidade jurídica a determinados animais, Wise é acusado de adotar uma teoria especista, por não criticar a sociedade antropocêntrica e por deixar de fora um grande número de animais.

⁵³ O *Nonhuman Rights Project* já impetrou três ações de Habeas Corpus na Justiça americana. Além de Tommy (que é animal de estimação de um casal), a organização luta pela liberdade do chimpanzé Kiko (confinado, como Tommy, numa casa particular) e da dupla Hercules e Leo (pertencentes a um centro de pesquisa médica). São os últimos quatro chimpanzés enjaulados no estado de Nova York (KAZ, 2015). O caso envolvendo os chimpanzés Hercules e Leo fora amplamente divulgado na imprensa mundial. Em 20 de abril de 2015, o Supremo Tribunal de Justiça de Manhattan concedera o *writ* em favor da libertação de Hercules e Leo, que viviam enjaulados para servirem de cobaias em experimentos biomédicos na *Stony Brook University*, em Nova Iorque. A juíza Barbara Jaffe, ao conceder a liminar do referido HC, admitira o *status* de pessoa jurídica para Hercules e Leo. Todavia, um dia após a decisão, a juíza modificou-a, de ofício, para afirmar que o reconhecimento do *status* de pessoa (*personhood*) não poderia ser feito em sede liminar (JUSTIÇA DOS EUA RECONHECE STATUS DE PESSOA A CHIMPANZÉS POR UM DIA, 2015). Em agosto de 2015, a Universidade *Stony Brook* concordou em libertar os chimpanzés Leo e Hercules, encaminhando-os para o Santuário *Save the Chimps*, na Flórida. Com o cumprimento voluntário por parte da universidade, a juíza Barbara Jaffe arquivou o processo (VITÓRIA PARCIAL: CHIMPANZÉS GANHAM A LIBERDADE, 2015).

Analisando-se a teoria de Wise, vê-se que este buscou utilizar elementos que pudessem ser reconhecidos pelos juízes estadunidenses sem que fosse necessário mudar o sistema legal americano atual, possibilitando, assim, a imediata proteção dessas espécies. Ou seja, o próprio autor reconhece que a sua intenção não é romper com o modelo dominante, mas de adaptar-se a ele, estendendo direitos para um determinado número de espécies (FAUTH, 2015).

No tocante à ação de *Habeas Corpus* (HC) em favor de grandes primatas, o caso Suíça vs. Zoológico de Salvador/BA tornou-se um marco no Direito brasileiro, com repercussão internacional. Em 19 de setembro de 2005, um grupo de professores, estudantes e ativistas de direitos dos animais do Estado da Bahia, capitaneado pelo Promotor de Justiça Heron José de Santana Gordilho, impetrou, de modo pioneiro, uma ação de HC n. n. 833085-3/2005, em favor de Suíça. Infelizmente, em 27 de setembro de 2005, a chimpanzé Suíça veio a óbito e o processo foi extinto sem julgamento de mérito. Com a morte da paciente do HC, deu-se a perda do objeto da ação (deixou de existir a coação ilegal do direito de locomoção de Suíça). Não obstante a extinção de referida ação, vê-se que o juiz Edmundo Cruz admitira Suíça como sujeito de direito (CRUZ, 2006, p. 281-285)⁵⁴.

⁵⁴ Recentemente, na Argentina, houve duas concessões de *Habeas Corpus* em favor de grandes primatas. No **primeiro** caso, em 21 de outubro de 2015, o *Poder Judicial de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires* acolhera o pedido formulado pela ONG argentina AFADA (*Asociación de Funcionarios y Abogados por los Derechos de los Animales*) para libertar uma orangotango de Sumatra chamada Sandra, que se encontrava confinada no jardim zoológico de Buenos Aires, havia 20 anos. Extrai-se do julgado argentino: [...]. *De conformidad con el precedente jurisprudencial mencionado, no se advierte impedimento jurídico alguno para concluir de igual manera en este expediente, es decir, que la orangutana Sandra es una persona no humana, y por ende, sujeto de derechos y consecuentes obligaciones hacia ella por parte de las personas humanas. [...] III. La categorización de Sandra como “persona no humana” y en consecuencia como sujeto de derechos no debe llevar a la afirmación apresurada y descontextualizada de que Sandra entonces es titular de los derechos de las personas humanas. Ello de modo alguno es trasladable. Por el contrario, tal como lo señala el experto Héctor Ferrari “ponerle vestido a un perro también es maltratarlo”. Y de hecho, continúa, los animales de compañía son frecuentemente considerados parte de la familia no siendo ni una persona ni una “cosa” en tal caso porque se trata de “sistemas autopoyéticos heterótrofos, con capacidad de agencia comportamental”. Entonces, se trata reconocerle a Sandra sus propios derechos como parte de la obligación de respeto a la vida y de su dignidad de “ser sintiente”, novedosa categorización*

A seguir, adentra-se nas ideias de outro abolicionista pelos animais, chamado Gary Francione.

2.3.2 Gary Francione: abolir o *status* de propriedade dos animais para superar a *esquizofrenia moral humana*

O jurista e filósofo norte-americano Gary Francione é mestre em Filosofia e doutor em Direito, professor da *Rutgers School of Law*, em Newark, Estados Unidos. É autor de várias obras na área de Direitos Animais, entre as quais se pode destacar: *Animals Property & The Law* (1995); *Rain Without Thunder: the Ideology of the Animal Rights Movement* (1996); *Introduction to Animal Rights: Your Child or the Dog?* (2000); *Animal as Persons: Essays on the Abolition of Animal Exploitation* (2008); *The Animal Rights Debate Abolition or Regulation* (2010), em coautoria com Robert Garner; *Eat Like You Care: An Examination of the Morality of Eating Animals* (2013).

Dos livros supracitados, dois encontram-se no idioma português, a saber: *Introdução aos Direitos Animais*, publicado no Brasil em 2013, pela editora da UNICAMP, e *Coma com consciência:*

que ha introducido la reforma de enero de 2015 del Código Civil en Francia y a la que nos referiremos más adelante (ARGENTINA. Poder Judicial de La Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Sentencia, 21 de outubro de 2015, p. 6-7. Inteiro teor do julgado disponível em: <<http://www.projetogap.org.br/wp-content/uploads/2015/10/sentencia-orangutan-sandra.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017). No **segundo** caso, em 3 de novembro de 2016, o Terceiro Tribunal de Garantias da cidade de Mendoza, na Argentina concedera uma decisão histórica ao acolher a ação de *Habeas Corpus* impetrada pela ONG argentina AFADA (Asociacion de Funcionarios y Abogados por los Derechos de los Animales) em favor da chimpanzé Cecilia, que se encontrava confinada no Jardim Zoológico de Mendoza. Entre os comandos do julgado proferido pela juíza argentina Maria Alejandra Mauricio, constou: “[...]. II - Declarar a la chimpancé Cecilia, actualmente alojada en el zoológico de la Provincia de Mendoza, sujeto de derecho no humano. III - Disponer el traslado del chimpancé Cecilia al Santuario de Sorocaba, ubicado en la República del Brasil el que deberá efectuarse antes del inicio del otoño, conforme lo acordado por las partes. [...]” (ARGENTINA. Poder Judicial de Mendoza. Sentencia, 3 de novembro de 2016. Inteiro teor do julgado disponível em: <<http://www.projetogap.org.br/wp-content/uploads/2016/11/329931683-habeas-corpus-cecilia.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017).

Uma análise sobre a moralidade do consumo de animais, publicado em Portugal em 2014, pela editora *Exempla Press*.

Na sequência, pretende-se apresentar os alicerces da teoria dos direitos animais formulada por Gary Francione. Desde já, vale dizer que Francione, assim como Regan, é considerado um autor abolicionista pelos animais. Não obstante, como o próprio Francione afirma, seu argumento é significativamente diferente daquele trazido por Tom Regan ou mesmo daquele trazido por Peter Singer (FRANCIONE, 2013, p. 36).

O primeiro aspecto a destacar da teoria de Francione consiste na preocupação quanto à aplicabilidade prática do princípio da igual consideração de interesses, proposto por Peter Singer. Francione defende que a aplicação do princípio da igual consideração aos animais demandaria, necessariamente, a erradicação do *status* de propriedade dos animais, ou seja, o afastamento do uso dos animais como coisas, mercadorias ou recursos. *Eis o primeiro alicerce da teoria em análise: abolir-se a condição de propriedade dos animais.*

Segundo Francione:

A condição de propriedade dos animais torna completamente sem sentido qualquer equilíbrio que, supostamente, se requeira sob o princípio do tratamento humanitário ou as leis do bem-estar animal, porque o que estamos realmente pesando são os interesses dos proprietários contra os interesses de sua propriedade animal. [...]. Se alguém lhe sugerisse que você equilibrasse seus interesses com os interesses de seu automóvel ou de seu relógio de pulso, você muito corretamente consideraria a sugestão absurda. Seu automóvel e seu relógio de pulso são sua propriedade. Eles não têm interesses moralmente significativos; eles são meras *coisas* sem outro valor além daquele que você, o dono, lhes dá. Como os animais são mera propriedade, geralmente temos permissão para ignorar seus interesses e para infligir-lhes a mais horrenda dor, sofrimento ou morte, quando essa atitude é economicamente vantajosa para nós. [...]. Não há realmente nenhuma escolha a ser feita entre o interesse do humano e o interesse do animal porque a escolha já está predeterminada pelo *status* de propriedade do animal (FRANCIONE, 2013, p. 27-28).

Partindo-se da premissa de que os animais realmente importam moralmente, dever-se-ia aplicar o princípio da igual consideração e lhes estender o *direito básico de não serem tratados como coisas, como propriedade alheia* – a menos que houvesse uma razão moralmente sólida para não se fazer isso (FRANCIONE, 2013, p. 29). Francione é enfático: *Minha posição é simples: somos obrigados a estender aos animais apenas **um direito** – o direito de não serem tratados como propriedade dos humanos* (FRANCIONE, 2013, p. 35, sem grifo no original).

Francione explica que, ao invés do princípio da igual consideração de interesses, adota-se na sociedade, desde o século XIX, outro princípio moral denominado *princípio do tratamento humanitário*, cuja origem remontaria à teoria utilitarista de Bentham (que, como se viu na seção 2.2.1, considera a senciência como critério de consideração moral). Para Francione, Bentham teria falhado em sua teoria, por não ter desafiado o *status* dos animais como propriedade humana (FRANCIONE, 2013, p. 17).

Para explicar como se operaria o princípio do tratamento humanitário, Francione afirma que, em geral, existe um senso moral comum de que: a) em situações de verdadeiro conflito entre interesses de humanos *versus* interesses dos animais, é preferível atender aos interesses dos humanos [por exemplo, nos casos de estado de necessidade ou a legítima defesa]; b) embora seja possível preferir humanos a animais, *em situações de verdadeira emergência ou conflito*, existe um consenso de que não se deve infligir nenhum sofrimento *desnecessário* aos animais, eis que são seres sencientes (FRANCIONE, 2013, p. 24-25).

Em suma, o *princípio do tratamento humanitário* sustenta que é possível preferir os interesses dos humanos aos interesses dos animais, mas isso seria possível somente quando houvesse necessidade e, portanto, não se poderia infligir sofrimento desnecessário aos animais.

Na obra *Introduction to Animal Rights: Your Child or the Dog?* (*Introdução aos Direitos Animais: seu filho ou o cachorro?*), Francione ilustra tal princípio, expondo a situação hipotética (experimento de pensamento) que denomina de *dilema da casa em chamas*:

Imagine a seguinte situação: você chega em casa e vê que ela está em chamas. Nela há dois ocupantes vivos: seu filho e seu cachorro. Você é a única pessoa nas imediações da casa em chamas. O fogo queima com tanta fúria que você tem

tempo de salvar ou o seu filho ou o seu cachorro, mas não os dois. Qual deles você escolhe? A resposta é simples. Você salva seu filho. Mas esse quadro hipotético não é justo. Afinal de contas, a maioria de nós salvaria o próprio filho, mesmo se o outro ocupante da casa em chamas fosse o filho de outra pessoa [...]. Vamos variar um pouco a hipótese, Imagine que os dois ocupantes da casa em chamas sejam um cachorro e um ser humano, e que você não conheça nenhum deles. Quem você salva? Novamente a resposta é simples: sua intuição moral lhe diria que você tem de preferir o humano ao animal. Mas se o cachorro for um membro da sua família, um ser com o qual você tem um relacionamento, e você não conhecer o humano, a força dessa intuição moral pode diminuir [...] (FRANCIONE, 2013, p. 24-25).

Das possíveis reflexões extraídas deste exemplo extremo, Francione pretende evidenciar que na grande maioria das situações do mundo real (em que devemos avaliar nossas obrigações morais para com os animais), inexistente verdadeiro conflito ou emergência. Nós os fabricamos (FRANCIONE, 2013, p. 34). Tratamos praticamente *todas* as interações entre os humanos e os animais como se elas envolvessem uma casa em chamas que exigisse que façamos uma escolha entre os humanos e os animais (FRANCIONE, 2013, p. 58).

O segundo aspecto a destacar consiste em um neologismo proposto por Francione denominado de *esquizofrenia moral*, o qual ele utiliza para se referir ao modo como a maioria dos seres humanos se relaciona com os animais não humanos: Embora todos afirmem adotar o princípio de que sofrimento desnecessário é errado, na prática, todo o uso que é feito dos animais não pode ser defendido como necessário em nenhum sentido plausível. A causa de nossa esquizofrenia moral, para Francione, é considerarmos os animais como propriedade. A profilaxia desse problema dar-se-ia com a aplicação do princípio da igual consideração de interesses:

Se quisermos levar os interesses dos animais a sério e dar conteúdo à nossa professada rejeição à inflicção de sofrimento desnecessário a eles, só podemos fazer isso de uma maneira: aplicando aos animais o princípio da igual consideração, ou a

norma de que devemos tratar semelhantes semelhantemente (FRANCIONE, 2013, p. 28).

A abolição da exploração animal requer, segundo Francione, uma mudança de paradigma, do *status* de propriedade para o de pessoas morais (*moral persons*). Nesse ponto, esclarece Francione:

Se estendemos aos animais o direito de não serem tratados como propriedade, eles se tornam pessoas morais. Dizer que um ser é uma pessoa é apenas dizer que este ser tem interesses moralmente significativos, que ele não é uma coisa, e que o princípio da igual consideração se aplica a ele (FRANCIONE, 2008, p. 61, tradução nossa⁵⁵).

Francione discorre sobre os impactos da requalificação do *status* dos animais para o de pessoas:

Considerar os animais como pessoas não significa considerá-los pessoas humanas, nem que devemos tratá-los como seres humanos ou que é necessário estender a eles os direitos reservados aos humanos civilmente capazes. Também não significa devemos proteger os animais de agressões de animais selvagens ou de lesões acidentais geradas por seres humanos. Também não impede a escolha de interesses humanos acima dos interesses animais em situações de conflito genuíno. Mas exige que aceitemos que temos a obrigação moral de parar de usar animais para a alimentação, experiências biomédicas, entretenimento ou como vestuário, ou quaisquer outros usos que assumam que os animais são apenas recursos. A abolição da escravidão animal é exigida por qualquer moral que preveja tratar os interesses dos animais como moralmente significativos, mesmo que a teoria em particular rejeite os direitos, assim como a abolição da

⁵⁵ Redação original: *If we extend the right not to be property to animals, then animals will become moral persons. To say that a being is a person is merely to say that the being has morally significant interests, that the principle of equal consideration applies to that being, that the being is not a thing* (FRANCIONE, 2008, p. 61).

escravidão humana é exigida por qualquer teoria que trate os interesses humanos como moralmente significativos (FRANCIONE, 2008, p. 62, tradução nossa⁵⁶).

Terceiro ponto relevante consiste no fato de que a teoria dos Direitos Animais de Francione é categórica no sentido de se abolir e não meramente regular o uso de animais. Para ele, inexistiria a possibilidade de se estabelecer uma ponte que conectasse conquistas de bem-estar animal (a curto prazo) em prol de um abolicionismo animal (a longo prazo) (FRANCIONE, 2013, p. 35). Não obstante, ele afirma que novos bem-estaristas aparentemente acreditam, por exemplo, em uma conexão causal entre jaulas mais espaçosas hoje e jaulas vazias amanhã (FRANCIONE, 1996, p. 3, tradução nossa⁵⁷).

Para Francione, as leis que regulamentam essa exploração não estão interessadas na abolição da exploração animal, mas apenas reafirmam essa exploração e tornam-na mais competitiva economicamente, como mostram as estatísticas de aumento de produção e consumo de produtos de origem animal no mundo em duzentos anos de existência de legislação de bem-estar animal.

O direito básico de não ser tratado como propriedade, argumenta Francione, já foi estendido a todos os seres humanos desde a proibição da escravidão humana (ainda que não se possa dizer que fora

⁵⁶ Redação original: *If animals are persons, that does not mean that they are human persons; it does not mean that we must treat animals in the same way that we treat humans or that we must extend to animals any of the legal animals that we reserve to competent humans. Nor does this mean that animals have any sort of guarantee of a life free from suffering, or that we must protect animals from harm from other animals in the wild or from accidental injury by humans. As I argue below, it does not necessarily preclude our choosing human interests over animal interests in situations of genuine conflict. But it does require that we accept that we have a moral obligation to stop using animals for food, biomedical experiments, entertainment, or clothing, or any other uses that assume that animals are merely resources, and that we prohibit the ownership of animals. The abolition of animal slavery is required by any moral theory that purports to treat animal interests as morally significant, even if the particular theory otherwise rejects rights, just as the abolition of human slavery is required by any theory that purports to treat human interests as morally significant* (FRANCIONE, 2008, p. 62).

⁵⁷ Redação original: *The new welfarists apparently believe, for example, in some causal connection between cleaner cages today and empty cages tomorrow* (FRANCIONE, 1996, p. 3).

banido por completo do planeta, tal instituto é proibido por lei e considerado odioso, em termos morais). Assim como o reconhecimento de que nenhum ser humano deveria ser propriedade alheia requereria que *abolíssemos* a escravidão, e não meramente a *regulamentássemos* para torná-la mais *humanitária* ou *compassiva*, nosso reconhecimento de que os animais têm aquele direito básico significa que não podemos mais justificar nossa exploração institucional dos animais para comida, vestuário, divertimento e experimentos (FRANCIONE, 2013, p. 33).

A tecnologia se sofisticava e as práticas de criação animal intensiva industrial a acompanham, sem nenhuma consideração pelo sofrimento, a angústia ou a dor dos animais (FRANCIONE, 2013, p. 61).

Ante o desequilíbrio causado pela indústria de criação animal, Francione apresenta a base moral de sua teoria abolicionista animal: o *veganismo*, ou seja, um estilo de vida em que se evite o consumo de produtos de origem animal e práticas associadas à exploração animal.

Para Francione:

Existe uma alternativa para a dieta animalizada que é igualmente boa, se não melhor ainda, para a nossa saúde e à saúde do planeta: o uso de plantas. Como observou Albert Einstein: “Nada beneficiará tanto a saúde humana e aumentará as chances de sobrevivência da vida na Terra quanto a evolução para uma dieta vegetariana. A ordem de vida vegetariana, por seus efeitos físicos, influenciará o temperamento dos homens de tal maneira que melhorará em muito o destino da humanidade”. Mesmo assim, escolhemos comer carne e outros produtos animais – escolhemos a dor, o sofrimento e a morte dos animais – e nossa única justificativa é o prazer humano (FRANCIONE, 2013, p. 67-68).

Em todos os sistemas políticos e econômicos modernos, os animais são explicitamente considerados mercadorias cujo único valor é aquele que lhes é atribuído por seus proprietários – sejam indivíduos, corporações ou governos. A condição (ou *status*) dos animais como propriedade não é nova; tem estado conosco por milhares de anos. De fato, a evidência histórica indica que a domesticação e a posse de animais estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento das próprias ideias de propriedade e dinheiro. A palavra *cattle* (gado), por

exemplo, vem da mesma raiz que a palavra *capital*, e as duas são sinônimas em muitas línguas europeias. A palavra espanhola para propriedade é *ganadería*; a palavra para gado é *ganado*. A palavra latina para dinheiro é *pecúnia*, que deriva de *pecus*, que quer dizer *gado* (FRANCIONE, 2013, p. 117).

Francione é um pacifista, e se inspira no pensamento de Mahatma Gandhi e nos princípios jainistas para conduzir uma mudança na sociedade através da desobediência civil não violenta, e principalmente através da educação vegana. Curiosamente, embora seja um professor de Direito, Francione acredita que a mudança deve começar individualmente, através da adoção de um estilo de vida vegano, e não unicamente por meio da mudança da legislação. Um princípio central da filosofia de Francione é que a mais importante forma de operar uma mudança incremental, dentro do quadro abolicionista, é o veganismo. Francione também vem argumentando, há muito tempo, que o movimento pelos direitos animais é a extensão lógica do movimento pela paz e deve abraçar uma abordagem não violenta (Gary L. Francione, 2015).

A forma mais importante de mudança progressiva em nível social é a educação criativa e não violenta sobre o veganismo e a necessidade de abolir, e não meramente regulamentar, a exploração institucionalizada dos animais. O movimento de defesa animal nos Estados Unidos falhou seriamente em educar o público sobre a necessidade de abolir a exploração animal. [...]. É mais fácil dizer às pessoas que podem ser omnívoros moralmente conscientes do que tomar a posição de que o veganismo é uma linha de base moral. Isso, no entanto, é precisamente o problema. [...]. O veganismo e a educação vegana criativa, afirmativa e não violenta proporcionam estratégias práticas e incrementais, tanto em termos de redução do sofrimento animal no momento presente, quanto em termos de construção de um movimento animalista futuro que terá força para obter uma legislação mais robusta para que se proíba o uso e exploração animal – mais importante do que uma regulação “humanitária” do bem-estar animal. [...] Aumentar o número de pessoas veganas também ajudaria a construir uma base política e econômica

necessária para a mudança social que é um predicado necessário para a mudança legal (FRANCIONE; GARNER, 2010, p. 64-65, tradução nossa⁵⁸).

Dentre algumas formas de apresentar à sociedade o fundamento moral dos direitos animais e a necessidade urgente – por uma questão de coerência – da abolição do estatuto de propriedade das pessoas não humanas, Francione sugere: a) dar palestras em instituições educacionais locais de todos os níveis (escolas de nível fundamental e médio, faculdades e universidades) e engajar outras campanhas educativas; b) distribuir literatura acessível sobre veganismo e abolicionismo animal; c) oferecer amostras de comida vegana em eventos da comunidade; d) escrever ensaios para revistas e jornais; e) criar *sites*, *blogs*, *podcasts*, e outras atividades online sobre veganismo e abolicionismo animal; f) organizar campanhas de boicote a empresas de produção de carnes, de leite e de ovos para que tal produção acabe e não para que passem a produzir “humanitariamente” (DENIS, 2009, p. 23).

Francione destaca haver um efeito perverso na *ideologia reformista* (cuja retórica Francione denominou de *chuva sem trovoadas*, metáfora-título de sua obra: *Rain Without Thunder*), consistente na ocultação das verdadeiras questões relativas à utilização animal.

⁵⁸ Redação original: *The most important form of incremental change on a social level is creative, nonviolent education about veganism and the need to abolish, not merely regulate, the institutionalized exploitation of animals. The animal advocacy movement in the United States has seriously failed to educate the public about the need to abolish animal exploitation. Although there are many reasons for this failure, a primary one is that animal advocacy groups find it easier to promote welfarist campaigns aimed at reducing “unnecessary” suffering that have little practical effect and where the reforms are ultimately embraced by the industry involved. Such campaigns are easy for advocates to package and sell, and they do not offend anyone. It is easier to tell people that they can be morally conscientious omnivores than it is to take the position that veganism is a moral baseline. That, however, is precisely the problem. [...] Veganism and creative, positive, nonviolent vegan education provide practical and incremental strategies both in terms of reducing animal suffering now and in terms of building a movement in the future that will be able to obtain more meaningful legislation in the form of prohibitions of animal use rather than mere “humane” welfare regulation. [...] Increasing the number of vegans would also help to build a political and economic base required for the social change that is a necessary predicate for legal change* (FRANCIONE; GARNER, 2010, p. 64-65).

No próximo capítulo, parte-se para o cerne desta pesquisa, qual seja, a análise de como se dá a interação do Direito Animal e do Pensamento Sistêmico-Complexo, a partir da previsão constitucional que protege a fauna e proíbe quaisquer práticas que submetam os animais à crueldade. Ver-se-á, a partir de um enfoque sistêmico-complexo, um olhar integrador da atual crise socioambiental – crise esta que tem como uma de suas expressões, a violência inaudita cometida aos animais não humanos, mas também aos ecossistemas planetários e aos próprios seres humanos em condições de vulnerabilidade.

3 INTERAÇÕES SISTÊMICO-COMPLEXAS DE UM NOVO CAMPO INTEGRADO DE CONHECIMENTO: O DIREITO ANIMAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

3.1 Interação entre especismo e violência estrutural

A primeira interação integradora entre pensamento sistêmico-complexo e Direito Animal permite compreender este último no bojo de uma problemática mais ampla, em que a inter-relação *especismo* e *violência estrutural* ocorrem ao modo de um circuito retroativo que retroalimenta a exploração institucionalizada dos animais. A partir de uma reflexão que contemple a noção de complexidade e o contexto da crise socioambiental, busca-se um enfoque sistêmico – disruptivo⁵⁹ da cosmovisão dualista cartesiana (esta, considerada um dos cerne da crise socioambiental, e que predomina até os dias atuais).

Conforme já mencionado, o termo *especismo* foi proposto por Richard D. Ryder (1940–), em 1973, para definir a discriminação habitual dos seres humanos em relação às outras espécies. Vale acrescentar que o especismo é uma ideia que traz em seu bojo o seguinte paralelismo moral: o especismo está para a espécie, assim como o racismo está para a raça e o sexismo está para o gênero⁶⁰. Poder-se-ia dizer, também, que o especismo é uma variante do egoísmo, fundada em diferenças que não são relevantes.

A expressão *especismo* ou *especiesismo* (tradução original do inglês: *speciesism*), em que pese se trate de neologismo, encontra-se já dicionarizada:

Especiesismo: s.m. (o) 1. Discriminação de uma espécie animal sobre outra, principalmente da espécie humana sobre outros animais. 2. Intolerância humana por uma determinada espécie animal, configurada na sua crueldade ou exploração: o especismo humano contra os

⁵⁹ **Disruptivo:** adj. 1. Relativo a *disrupção* [...]. **Disrupção:** s.f. 1. Rompimento; ruptura; quebra (geralmente violenta): a *disrupção* de uma conexão, de uma rotina [...] (SACCONI, 2010, p. 695).

⁶⁰ Frase que ilustra esse paralelismo pertence à escritora e ativista feminista Alice Walker (1944–): *Os animais do mundo existem para seus próprios propósitos. Não foram feitos para os seres humanos, do mesmo modo que os negros não foram feitos para os brancos, nem as mulheres para os homens.*

tubarões. O ser humano precisa aprender a estender o círculo de respeito e compaixão para além da própria espécie humana, incluindo os animais irracionais, que também são capazes de sentir dor, fome, medo, sede, solidão e afinidade. **Especiesista:** adj. (rel. a especiecismo) e adj. (que ou pessoa que manifesta o especiecismo) (SACCONI, 2010, p. 840).

O especismo é conceito central na teoria de Peter Singer, amplamente problematizado em sua obra *Libertação Animal*. Não por acaso, verifica-se que é justamente em face do especismo que Singer defenderá a aplicação do princípio da igual consideração de interesses (tal princípio fora abordado no item 2.2.1).

Vale observar que o princípio da igual consideração de interesses é utilizado, com algumas nuances, por Gary Francione, ao defender que sua efetividade demandaria, necessariamente, a abolição do *status* de propriedade dos animais, ou seja, o afastamento do uso e da exploração dos animais como coisas, mercadorias ou recursos.

Analisando-se as duas vertentes do princípio da igual consideração de interesses (a versão original de Singer e a variante proposta por Francione), vê-se, em ambas, uma teoria engajada como resposta ao *especismo estruturante* presente na sociedade humana. Colhe-se a afirmação de Singer (2010 [1975], p. 335), de que o *especismo é uma atitude onipresente e generalizada*.

Andrade (2012, p. 382) explica que, das relações de domínio produzidas em nossas sociedades, a denúncia radiográfica foi sendo seletivamente cumulativa: o materialismo histórico e a exploração de classe, o feminismo e a dominação de gênero, o antirracismo e a discriminação racial, o ecologismo e a destruição ambiental, o biocentrismo e a inferiorização animal (o especismo).

De acordo com Felipe (2013), a violência institucionalizada contra os animais em condições *vulneráveis*, nos centros urbanos e nas residências, nos circos, rodeios, zoológicos, jaulas, gaiolas, viveiros, abatedouros, biotérios, galpões de confinamento e laboratórios experimentais, pode ser considerada da mesma ordem da violência contra mulheres, crianças e adolescentes no âmbito doméstico. Estes sujeitos violentados têm em comum o fato de viverem *confinados*. O confinamento os torna vulneráveis à violência e torna quem os rodeia incapaz de perceber, intervir e pôr fim a ela.

O sistema de abate animal, por exemplo, invisibiliza a relação entre o animal vivo e o *produto* final, tanto é que na maioria dos países industrializados, os matadouros têm sido estabelecidos na periferia das cidades. A crueldade do abate geralmente é mantida longe dos olhos e ouvidos dos consumidores, tornando-se invisível para a maioria. O que a maior parte dos clientes finais visualiza é uma peça asséptica de carne dentro de uma embalagem a vácuo na prateleira do supermercado (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015, p. 27).

A criação industrial de frangos é considerada, pelos defensores dos animais, um dos sistemas mais cruéis⁶¹ e, ao mesmo tempo, um dos mais invisibilizados pelo senso comum, que não identifica uma ave como indivíduo senciente e inteligente. Trata-se de mais um exemplo de especismo estruturante, um dos grandes representantes do fordismo na agroindústria – modelo incorporado radicalmente no pós-guerra, em que todas as fases do processo de criação são controladas pela indústria (PULZ, 2013, p. 2013).

Rosendo (2015, p. 47) explica que *estruturas conceituais opressoras* são utilizadas para explicar, manter e justificar relações de dominação e subordinação injustificadas. Por exemplo, uma estrutura conceitual opressora de viés machista *justifica* a subordinação das mulheres pelos homens. Dada a existência de uma interconexão, a mesma lógica aplicar-se-ia para justificar a subordinação da natureza [e dos animais] pelos homens.

Apoiando-se em estudos da filósofa ecofeminista Karen J. Warren, Rosendo discorre sobre cinco características das estruturas conceituais opressoras, a saber: a) a existência de um *pensamento de valor hierárquico*, em que se confere mais *status* ou valor aos “de cima” e menos aos “de baixo”; b) *dualismos* de valor opostos, marcados por características opostas e excludentes, ao invés de complementares e inclusivas; c) poder entendido e exercido como *poder de dominação*; d) criação e *manutenção de privilégios* concedidos aos “de cima” e negados aos “de baixo”; e) uma estrutura de argumentação que visa a

⁶¹ Em galpões de criação de frangos de corte, normalmente superlotados, animais disputam espaço ao ponto de não conseguirem abrir as asas. O elevado teor de amônia das camas torna o ambiente insuportável, provocando várias doenças. As galinhas poedeiras, por sua vez, vivem em gaiolas apertadas (50 cm ou menos), denominadas de *gaiolas em bateria*. Elas também não conseguem abrir as asas, têm seus bicos cortados para evitar mutilações em brigas por alimento e padecem de lesões nas patas pelo constante contato com as grades das gaiolas (PULZ, 2013, p. 93).

justificar a subordinação – ou seja, uma *lógica da dominação* (ROSENDO, 2015, p. 48).

Andrade esclarece que, de todos os “ismos” presentes nas grandes estruturas organizativas da sociedade humana – antropocentrismo, patriarcalismo (sexismo), colonialismo, racismo, capitalismo –, o especismo configura-se a raiz das macroapartações (entre seres humanos e animais):

Sem dúvida, das violências denunciadas, os animais foram os condenados ao maior silêncio, à menor possibilidade de resistência, e por tempo muito mais duradouro têm sido o ancoradouro de todas as outras formas de violência denunciadas, num único corpo indefeso, seres coisificados. No mundo animal, a violência de classe se reproduz, existindo animais ricos, remediados, pobres e completamente excluídos. [...] (ANDRADE, 2012, p. 382).

Nesse contexto crítico que se configurou nas últimas décadas do século XX, em que animais foram condenados à menor possibilidade de resistência, vê-se como epicentro da crise a *civilização industrial*, tendo-se a ação humana como o principal condutor – responsável pela violência inaudita que se comete aos animais e à natureza.

Considerando-se o caráter sistêmico-complexo da crise socioambiental, e tendo em vista o fenômeno da violência contra animais como um subsistema imbricado em sistemas maiores (ao modo de uma hierarquia estruturada por níveis de complexidade crescente), impende observar que a própria percepção da violência contra animais passa a ser avaliada a partir de uma dimensão complexa, que transcende a mera violência direta (pessoal), assumindo contornos estruturais.

Nesse aspecto, revela-se válido o conceito de *violência estrutural*, proposto pelo sociólogo norueguês Johan Galtung, em artigo intitulado *Violence, Peace and Peace Research*, publicado em 1969.

De início, pontua-se que Galtung não chega a tratar especificamente da violência perpetrada contra animais. Não obstante, considerando-se que seres humanos e não humanos compartilham a mesma estrutura social da qual a violência encontra-se ora latente, ora manifesta, é possível considerar-se que a teoria da violência estrutural conforma-se aos casos envolvendo *todos* os animais (humanos e não humanos). Vale lembrar que há diversos estudos que apontam a ligação entre violência contra animais e violência contra seres humanos

(BRÜGGER, 2004, p. 132). Além disso, o movimento por justiça social dos direitos animais tem sido *costurado* no mesmo *tecido moral* dos direitos humanos (REGAN, 2013, p. 35).

Em seus *estudos sobre a paz*, Galtung afirma que a violência é um conceito que apresenta dimensões visíveis e invisíveis, não podendo ser concebida a partir de um único enfoque. Como ponto de partida, ele afirma que *a violência está presente quando os seres humanos são influenciados de modo a que suas realizações atuais, físicas e mentais, estão abaixo de suas realizações potenciais* (GALTUNG, 1969, p. 168, tradução nossa⁶²). Desse modo, a violência estrutural poderia ser tratada como sinônimo de *injustiça social* (GALTUNG, 1969, p. 171, tradução nossa⁶³), ou seja, uma discrepância entre situações atuais e potenciais de satisfação das necessidades. *A violência estrutural é a forma geral da violência cujo contexto costuma derivar, direta ou indiretamente, todas as outras formas de violência* (BARATTA, 1993, p. 47).

Para ilustrar o fenômeno da violência estrutural, Galtung fornece um exemplo:

Quando a realidade dos fatos é inevitável, a violência não estará presente, mesmo que as realizações atuais estejam em um nível muito baixo. Uma expectativa de vida de apenas trinta anos, durante o período neolítico, não era uma expressão de violência, mas a mesma expectativa de vida hoje (seja por guerras, seja por injustiça social, ou ambas) será vista como violência, de acordo com nossa definição (GALTUNG, 1969, p. 169, tradução nossa⁶⁴).

⁶² Redação original: *As a point of departure, let us say that violence is present when human beings are being influenced so that their actual somatic and mental realizations are below their potential realizations* (GALTUNG, 1969, p. 168).

⁶³ Redação original: *In order not to overwork the word violence we shall sometimes refer to the condition of structural violence as social injustice. [...]* (GALTUNG, 1969, p. 171).

⁶⁴ Redação original: *When the actual is unavoidable, then violence is not present even if the actual is at a very low level. A life expectancy of thirty years only, during the neolithic period, was not an expression of violence, but the same life-expectancy today (whether due to wars, or social injustice, or both) would be seen as violence according to our definition.* (GALTUNG, 1969, p. 169).

A violência estrutural⁶⁵ caracteriza-se por ser uma espécie de violência indireta e que nem sempre é perceptível (podendo estar manifesta ou latente). Ela é inerente à estrutura social, e tem como característica apresentar-se com certa estabilidade (a rigor, não se consegue alterá-la rapidamente). Veja-se a explicação de Galtung:

Não é de se estranhar que se tenha dado mais atenção à violência pessoal [direta] do que à violência estrutural [indireta]. A violência pessoal mostra-se. O objeto da violência pessoal geralmente percebe a violência e pode reclamar. Já o objeto da violência estrutural pode ser persuadido a não percebê-la de forma alguma. A violência pessoal representa mudança e dinamismo, não são ondas dentro de ondulações, mas ondas em águas tranquilas. Em uma sociedade estática, a violência pessoal é registrada, enquanto que a violência estrutural pode ser considerada tão natural quanto o ar que se respira (GALTUNG, 1969, p. 173, tradução nossa⁶⁶).

⁶⁵ A noção de violência estrutural fica mais clara quando Galtung propõe que o fenômeno da violência apresenta três formas: direta, estrutural e cultural (a qual denominará de triângulo da violência). Entende-se por violência *direta* aquela que pode ser física e/ou verbal e que, por isso, pode ir desde o uso da força física até a humilhação (no sentido psicológico). A violência *estrutural* aconteceria quando uma determinada classe, grupo étnico, de gênero ou nacionalidade, percebe que tem, ou tem de fato, um menor acesso a bens, recursos e oportunidades relativas a outros grupos ou classes, estando essa desvantagem intrinsecamente construída no sistema político, social e econômico de uma determinada sociedade. Quanto à violência *cultural*, esta representa a construção, assim como a utilização de símbolos, comportamentos e crenças, que reproduzem e legitimam lógicas de violência, tornando-as parte da normalidade. Caracteriza-se, assim, por um sentimento de superioridade ou, pelo contrário, de inferioridade, formado e inculcado sobre aquela que é a existência de uma hierarquia baseada em classes, etnias, religiões, nacionalidades etc. Como tal, para Galtung, a violência direta é um evento, a violência estrutural é um processo inconstante e a violência cultural é permanente (SILVA, 2015b, p. 6).

⁶⁶ Redação original: *On the other hand, it is not strange that attention has been focussed more on personal than on structural violence. Personal violence shows. The object of personal violence perceives the violence, usually, and may*

Em suma, a violência estrutural manifesta-se como um poder desigual e, conseqüentemente, como oportunidades de vida desiguais. No caso de populações humanas [objeto do trabalho de Galtung], citem-se como exemplos, o acesso limitado à renda, à educação, à alfabetização e à assistência médica (GALTUNG, 1969, p. 171).

Transpondo-se a teoria da violência estrutural para a relação especista dos seres humanos para com os animais, vê-se nesta interconexão um dos pontos nevrálgicos da crise, pois se trata de uma violência difusa que é perpetrada contra animais que foram invisibilizados/silenciados/coisificados.

De acordo com Levai (2006, p. 179), o sistema econômico capitalista e o ritmo da sociedade industrial fizeram com que a maior parte da crueldade para com os animais fosse deliberada, como se vê nos matadouros, nos espetáculos públicos de rodeios, circos e vaquejadas, nos centros de controle de zoonoses, nas competições de caça amadora e, principalmente, nas atividades relacionadas à experimentação animal e ao agronegócio.

Acerca do que se poderia denominar de *crueldade consentida*, colhe-se da citação do filósofo norte-americano Bernard Rollin:

A natureza minimalista da ética anticrueldade pode ser evidenciada por meio do seguinte experimento. Considere um diagrama em forma de pizza representando todos os sofrimentos aos quais os animais são submetidos nas mãos humanas e pergunte-se qual porcentagem desse sofrimento resulta de crueldade deliberada. Todas as vezes que eu fiz essa pergunta a resposta foi a mesma: “Uma pequena fatia”, “apenas 1%”. Quando nos conscientizamos de que apenas os EUA produzem 8 bilhões de galinhas em confinamento por ano, e que 80% desses animais chegam aos supermercados com fraturas ou com esmagamento de ossos profundos, percebemos a sabedoria da resposta pública. Então, podemos

complain - the object of structural violence may be persuaded not to perceive this at all. Personal violence represents change and dynamism - not only ripples on waves, but waves on otherwise tranquil waters. Structural violence is silent, it does not show - it is essentially static, it is the tranquil waters. In a static society, personal violence will be registered, whereas structural violence may be seen as about as natural as the air around us (GALTUNG, 1969, p. 173, tradução nossa).

agora caracterizar a natureza da revolução sócio-ética referente ao tratamento animal que estávamos discutindo: na essência, a sociedade começou a se preocupar com os outros 99% do sofrimento animal que não é resultado de crueldade deliberada (ROLLIN, 2002, p. 18).

Se, por um lado, tem-se no conceito de violência estrutural um tipo de violência consentida, inerente à estrutura social, verifica-se no especismo, conforme destaca Araújo (2003, p. 139), *o conformismo acrítico com juízos estigmatizadores absolutizados*. Trata-se de um círculo vicioso retroalimentador (violência-especismo-violência) que deve ser quebrado a partir do pensamento complexo, atentando-se para o *princípio dialógico*, que *recusa os dualismos (que justapõem ou opõem, sem perceber os vínculos) e os monismos (que assimilam, sem perceber as diferenças)* (OST, 1995, p. 251).

Sob o influxo do princípio dialógico, reconhecendo-se a existência de opostos que são, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares, pode-se argumentar frente ao especismo: *A superioridade moral dos humanos sobre não humanos, se existe, não justifica a dominação por si só. Pelo contrário, poder-se-ia argumentar que tal superioridade moral impõe responsabilidades aos humanos para com outros seres, em tese, menos capazes* (WARREN apud ROSENDO, 2015, p. 53). Em outras palavras, diferenças/singularidades entre humanos e animais não têm o condão de justificar qualquer hierarquia axiológica verticalizada que beneficie apenas seres humanos – poderia justificar somente uma hierarquia pautada em responsabilidades.

Ricard ressalta que vivemos em um mundo essencialmente interdependente, em que o destino de cada ser, seja ele qual for, está intimamente ligado a dos demais. Não se trata, portanto, de se ocupar mais com os animais, mas de se ocupar também com os animais (RICARD, 2015, p. 17, tradução nossa⁶⁷).

Verificada a natureza complexa da violência e do especismo estruturantes, passa-se à análise do *Direito Animal*, como nova disciplina integradora que visa a conter a violência institucionalizada perpetrada contra os animais, e sua interação a partir da Constituição Federal de 1988.

⁶⁷ Redação original: *Vivimos en un mundo esencialmente interdependiente, donde la suerte de cada ser, sea el que sea, está intimamente ligada a la de los demás. No se trata pues de ocuparse más que de los animales, sino de ocuparse también de los animales* (RICARD, 2015, p. 17).

3.2 Interação entre a proteção animal e a Constituição de 1988: o surgimento do *Direito Animal* como um novo ramo do Direito

Silva (2014, p. 41) afirma que a ciência jurídica assiste ao surgimento de um novo ramo do Direito: o *Direito Animal*, constituído por um sistema de normas e princípios, de instituições e práticas que, ao longo dos anos, forjou-se a partir do avanço ético e jurídico da sociedade. Abandona-se, assim, a perspectiva de defesa da fauna como bem indefinido, em favor de uma visão que dê importância aos interesses dos não humanos, de forma autônoma, a partir de um olhar ampliado do sistema jurídico.

A proteção animal é um desafio para a ciência jurídica moderna, demandando um repensar de conceitos antropocêntricos e normas preestabelecidas pelo (e no) sistema vigente (MEDEIROS, 2013, p. 201). Nussbaum (2013, p. 27) assevera que os *animais não são mera mobília do mundo*: eles são seres ativos tentando viver suas vidas e, muitas vezes, está-se no meio do caminho deles. Para Nussbaum, as ações para reverter o problema que afeta os animais vão além da mera *compaixão e humanidade*, envolvendo uma questão de justiça interespecie. Nesse viés, o Direito Animal [com sua metodologia transdisciplinar] surgiria como alternativa para se pensar uma *justiça social interespecie* (SILVA, 2014, p. 26).

Sabe-se que o Direito Ambiental, como ramo autônomo da ciência jurídica, teve suas origens a partir do impulso da Conferência de Estocolmo de 1972 (PRIEUR, 2012, p. 23). O Direito Animal, em que pese um fenômeno tardio se comparado ao Direito Ambiental, imbuí-se, também, da inspiração dos movimentos sociais de contracultura das décadas de 1960-1970⁶⁸. Na busca por compreender a problemática socioambiental pela via da exploração dos animais, a luta pelos direitos animais acabou por adentrar caminhos propostos pela Filosofia Moral (por exemplo, as ideias de Peter Singer, Tom Regan, entre outros), que

⁶⁸ A década de 1960 marca a emergência, no plano político, de uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico. [...] começam a emergir com feições autônomas uma série de movimentos, tais como os movimentos das mulheres, dos negros, os movimentos ecológicos etc. [...]. A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida. E o cotidiano emerge aí como categoria central nesse questionamento [...] (PORTO-GONÇALVES, 2006 [1989], p. 10-11).

vão estabelecer, por exemplo, a importância de se atentar para os deveres diretos para com os animais.

Vale lembrar que a obra *Libertação Animal* fora escrita por Singer no período de efervescência dos grandes debates ecológicos⁶⁹. Com efeito, em 1975, Singer alertou sobre a maior quantidade de alimentos que se poderia produzir, com menor impacto ambiental, se o mundo parasse de criar e matar animais para servir de alimento. Nas palavras de Singer, *poderíamos dispor de uma quantidade de comida para os seres humanos que, apropriadamente distribuída, eliminaria a fome e a desnutrição em nosso planeta*. E arrematou: *A libertação animal também é uma libertação humana* (SINGER, 2010 [1975], p. 440). No prefácio da obra, Singer fez um apelo para que se iniciasse um movimento pela libertação dos animais (SINGER, 2010 [1975], p. 436).

O reconhecimento paulatino de um novo campo integrado de estudos dedicado ao Direito Animal pode ser considerado decorrência do fenômeno que Ost (1995, p. 118) chamou de *ecologização do Direito* – o qual se inicia com a visão da ecologia como uma mono-disciplina e depois espraia-se sistemicamente para outros ramos, chegando no Direito. Nesse pensar, o Direito Animal representa uma segunda etapa produzida no sistema jurídico, tributária da Ecologia sistêmica, que se depara com a complexidade da questão animal como um problema social relevante.

Oportuna a visão de Bobbio, extraída de sua obra *A era dos direitos*:

Olhando para o futuro, já podemos entrever a extensão da esfera do direito à vida das gerações futuras, cuja sobrevivência é ameaçada pelo crescimento desmesurado de armas cada vez mais destrutivas, assim como a novos sujeitos, como os animais, que a moralidade comum sempre considerou apenas como objetos, ou, no máximo, como sujeitos passivos, sem direitos [...] (BOBBIO, 2004 [1992], p. 59).

⁶⁹ Em 1973, Singer fizera primeiro a publicação de um artigo intitulado *Animal Liberation*, na revista científica *New York Review of Books*. Antes da publicação definitiva de *Libertação Animal*, em 1975, Singer ainda publicou a obra *All Animals are Equal*, em 1974 (CASTRO, 2015, p. 99).

Como explica Garner (2013, p. 164-165), o debate ético animalista tem ocorrido, geralmente, a partir de duas perspectivas consideradas antagônicas, a saber: o *bem-estarismo animal* (*animal welfare*) e o *abolicionismo animal* (*abolitionist animal rights*). Para os defensores do *bem-estarismo animal*, não haveria problema na utilização de animais em pesquisa científica, alimentação, esporte, divertimento etc., desde que se evitasse o *sofrimento desnecessário*. Veja-se que, para a abordagem bem-estarista (de cunho antropocêntrico estrito), os animais teriam um *valor instrumental* em relação aos humanos. Já os defensores do *abolicionismo animal* consideram a utilização dos animais como algo moralmente errado, devendo tal prática ser abolida uma vez que os animais possuem um *valor inerente* (um valor por si mesmos) e, por essa razão, ostentam direitos morais básicos como o direito à liberdade, à integridade física e à vida.

Conforme esclarece Beckert (2002), a expressão *direitos dos animais*, tal qual é comumente empregada, acaba se tornando geradora de equívocos, na medida em que tende a abarcar diversas teorias, como a teoria que defende que os animais possuem *direitos morais*, como a teoria que defende que os animais possuem *direitos legais*, e, até mesmo, a teoria que defende o bem-estarismo animal.

Há de se concordar com a filósofa portuguesa, e concluir que, para se evitar ruídos na comunicação *interpares*, é fundamental distinguir quando se reivindica por direitos morais aos animais (por exemplo, no âmbito da Filosofia), e quando se postula o reconhecimento de direitos legais aos animais (por exemplo, no âmbito do Direito, como já se fizera algumas vezes, ajuizando-se ações de *habeas corpus* em favor de grandes primatas).

A formação de uma disciplina denominada *Direito Animal* (um campo de conhecimento integrado que estuda as normas de proteção animal, bem como doutrinas e jurisprudências correlatas) tende a facilitar a construção de uma *linguagem comum inclusiva* que abarca, como objeto de estudo, todas as correntes bem-estaristas e abolicionistas, supracitadas, de maneira dialógica, procurando trabalhar com posições opostas e inconciliáveis sem tentar negá-las ou racionalizá-las (MARIOTTI, 2007).

Além disso, o uso comum do termo *Direito Animal* ajuda a transpor controvérsias terminológicas que poderiam atribuir vagueza ao conceito, por exemplo, a adoção concomitante das expressões: direitos animais, direito dos animais, direitos dos animais, direitos dos não humanos etc. Como explica Silva (2014, p. 51-52), *é importante unificar a terminologia da disciplina, adotando-se a nomenclatura Direito*

Animal, a fim de evitar interpretações sectárias que dividam a matéria e seu objeto de estudo.

A proposta de utilização do termo Direito Animal parece também acompanhar uma tendência internacional (vide, por exemplo, o *Máster en Derecho Animal y Sociedad*, primeiro curso de mestrado desta disciplina, na Europa, oferecido pela *Universitat Autònoma de Barcelona*; vide também a ampla aderência dos cursos de *Animal Law*, nas universidades norte-americanas).

Em instituições norte-americanas que adotam *Direito Animal* como disciplina autônoma, tem-se exigido que se busque uma perspectiva global, inserindo este debate no contexto dos temas de justiça social, tais como: direitos das mulheres, desigualdade racial e defesa do meio ambiente (SILVA, 2014, p. 49)

Nesse aspecto, vale ressaltar que o foco desta pesquisa coaduna-se com uma perspectiva global, eis que objetiva trabalhar o tema do Direito Animal a partir de uma visão sistêmico-complexa, no contexto da crise socioambiental.

A formação do Direito Animal, no Brasil, foi possível a partir da Constituição Federal de 1988, a qual inseriu uma regra que protege o *animal-indivíduo* contra práticas que o submetam à crueldade. Esse comando constitucional, de feição biocêntrica encontra-se topologicamente situado no artigo 225 da CF/88, cujo *caput* possui feição antropocêntrica. A seguir, expõem-se essas duas realidades, a rigor, opostas – todavia, complementares, à luz do pensamento complexo (e do seu princípio dialógico).

3.2.1 Articulação biocêntrica: a interação do ativismo pró-animal permitindo a inserção de uma regra constitucional anticrueldade (artigo 225, § 1º, VII, da CF/88)

A Constituição Federal de 1988 sinalizou uma mudança de paradigma na sociedade brasileira eis que, para além de considerar o meio ambiente como um direito-dever fundamental que assiste à generalidade das pessoas, o legislador constituinte foi mais além e elevou a proteção animal ao *status* constitucional (ALBUQUERQUE; MORAES, 2015, p. 394).

Não obstante o legislador constituinte não tivesse a percepção clara de que adentrara à temática (controvertida) dos direitos animais, pode-se dizer que a inserção do artigo 225, § 1º, VII, na CF/88

representou um marco para o reconhecimento do valor intrínseco a todos os animais, no Brasil – o que acabou permitindo, através de seu texto, uma interpretação que contemplasse a dignidade animal.

Desse modo, extrai-se da CF/88:

Artigo 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...].

VII - proteger a fauna e a flora, *vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.*

[...]. Sem grifo no original.

Levai (2005, p. 587) adverte que a tutela constitucional dos animais não pode ser restrita ao interesse da função ecológica [interesse da espécie], porque o legislador constituinte – ao vedar a crueldade – inseriu na Constituição Federal de 1988 uma regra que se relaciona à dignidade e ao bem-estar de todos os seres vivos [dos indivíduos que compõem a espécie], preceito esse que restou viabilizado, em sede penal, com o surgimento da Lei dos Crimes Ambientais.

A fim de se compreender como a perspectiva biocêntrica do artigo 225, § 1º, VII, da CF/88 articula-se com a perspectiva antropocêntrica presente no artigo 225, *caput*, da CF/88, há que se analisar como tal regra que vedou a crueldade animal fora incorporada ao texto constitucional, e como o Supremo Tribunal Federal (STF), seu intérprete máximo, tem se manifestado a respeito.

Nesse sentido, verifica-se que após instalada a Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, grupos de defesa animal se mobilizaram em torno da inclusão da proteção animal no texto do projeto de Constituição. Coube à *Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal – LPCA*, representada pela presidente-fundadora Edna Cardozo Dias, a defesa do texto propondo a vedação da crueldade animal, na Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, colhe-se da declaração de Dias:

A ideia foi abraçada pelo Deputado Federal Fábio Feldman, eleito por São Paulo, e ex-presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-SP, e que foi o articulador dos segmentos interessados em participar da elaboração da redação do art. 225, sobre o meio ambiente, na Constituição Federal de 1988. Coube à Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal – LPCA, juntamente com a União dos Defensores da Terra - OIKOS, presidida por Fábio Feldman, e à Associação Protetora dos Animais São Francisco de Assis – APASFA, presidida por D. Alzira, encabeçar a lista de um abaixo-assinado, visando [a alcançar] 30.000 assinaturas. Foram conseguidas 11.000 assinaturas, mas mesmo sem o abaixo-assinado a proteção animal foi agasalhada pela Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 225, § 1º, inciso VII. [...]. Coube à Liga de Prevenção da Crueldade contra o Animal, representada por sua presidente que subscreve este artigo, a defesa do referido texto, junto ao relator da Constituição Federal, Bernardo Cabral, em cerimônia realizada no auditório Nereu Ramos, em Brasília (5 de junho de 1987). Na ocasião o Deputado Fábio Feldman designou um ecologista de cada região do país para defender os diversos parágrafos e incisos do capítulo sobre meio ambiente. Após a aprovação da Constituição Federal, os Estados seguiram o exemplo e contemplaram a defesa animal em suas constituições. O exemplo foi, ainda, seguido por diversas leis orgânicas dos municípios. Hoje a proteção animal é uma garantia constitucional (DIAS, 2007, p. 160-161).

Em consulta às notas taquigráficas da ata da reunião de instalação da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, realizada em 7 de abril de 1987, vê-se entre as pautas discutidas na

Assembleia Nacional Constituinte, o quão excessivamente antropocêntricos eram os debates envolvendo a temática ambiental⁷⁰.

Contudo, face à pressão dos coletivos e dos movimentos sociais de proteção animal viu-se prevalecer um entendimento que resguardasse a proteção da dignidade animal. Em entrevista concedida ao professor Tagore Trajano de Almeida Silva, em 16 de julho de 2013, o ambientalista e político Fábio Feldmann, deputado constituinte autor da proposta do dispositivo constitucional que veda a crueldade contra os animais, destacou que o objetivo do legislador constituinte foi deixar um texto constitucional aberto que possibilitasse abranger futuros debates como o de direitos para os animais⁷¹. Para Feldmann, a norma

⁷⁰ Note-se que um dos representantes da Câmara Técnica de Acompanhamento da Constituinte, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, uma das vozes dissonantes da maioria (calcada no antropocentrismo alargado), Fernanda Colagrossi, que representava organizações não governamentais ligadas à defesa do meio ambiente, inaugurou sua fala denunciando três fatos envolvendo a temática animal: o problema da não regulamentação do abate humanitário, o abate cruel de equídeos e a vivissecção de animais de rua, sem o uso de anestésicos. Ao finalizar sua fala, ela denunciou a prática da farra do boi: *A DR.^a FERNANDA COLAGROSSI: – Sr. Vice-Presidente da Comissão, Constituinte Fábio Feldmann, um lutador do meio ambiente, um líder da nossa causa, Srs. Constituintes, Sr. Secretário Executivo do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Srs. convidados: [...] Estou citando apenas alguns fatos para mostrar aos senhores a importância de regulamentar, através da Constituição, o uso em relação aos animais não apenas da nossa fauna, mas em relação aos animais que nós usamos. [...] Quería dizer aos senhores que no litoral de Santa Catarina existe uma cultura, de origem açoriana, que se chama farra do boi – os senhores devem ter lido nos jornais – que é feita na Semana Santa. Lá, um animal é comprado, normalmente por um político que doa à cidade onde é feita, e as cidades, só para os senhores terem uma noção, é Iguazu, Tijuca, Porto Belo, Navegantes, Garopaba, Paulo Lopes, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Itapema, Camboriú, Barra Velha, Praia da Armação e Florianópolis. [...] Eu só queria pedir, aqui nesta sala, de tanta importância para a Constituição, de tanta importância para as leis que vão nos reger: piedade! Não só aos animais, como também à nossa alimentação. E que seja feita na Constituição alguma coisa muito firme e muito séria em relação à morte dos animais que nos alimentam, dos animais que nos servem e que nós utilizamos. Era o que tinha a dizer. Muito obrigada* (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 176).

⁷¹ Extrai-se da ata da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a manifestação do Presidente da Comissão, deputado federal constituinte Fábio Feldmann: *O SR. PRESIDENTE (Fábio Feldmann): –Eu só gostaria de fazer uma observação, que com relação à farra do boi eu me pronunciei na Assembleia*

constitucional do artigo 225, § 1º, VII, da CF/88 foi resultado da síntese dos debates sobre a crueldade que acontecia à época, relacionadas a três casos: farra do boi em Santa Catarina; o abate de equídeos (cavalos, mulas, burros e jumentos) em São Paulo; e a proibição da caça às baleias⁷² (SILVA, 2015a, p. 67).

Fato é que a regra do artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988 inaugurou o diálogo inter e transdisciplinar para uma nova cultura multiespécies e viabilizou a construção jurisprudencial do conceito de não crueldade animal.

Nesse sentido, vale pontuar alguns precedentes jurisprudenciais oriundos do STF, que se fundamentam no artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988.

No tocante ao caso da *farra do boi*, vale lembrar que, em 3.6.1997, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário n. 153.531-8/SC, entendeu que a referida manifestação popular, *ao submeter os animais a crueldade*⁷³, ofendia o artigo 225, §

Nacional Constituinte, e representei à Procuradoria Geral da República, pedindo que entrasse com medidas judiciais com base na Lei de Interesses Difusos, e que impedisse, efetivamente, a realização da farra do boi. Infelizmente, não sei se chegou o telex pedindo ao Procurador da República as providências. Mas a lei, inclusive, determina ao Ministério Público que ele é competente, hoje, para proteger o animal em juízo. Queria dizer que, depois da farra do boi, e conhecendo também essa situação, estou apresentando um dispositivo constitucional, uma proposta de dispositivo constitucional, que veda a crueldade contra os animais (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 176).

⁷² No tocante à pesca de cetáceos em águas jurisdicionais brasileiras, a questão não chegou a ser judicializada no STF. Veja-se que a Lei n. 7.643 de 18.12.1987, em vigor menos de ano da promulgação da Constituição Federal de 1988. Conforme ressalta Medeiros (2013, p. 58), a proibição da pesca ou qualquer outra forma de molestar intencional de toda a espécie de cetáceos em águas brasileiras (por exemplo, baleias, botos, golfinhos) impulsionou uma série de trabalhos de pesquisa e de Organizações Não Governamentais (ONGs) pela proteção de espécies de cetáceos que já estiveram sob risco de desaparecer do planeta.

⁷³ Ementa: *COSTUME - MANIFESTAÇÃO CULTURAL - ESTÍMULO - RAZOABILIDADE - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - ANIMAIS - CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado*

1º, VII, da CF/88. Observe-se que as instâncias inferiores haviam julgado improcedente a ação civil pública movida por entidades de proteção animal, sendo revertida a decisão no STF. O julgamento da corte deu-se por maioria, vencido apenas o Ministro Maurício Corrêa (que entendia que o Estado deveria garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, coibindo eventuais excessos).

Outra aplicação do artigo 225, § 1º, VII, da CF/88, pelo STF, refere-se ao caso das *rinhas de galo* (ou seja, a luta sangrenta de galos criados para o combate, em que seres humanos deleitam-se como espectadores). Em 29.6.2005, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 2.514/SC, de iniciativa do procurador-geral da República, o STF declarou a inconstitucionalidade da Lei estadual n. 11.366/2000, do Estado de Santa Catarina, que autorizava e regulamentava a criação e a exposição de aves de raça e a realização de *brigas de galo*. Por unanimidade, o Plenário do STF considerou que *a sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil*⁷⁴.

Após a primeira ADI que proibiu as rinhas de galo que ocorriam em Santa Catarina, o STF ratificou tal entendimento em outros dois casos análogos, coibindo a iniciativa de Estados-membros de autorizarem referidas condutas humanas cruéis contra animais, por exemplo, a ADI n. 3.776/RN (julgada em 14.6.2007) e a ADI n. 1.856/RJ (julgada em 26.5.2011).

Em 6.10.2016, o Plenário do STF julgou procedente a ADI n. 4.983/CE, proposta pelo procurador-geral da República, contra Lei

“farra do boi” (RE n. 153.531, Relator: Ministro Francisco Rezek, Relator para Acórdão: Ministro Marco Aurélio, Segunda Turma. Julgado em 3.6.1997, publicado no DJ em 13.3.1998). Inteiro teor do acórdão disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500>>. Acesso em 28 jan. 2017.

⁷⁴ Ementa: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE “BRIGAS DE GALO”. A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente (ADI n. 2.514/SC, Relator: Ministro Eros Grau, Tribunal Pleno. Julgado em 29.6.2005, publicado no DJ de 9.12.2005).* Inteiro teor do acórdão disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266833>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

estadual n. 15.299/2013, do Estado do Ceará, que regulamentava a *vaquejada*⁷⁵ como prática desportiva e cultural daquele Estado. Em apertada decisão (de 6 votos a 5), desempatada pelo voto da Ministra Cármen Lúcia, a maioria acompanhou o voto do relator, Ministro Marco Aurélio, que considerou haver *crueledade intrínseca* aplicada aos animais, na *vaquejada*⁷⁶.

A decisão do STF que proibira a *vaquejada* causou forte reação em setores da sociedade que exploram tal atividade, bem como do próprio Congresso Nacional. Com efeito, em 25.10.2016, a Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ) organizou manifestação em que mobilizou, de todo o Brasil, mais de 700 caminhões carregados de equídeos, rumo à Brasília/DF. Por parte do Congresso Nacional, vê-se a tentativa de legalizar a prática da *vaquejada*, em que pese a clara decisão do STF, de que tal prática está eivada de *crueledade intrínseca* e não é passível de regulamentação. Por exemplo, em 2016, passaram a tramitar, no Congresso Nacional, os Projetos de Lei da Câmara (PLC) n. 24/2016

⁷⁵ A *vaquejada* consiste em uma prática muito popular no nordeste brasileiro, em que dois vaqueiros montados a cavalos devem derrubar um boi (ou novilho), puxando-o pelo rabo, dentro de uma área previamente demarcada. São formadas duplas de competidores que correm a galopes, cercando o boi em fuga. O objetivo é conduzir o animal até uma área demarcada com cal e, estando ali, agarrá-lo pelo rabo, torcendo-o para, na queda, posicioná-lo com as quatro patas para cima. Tal prática dita esportiva encontra-se descaracterizada de suas origens. Com efeito, a história da *vaquejada* surgira no Seridó, no Sertão Nordestino, em uma época em que a população pobre, montada em jegues, necessitava capturar animais soltos nos vilarejos (em muitos casos, tal captura destinava-se ao tratamento de animais doentes). Com o passar do tempo, os moradores daqueles vilarejos pobres começaram a praticá-la como distração. Durante a metade do século passado, tal costume fora sendo apropriado pela lógica capitalista, como um negócio extremamente rentável.

⁷⁶ Ementa: VAQUEJADA - MANIFESTAÇÃO - CULTURAL - ANIMAIS - CRUELDADE MANIFESTA - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - INCONSTITUCIONALIDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Discrepa da norma constitucional a denominada *vaquejada* (ADI n. 4.983/CE, Relator: Ministro Marco Aurélio Melo, Tribunal Pleno. Julgado em 6.10.2016, publicado no DJ de 17.10.2016). Inteiro teor do acórdão disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4983relator.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

e 377/2016, e os Projetos de Emenda à Constituição (PEC) n. 269/2016, 270/2016 e 50/2016. Destes, o PLC n. 24/2016 (que define como patrimônio cultural imaterial do Brasil o rodeio, a vaquejada e expressões decorrentes), de iniciativa do Deputado Federal Capitão Augusto, já obtivera a sanção presidencial de Michel Temer, convertendo-se na Lei n. 13.364 de 29.11.2016⁷⁷. Ao que se verifica pelo desenho traçado pelos políticos e grupos de poder ligados a esta prática muito lucrativa, o próximo passo tende a ser a aprovação de emenda à Constituição Federal de 1988. Veja-se, por exemplo, a PEC n. 50/2016 (que visa a *acrescentar § 7º ao artigo 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal*) tivera sua aprovação pelo Plenário do Senado Federal, em 16.2.2017, tendo sido remetida à Câmara dos Deputados para deliberação⁷⁸. Já a PEC n. 269/2016, oriunda da Câmara dos Deputados (que visa a *acrescentar § 4º ao artigo 215 da Constituição Federal, para preservar rodeios e vaquejadas, e expressões artístico-culturais decorrentes, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, assegurada a sua prática como modalidade esportiva*), encontra-se pronta para deliberação no Plenário do Senado Federal, desde

⁷⁷ Extrai-se da Lei n. 13.364/2016: [...] Art. 1º Esta Lei eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestações da cultura nacional e de patrimônio cultural imaterial. Art. 2º O Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, passam a ser considerados manifestações da cultura nacional. Art. 3º Consideram-se patrimônio cultural imaterial do Brasil o Rodeio, a Vaquejada e expressões decorrentes, como: I - montarias; II - provas de laço; III - apartação; IV - bulldog; V - provas de rédeas; VI - provas dos Três Tambores, Team Penning e Work Penning; VII - paleteadas; e VIII - outras provas típicas, tais como Queima do Alho e concurso do berrante, bem como apresentações folclóricas e de músicas de raiz. [...]. BRASIL. Lei n. 13.364, de 29 de novembro de 2016. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 nov. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm>. Acesso em: 27 jan. 2017.

⁷⁸ SENADO FEDERAL. **Proposta de emenda à constituição n. 50, de 2016** (Acrescenta o § 7º ao art. 225 da Constituição Federal, para permitir a realização das manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro que não atentem contra o bem-estar animal). Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127262>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

18.10.2016⁷⁹, sendo que referido Plenário aprovou, em 30.11.2016, requerimento de regime especial para análise da PEC, objetivando a celeridade de seu trâmite.

Como se vê, o tema da vaquejada configura um exemplo de como o Direito Animal interage com a *complexidade do real*, por meio de processos que não são lineares, com avanços e possíveis recuos à proteção animal.

Analisada a perspectiva biocêntrica presente no artigo 225, § 1º, VII, da CF/88, passa-se à análise do *caput* do dispositivo legal mencionado, a fim de se analisar a relação dialógica existente entre ambos.

3.2.2 Articulação antropocêntrica: o discurso ecológico oficial do desenvolvimento sustentável e sua interação com a questão animal (artigo 225, *caput*, da CF/88)

Machado (2013, p. 153) explica que o *caput* do artigo 225 é um dispositivo essencialmente antropocêntrico. Bem por isso, para haver um equilíbrio, haveria de ser interpretado com os parágrafos que o compõe [os §§ 4º e 5º e nos incisos I, II, III e VII do § 1º], os quais apresentariam uma preocupação biocêntrica de harmonizar e integrar seres humanos e ecossistema.

Ressalte-se que, dos incisos arrolados acima, esta pesquisa concentrar-se-á no inciso VII, do § 1º, do artigo 225, eis que se trata do âmago da presente pesquisa.

A fim de se compreender como a perspectiva antropocêntrica presente no *caput* do artigo 225 da CF/88 articula-se com a perspectiva biocêntrica presente no inciso VII, § 1º, do referido artigo, há que se analisar como tal regra do *caput* do artigo 225, que acolhera a inspiração do *desenvolvimento sustentável*, fora também incorporada ao texto constitucional.

⁷⁹ SENADO FEDERAL. **Proposta de emenda à constituição n. 269, de 2016** (Acrescenta parágrafo § 4º ao art. 215 da Constituição Federal, para preservar rodeios e vaquejadas, e expressões artístico-culturais decorrentes, como patrimônio cultural imaterial brasileiro, assegurada a sua prática como modalidade esportiva, na forma da Lei). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2114604>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

Em nova consulta às notas taquigráficas da ata da reunião de instalação da Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente, realizada em 7 de abril de 1987, vê-se que as noções de desenvolvimento e meio ambiente, discutidos na Assembleia Nacional Constituinte, foram inspiradas no conceito de *desenvolvimento sustentável*. Note-se, por exemplo, a fala de um dos membros da Subcomissão (Ângelo Barbosa Machado, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC), e sua alusão expressa ao relatório *Brundtland*, de 1987, senão vejamos:

[...] E notem que no mês passado saiu um documento produzido por uma comissão da ONU, que chama a atenção para a gravidade da situação ambiental, especialmente no Terceiro Mundo, correlacionando tudo isso com o problema de pobreza, de dívida externa, etc. Esse documento da ONU mostra que o problema ambiental é atual e é preocupante, em escala mundial, principalmente no Terceiro Mundo. Mostra esse documento, também, que as idéias colocadas há algum tempo atrás, na Conferência de Estocolmo, continuam válidas (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 177).

Vê-se também, em referida Assembleia Nacional Constituinte, a preocupação em se conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 184) e, sobretudo, a preocupação de vários membros da Subcomissão, com a proteção efetiva do meio ambiente *para as presentes e futuras gerações* (ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987, p. 172, 178, 186 e 1990) – conceito-chave da noção de desenvolvimento sustentável.

Importante observar que o conceito de *desenvolvimento sustentável* consolidou-se internacionalmente em 1987, a partir do relatório publicado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), do Programa da Organização das Nações Unidas – comissão então presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Tal documento intitulado *Our Common Future* (publicado no Brasil com o título *Nosso Futuro Comum*) acabou popularizando-se como *Relatório Brundtland* e estabeleceu o conceito que se tornou mundialmente aceito: *O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a*

possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

A Constituição Federal de 1988, ao albergar a proteção jurídica ao *direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado às futuras e presentes gerações* (artigo 225, *caput*), e estabelecer *a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica* (artigo 170, inciso VI), assumira o projeto de desenvolvimento sustentável, conforme os parâmetros indicados no Relatório Brundtland (PADILHA, 2014, p. 5-6).

Em 1992, o Relatório Brundtland veio a conferir as bases para as discussões realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra), a qual contou com a participação de 179 países. Naquela ocasião, o conceito de desenvolvimento sustentável é utilizado em profusão, em detrimento de outras terminologias e enfoques trazidos em relatórios ambientais anteriores.

Não obstante o conceito de desenvolvimento sustentável (ou de sustentabilidade) tenha se incorporado como discurso ecológico oficial e se tornado uma linguagem comum, existem inúmeras críticas no sentido de se trataria de um conceito vago e que teria sido capturado pela racionalidade do crescimento econômico – daí sua fácil e ampla aceitação.

O conceito do desenvolvimento sustentável é criticado, ainda, pela sua ênfase no desenvolvimento econômico, podendo ser utilizado para legitimar um crescimento e progresso econômico nos moldes dos padrões ocidentais atuais, que se mostram extremamente prejudiciais para a continuidade da vida (SILVEIRA, 2016, p. 119).

Desse modo, ao se buscar um desenvolvimento sustentável, está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, ao não se colocar em questão a própria possibilidade de tal sustentabilidade, o conceito corre o risco de se tornar um conceito vazio, servindo apenas para relegitimar a expansão insustentável do capitalismo (STAHEL, 1994, p. 104).

Imperioso ressaltar que, em 1972, o *ecodesenvolvimento*, outra noção de desenvolvimento, havia sido colocado em pauta no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, a partir de seu secretário-geral

Maurice Strong, passando a ser largamente difundida, a partir de 1974⁸⁰, pelo ecossocioeconomista polonês Ignacy Sachs.

Visando a facilitar a comunicação e aplicabilidade do enfoque de ecodesenvolvimento, Sachs elaborou sua metodologia propondo um novo projeto de desenvolvimento que integre *cinco dimensões de sustentabilidade do ecodesenvolvimento*, a saber: a) sustentabilidade social; b) sustentabilidade econômica; c) sustentabilidade ecológica; d) sustentabilidade espacial/geográfica; e) sustentabilidade cultural. Posteriormente, Sachs incluiu uma *sexta dimensão* de sustentabilidade do ecodesenvolvimento, denominada de *sustentabilidade política*.

Todavia, como enfatiza Leff (2009, p. 208), *o conceito de sustentabilidade foi apropriado pela racionalidade econômica e tergiversado dentro do discurso do desenvolvimento sustentável*.

O ecodesenvolvimento baseia-se numa visão mais consistente das interdependências e da resiliência que caracterizam a dinâmica dos sistemas ecossociais, reconhecendo o espaço local como *locus* privilegiado para sua realização. Pois é exatamente na escala local que se cristalizam as mais diversas perspectivas embutidas no conceito de sustentabilidade. Ainda que se possam estabelecer diagnósticos com base em médias globais ou nacionais, e ainda que as políticas nacionais e os acordos internacionais sejam essenciais para enfrentar os problemas

⁸⁰ Em 1974, Sachs sintetizou ecodesenvolvimento como um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo. Tal enfoque operaria, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso específico, desempenhando aí um papel importante à adaptação ao meio, postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas aplicáveis a qualquer situação. Em vez de atribuir uma importância excessiva à ajuda externa, confia na capacidade das sociedades humanas de identificar seus próprios problemas e apresentar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, enaltece a autoconfiança. Sem resvalar no sentido de um ecologismo exagerado, ele sugere, ao contrário, que é sempre possível canalizar um esforço criador visando a aproveitar a margem de liberdade oferecida pelo meio ambiente, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloquentes desta possibilidade. Mas o êxito na sua aplicação pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o ser humano e a natureza (SACHS, 1986 [1974], p. 18).

ecológicos planetários, as soluções preconizadas serão necessariamente vividas localmente (TREMBLAY; VIEIRA, 2011, p. 225). O enfoque do ecodesenvolvimento – uma abordagem de planejamento e gestão de estratégias alternativas de desenvolvimento inspiradas na busca de harmonização das dimensões social, econômica e ecológica (TREMBLAY; VIEIRA, 2011, p. 14) – revelar-se-ia um instrumento capaz de assegurar, em princípio, uma articulação mais coerente entre três níveis críticos de intervenção na cena do desenvolvimento local:

O *primeiro* diz respeito ao reconhecimento da importância da *ecologia interior*, conduzindo a uma ruptura mais ou menos radical com as dicotomias tradicionais da moderna visão de mundo e à reconstrução de identidades pessoais e grupais. O *segundo* corresponde às exigências colocadas pela *ecologia global*, em termos de uma percepção cada vez mais nítida da gravidade das mudanças ambientais globais e do peso das assimetrias Norte-Sul na configuração e na reprodução dessas tendências. Finalmente, o *terceiro* nível refere-se a um esforço de articulação dos dois primeiros pela via da criação de *sistemas de gestão simultaneamente integrada e compartilhada do patrimônio natural e cultural* (FONTAN; VIEIRA, 2011, p. 34, sem grifo no original).

Conclui-se, assim, que não obstante o enfoque do ecodesenvolvimento tenha emergido muito antes da noção de desenvolvimento sustentável, este acabou se tornando o discurso ecológico oficial. Em outras palavras, o Relatório Brundtland (1987) acabou por eclipsar todos os relatórios ambientais antecedentes, inclusive o Relatório Meadows (1972), vindo a influenciar nitidamente a Constituição Federal de 1988 (FÜRSTENAU-TOGASHI; SOUZA-HACON, 2012).

No contexto da globalização econômica, o princípio da sustentabilidade passa a ser alçado como a nova visão do processo civilizatório da humanidade (LEFF, 2009, p. 206).

Conforme Porto-Gonçalves (2015, p. 62), o conceito de *desenvolvimento* tem sido o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, prevalece a ideia de que ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza

e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade e a indústria.

Analisando-se as duas articulações, esta última de feição antropocêntrica (artigo 225, *caput*, da CF/88) e aquela de feição biocêntrica (artigo 225, § 1º, VII, da CF/88), vê-se a tensão dos antagonismos e sua resolução há que se dar por meio do reconhecimento da relação dialógica existente entre ambos, de interdependência, significando a existência de opostos que são, ao mesmo tempo, antagonônicos e complementares.

A fim de se superar o dualismo presente nas duas perspectivas supracitadas (antropocentrismo e biocentrismo), Eckersley afirma que se faz necessário pensar-se um modelo de desenvolvimento pautado em uma perspectiva ecocêntrica, que possibilitaria falar em uma solidariedade diacrônica com *as futuras gerações de humanos e não humanos* (ECKERSLEY, 1992, p. 46, tradução nossa).

Silva ressalta que a vedação constitucional de crueldade contra os animais deixa um claro sinal de reconhecimento da existência de um dever no tratamento e nas práticas dos seres humanos em face dos não humanos. A constitucionalização dos direitos dos animais pós-humaniza o processo interpretativo, apresentando um novo caminho, ao entender que *todos (= todos os seres vivos humanos e não humanos da Terra) têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, devendo defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (= presentes e futuras gerações de vida no planeta)* (SILVA, 2015a, p. 71-72).

Verificado de que modo o Direito Animal pode interagir com o pensamento sistêmico-complexo, busca-se um enfoque integrador da atual crise socioambiental, mediante estratégias de integração da proteção animal.

3.3 Estratégias de integração da proteção animal

A visão sistêmica condicionou a tomada de consciência quanto à crise socioambiental global e a maneira como se passou a tratar tal problema, não mais de modo apenas conjuntural⁸¹, mas de modo

⁸¹ **Conjuntural:** *adj.* (1. relativo a conjuntura: *trata-se de uma medida conjuntural, apenas para resolver um problema do momento*); 2. *que depende de conjuntura [...]*. 4. **Conjunturalmente:** *adv.* (do ponto de vista conjuntural: *o*

estrutural. Este olhar sobre o mundo dera margem a um processo de integração do conhecimento, por níveis (por exemplo, os níveis pluri, inter e transdisciplinar), buscando sanar (ou amenizar) a fragmentação imposta pela *hiperespecialização disciplinar*. Forçoso reconhecer, contudo, conforme constatou Vieira (2011, p. 187) que, paradoxalmente, a consolidação institucional [nas universidades brasileiras] acerca da nova perspectiva sistêmica não se tornou ainda uma *necessidade sentida*.

Passa-se, agora, à análise da necessária integração do aparato teórico e normativo que fundamenta o Direito Animal, utilizando-se como fio condutor, os princípios orientadores do pensamento complexo (Morin, 2003) e os três pilares da transdisciplinaridade: a *complexidade*, a lógica do *terceiro incluído* e o reconhecimento de *níveis diferenciados de realidade* (Nicolescu, 1999) – temas abordados no primeiro capítulo.

3.3.1 Da necessidade de integração dos estatutos jurídicos

O tratamento jurídico dos animais como sendo *coisas móveis* inspirou-se no Direito Romano e se deslocou para a concepção tradicional que se tem de meio ambiente, como a *soma matemática da fauna com a flora* (ANDRADE, 2012, p. 384). Isso pode explicar o foco prioritário do Direito Ambiental na proteção da fauna (visão utilitária), e não na proteção dos animais enquanto indivíduos (visão ontológica).

Vale lembrar que a concepção dualista e mecanicista do mundo, herdada de Descartes, condicionou o olhar para que se veja o animal como sendo uma máquina, e a vida na natureza como sendo algo axiologicamente vazio, algo neutro, bruto, que poderia ser manipulado e, depois, convertido em moeda (AZEVEDO, 2008, p. 117).

Amado Gomes (2015, p. 51) afirma que a definição dos animais como coisas móveis dar-se-ia por critérios (duplamente) bipolares, presentes nos Códigos Civis de um modo geral: as categorizações *coisa/pessoa* e *coisas móveis/coisas imóveis*. Tal bipolaridade, contudo, encontra-se hoje desafiada por leis que atribuem aos animais um tratamento diverso daquele reservado às coisas.

É o caso, por exemplo, do artigo 32 da Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98) que previu constituir crime: *Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou*

desemprego se agrava estruturalmente, e não conjunturalmente) (SACCONI, 2010, p. 507).

domesticados, nativos ou exóticos. Veja-se que o referido dispositivo colocou em questão o estatuto de *coisa móvel* dos animais, previsto no artigo 82 do Código Civil⁸², eis que revelar-se-ia ilógico aplicar-se a uma coisa a proibição de maus-tratos.

Há, no Brasil, algumas propostas legislativas inspiradas no Direito Francês e Alemão, objetivando alterar a categoria jurídica dos animais do atual estado de *coisas móveis* para o de *sujeitos sencientes* (conforme Projeto de Lei n. 6.799/13) ou para o de *bens móveis* (Projeto de Lei do Senado n. 351/2015). Tais projetos de lei, vale ressaltar, refletem uma tendência mundial.

Nesse aspecto, observe-se que o Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch – BGB*) requalificou o *status* jurídico dos animais, em seu § 90a, para dizer que: *Animais não são coisas. Eles são protegidos por leis especiais. A eles se aplicam as normas vigentes para as coisas, no que couber, salvo disposição em contrário* (tradução nossa⁸³).

Em 21 de junho de 2002, a Alemanha tornou-se o primeiro país-membro da União Europeia a garantir dignidade aos animais em sua Constituição, com a maioria dos congressistas votando pela inclusão do excerto “e animais” à cláusula que obriga o Estado a proteger a dignidade dos humanos. Depois de uma década de debates, 542 deputados votaram a favor do projeto, 19 contra e 15 abstenções (ALEMANHA GARANTE DIREITOS DOS ANIMAIS EM SUA CONSTITUIÇÃO, 2002).

Simões esclarece que o Código Civil alemão não foi o pioneiro nesse processo de requalificação do *status* dos animais não humanos, ressaltando que o ineditismo deu-se com o Código Civil austríaco, em 1988:

A primazia pertence ao Código Civil austríaco, que em 1988 assistiu à introdução do § 285a, com redação semelhante à do já transcrito § 90a do Código Civil alemão. A partir desses dois diplomas-chave, as previsões se espalharam pelo

⁸² Artigo 82 do Código Civil (Lei n. 10.406/02), na Seção II, Dos Bens Móveis, assim define os animais: *São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração de substância ou de destinação econômico-social.*

⁸³ Redação original: § 90a. *Tiere: Tiere sind keine Sachen. Sie werden durch besondere Gesetze geschützt. Auf sie sind die für Sachen geltenden Vorschriften entsprechend anzuwenden, soweit nicht etwas anderes bestimmt ist.*

Direito Privado comparado, devendo ser citados o art. 641a do Código Civil suíço, o art. 2.2 da Lei de Proteção Animal da Catalunha (que prescreve que “os animais são seres vivos dotados de sensibilidade física e psíquica”), o art. 287 do Código Civil da Moldávia, o art. 1º da Lei de Proteção Animal da Polônia, de 1997, e o § 494 do Código Civil da República Tcheca (SIMÕES, 2016).

A Suíça, desde sua Constituição Federal de 1999, previu a tutela da dignidade dos animais em seu artigo 120:

1. O homem e seu ambiente são protegidos dos abusos da engenharia genética.
2. A Confederação prescreve disposições sobre a manipulação com material embrionário e genético de animais, plantas e outros organismos. Para isso, ela leva em conta a *dignidade da criatura*, assim como a segurança do homem, dos animais e do meio ambiente e protege a variedade genética das espécies de animais e vegetais (tradução nossa⁸⁴; sem grifo no original).

Em 2003, o Código Civil suíço sofreu modificação, visando a se adaptar ao que previu o artigo 120 da Constituição Federal suíça, concernente à tutela da *dignidade da criatura*. Desse modo, da anterior categoria de *semoventes* prevista no Código Civil suíço, o artigo 641, inciso II, passou a considerar que *os animais não são coisas*:

II. Animais

1. *Os animais não são coisas.*

⁸⁴ Redação original: Art. 120 – *Gentechnologie im Ausserhumanbereich: 1. Der Mensch und seine Umwelt sind vor Missbräuchen der Gentechnologie geschützt. 2. Der Bund erlässt Vorschriften über den Umgang mit Keim- und Erbgut von Tieren, Pflanzen und anderen Organismen. Er trägt dabei der Würde der Kreatur sowie der Sicherheit von Mensch, Tier und Umwelt Rechnung und schützt die genetische Vielfalt der Tier- und Pflanzenarten.*

2. Salvo disposições contrárias, as disposições que se aplicam às coisas são também válidas para os animais. (tradução nossa⁸⁵; sem grifo no original).

Outra alteração legislativa redefinidora do *status* jurídico dos animais ocorreu na França. Em 16 de fevereiro de 2015, o *Code Civil* foi alterado pela Lei n. 2015-177, que incluíra o artigo 515-14, cuja redação previu que: *Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade. Sob a reserva das leis que os protegem, os animais estão submetidos ao regime dos bens* (tradução nossa⁸⁶).

A *Radio France Internationale* (RFI) destacou que tal alteração legislativa francesa decorreu de uma proposta lançada, há dois anos, por uma ONG de proteção animal denominada *Fondation 30 Millions d'Amis* (30 Milhões de Amigos) (MUDANÇA NO CÓDIGO CIVIL FRANCÊS CONSIDERA ANIMAIS “SERES SENSÍVEIS”, 2014).

A penúltima alteração do *status* jurídico dos animais ocorrera em 21 de dezembro de 2016. O partido português Pessoas-Animais-Natureza (PAN) anunciou a aprovação da alteração do estatuto jurídico dos animais, no Código Civil português. Segundo esclarece a recentíssima notícia:

Esta alteração ao código civil não vem atribuir personalidade jurídica *tout court*⁸⁷, mas cria uma figura jurídica intermédia baseada na existência de um direito difuso. Até hoje o direito civil português apenas regulava a relação entre pessoas e entre pessoas e coisas. E a natureza objetiva e subjetiva do animal não se coaduna com a natureza das coisas inertes, tal como esteve definida até agora. Com a contribuição e cooperação de todos os partidos no Parlamento foi possível criar uma terceira figura jurídica, a par das pessoas e das coisas – a figura do animal, enquanto ser dotado de sensibilidade e objeto de

⁸⁵ Redação original: *II. Tiere: 1. Tiere sind keine Sachen. 2. Soweit für Tiere keine besonderen Regelungen bestehen, gelten für sie die auf Sachen anwendbaren Vorschriften.*

⁸⁶ Redação original: *Art. 515-14. - Les animaux sont des êtres vivants doués de sensibilité. Sous réserve des lois qui les protègent, les animaux sont soumis au régime des biens.*

⁸⁷ *Tout court* é expressão francesa que tem o sentido de *na sua totalidade* ou *por si só* (BRÜGGER, 2004, p. 176).

relações jurídicas (ANIMAIS DEIXAM DE SER COISAS EM PORTUGAL, 2016).

A mais recente redefinição do *status* jurídico dos animais ocorreu em 29 de janeiro de 2017, na *Constitución Política de la Ciudad de México*, ao reconhecer os animais como seres sencientes. Nesse sentido, colhe-se de seu artigo 13, inciso B, 1:

Esta Constituição reconhece os animais como seres sencientes e, portanto, devem receber tratamento digno. Na Cidade do México toda pessoa possui o dever ético e a obrigação jurídica de respeitar a vida e a integridade dos animais; estes, por sua natureza são sujeitos de consideração moral. Sua tutela é de responsabilidade de todos (MÉXICO, 2017, p. 23, tradução nossa⁸⁸).

Como se vê, há um movimento mundial redefinindo o *status* jurídico dos animais. Contudo, vê-se que até que se editem normas especiais compatíveis com referidas mudanças, a tendência é continuar vigendo em relação aos animais, as normas que regulamentam o estatuto das coisas (CARVALHO; SOUZA, 2015, p. 205).

Neves (2015, p. 88) critica a inefetividade das normas que redefiniram o *status* jurídico dos animais para além de coisas, aduzindo que tais inovações sustentariam a máxima de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, de que *algo deve mudar para que tudo continue como está*, uma vez que, de acordo com as citadas alterações nos Códigos Civis estrangeiros, os animais não são mais coisas, mas lhes foi estendido o regime jurídico das coisas.

Nesse ponto reside um aspecto integrador que poderia contribuir para a maior efetividade da proteção animal. A superação do *estatuto ambíguo* dos animais poderia se dar com a integração dos diversos estatutos jurídicos contidos nos subsistemas do sistema jurídico. Veja-se no caso do Brasil, a depender do ramo do Direito, o

⁸⁸ Redação original: *Esta Constitución reconoce a los animales como seres sintientes y, por lo tanto, deben recibir trato digno. En la Ciudad de México toda persona tiene un deber ético y obligación jurídica de respetar la vida y la integridad de los animales; éstos, por su naturaleza son sujetos de consideración moral. Su tutela es de responsabilidad común* (MÉXICO, 2017, p. 23).

animal é tratado de um modo diferente. Citem-se alguns exemplos: a) no Direito Civil, o animal é tratado, a rigor, como coisa móvel; b) no Direito Ambiental, o animal é tratado como recurso ambiental⁸⁹; c) no Direito Penal⁹⁰, um animal maltratado ou ferido integra a noção de bem jurídico da tutela penal⁹¹; d) no Código de Trânsito Brasileiro, que prevê normas para a circulação de pessoas e veículos, o animal é tratado como veículo de tração⁹².

De fato, como ressalta Ost, a sociedade reserva um *estatuto ambíguo aos animais* (OST, 1995, p. 235). Uma proteção integrada dos animais demandaria, em um primeiro momento, combater a visão mecanicista, dualista e mutiladora, oriunda do paradigma simplificador cartesiano, eis que dele se derivam estatutos ambíguos (dualismos) e as macroapartações (de humanos-animais-natureza) e, segundo Morin

⁸⁹ Em 1981, entrou em vigor a Lei n. 6.938, de 31.8.1981, denominada Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que assim definira meio ambiente: *O conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas* (artigo 3º, inciso I). Referida lei situa a fauna como integrante do meio ambiente e como recurso ambiental. Nesse sentido, expressa que *para os efeitos previstos nesta lei, entende-se por recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora* (artigo 3º, inciso V).

⁹⁰ Em 1998, entrou em vigência a Lei n. 9.605, de 12.2.1998, denominada Lei dos Crimes Ambientais, que criminaliza as condutas humanas que resultem em crueldade e maus-tratos contra animais. O artigo 32 da Lei n. 9.605/98 proíbe a prática de ato abusivo, de maus-tratos, de ferir ou de mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Caso ocorra o crime, a pena é de detenção de três meses a um ano, e multa – o que, de fato, é irrisório (MEDEIROS, 2013, p. 60). A ausência de um tipo penal culposo para a crueldade torna, na maior parte das vezes, realmente bastante difícil a condenação dos envolvidos (LOURENÇO, 2008, p. 455). Além disso, a indeterminação normativa do conteúdo material dos termos *crueldade, maus-tratos, sofrimento* conduzem a uma interpretação quase sempre desfavorável aos animais (LOURENÇO, 2008, p. 458).

⁹¹ Há estudo buscando redefinir a noção de bem jurídico-penal dos crimes de crueldade e maus-tratos, a fim de que se considere a dignidade animal. Nesse sentido, vide a obra do professor e delegado Cleopas Isaías Santos, intitulada *Experimentação Animal e Direito Penal: o crime de crueldade e maus tratos à luz da teoria do bem jurídico* (2015).

⁹² Sobre a realidade vivenciada pelos equídeos utilizados como veículos de tração animal (VTA), vide o trabalho da professora e advogada Samylla Mól, intitulado *Carroças urbanas & Animais: uma análise ética e jurídica* (2016).

(2011, p. 15), o pensamento mutilador, que conduz necessariamente a ações mutilantes.

No âmbito jurídico-legal, portanto, estabelecer-se um novo marco legal, ao modo de um Código de Direito Animal, que buscasse aproximar/unificar as categorias jurídicas conferidas aos animais sencientes, consistiria em uma estratégia integradora, sob pena de se operar (ou se continuar operando) uma *incongruência normativa* impeditiva da proteção animal.

3.3.2 Da visão não dual em prol da natureza e dos animais

Como se viu, o estatuto *ambíguo* (para Ost), *bipolar* (para Amado Gomes) ou *esquizofrênico moral* (para Francione) permite, por exemplo, que se tenha na Constituição Federal de 1988 um dispositivo que tutele o *animal-indivíduo* contra práticas humanas que venham a submetê-los à crueldade (artigo 225, § 1º, VII) e outro dispositivo que preconceba o *animal-recurso*, matéria-prima nas atividades agroindustriais, agropecuárias e pesqueiras (artigo 187), sob o discurso *vago* de um desenvolvimento sustentável.

Aqui, adentra-se em um segundo ponto sensível de integração da proteção animal – extremamente controverso –, havendo-se quem defenda a garantia da proteção das espécies animais (visão antropocêntrica), e quem defenda a proteção dos indivíduos da espécie (visão biocêntrica).

Nussbaum (2013, p. 438) bem ressalta que *o dano à espécie ocorre através do dano aos indivíduos dessa espécie*. Com essa afirmação, pode-se inferir que ambas as realidades interagem, ou como diria Ost, *revelam vínculos de ação recíproca*, fato que ilustra bem o princípio da recursividade: *uma relação de criação mútua, no sentido paradoxal mas verdadeiro, em que cada termo é, simultaneamente, causa e efeito do outro* (OST, 283, p. 283). Todavia, uma visão fragmentada e mutilante da realidade acaba por não permitir enxergar-se esta teia de inter-relações. Para Oliveira (2013, p. 11363-11364), em nome de um totalitarismo coletivista, acaba-se por fazer com que *rostos se esvançam*, que *subjetividades não se dividem*, em prol de uma coletividade que desconsidera qualquer valor inerente aos animais.

Trata-se de uma questão que envolve complexidade, em que há um *tecido* ou uma *teia* de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: os animais integram o ecossistema, assim como o

ecossistema integra os animais (ou nas palavras de Morin, trata-se de *unitas multiplex*, ou seja, uma *unidade múltipla*). Mais uma vez, há que se defender a *urdidura*⁹³ de uma proteção integrada, que rompa a visão dualista, mecanicista e fragmentada que condiciona o olhar *sobre* os animais.

Destaque-se que a proteção dos animais, bem como a noção de desenvolvimento, interagem com os *três eixos da ética ecológica*, a saber, o antropocentrismo, o biocentrismo e o ecocentrismo.

A *perspectiva antropocêntrica* tem como principal característica a ruptura entre o ser humano e a natureza. O humano é retirado do seio da natureza, posicionando-se como ser superior e, por isso, legítimo proprietário natural. No outro lado desta dicotomia, estão os animais não humanos e todos os elementos da natureza, como “objetos”, sendo subjugados e desprovidos de quaisquer direitos (ALBUQUERQUE; MORAES, 2015, p. 384).

Morato Leite e Ayala (2000, p.73-74) afirmam que não é possível conceituar o meio ambiente fora de uma visão de cunho antropocêntrico, porquanto sua proteção jurídica depende de uma ação humana⁹⁴. A partir da visão de que o ser humano pertence a um todo

⁹³ **Urdir:** v.t.d. 1. Dispor em tramas (fios de tela, tecido etc.): *urdir algodão para fazer tapetes*. 2. Tecer (teia): *a aranha urde mil teias nos cantos da casa*. [...]. **Urdidura:** s.f. (1. Ato ou efeito de urdir; urdimento; urdume); [...]. (SACCONI, 2010, p. 2026).

⁹⁴ Conforme Naconecy (2014, p. 63), há que distinguir o *antropocentrismo moral* do *antropocentrismo epistêmico*. O antropocentrismo moral consiste na ideia de que a Ética é, e deve ser, um assunto exclusivamente humano, e de que não é possível, nem desejável, incluir criaturas não-humanas na comunidade moral. Um antropocentrista típico atribui às pessoas uma dignidade única e insuperável, enquanto que considera todos os animais nada (ou pouco) mais que coisas. Uma vez que é óbvio para ele que a noção de igualdade moral deve se estender até a (e parar exatamente na) fronteira que circunscreve a espécie “Homo sapiens”, podemos, sem qualquer escrúpulo, explorar os animais. Por sua vez, o antropocentrismo epistêmico remeteria à ideia de que, na atribuição de *status* moral ao restante da natureza, os seres humanos julgam a partir de um ponto de vista (precisamente) humano. Naturalmente, toda análise ética é efetivada de um ponto de vista humano: a visão de mundo de qualquer criatura é formada e limitada pelo seu modo de ser e sua posição neste mundo - no seu centro. Contudo, por intermédio da distinção entre fonte e “locus” (lugar) de valor, é possível sustentar, consistentemente, que os animais são “loci” de valor e, ao mesmo tempo, que a consciência humana é a única fonte de todos os valores. *O fato de que a humanidade é o centro do discurso epistêmico e do pensamento ético não implica, necessariamente, que devemos nos colocar como*

maior, que é complexo, articulado e interdependente, Morato Leite irá propor o conceito de *antropocentrismo alargado*. Nesta proposta, abandonam-se as ideias de separação, dominação e submissão e busca-se uma interação entre os universos distintos e a ação humana. Não se postula um biocentrismo, apenas uma superação do modelo derogado do homem como senhor e destruidor dos recursos naturais (MORATO LEITE; AYALA, 2000, p. 75).

Quanto à *perspectiva biocêntrica*, também conhecida como Ecologia Profunda, Brügger (2004, p. 138) ressalta que seu surgimento deu-se em contraposição ao paradigma dominante que trata a natureza e os animais como mero conjunto de recursos úteis aos seres humanos. A Ecologia Profunda, proposta pelo filósofo norueguês Arne Naess recebe críticas de Singer (2002, p. 298) porquanto não conseguiria oferecer respostas convincentes a perguntas sobre o valor das vidas de seres vivos individuais.

Como explica Araújo (2003, p. 246), a tese central da Ecologia Profunda, desde sua formulação inicial em Arne Naess, passando pela sua consagração em James Lovelock, é a de que o desenvolvimento e o bem-estar de todas as formas de vida na Terra têm um valor próprio e objetivo, independente de juízos de valor (mormente de juízos de *utilidade*) conferidos pela espécie humana.

Urge diferenciar a vertente da Ecologia Profunda da vertente da Libertação Animal, proposta por Singer. Como esclarece Ost (1995, p. 259), *a libertação procurada pelos utilitaristas não diz respeito, como nos ecologistas profundos, ao conjunto da biosfera; ela limita-se aos seres sensíveis, únicos titulares de interesses e, logo, de direitos*.

Já a *perspectiva ecocêntrica*, ou Ética da Terra, tivera suas primeiras noções trazidas pelo engenheiro florestal americano Aldo Leopold.

De acordo com Leopold:

[...] uma ética da terra altera a função do Homo sapiens, tornando-o de conquistador da comunidade da terra em membro e cidadão pleno dela. [...]. A ética da terra apenas alarga os limites da comunidade por forma a incluir nela os solos, as águas, as plantas e os animais, ou, coletivamente: a terra (LEOPOLD, 2008 [1949], p. 190). É para mim inconcebível que uma relação

o único objeto de valor no Universo (NACONECY, 2014, p. 160, sem grifo no original).

ética com a terra possa existir sem amor, respeito e admiração por ela, e uma elevada consideração pelo seu valor. Por valor, quero obviamente dizer algo muito mais amplo do que o mero valor econômico; quero dizer valor no sentido filosófico (LEOPOLD, 2008 [1949], p. 205).

A perspectiva ecocêntrica reconhecera que todas as espécies, humanos e não humanos, são produto de um longo processo evolucionário e estão interligados em seus processos de vida. Veja-se que tal enfoque coaduna-se com a noção de *sistema aberto* que deflagrou a emergência deste novo paradigma científico denominado de sistêmico-complexo. Ele representa uma nova percepção de mundo em termos sistêmicos, ou seja, sistemas imbricados em sistemas (do nível subatômico ao nível cosmológico), em uma hierarquia estruturada por níveis de complexidade crescente.

Eckersley (1992, p. 49, tradução nossa) explica que o ecocentrismo envolve uma visão de mundo ontologicamente composta por *inter-relações* no lugar de entidades individuais, em que todos os seres estão *imersos em relações ecológicas* (ECKERSLEY, 1992, p. 53, tradução nossa). Consequentemente, não haveria critérios convincentes para se fazer distinção entre elementos humanos e não humanos (ECKERSLEY, 1992, p. 50, tradução nossa).

Ao modo de um manifesto poético e profundo em prol de uma visão ecocêntrica que rompe dualismos, Andrade afirma:

Humanos, digam sim à dignidade animal e naquela escrita secular que nos fala dos direitos humanos, escrevamos **direitos vitais**, redefinindo toda uma vida e uma cartilha na qual eles ingressem com respeito e compartilhamento, com a natureza inteira, tratada com maior percepção cósmica do que a soma matemática da flora com a fauna (ANDRADE, 2012, p. 384).

Segundo explica Eckersley, o ecocentrismo adota uma perspectiva sistêmica e não atomística, na medida em que avalia as populações, as espécies, os ecossistemas e a ecosfera, *bem como os organismos individuais* (ECKERSLEY, 1992, p. 46, tradução nossa⁹⁵).

⁹⁵ *Much of the basic outline of an ecocentric perspective has already been foreshadowed in chapter 1 and in the criticisms made of resource conservation,*

Soffiati Netto ilustra de maneira realista a responsabilidade da espécie humana perante a crise socioambiental:

Ecocentrismo possivelmente seja um conceito de maior funcionalidade, através do qual superaria a dicotomia humanismo-biocentrismo. [...]. Somos perfeitamente dispensáveis na natureza, mas a verdade é que existimos, desencadeamos uma crise ambiental sem precedentes na história. Houve crises ambientais mais graves mas essa é inédita, especial, original, já que nós é que a criamos. Assim não cabe agora, diante dessa crise, nos retirarmos e dizermos: é melhor que os lagartos tomem conta da situação, como acontece no romance de João Ubaldo Ribeiro. O lagarto sorri diante da nossa tentativa fracassada de administrar o planeta. Fracassamos e vamos sair. Não, agora não adianta sair e deixar a tarefa de recomposição da ecosfera para outros animais, para outros seres. Temos essa responsabilidade. A atitude ecocêntrica superaria essa dicotomia e ao mesmo tempo não nos tiraria a responsabilidade pelo planeta (SOFFIATI NETTO, 1992, p. 26).

O enfoque do ecocentrismo configura o *terceiro termo incluído* (NICOLESCU, 1999), entre os eixos ecológicos do antropocentrismo e do biocentrismo (ou seja, a concepção ecocêntrica há de integrar aspectos tanto do antropocentrismo quanto do biocentrismo). Revela-se, pois, uma *terceira via* frente à *hipertrofia* dessas duas visões opostas, que tendem a operar sob um enfoque dual (ou seja, não sistêmico). O biocentrismo, ao opor-se ao antropocentrismo, coloca-se ao modo de um pêndulo, em outro extremo, sem considerar as inter-relações e o aspecto

human welfare ecology, preservationism, and animal liberation. An ecocentric perspective may be defended as offering a more encompassing approach than any of those so far examined in that it (i) recognizes the full range of human interests in the nonhuman world (i.e., it incorporates yet goes beyond the resource conservation and human welfare ecology perspectives); (ii) recognizes the interests of the nonhuman community (yet goes beyond the early preservationist perspective); (iii) recognizes the interests of future generations of humans and nonhumans; and (iv) adopts a holistic rather than an atomistic perspective (contra the animal liberation perspective) insofar as it values populations, species, ecosystems, and the ecosphere as well as individual organisms (ECKERSLEY, 1992, p. 46).

da complementaridade que os unem, a partir da *lógica do terceiro incluído* (conceito este que fora apresentado no item 1.4.3).

Desse modo, sem pretender apresentar uma resposta completa (eis que, segundo Morin, não se poderia confundir complexidade e completude), entende-se que uma metodologia integrativa de proteção animal deve partir de uma visão que proteja o todo (o ecossistema), mas que apresente aberturas (recortes) para a proteção dos indivíduos que compõem esse sistema.

À luz do pensamento sistêmico-complexo, a própria noção de indivíduo passa a ser colocada em questão, na medida em que um indivíduo pode ser considerado um sistema aberto e permeável, imbricado em sistemas maiores (em níveis de complexidade crescente).

3.3.3 Da linguagem dos direitos como via de proteção animal

Nas últimas décadas, tem-se argumentado acerca da necessidade de se estender direitos aos animais, como *conditio sine qua non* para garantir sua tutela efetiva. A fim de aprofundar o debate em prol de um argumento sólido para a defesa animal, cabe colocar em questão: Será realmente indispensável atribuir-se personalidade jurídica aos animais?

Dutra (2008, p. 23), ao indagar *o que é “ter um direito”?*, esclarece que, de acordo com Kant, direito é poder obrigar um outro coativamente. Em outras palavras, um direito é uma faculdade moral de por outros sob uma obrigação de fazer ou deixar de fazer algo (DUTRA, 2008, p. 23). Para Regan (2006, p. 48), o reconhecimento de direitos morais aos animais conferiria um *trunfo*⁹⁶ contra arbitrariedades, garantindo o respeito pelos direitos desses indivíduos.

Ost argumenta que a nossa época caracteriza-se, entre outras coisas, por uma proliferação impressionante dos direitos; em contrapartida, continuamos a ser muito discretos quanto aos deveres correspondentes. Referido autor prefere insistir mais nos deveres humanos do que em direitos dos animais. Por outro lado, se não é indicado atribuir direitos subjetivos aos animais, impõe-se, em contrapartida, legislar distanciando-se *o mais possível* do antropocentrismo e da exclusiva consideração dos interesses humanos a curto prazo (OST, 1995, p. 265-266).

⁹⁶ Expressão de Ronald Dworkin, classificando os direitos individuais como prevalecendo sobre direitos coletivos ou individuais de outros sujeitos.

Em que pese não se possa determinar um possível reconhecimento de direitos subjetivos aos animais, vê-se que os *direitos animais* (na sua acepção lata) *pulsam* ao longo da história, a partir de diversos movimentos sociais de defesa animal, ao ponto de reivindicarem, em 1978, uma Declaração Universal dos Direitos dos Animais⁹⁷.

Sarlet (2012, p. 232) ressalta que embora o Direito Constitucional positivo não reconheça direta e expressamente direitos fundamentais como direitos subjetivos aos animais, no sentido de serem estes titulares de direitos desta natureza, o reconhecimento de que a vida não humana possui uma dignidade, ou seja, um valor inerente, e não meramente instrumental em relação aos humanos, já tem sido objeto de chancela pelo Direito, e isto em vários momentos, seja no que concerne à vedação de práticas cruéis e causadoras de desnecessário sofrimento aos animais, seja naquilo em que se vedam práticas que levem à extinção das espécies, e não pura e simplesmente por estar em risco o equilíbrio ecológico como um todo, que constitui outra importante (mas não a única) razão para a tutela constitucional, pelo menos tal qual previu o constituinte brasileiro.

Medeiros, em sua obra *Direito dos animais*, lembra que a proteção do ambiente não é tão-somente direito fundamental, mas se consubstancia ainda em um dever fundamental de proteção (MEDEIROS, 2013, p. 53). Tendo-se como escopo essa dupla dimensionalidade (direito-dever fundamental), aliado ao reconhecimento do valor intrínseco das demais formas de vida, impõe-se o reconhecimento da existência de um dever moral e um dever jurídico – deveres fundamentais – dos humanos em relação aos animais (MEDEIROS, 2013, p. 114). De acordo com Medeiros, com fulcro no ordenamento jurídico-constitucional e no reconhecimento da aplicabilidade do princípio da dignidade da vida, pode-se concluir pela existência de uma dimensão subjetiva de direitos aos animais sencientes, admitindo-os como titulares de direitos (MEDEIROS, 2013, p. 253).

⁹⁷ Em 1978, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, pela UNESCO, em sessão realizada em Bruxelas, na Bélgica, objetivando criar parâmetros jurídicos para os países membros da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre os direitos animais. Composta de um preâmbulo e 14 artigos, o último previu que: *Os direitos do animal devem ser definidos por leis, com os direitos do homem.* Disponível em: <<http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/direitos.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

Não obstante, Medeiros pontua que, mesmo frente à controvérsia a respeito da titularidade ou não, de direitos por parte dos animais, a saída da proteção pela dignidade da vida é uma alternativa que pode representar uma efetiva proteção dos animais, pois através dela acredita-se que se pode enfrentar toda a discussão acerca dos direitos dos animais (MEDEIROS, 2013, p. 192-193).

De fato, verifica-se que a estratégia de *proteção pela dignidade da vida*, por si só, já forneceria os instrumentos para a efetiva defesa dos animais. Vale ressaltar, contudo, que para se evitar controvérsias intermináveis acerca da amplitude do conceito de dignidade da vida, o qual acabaria por abarcar uma gama infinita de seres vivos, vale lembrar que tanto Singer (que não está ligado à reivindicação de direitos para os animais), quanto Regan (que defende ser necessário reconhecer-se direitos morais básicos aos animais) sinalizam uma resposta acerca dos destinatários de proteção animal. Como destaca Naconecy (2014, p. 179), Singer e Regan partilham da convicção de que todas as espécies de animais sencientes⁹⁸ têm *status* moral e merecem proteção.

À guisa da alegação de que se poderia estar sendo *especista* ao restringir a tutela protetiva somente àqueles seres sencientes, perfilha-se do entendimento de Regan quando afirma que a opção pelos casos *menos controversos* (REGAN, 2006, p. 74) não impede que se conceda o *benefício da dúvida* àqueles outros animais que podem sentir dor e que merecem uma vida digna⁹⁹. Veja-se, ainda, que a perspectiva sistêmica

⁹⁸ Segundo Regan, são os direitos dos mamíferos e dos pássaros que defenderá, ao responder às objeções aos direitos animais (REGAN, 2006, p. 74).

⁹⁹ Em sua obra *Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie*, Nussbaum (2013, p. 90-91) apresenta uma lista [exemplificativa] de 10 (dez) capacidades mínimas como exigências centrais para uma vida com dignidade (são elas, proteção à vida; à saúde do corpo; à integridade física; aos sentidos, imaginação e pensamento; às emoções; à razão prática; à afiliação; à convivência com outras espécies; ao lazer; e ao controle sobre o próprio ambiente). Seriam objetivos gerais que podem ser mais especificados pela sociedade em questão, na medida em que esta trabalha na determinação de garantias fundamentais. Além disso, trata-se de uma determinação mínima da justiça social: uma sociedade que não as garanta para todos os seus cidadãos [e demais seres sencientes] em algum nível mínimo apropriado não chegaria a ser uma sociedade plenamente justa, qualquer que seja o seu nível de opulência. Segundo Nussbaum, o objetivo geral do enfoque das capacidades ao mapear os princípios políticos que regulam o relacionamento entre humanos e animais é o de que nenhum animal senciente deve ser afastado da chance de uma vida plena, uma vida com o tipo de dignidade relevante para sua espécie; e que todos os

inspira um olhar inclusivo, pautado na ideia de interdependência e de equilíbrio entre os habitantes de um sistema ecológico.

Vale salientar que, em face da gravidade da crise socioambiental, e de uma era marcada pelo *fim das certezas* (PRIGOGINE, 1996, p. 25), não é possível esperar-se o reconhecimento de direitos subjetivos aos animais, até porque a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, § 1º, VII, da CF/88, já possibilitaria a defesa dos animais enquanto indivíduos.

Tendo-se em vista o caráter global da crise socioambiental, é fundamental pensar-se sistemicamente, fugindo das armadilhas do dualismo, a fim de se reatar o *vínculo* e a responsabilidade (interdependências) dos seres humanos para com os animais e a natureza. Como já salientado, referida problemática envolve complexidade, envolve uma *teia* de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: animais (humanos e não humanos) e ecossistemas (uma *unidade múltipla*) que, necessariamente, demanda uma proteção integrada.

A *linguagem dos direitos*, não obstante de extrema relevância para a salvaguarda da dignidade animal e a proteção contra práticas de maus-tratos, urge observar que, em grande parte dos casos judicializados sua atuação é, predominantemente, conjuntural, ou seja, age sobre a violência direta que é praticada contra os animais e ecossistemas, sem combater a violência estrutural (aquela violência difusa, consentida, naturalizada).

A seguir, pretende-se abordar a via da educação como condição indispensável para a superação da crise, visando à desconstrução da violência estrutural – fenômeno em que se dá a naturalização de uma série de práticas cruéis contra animais, como, por exemplo, os matadouros, rodeios, circos, vaquejadas, experimentos animais, entre outros.

animais sencientes devem usufruir de certas oportunidades positivas para florescer. Respeitando-se um mundo que contém muitas formas de vida, deve-se levar em consideração, com interesse ético, cada tipo característico de florescimento, e esforçar-se para que este não seja interrompido ou se torne estéril (NUSSBAUM, 2013, p. 431).

3.3.4 Da educação como *conditio sine qua non* para a superação da crise

Ost (1995, p. 8-9) ressalta que a atual crise ecológica é, sobretudo, a *crise de nossa representação da natureza* e a *crise de nossa relação com a natureza*, que nos impede de discernir *o que nos liga* ao animal não humano e à natureza e, ao mesmo tempo, *o que nos distingue* deles. E conclui o filósofo e jurista belga:

É efectivamente nossa convicção que, enquanto não for repensada a nossa relação com a natureza e enquanto não formos capazes de descobrir o que dela nos distingue e o que a ela nos liga, os nossos esforços serão em vão, como o testemunha a tão relativa efectividade do direito ambiental e a tão modesta eficácia das políticas públicas neste domínio (OST, 1995, p. 9).

No mesmo norte, Francione argumenta que se faz necessário estabelecer uma *relação nova e completamente diferente com os outros animais*, uma relação que transforme as nossas instituições, nossa indústria e a ligação da espécie humana com o ambiente (FRANCIONE, 2013, p. 13).

Diante da violência e exploração humanas cometida contra os animais, vislumbra-se dois universos de ação fundamentais: um deles é o universo legal (abordado no item anterior) e o outro é o universo da educação formal e informal (BRÜGGER, 2004, p. 136). Tal enfoque é corroborado por Henry Salt, conforme se extrai da obra *Animal Rights: Considered in Relation to Social Progress*, publicada em 1892:

Quais são os remédios mais seguros para os males atuais, e as melhores garantias para os direitos futuros das vítimas da supremacia humana? A resposta deve ser, em minha opinião, que há dois métodos de importância primordial que às vezes são considerados contraditórios em princípio, mas que, como espero demonstrar, não somente são perfeitamente compatíveis, mas podem apoiar-se mutuamente e, em certo ponto, serem interdependentes. Não nos cabe mais escolha a não ser trabalhar com um e outro desses métodos e, se formos sensatos, deveríamos nos atrever a

trabalhar com os dois ao mesmo tempo, servindo-nos o segundo como instrumento auxiliar e complementar. Os dois métodos a que me refiro são a educação e legislação (SALT, 1999 [1892], p. 108, tradução nossa¹⁰⁰).

As esferas legal e educacional representam frentes de ação que são complementares e interdependentes. Se, por um lado, faz-se necessária uma integração da proteção animal por meio de uma legislação (ou codificação) que supere a *incongruência normativa* que estabeleceu tratamento díspare e desigual para diversos animais (conforme abordado no item 3.2.1); por outro lado, tal mudança somente será efetiva se houver práticas de educação, debate e conscientização ecológicas, sob pena de as necessárias reformas em prol da defesa animal serem apenas pontuais e fragmentadas, sem a força necessária para se mudar a realidade como um todo.

Representações e pré-compreensões hostis à natureza precisam ser substituídas, a fim de que possa emergir um novo modo de pensar, atento às inter-relações, sensível à responsabilidade pela dignidade intrínseca de todos os seres vivos. Vale lembrar, como acentua Howard Garner, um dos segredos da mudança mental é a produção de uma alteração nas representações mentais do indivíduo – a maneira específica pela qual a pessoa percebe, codifica, retém e acessa informações (FREITAS, 2012, p. 167-168).

Morin, a partir do pensamento sistêmico-complexo, busca desenvolver uma abordagem relacionada à *formação* dos indivíduos frente à crise planetária, propondo uma nova maneira de pensar a realidade e a educação, a partir do enfoque transdisciplinar (MORIN, 2003b, p. 10).

¹⁰⁰ *¿Cuáles son los más seguros remedios para los males actuales, y las mejores garantías para derechos futuros de las víctimas de la supremacía humana? La respuesta ha de ser, en mi opinión, que hay dos métodos de primordial importancia a los que a veces se considera contradictorios en principio, pero que, como espero demostrar, no sólo son perfectamente compatibles, sino que pueden apoyarse mutuamente y, hasta cierto punto, ser interdependientes. No nos queda más elección que trabajar con uno y otro de estos métodos y, si somos sensatos, deberíamos atrevernos a trabajar con los dos a la vez, sirviéndonos del segundo como instrumento auxiliar y complementario. Los dos métodos a los que me estoy refiriendo son la educación y la legislación (SALT, 1999 [1892], p. 108).*

Nesse sentido, esclarece Pineau:

A abertura da aprendizagem ao longo da vida e em todos os sectores também da vida obriga a sair de teorias educativas clássicas que reduzem a educação à acção das gerações adultas (pais/docentes) sobre a dos jovens. Este reconhecimento da necessidade da constante aprendizagem para formar o ser humano é o que MORIN (2003) chama de “a revolução da aprendizagem”. Esta revolução depreende-se em dois sentidos: a aprendizagem é apresentada como o factor principal da formação humana, substituindo os factores genéticos ou sociais vistos, anteriormente, como predeterminantes. E, por outro lado, a aprendizagem é vista como um movimento recursivo, reflexivo. Para a compreensão desta revolução da aprendizagem, os três pilares da transdisciplinaridade têm-se mostrado particularmente úteis para sair do paradigma pedagógico-positivista da educação e começar a construir um paradigma que chamamos de antropoformador (formador do homem) que esteja à altura da aprendizagem que deve ser considerada (PINEAU, 2010).

O citado paradigma antropoformador (ou antropoformação), consiste em uma proposição do educador francês Gaston Pineau, com o objetivo de fazer frente a três movimentos descritos por ele como centrípetos e paradoxais: a personalização, a socialização e a ecológização. Em busca de uma educação integradora, formativa e de cunho sistêmico-transdisciplinar, que integre esses três elementos, Pineau apresenta os conceitos de autoformação, heteroformação e ecoformação. Em síntese, a *autoformação* leva em conta o polo do sujeito, remetendo à formação de si por si e para si; a *heteroformação* é o polo social da formação; e a *ecoformação* aparece progressivamente com a re-inclusão de um terceiro elemento excluído durante muito tempo: a *eco* (PINEAU, 2010).

Outro neologismo importante apresentado por Pineau, consiste na *ecoformação transdisciplinar*, a partir de incursões no campo da metodologia das histórias de vida e sob o pano de fundo das contribuições pedagógicas legadas por Jean-Jacques Rousseau e Gaston Bachelard. Sua intenção básica desde 1992, à frente do Grupo de

Pesquisa em Ecoformação, na Universidade de Tours, na França, era enfrentar o desafio colocado pela necessidade de articular organicamente micro e macro aprendizagens, no bojo da consolidação progressiva, cíclica e por alternância, de uma *identidade terrena* forjada à luz da metáfora da *Terra Pátria*. O recurso à etimologia do termo *formação* (atualização de potencialidades humanas entendida como um valor universal) ajuda-nos a compreender que se trata de uma atividade mais fundamental – ontologicamente – do que simplesmente “se educar” (VIEIRA, 2015, p. 28).

Esclareça-se que essas três esferas antes mencionada (autoformação, heteroformação e ecoformação) representam as dimensões da formação humana, quando inter-relacionadas, e estão na base da ideia co-evolutiva indivíduo-sociedade-natureza, descortinando um novo espaço cognitivo de cunho não dual. Dessa forma, articulam-se micro e macro aprendizagens, na *autoformação* a esfera da relação da pessoa consigo mesma, a construção de um senso de identidade não dual é favorecida; na *heteroformação (ou co-formação)* a esfera das relações interpessoais, é onde se possibilita a construção do senso da alteridade ou do respeito a diversidade e, por sua vez, na *ecoformação* a esfera da relação com os sistemas socioecológicos, ou de cogestão do espaço de vida compartilhado (Galvani, 2002; Pineau, 2006; Sauvé, 2001; Vieira, 2014) (STORCK et. al., 2015, p. 5).

De acordo com Vieira (2015, p. 27), a aplicação da ecoformação transdisciplinar em contextos diferenciados de ensino aprendizagem parece favorecer a criação de vínculos mais orgânicos com o ambiente biofísico, em nítido contraste com os enfoques tradicionais de ensino-aprendizagem derivados das epistemologias positivistas e realistas. A hegemonia da lógica bivalente [dualista] e disjuntiva, típica do pensamento pré-sistêmico [cartesiano], é contestada pela emergência das implicações das assim chamadas *lógicas polivalentes* ou *paradoxais*, herdeiras do pensamento sistêmico-complexo-transdisciplinar.

O processo de ecoformação transdisciplinar visa, assim, a atender a necessidade de uma tomada de consciência mais refletida acerca do papel ambivalente e paradoxal que a espécie humana vem desempenhando no agravamento da crise socioambiental.

Como ressalta Vieira (2015, p. 14), a inserção da espécie humana no processo evolucionário está marcada pela ambivalência. Numa perspectiva cética, que acentua os impactos negativos das intervenções efetivadas nos mais variados *habitats*, os seres humanos são caracterizados como predadores de outras espécies vivas e como

parasitas que vêm comprometendo sistematicamente a resiliência dos ecossistemas que os acolhem. O *Homo sapiens sapiens* deverá, doravante, aprender a habitar a Terra entendida como um sistema auto-regulado onde todas as coisas estão interligadas. Nossa tarefa, daqui em diante, será tentar viabilizar uma difícil e incerta transição rumo à *Era Ecozoica* (BERRY, 1999). E, ao que tudo indica, essa transição deverá se traduzir por uma gama diferenciada de pequenas ações cotidianas, a serem conduzidas de forma sinérgica nas diferentes escalas de intervenção. Tais escalas de intervenção possíveis variam do micro – o indivíduo, a comunidade, a cidade – ao macro, na escala do planeta.

No tocante à crise socioambiental e seus reflexos na vida dos animais, Brügger, Marinova e Raphaely (2016, p. 305, tradução nossa) destacam a necessidade de uma substancial mudança na dieta global, livre de produtos de origem animal, a fim de reduzir a pressão antrópica sobre os ecossistemas do planeta (conforme relatório da ONU de 2010). Contudo, impende observar os grandes interesses econômicos em jogo, os quais mantêm as rédeas de um processo de transformação. Dois desses interesses referem-se ao poderio da indústria pecuária que transcende as fronteiras nacionais, e um sistema educacional que incentiva a manutenção do *status quo*. Nesse estado de coisas, o abolicionismo animal revela-se um modo privilegiado de educação e liberdade para a necessária mudança e para se superar a dicotomia homem-natureza. De acordo com as autoras citadas, para se transcender o paradigma hegemônico existente, cinco princípios poderiam ser aplicados para se alcançar uma educação ética, a saber: a) buscar-se uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar; b) adotar paradigmas não antropocêntricos (zoo, bio e ecocêntricos); c) reconhecer que todo o conhecimento é uma aproximação da realidade e não a realidade em si; d) buscar uma visão multidimensional de pensamento (em contraposição à visão unidimensional/simplificadora de pensar, que prevalece em nossa cultura tecnocientífica); e) empregar, no âmbito das ciências cognitivas, a teoria das inteligências múltiplas (de Howard Gardner).

Conforme esclarece Silva (2014, p. 95), do dispositivo legal contido no artigo 225, § 1º, VII, da Constituição Federal de 1988 derivam os quatro princípios que fundamentam a disciplina do Direito Animal, a saber: 1) dignidade animal; 2) antiespecismo; 3) não violência; e 4) veganismo.

A seguir, passa-se à síntese desses princípios, pois juntamente com os princípios apresentados por Brügger, Marinova e Raphaely (2016, p. 305, tradução nossa), fornecem os instrumentos para uma nova

formação e uma nova cultura, pautada nas ideias de *não violência e respeito pela vida*.

a) **Princípio da dignidade animal:** o reconhecimento de que a vida não humana possui uma dignidade, ou seja, um valor inerente, e não meramente instrumental em relação aos humanos – o que tem sido objeto de chancela pelo Direito (SARLET, 2012, p. 232).

b) **Princípio do antiespecismo:** um escudo protetivo da dignidade animal, ou seja, uma das vertentes a balizar uma interpretação/aplicação do texto constitucional que se amplia para além da fronteira humana. Em verdade, *afirma-se um só Direito, Direito Animal, sem artificialidades*, a salvaguardar, agora sim, todos os seres no planeta, moldando o conteúdo jurídico do princípio do antiespecismo, fundamento para uma justiça social interespecies (SILVA, 2014, p. 106).

c) **Princípio da não violência:** a prática da não violência ativa tem sua gênese nas ideias de Mahatma Gandhi, que ao desenvolver o ideal de *satyagraha*, ensinou que a luta pelos direitos civis fundamentam-se sob duas bandeiras: a busca da verdade e a prática da não violência (*ahimsa*).

A compreensão do princípio da não violência corrobora com a filosofia que busca direitos para os animais, porquanto deixa claro uma postura de pacificação interespecies. O objetivo é esclarecer a população do mal que se causa aos animais, possibilitando, a cada indivíduo, uma tomada de posição. Esta atitude evita qualquer erro de interpretação ao relacionar as diversas formas de manifestação popular com violência (SILVA, 2014, p. 109).

d) **Princípio do veganismo:** o princípio do veganismo¹⁰¹ evidencia que o reconhecimento do Direito Animal permite uma mudança de atitudes individuais e globais em favor do planeta. Em âmbito individual, estabelece-se uma nova agenda a defender uma mudança substancial de atitude em defesa dos não humanos como uma forma de compromisso político e ético a ser incorporado pela ciência jurídica. No plano global, há um evidente direcionamento para uma real mudança de paradigma, a avançar além de posturas bem-estaristas em direção a uma perspectiva abolicionista de defesa dos animais (SILVA, 2014, p. 110-111).

¹⁰¹ Além de uma alimentação vegetariana estrita, os veganos evitam, sempre que possível, o uso de couro, lã, pele e seda, e de produtos menos óbvios de origem animal, como óleos e secreções, presentes em sabonetes, xampus, cosméticos, detergentes, perfumes, filmes etc. (WINCKLER, 2004, p. 12).

De acordo com Felipe (2014, p. 224), não há futuro vivo cultuando-se o que mais mata, essa dieta padrão imposta pelos interesses econômicos nos últimos 50 anos. O planeta não evoluiu para suportar tanto abuso. Segundo a filósofa, é tempo de se tomar decisões sóbrias em prol de uma dieta abolicionista vegana. Temos responsabilidade moral pela vida dos animais, pela vida dos pequenos humanos que mal nasceram e que ainda nascerão, e por nossa própria vida.

Os princípios do pensamento complexo auxiliam a que se raciocine de modo diferente, chegando-se a abordagens inovadoras e disruptivas. Tais princípios facilitam o diálogo entre os pensamentos cartesiano e sistêmico e, por sua vez, configuram ferramenta importante no processo de ensino e aprendizagem.

À luz desses princípios, verifica-se a importância da educação como prática da liberdade, para o enfrentamento e a superação das *estruturas conceituais opressoras* (vide item 3.1) as quais legitimam a *lógica da opressão*.

A vasta produção teórica apresentada no segundo capítulo: de Peter Singer, Tom Regan, Steven Wise e Gary Francione, fornece rico material para se trabalhar a disciplina do Direito Animal. Deve-se, contudo, buscar sempre um enfoque sistêmico do tema, a partir de uma metodologia inter e transdisciplinar.

Abolir-se a exploração animal requer o esforço em se abolir a cultura especista, a começar pela superação da própria linguagem e pelo conteúdo das categorias estigmatizantes em relação aos animais. Nesse aspecto, o abolicionismo animal deve se dar, em primeiro lugar, com a abolição do especismo em cada indivíduo (via educação pautada em uma ecoformação transdisciplinar). Se quisermos uma sociedade mais justa e pacífica, certamente, precisaremos, cada vez mais, pensar e criar empatia para além das fronteiras do humano. Nas palavras do líder pacifista indiano Mahatma Gandhi: *A grandeza de uma nação e seu progresso moral podem ser julgados pelo modo como seus animais são tratados.*

CONCLUSÃO

A partir desta pesquisa, foi possível verificar que, atualmente, vive-se uma crise planetária de intensa gravidade no que tange à degradação da biosfera e à perda global de biodiversidade terrestre. Estudos pioneiros originados no final da década de 1960 e no começo de 1970 já haviam apontado para diversos condicionantes desta crise socioambiental, contudo, atualmente conta-se com um agravante: a entrada na era do Antropoceno, um período em que as atividades humanas passaram a ser a força motriz a atuar sobre as mudanças ambientais globais. Verificou-se que um dos efeitos do Antropoceno consiste no que a comunidade científica denominou de a Sexta Extinção em Massa, fenômeno de dimensões comparáveis às das cinco grandes extinções em massa da história da Terra. De acordo com relatório ambiental divulgado pela Rede WWF, em outubro de 2016, constatou-se que, se as atuais tendências se mantiverem até 2020, o planeta poderá perder dois terços da vida silvestre.

Constatou-se que a principal causa da destruição dos *habitats* e da exploração abusiva dos animais silvestres refere-se à produção de alimentos. O setor agropecuário é responsável por mais de 90% do consumo global de água, e um terço disso, pelo menos, se destina principalmente à irrigação e ao crescimento de cultivos para produzir ração.

Foi possível aferir que, nos últimos anos, a ONU tem divulgado relatórios alertando sobre os impactos ambientais da produção de alimentos. Em relatório de 2010, a ONU foi categórica ao declarar que a redução significativa no impacto ambiental somente seria possível se a dieta global mudasse, tornando-se livre de qualquer produto de origem animal. Em 2013, novo relatório foi divulgado, desta vez, sugerindo que a população adotasse a estratégia de, ao menos, reduzir à metade o consumo de produtos animais. O relatório da ONU divulgado em 2016, por sua vez, recomendou a mudança para uma dieta mais baseada em plantas, a qual levaria ao menor uso de recursos, bem como a dietas mais saudáveis.

Neste último relatório, a ONU destacou a necessidade de os governos mundiais iniciarem reformas fiscais de ordem ambiental visando a desencorajar práticas produtivas não sustentáveis, como a produção de origem animal.

Verificou-se que o modelo de desenvolvimento econômico que predomina atualmente é socialmente excludente e ecologicamente predatório, marcado por um antropocentrismo radical, por um

reducionismo economicista e por uma monetarização das esferas da vida (tudo, ao final, é convertido em moeda e em rentabilidade). Nesse enfoque meramente instrumental, vê-se a necessidade redobrada de se estabelecer estratégias de integração para uma proteção efetiva dos animais e de seus ecossistemas.

A partir da Revolução Industrial e do Iluminismo, verificou-se a difusão da ideia de que somente a união da ciência com a tecnologia (tecnociência) poderia ser a ferramenta capaz de promover o desenvolvimento social. Viu-se que uma das principais características dessa cultura tecnoindustrial consiste no fato de ela ser pautada em uma racionalidade essencialmente instrumental, que *lamina* todas as manifestações de vida destituídas de valor intrínseco (valor por si mesmo). Constatou-se que a *engrenagem* por trás desta *visão industrial do mundo* reside no paradigma cartesiano que propôs uma visão dualista (e também mecanicista), separando sujeito/objeto, criando a ilusão de que se vive separado da natureza, sem vínculos com as demais espécies animais. O racionalismo de Descartes contribuiu, em muito, para a exclusão dos animais da esfera das preocupações morais humanas.

Foi possível constatar que, desde o final dos anos 1960, começou a emergir um novo modo de pensar a crise socioambiental. Ao invés de se conceber tal problemática a partir de uma lista heterogênea de danos pontuais, começou-se a percebê-los como temas interligados e interdependentes. Em outras palavras, passou-se a considerar tais problemas como sendo sistêmicos, tendo a ação humana como seu principal condutor. Viu-se que uma das respostas à crise planetária foi o surgimento do enfoque da *ecologia sistêmica*, o qual vai se espalhar para diversas áreas, inclusive o Direito. Sob essa perspectiva, verificou-se que uma abordagem integrada da ecologia há de considerar, entre outros aspectos, uma subárea denominada ecologia interior – segmento ainda minoritário na comunidade científica –, que possibilitaria novos diálogos de saberes em prol da superação da crise em sua raiz: a crise socioambiental como crise de representação da natureza e de nossa relação com a natureza. A desconstrução crítica do pensamento dualista surgiria, assim, como condição imprescindível para a abolição do paradigma antropocêntrico e especista.

No avançar da pesquisa, adentrou-se no Pensamento Sistêmico (ou Teoria Geral dos Sistemas), e constatou-se que ele surgiu na década de 1920 (popularizando-se no final dos anos 1950), evoluindo para a noção de Pensamento Complexo (ou Teoria da Complexidade), a partir da década de 1960 (popularizando-se nos anos 1980), possibilitando uma nova forma de pensar a *complexidade do real*, rompendo-se os

limites do determinismo e da simplificação. Viu-se da perspectiva sistêmica a necessidade de se aceitar a complexidade das coisas, e que ações então direcionadas visam a dar respostas a um estado de incertezas permanente. A compreensão dos princípios orientadores do pensamento complexo, a partir de uma sistematização feita por Edgar Morin, e a metodologia de integração inter e transdisciplinar têm se mostrado adequados para se pensar e agir frente às realidades complexas.

No segundo capítulo desta pesquisa, verificou-se que destacados pensadores ocidentais, em diferentes períodos, formularam e defenderam as atitudes *especistas* que herdamos. Contudo, viu-se que, ao longo da história, sempre existiram vozes dissonantes a contrastar a visão antropocêntrica hegemônica. No período moderno, verificou-se o incremento dos debates e das publicações argumentado em prol da consideração moral dos animais. Nesse sentido, foi possível encontrar importantes autores: Humphry Primatt (autor da obra *Duty of Mercy*, em 1776), Jeremy Bentham (autor de célebre citação em favor dos animais sencientes, em livro publicado em 1789), Henry Salt (autor da obra *Animal Rights: Considered in Relation to Social Progress*, em 1892), Richard D. Ryder (propositor do neologismo *especismo*, em 1973), Peter Singer (autor da obra *Libertação Animal*, em 1975), Tom Regan (autor da obra *The Case for Animal Rights*, em 1973), entre outros. Viu-se também que os conceitos filosóficos trazidos pelos autores supracitados foram generosamente introduzidos no debate filosófico brasileiro pela filósofa Sônia T. Felipe.

Durante a pesquisa e escrita do segundo capítulo, foi possível sistematizar o estudo do estatuto moral dos animais e do estatuto jurídico dos animais, a partir da compilação das principais ideias de autores considerados referência no estudo da Ética e do Direito Animal. No âmbito do estatuto moral dos animais, viu-se que o filósofo utilitarista Peter Singer estabelece um princípio moral básico que denominará de princípio da igual consideração de interesses, o qual defende que não se restrinja arbitrariamente apenas à espécie humana. Viu-se que o especismo é outro conceito central de sua teoria, e é contra ele que Singer defenderá a aplicação do mencionado princípio, tendo-se a sciência como critério de consideração moral. Em sequência, viu-se que o filósofo deontologista Tom Regan apresenta uma abordagem diferente de Singer, ao defender uma teoria de direitos morais para os animais considerados *sujeitos-de-uma-vida*. Em sua teoria, Regan amplia noções essenciais da filosofia moral kantiana, para abarcar os animais não humanos. Ainda no segundo capítulo, viu-se o estatuto

jurídico dos animais, a partir das ideias de dois juristas também considerados referência. O primeiro deles foi o professor e advogado Steven Wise, o qual entende que os direitos animais devem de ser conquistados de modo gradativo, *um passo de cada vez*. Para Wise, a única forma de abolir o estatuto de escravos ao qual estão confinados os animais é reconhecendo-lhes direitos legais nos mesmos termos e limites em que direitos são reconhecidos a humanos. Segundo Wise, aos animais devem ser reconhecidos especialmente os direitos da *autonomia prática*, por meio de três liberdades físicas bem definidas: a de não serem aprisionados; a de não serem escravizados; e a de não serem assassinados. Gary Francione, por sua vez, defende que o princípio da igual consideração de interesses somente teria aplicação prática acaso se abolisse o *status* de propriedade dos animais, ou seja, se erradicássemos o uso dos animais como coisas, mercadorias ou recursos. Viu-se que Francione é autor do conceito de *esquizofrenia moral*, espécie de dissonância cognitiva que faz com que as pessoas tenham consideração moral por alguns animais e não por outros.

No terceiro capítulo, adentrou-se nas interações entre o Pensamento Sistêmico-Complexo e Direito Animal. A primeira interação apresentada foi a inter-relação entre *especismo* e *violência estrutural*, atuando, um e outro, ao modo de um circuito retroativo que retroalimenta a exploração institucionalizada dos animais. Considerando-se o caráter sistêmico-complexo da crise socioambiental, observou-se que a própria percepção da violência contra animais passou a ser avaliada a partir de uma dimensão complexa, que transcende a mera violência direta (pessoal), assumindo contornos estruturais. Constatou-se que a violência estrutural relaciona-se a um tipo de violência indireta que nem sempre é perceptível (podendo estar manifesta ou latente). Transpondo-se a teoria da violência estrutural para a relação especista dos seres humanos para com os animais, viu-se nesta interconexão um dos pontos nevrálgicos da crise, pois se trata de uma violência difusa que é perpetrada contra animais que foram invisibilizados/silenciados/coisificados. Nesse estado de coisas, não obstante os diversos relatórios alarmantes da ONU, viu-se que se continua a lidar com a crise como se ela representasse uma perturbação intempestiva que não merecesse a devida atenção, relegitimando-se a violência estrutural quando já se teria toda a tecnologia suficiente para reverter a crise socioambiental instalada pela espécie humana.

Dando-se sequência ao estudo, foi possível observar outra interação integrativa, decorrente da formação do Direito Animal a partir da Constituição Federal de 1988. Extraiu-se da previsão constitucional

existência de duas tensões: uma articulação antropocêntrica (presente no artigo 225, *caput*, da CF/88) e uma articulação biocêntrica (presente no artigo 225, § 1º, VII, da CF/88). Analisando-as, detidamente, verificou-se que resolução para tal antagonismo pode se dar por meio do reconhecimento da relação dialógica existente entre estas duas tensões – uma relação de interdependência, significando a existência de opostos que são também complementares.

A fim de se superar o dualismo presente nas duas perspectivas supracitadas (antropocentrismo e biocentrismo), concluiu-se pela necessidade de se pensar um modelo de desenvolvimento pautado em uma perspectiva ecocêntrica, transdisciplinar, que possibilitaria falar-se em uma solidariedade diacrônica com *as futuras gerações de humanos e não humanos*.

Ao final da pesquisa, pode-se constatar que a hipótese inicialmente trazida restou demonstrada, concluindo-se que o Pensamento Sistêmico-Complexo possibilita que se pense em estratégias consistentes ao enfrentamento da crise socioambiental e em estratégias de integração da proteção animal.

A primeira estratégia referiu-se à necessidade de integração dos estatutos jurídicos. Concluiu-se que, além da necessidade de alterar-se o Código Civil para requalificar o *status* jurídico dos animais, viu-se a necessidade de se estabelecer um novo marco legal, ao modo de um Código de Direito Animal, que buscasse aproximar/unificar as categorias jurídicas conferidas aos animais sencientes, sob pena de se operar (ou se continuar operando) uma *incongruência normativa* impeditiva da proteção animal. Verificou-se, todavia, que tal estratégia de codificação dos estatutos jurídicos de proteção animal deve ser precedida de prévio debate visando sempre à conscientização ecológica, sob pena de se operar apenas reformas pontuais. A segunda estratégia verificada referiu-se à necessidade de uma visão não dual em prol da natureza e dos animais. Constatou-se que o enfoque do ecocentrismo, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, configuraria o *terceiro termo incluído*, entre os eixos ecológicos do antropocentrismo e do biocentrismo. Tal perspectiva revelou-se uma *terceira via* frente à *hipertrofia* de duas visões opostas, que tendem a operar sob um enfoque dual (ou seja, não sistêmico). Constatou-se que uma metodologia integrativa de proteção animal deveria partir de uma visão que proteja o todo (o ecossistema), mas que também apresente aberturas (recortes) para a proteção dos indivíduos que compõem o sistema. À luz do pensamento sistêmico-complexo, viu-se que a própria noção de indivíduo poderia ser colocada em questão, na medida em que o

indivíduo também poderia ser considerado um sistema aberto e permeável, imbricado em sistemas maiores (em níveis de complexidade crescente). A terceira estratégia de integração da proteção animal consistiu no uso da *linguagem dos direitos* como via de proteção animal. Em face da controvérsia a respeito da titularidade ou não, de direitos por parte dos animais, verificou-se que a solução pelo reconhecimento da dignidade da vida dos seres sencientes é uma abordagem que facilitaria a proteção dos animais. Ponderou-se que, em face da gravidade da crise socioambiental, e de uma era marcada pelo *fim das certezas* e pela era do Antropoceno, não é possível esperar-se o reconhecimento de direitos subjetivos aos animais, até porque a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, § 1º, VII, da CF/88, já possibilitaria a defesa dos animais enquanto indivíduos (e não apenas do ponto de vista da proteção da fauna). Por fim, como derradeira estratégia de integração da proteção animal, concluiu-se que a educação, em um sentido amplo do termo, é condição prévia e indispensável para se enfrentar a questão envolvendo os animais. Verificou-se a importância da educação como prática da liberdade, para o enfrentamento e superação das *estruturas conceituais opressoras*, mediante a adoção de uma *práxis* vegana de modo a desafiar tais estruturas. O círculo vicioso entre o especismo e a violência estrutural há de ser quebrado a partir de uma pedagogia para uma *cultura da não violência*.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Diana; TURA, Letícia; SCHLESINGER, Sérgio (org). **Cadeia industrial da carne: compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos**. Rio de Janeiro: FASE, 2016, 88 p.
- ALBUQUERQUE, Letícia. **Poluentes orgânicos persistentes: uma análise da convenção de Estocolmo**. Curitiba: Juruá, 2006, 199 p.
- _____.; MORAES; Kamila Guimarães de. **Direitos animais**. In: MORATO LEITE, José Rubens (Org.). *Manual de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 383-412.
- ALEMANHA, **Código Civil** (BGB), 1990. Disponível em: <<https://dejure.org/gesetze/BGB/90a.html>>. Acesso em: 23 dez. 2016.
- ALEMANHA, **Lei Fundamental da República Federal da Alemanha** (*Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland*), 2011. Disponível em: <<https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80208000.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2016.
- Alemanha garante direitos dos animais em sua constituição. **Agência Estado**, São Paulo, 17 maio 2002. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,alemanha-garante-direitos-dos-animais-em-sua-constituicao,20020517p46510>>. Acesso em 16 dez. 2016.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, 416 p.
- Animais deixam de ser coisas em Portugal. **Pessoas-Animais-Natureza (PAN)**, Portugal, 21 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.pan.com.pt/comunicacao/noticias/item/1129-pan-animais-deixam-de-ser-coisas-em-portugal.html>>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 288 p.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. Brasília. **Ata da 1ª Reunião (Instalação) da Subcomissão de Saúde, Seguridade Social e Meio Ambiente**, realizada dia 7 de abril de 1987. 330 p. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/7b%20-%20SUBCOMISS%C3%83O%20DE%20SA%C3%9ADE,%20SEGUR>

IDADE%20E%20MEIO%20AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Crítica ao personalismo ético da Constituição da República e do Código Civil. Em favor de uma ética biocêntrica.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 103, jan./dez. 2008, p. 115-126. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67800>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind** [1972]. New Jersey: Jason Aronson Inc., 1987, 520 p.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad** [1986]. Barcelona: Paidós, 1998, 304 p.

_____. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade** [1986]. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011, 384 p.

_____.; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997, 264 p.

BECKERT, Cristina. **Dicionário de Filosofia moral e política: Direitos dos animais.** Londrina: FCT, 2002. Disponível em: <<http://ifilnova.pt/file/uploads/25c5fae4b67a96497b1478fe1defb3fb.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **Para refletir: a ética e os animais.** In: CASTRO, João Marcos Adede y. **Direito dos animais na legislação brasileira.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2006, p. 213-216.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva; OLIVEIRA, Carla Mariana Aires. **Epistemologia e os animais não humanos: uma virada paradigmática sob a perspectiva da complexidade.** *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 11, n. 21, jan.-abr. 2016, p. 47-81. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/16500>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira.** In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MORATO LEITE, José Rubens (org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2007, p. 90.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações** [1968]. Petrópolis: Vozes, 2006, 360 p.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica brasileira, 1988. Gênesis 2: 26, 2: 27.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos** [1992]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, 212 p.

BOHM, David. **Diálogo: comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005, 179 p.. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/20876648/2033519037/name/Dialogo_Bohm.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BARATTA, Alessandro. **Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal**. *Fascículos de Ciências Penais*, v. 6, n. 2, abr.-jun., 1993, p. 44-61.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação** [1789]. São Paulo: Abril Cultural, 1974, 74 p.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade** [1993]. Rio de Janeiro: Record, 2008, 235 p.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 3 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 5.197, de 3 de janeiro de 1967**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 6.638, de 8 de maio de 1979**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10 mai. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6638.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 7.173, de 14 de dezembro de 1983.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 dez. 1983. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7173.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 7.643, de 18 de dezembro de 1987.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 21 dez. 1987. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7643.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1988.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 nov. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7679.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Decreto n. 97.633, de 10 de abril de 1989.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 abr. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97633.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 19 jun. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 11.794, de 8 de outubro de 2008.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 8 out. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3.676/2012.** Institui o Estatuto dos Animais. Autor: Deputado Eliseu Padilha. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541122>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Projeto de Lei n. 6.799/2013.** Acrescenta parágrafo único ao art. 82 do Código Civil para dispor sobre a natureza jurídica dos animais domésticos e silvestres, e dá outras providências. Autor: Deputado Ricardo Izar. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=601739>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Lei n. 13.052, de 8 de dezembro de 2014.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 dez. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13052.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 351 de 2015.** Acrescenta parágrafo único ao art. 82, e inciso IV ao art. 83 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para que determinar que os animais não serão considerados coisas. Autor: Senador Antônio Anastasia. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121697>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Projeto de Lei do Senado n. 650 de 2015.** Dispõe sobre a proteção e defesa do bem-estar dos animais e cria o Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais (SINAPRA); o Conselho Nacional de Proteção e Defesa do Bem-Estar dos Animais (CONAPRA); altera a redação do art. 2º da Lei n. 7.173, de 14 de dezembro de 1983; altera a redação do art. 32 da Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; acrescenta o § 4º ao art. 1º da Lei n. 11.794, de 8 de outubro de 2008, e revoga a Lei n. 10.519, de 17 de junho de 2002. Autora: Senadora Gleisi Hoffmann. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123360>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Lei n. 13.364, de 29 de novembro de 2016.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 30 nov. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13364.htm>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão no Recurso Extraordinário n.153.531/SC.** Relator: REZEK, Francisco, Relator para Acórdão: MELO, Marco Aurélio. Publicado no DJ de 13.3.1998 p. 13. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 2.514/SC.** Relator: GRAU, Eros. Publicado no DJ de 9.12.2005. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=266833>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 1.856/RJ.** Relator: MELLO, Celso de. Publicado no DJ de 13.10.2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628634>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

_____. **Acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.983/CE.** Relator: MELO, Marco Aurélio. Publicado no DJ de 17.10.2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4425243>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRÜGGER, Paula. **Amigo animal: reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, 159 p.

_____. **Educação ou adestramento ambiental?** 3. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, 200 p.

_____.; MARINOVA, Dora; RAPHAELY, Talia. **Meat production and consumption: an ethical educational approach.** In: MARINOVA, Dora; RAPHAELY, Talia. Meat production and consumption: an ethical educational approach. Austrália: IGI Global, 2016, p. 295-311.

CAMBRIDGE. Francis Crick Memorial Conference. **The Cambridge Declaration on Consciousness**, 7 de julho de 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional**. 7. ed. Coimbra: Coimbra, 2003, 1522 p.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova concepção científica dos seres vivos**. 7. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002, 256 p.

_____.; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014, 615 p.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa** [1962]. São Paulo: Gaia, 2010, 327 p.

CARVALHO, Gabriela Franziska Schoch Santos; SOUZA, Rafael Speck de. **A proteção jurídica dos animais no Brasil e na Suíça: aspectos legais comparados**. Biodireito e direito dos animais. Florianópolis, CONPEDI, 2016, p. 193-213. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/tvu736t8/54e3mresO3aaYZ9s.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

CASTRO, Ilda Teresa de. **Eu Animal: argumentos para um novo paradigma**. Portugal: Zéfiro, 2015, 579 p.

CASTRO, João Marcos Adede Y. **Direito dos animais na legislação brasileira**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006, 216 p.

CHALFUN, Mery. **Paradigmas filosóficos-ambientais e o direito dos animais**. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 5, n. 6, jan.-jun. 2010, p. 209-246. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11078/8154>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

CUPANI, Alberto Oscar. **Filosofia da ciência**. Florianópolis: FILOSOFIA/EAD/UFSC, 2009, p. 206 p.

CRUTZEN, Paul J. **Geology of mankind**. *Nature*, v. 415, p. 23, 2 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v415/n6867/full/415023a.html>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

CRUZ, Edmundo. **Sentença do Habeas Corpus impetrado em favor da chimpanzé Suíça**. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, jun.-dez, 2006, p. 281-285. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10259/7315>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Ética ecológica: uma proposta transdisciplinar**. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés (org.). *Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999, p. 639-654.

DANSEREAU, Pierre. **Impacto ecológico e ecologia humana**. In: VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés (org.). *Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau*. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999, p. 125-186.

Demitarian. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre: **Wikimedia Foundation**, 2016. Disponível em: <<https://en.wikipedia.org/wiki/Demitarian>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

DESCARTES, René. **Discurso do método** [1637]. Porto Alegre: L&PM, 2006, 128 p.

DENIS, Leon. **Ética animal**. *Revista Filosofia*, São Paulo: Escala Educacional, n. 32, p. 18-23.

DIAS, Edna Cardozo. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, 421 p.

_____. **A defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção animal no Brasil**. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 2, n. 2, 2007, p. 149-168. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10297/7357>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

DUARTE, Maria Luísa; GOMES, Carla Amado (org.). **Animais: deveres e direitos**. Lisboa: ICJP, 2015, 171 p. Disponível em: <http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_animais_deveres_direitos_2015.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2016.

DUTRA, Delamar José Volpato. **Manual de Filosofia do Direito**. Caxias do Sul: Educs, 2008, 182 p.

ECKERSLEY, Robyn. **Environmentalism and political theory: toward na ecocentric approach**. New York: SUNY Press, 1992, 274 p.

EHRlich, Paul R.; EHRlich, Anne H. **La explosión demográfica**. Barcelona: Salvat, 1993, 334 p.

ENZENBERGER, Hans Magnus. **Para uma crítica de la ecologia política**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1973, 116 p.

FAUTH, Juliana de Andrade. **A natureza jurídica dos animais: rompendo com a tradição antropocêntrica**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 143, dez 2015. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16684>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos Feijó. **A dignidade e o animal não-humano**. In: MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago (Org.). *A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 127-143.

_____. **Utilização de animais na investigação e docência: uma reflexão ética necessária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, 145 p.

FELIPE, Sônia T. **Abolicionismo e direitos animais, um tributo a Tom Regan**. Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA), 2016. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/26/01/2016/abolicionismo-direitos-animais-tributo-tom-regan/print/>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

_____. **Acertos abolicionistas: a vez dos animais**. São José: Ecoanima. 2014, 302 p.

_____. **Direitos Animais. O recurso à analogia e a exigência do princípio da coerência na ética de Tom Regan**. Sítio Veg, 2004. Disponível em:

<http://www.vegetarianismo.com.br/sitio/index.php?option=com_content&task=view&id=346&Itemid=40>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. **Ética e experimentação animal**. 2. ed. rev. Florianópolis: EdUFSC, 2014, 317 p.

_____. **Fundamentação ética dos direitos animais**. *Revista Pensata Animal*, n. 11, maio de 2008. Disponível em: <<http://olharanimal.org/fundamentacao-etica-dos-direitos-animais/>>. Acesso em 15 maio 2016.

_____. **Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt**. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1,

2006. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10249/7306>>. Acesso em: 15 maio 2016.

_____. **Somatofobia: violência contra animais humanos e não humanos: as vozes dissidentes na ética antiga (parte I).** *Olhar Animal*, 1º set. 2013. Disponível em:

<<http://olharanimal.org/somatofobia-violencia-contra-animais-humanos-e-nao-humanos-as-vozes-dissidentes-na-etica-antiga-parte-i/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FILHO, Diomar Ackel. **Direito dos animais**. São Paulo: Themis, 2001, 289 p.

FIGUEIRA, Elder; VALE, Roseilza. **Resenha: DANSEREAU, Pierre. A Terra dos homens e a paisagem interior.** Belém, NAEA/UFPA, 1999. *Novos Cadernos NAEA*, v. 2, n. 2, dezembro de 1999. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/119/172>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FOLLONI, André. **Introdução à teoria da complexidade**. Curitiba: Juruá, 2016, 138 p.

_____. **O que é reducionismo?** *Direito e complexidade*, 2015.

Disponível em: <<https://complexidade.net/2015/01/08/o-que-e-reducionismo/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

FONTAN, Jean-Marc; VIEIRA, Paulo Freire. **Por um enfoque sistêmico ecológico e “territorializado”**. In: TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (org.). *O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses*. Florianópolis: APED: Secco, 2011, p. 19-80.

FRANÇA, **Código Civil** (*Code Civil*), 2016. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT00006070721>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

FRANCIONE, Gary L. **Abolicionismo animal: em defesa dos seres sencientes**, 6 de maio de 2015. Disponível em:

<<https://abolicionismoanimal.wordpress.com/2015/05/06/gary-l-francione/>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

_____. **Animals as Persons: essays on the abolition of animal exploitation**. New York: Columbia University Press, 2008, 235 p.

_____. **Animals, Property and the Law**. Philadelphia: Temple University Press, 1995, 349 p.

_____. **Introdução aos direitos animais: seu filho ou o cachorro?** Campinas: Unicamp, 2013, 311 p.

_____.; GARNER, Robert. **The Animal Rights Debate: Abolition or Regulation?** New York: Columbia University Press, 2010, 273 p.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012, 347 p.

FÜRSTENAU-TOGASHI, Henrique; SOUZA-HACON, Vanessa. **A evolução do debate socioambiental no Brasil: Legislação, etnoconservação e racionalidade ambiental**. *Economía, sociedad y territorio*, v. 12, n. 39, maio/agosto de 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212012000200005>. Acesso em: 16 dez. 2016.

GALTUNG, Johan. **Direitos humanos: uma nova perspectiva**. Lisboa: Piaget, 1994, 252 p.

_____. **Violence, Peace and Peace Research**. Oslo: International Peace Research Institute, 1969, 25 p. Disponível em: <<http://academic.regis.edu/bplumley/Galtung1969JPRViolencePeacePeaceResearch.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

GARCIA, Rolando. **Interdisciplinarietà y sistemas complejos**. In: LEFF, Enrique (org.). *Ciencias sociales y formación ambiental*. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 85-124. Disponível em: <<http://www.pensamientocomplejo.com.ar/docs/files/Garcia,%20Rolando%20-%20Interdisciplinarietà%20y%20Sistemas%20Complejos.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, 600 p.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**. Salvador: Evolução, 2008. 184 p.

_____. **Direito ambiental pós-moderno**. Curitiba: Juruá, 2011. 198 p.

GREIF, Sérgio. TRÉZ, Thales. **A verdadeira face da experimentação animal**. Rio de Janeiro: Fala Bicho, 2000, 200 p.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias** [1989]. São Paulo: Papirus, 2003, 56 p.

HAECKEL, Ernesto. **História da criação natural ou doutrina científica da evolução** [1868]. Porto: Lello & Irmão Editores, 1961, 588 p.

_____. **Generelle morphologie der Organismen**. Berlin: Druck Und Verlag Von Georg Reimer, 1866, 574 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Generelle_Morphologie_der_Organismen.html?id=-pk5AAAACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 5 nov. 2016.

HAMILTON, Clive. **Define the Anthropocene in terms of the whole Earth**. *Nature*, v. 536, p. 251, 18 ago. 2016. Disponível em: <http://www.nature.com/polopoly_fs/1.20427!/menu/main/topColumns/topLeftColumn/pdf/536251a.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

HARAWAY, Donna. **Antropoceno, capitaloceno, plantacioceno, chthuluceno: gerando relaciones de parentesco**. *Revista Latinoamericana de Estudios Críticos Animales*, ano 3, v. 1., jun. 2016. Disponível em: <<http://revistaleca.org/journal/index.php/RLECA/issue/view/6/showToc>>. Acesso em: 14 dez.

HEINRICH BÖLL FOUNDATION. **Atlas da Carne: fatos e números sobre os animais que comemos**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015, 68 p. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_da_carne_web_versao_final_29.08.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009, 1986 p.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil** [1651]. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007, 519 p.

Indicadores IBGE: abate de animais, produção de leite, couro e ovos. Rio de Janeiro: IBGE, setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/default.shtm#animal>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

JAMIESON, Dale. **Ética & meio ambiente: uma introdução**. São Paulo: SENAC, 2008, 344 p.

Justiça dos EUA reconhece *status* de pessoa a chimpanzés por um dia. **Conjur**, 25 de abril de 2015. Disponível em:

<<http://www.conjur.com.br/2015-abr-25/justica-eua-reconhece-status-pessoa-chimpanzes-dia>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura e outros textos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, 397 p.

KAZ, Roberto. **Chimpanzés sequestrados: direitos iguais para os bichos**. Piauí, n. 109, outubro de 2015. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/chimpanzes-sequestrados/>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção em massa: uma história não natural**. 1. ed. digital. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015, 284 p.

KOSLOWSKY, Adilson. **É o conceito de tecnociência confuso?** *Philosophos*, v. 20, n. 1, p. 11-36, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/36115/18928>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas** [1962]. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003, 257 p.

KUHNEN, Tânia A. **É possível ir além dos animais sencientes na definição dos limites da comunidade moral? Argumentos ecocêntricos e a resposta biocêntrica na bioética ambiental**. In: ROUANET, Luiz Paulo; CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org). *Ética e direitos dos animais*. Florianópolis: EdUFSC, 2016, p. 181-220.

LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia: coleção primeiros passos**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, 108 p.

LAMY, Michel. **As camadas ecológicas do homem**. Lisboa: Piaget, 1996, 305 p.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis: Vozes, 2016, 510 p.

_____. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, 439 p.

_____. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006, 240 p.

LEITÃO, Geuza. **A voz dos sem voz: direitos dos animais**. Fortaleza: INESP, 2002, 317 p.

LEOPOLD, Aldo. **Pensar como uma montanha** [1949]. Portugal: Sempre-em-pé, 2008, 216 p.

LEVAI, Laerte Fernando. **A luta pelos direitos animais no Brasil: passos para o futuro**. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 7, n. 10, jan.-jun, 2012, p. 175-187. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8402>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

_____. **Crueldade consentida: a violência humana contra os animais e o papel do Ministério Público no combate à tortura institucionalizada**. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 1, n. 1, jun.-dez, 2006, p. 171-190. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/viewFile/10246/7303>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

_____. **Direito dos animais: o direito deles e o nosso direito sobre eles**. São Paulo: Mantiqueira, 1998, 120 p.

_____. **Proteção jurídica da fauna**. In: Manual Prático da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, v. 1, p. 583-629, 2005. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7203422-ProtECAo-juridica-da-fauna.html>>. Acesso em: 9 maio 2016.

LEVAI, Tamara Bauab. **Vítimas da ciência: limites éticos da experimentação animal**. 2. ed. São Paulo: Mantiqueira, 2001, 79 p.

LOPES, Reinaldo José. Cientistas querem criar oficialmente a era geológica do homem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1811580-cientistas-querem-criar-oficialmente-a-era-geologica-do-homem.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direitos dos animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2008. 566 p.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 414 p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 21. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013, 1311 p.

MARIOTTI, Humberto. **Os operadores cognitivos do pensamento complexo**. In: MARIOTTI Humberto. *Pensamento complexo: suas*

aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <http://www.humbertomariotti.com.br/imagens/trabalhosfoto/402007_o_peradores.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana** [1984]. São Paulo: Palas Athena, 2001, 288 p.

MAX-NEEF, Manfred. **Fundamentos de la transdisciplinaridad**, 2004, 22 p. Disponível em: <<http://ecosad.org/phocadownloadpap/otrospublicaciones/max-neef-fundamentos-transdisciplinaridad.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. **Limites do crescimento** [1972]. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, 200 p.

_____. **Limites do crescimento: a atualização de 30 anos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007, 335 p.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura de. **Direito dos animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, 522 p.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Letícia. **Constituição e animais não-humanos: um impacto no Direito contemporâneo**. In: Direito Ambiental II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenação: Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Celso Antônio Pacheco Fiorillo, Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida. Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 134-158. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1845faa2957cb42b>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

____.; _____. **Lei Arouca: legítima proteção ou falácia que legitima a exploração?** In: Direito Ambiental II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFSC; Coordenação: Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, Rosângela Lunardelli Cavallazzi. Florianópolis: FUNJAB, 2014, p. 310-339. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e5a419ed77a4e034>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

MEZZABORA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2005, 329 p.

MÉXICO. **Constitución Política de la Ciudad de México**, 2017.

Disponível em:

<<http://www.derechoanimal.info/bbdd/Documentos/2215.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2017.

MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. **Personalidade jurídica dos grandes primatas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2012, 434 p.

MIRANDOLA, Giovanni Pico Della. **Discurso sobre a dignidade do homem** [1486]. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2010, 117 p.

MÓL, Samylla; VENANCIO, Renato. **A proteção jurídica aos animais no Brasil: uma breve história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, 142 p.

MOLINARO, Carlos Alberto; MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 542 p.

MORATO LEITE, José Rubens; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito ambiental na sociedade de risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, 368 p.

_____. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015, 776 p.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita** [1999]. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003b, 128 p.

_____. **A necessidade de um pensamento complexo**. In: MENDES, Candido (org.). Representação e complexidade: Garamond, 2003, p. 69-77.

_____. **Ciência com consciência** [1982]. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 350 p.

_____. **Introdução ao pensamento complexo** [1990]. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, 120 p.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento** [1986]. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015, 286 p.

_____. **O método 4: as ideias** [1991]. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015b, 320 p.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro** [2000]. 11. ed. São Paulo: UNESCO/Cortez, 2006, 118 p.

_____.; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-pátria** [1993]. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, 181 p.

Mudança no Código Civil francês considera animais “seres sensíveis”.

RFI em Português, França, 16 abril 2014. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/franca/20140416-mudanca-no-codigo-civil-frances-considera-animais-seres-sensiveis>>. Acesso em 16 dez. 2016.

MULGAN, Tim. **Utilitarismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, 272 p.

NACONECY, Carlos. **Ética & Animais: um guia de argumentação filosófica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, 228 P.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999, 167 p.

NOGUEIRA, Vânia Márcia Damasceno. **Direitos fundamentais dos animais: a construção jurídica de uma titularidade para além dos seres humanos**. Belo Horizonte: Arraes, 2012, 404 p.

NUSSBAUM, Martha C. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, 522 p.

NOSSO FUTURO COMUM/Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [Relatório Brundtland, 1987]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

OGIBOSKI, Vitor. **Reflexões sobre a tecnociência: uma análise crítica da sociedade tecnologicamente potencializada**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Coordenação de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1093/4589.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa Souza de. **Direitos da natureza e direitos dos animais: um enquadramento**. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro (RIDB)*, v. 2, n. 3, 2013, p. 11325-11370. Disponível em:

<http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/10/2013_10_11325_11370.pdf>. Acesso em 5 out. 2015.

OST, François. **A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do Direito**. Lisboa: Piaget, 1995, 399 p.

PADILHA, Norma Sueli. **O compromisso constitucional brasileiro com a sustentabilidade ambiental**. Direito e Sustentabilidade I. Florianópolis, CONPEDI, 2014, p. 11-28. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=152c97a9bb6f2aba>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

PAIXÃO, Rita Leal. SCHRAMM, Fermin Roland. **Experimentação animal: razões e emoções para uma ética**. Niterói: EdUFF, 2008, 206 p.

PARDO, José Esteve. **O desconcerto do Leviatã: política e Direito perante as incertezas da ciência**. São Paulo: O Direito por um Planeta Verde, 2015, 240 p.

PAZZINI, Bianca. **Direitos Animais e Literatura: leituras para a desconstrução do especismo**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Coordenação de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande (RS), 2016. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011231.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

PINEAU, Gaston. **Emergência de um paradigma antropofomador de pesquisa-ação-formação transdisciplinar**. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 3, set.-dez. 2005, p. 102-110. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n3/06.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2016.

_____. **Estratégia universitária para a transdisciplinaridade e a complexidade**. *Revista Rizoma Freireano*, v. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.rizoma-freireano.org/index.php/estrategia-universitaria-para-a-transdisciplinaridade-e-a-complexidade--gaston-pineau>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 461 p.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006, 148 p.

População mundial chegará aos 10 bilhões em 2050, segundo estudo. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/09/08/interna_mundo,497807/populacao-mundial-chegara-aos-10-bilhoes-em-2050-segundo-estudo.shtml>. Acesso em 12 nov. 2016).

População mundial vai crescer 53% e chegar a 11,2 bilhões em 2100, diz relatório da ONU. **O Globo**, Rio de Janeiro: 29 julho 2015.

Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/populacao-mundial-vai-crescer-53-chegar-112-bilhoes-em-2100-diz-relatorio-da-onu-17003177>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

PRIEUR, Michel; SILVA, José Antônio Tietzmann (org.).

Instrumentos jurídicos para a implantação do desenvolvimento sustentável. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, 628 p. Disponível em:

<<http://www.pucgoias.edu.br/ucg/editora/site/pdf/gratis/RioMais20.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, 199 p.

PULZ, Renato Silvano. **Ética e bem-estar animal**. Canoas: Ed. ULBRA, 2013, 168 p.

RACHELS, James; RACHELS, Stuart. **Os elementos da filosofia moral**. Tradução e revisão técnica: Delamar José Volpato Dutra. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013, 208 p.

REGAN, Tom. **A Causa dos Direitos dos Animal**. Revista Brasileira de Direito Animal, Salvador, v. 8, n. 12, p. 17-38, jan.-abr. 2013.

Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8385>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

_____.; SINGER, Peter (org). **Animal Rights and Human Obligations**. 2. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1989, 278 p.

_____. **Jaulas vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre: Lugano. 2006, 266 p.

_____. **The case for Animal Rights**. Berkeley: University of California Press, 1983, 425 p.

Relatório Amigos da Terra: um terço da carne que chega à mesa do brasileiro não passa por inspeção. **BeefPoint**, 11 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/giro-do-boi/relatorio-amigos-da-terra-um-terco-da-carne-que-chega-a-mesa-do-brasileiro-nao-passa-por-inspecao/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar: princípios para a ação** [1998]. v. 1., 4. ed. rev. e ampl., Brasília: Universa, 2009, 277 p.

RICARD, Mathieu Ricard. **En defensa de los animales**. Barcelona: Kairós, 2015, 414 p.

RODRIGUES, Danielle Tetü. **O direito & os animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012, 246 p.

RODRIGUES, Rodrigo Reis. **Eco: processos composicionais e autopoieticos**. 117 f. TCC (Bacharel em Composição) – Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo (SP), 2016.

ROLLIN, Bernard E. **A ética do controle da dor em animais de companhia**. In: HELLBREKERS, Ludo J. Dor em animais. São Paulo: Manole, 2002, p. 17-36

ROSENDO, Daniela. **Sensível ao cuidado: uma perspectiva ética ecofeminista**. Curitiba: Prismas, 2015, 202 p.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986, 207 p.

SACCONI, Luiz Antonio. **Grande dicionário Sacconi: da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico**. São Paulo: Nova Geração, 2010, 2087 p.

SALT, Henry S. **Los derechos de los animales** [1892]. Madrid: Los Libros de la Catarata, 1999, 145 p.

SANTA SÉ. **Carta Encíclica *Laudato Si***, do Santo Padre Francisco, sobre o cuidado da casa comum. 2015, 190 p. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

SANTOS, Anabela. **Nocella II, A. J.; Sorenson, J.; Socha, K. e Matsuoka, A. (Eds.) (2014). Defining critical animal studies: An**

intersectional social justice approach for liberation. Nova Iorque: Peter Lang. Revista Lusófona de Estudos Culturais, v. 3, n. 2, p. 415-418, dez. 2015/jun. 2016. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/227/150>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SANTOS, Cleopas Isaías. **Experimentação animal e direito penal: o crime de crueldade e maus-tratos à luz da teoria do bem jurídico**. Curitiba: Juruá, 2015, 176 p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, 458 p.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 9. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, 141 p.

SCHUCK, Cynhia; RIBEIRO, Raquel. **Comendo o Planeta: impactos ambientais da criação e consumo de animais**. São Paulo: Sociedade Vegetariana Brasileira, 2015, 64 p. Disponível em: <https://www.svb.org.br/livros/comendo_o_planeta.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SERAFINI, Leonardo Zagonel. Parecer jurídico no tocante ao Decreto 24.645/1934. Natureza Jurídica. Lei Ordinária. Recepção pela Constituição Federal de 1988. Vigência da norma. 18 de fevereiro de 2015. **Movimento SOS Bicho de Proteção Animal**. Disponível em: <<http://movimentososbicho.blogspot.com.br/2015/02/parecer-juridico-ementa-decreto.html>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

SILVA, Chiara Michelle Ramos Moura da. **Animal como sujeito de direito: uma proposta com base na teoria dos sistemas de Luhmann**. Conteúdo Jurídico, Brasília, 27 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.48802&seo=1>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SILVA, Cyntia Simões. **O contributo do feminismo pós-colonial na construção de uma crítica à paz liberal: o caso Kosovo**. 2015b, 117 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29963/1/Cyntia%20Silva_O%20contributo%20do%20feminismo%20p%C3%B3scolonial.pdf>. Acesso em 16 maio 2016.

SILVA, Maria Alice da; KUHNEN, Tânia Aparecida. **Direitos e cuidado para a proteção da autonomia prática de animais não**

humanos. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v. 12, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 42-64. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2015v12n1p42>>. Acesso em 14 dez. 2016.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Animais em Juízo.** 152 f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10744/1/Tagore.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **Direito Animal e ensino jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista.** 180 f. Tese (Doutorado em Direito Público) – Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal da Bahia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15284>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **Princípios de proteção animal na Constituição de 1988.** *Revista de Direito Brasileira (RDB)*, v. 11, n. 5, mai./ago. 2015a. Disponível em: <<http://www.rdb.org.br/ojs/index.php/rdb/article/view/267/212>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SILVEIRA, Paula Galbiatti. **A adoção da melhor tecnologia disponível no licenciamento ambiental brasileiro na perspectiva do estado ambiental.** 270 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PDPC1226-D.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SIQUEIRA, Rachel. **Henry Salt.** *Revista Vegetarianos*, v. 5, n. 60, outubro de 2011, p. 50-51.

SINGER, Peter. **Ética prática** [1979]. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, 399 p.

_____. **Libertação animal: o clássico definitivo sobre o movimento pelos direitos dos animais** [1975]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, 461 p.

SOMMERMAN, Américo. **A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como novas formas de conhecimento para a articulação de saberes no contexto da ciência e do conhecimento em**

geral: contribuição para os campos da educação, da saúde e do meio ambiente. 853 f. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da Universidade Federal da Bahia, 2012. Disponível em: <<http://cetrans.com.br/wp-content/uploads/2012/11/UFBA-DOUTORADO-AM%C3%89RICO-SOMMERMAN-TEXTO-COMPLETO-PARA-A-DEFESA-DA-TESE-Vol.-I.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

SOFFIATI NETO, Aristides Arthur. **Humanismo e Biocentrismo.** In: UNGER, Nancy Mangabeira (org.). *Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico.* São Paulo: Loyola, 1992, p. 25-26.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 415 p. 1 v.

SOUZA, Rafael Speck de; ALBUQUERQUE, Letícia. **Direitos Animais e o caso *foie gras* no âmbito do município de São Paulo: análise de julgado do TJSP.** In: BENJAMIN, Antônio Herman; MORATO LEITE, José Rubens (org.). *Anais do 21º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 11º Congresso de Direito Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola e 11º Congresso de Estudantes de Direito Ambiental.* São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2016, v. 2, p. 906-918. Disponível em: <http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20161118140350_2664.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____.; _____. **Sobre o olhar antropocêntrico: o ser humano e o jardim zoológico.** *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v. 12, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 117-129. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n1p117/29655>>. Acesso em 14 dez. 2016.

_____. **As objeções de François Ost à teoria dos Direitos Animais de Tom Regan: uma trilha exploratória por possíveis respostas.** In: ALBUQUERQUE, Letícia; MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura de (org.). *Anais do I Congresso Internacional Interdisciplinar de Direitos Animais: A questão da experimentação e II Encontro Catarinense de Direitos Animais.* Florianópolis (no prelo).

_____. **A morte de Arturo, o “animal mais triste do mundo” reacende o debate sobre os jardins zoológicos.** *Animalia Vegetalia*

Mineralia, Ano 3, n. 8, 2016. Disponível em:

<<https://animaliavegetaliامينeralia.org/2016/12/05/ano-iii-year-iii-numero-vii-number-vii-primavera-2016-spring-2016/>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

_____. **Consumo sustentável de água: a recomendação da ONU para uma dieta vegetariana.** In: BENJAMIN, Antônio Herman; MORATO LEITE, José Rubens (org.). Anais do 20º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental, 10º Congresso de Direito Ambiental dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola e 10º Congresso de Estudantes de Direito Ambiental. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2015, v. 2, p. 1053-1062. Disponível em:

<http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20150602201330_8751.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. **Ética Animal: assunto do momento.** Notisul, Tubarão, p. 11, 4 de outubro de 2014. Disponível em:

<<http://www.anda.jor.br/10/10/2014/etica-animal-assunto-momento>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. **Experimentação animal na sociedade de risco e a violação do princípio da igual consideração de interesses.** Biodireito e direito dos animais. Florianópolis, CONPEDI, 2015, p. 516-534. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/nmt6dg26/PD6OdID2T7BU7P45.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. **Por uma soberania dos animais selvagens.** *Revista Brasileira de Direito Animal*, v. 10, n. 19, 2015, p. 67-85. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/14381/9895>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis.** In: CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, 1994, p. 104-128. Disponível em:

<http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_nat ureza.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

STORCK, Ana Paula; ARRUDA, Carolina; JACOMEL, Fabiana et. al.

Da Egoformação à Ecoformação: uma experiência coletiva de pesquisa-ação-formação em Educação para o Ecodesenvolvimento, 2015. Disponível em: <www.ciem.ucr.ac.cr>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SUIÇA. **Constituição Federal da Suíça**, 1999. Disponível em: <http://www.tierimrecht.org/de/lexikon-tierschutzrecht/Kantonales_Tierschutzrecht.html>. Acesso em: 23 dez. 2016.

_____. **Código Civil**, 2003. Disponível em: <<http://www.droit-bilingue.ch/rs/lex/1907/00/19070042-a641a-de-fr.html>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

TALBOT, Michael. **O universo holográfico: uma perturbadora concepção da realidade como um holograma gigante gerado pela mente**. São Paulo: Best Seller, 1991, 390 p.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil seguido de Walden** [1849 e 1854]. Porto Alegre: L&PM, 2016, 360 p.

TREMBLAY, Gaëtan; VIEIRA, Paulo Freire (org.). **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APED: Secco, 2011, p. 286.

TRÉZ, Thales (Org.). **Instrumento animal: o uso prejudicial de animais no ensino superior**. Bauru: Canal 6, 2008, 214 p.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME [UNEP, 2010]. **Assessing the Environmental Impacts of Consumption and Production: Priority Products and Materials**, 2010. New York: United Nations. Disponível em: <http://www.unep.org/resourcepanel/Portals/24102/PDFs/PriorityProductsAndMaterials_Report.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME [UNEP, 2016]. **Food Systems and Natural Resources**, 2016. New York: United Nations. Disponível em: <<http://www.unep.org/resourcepanel/KnowledgeResources/AssessmentAreasReports/Food>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME [UNEP, 2013]. **Our Nutrient World**, 2013. New York: United Nations. Disponível em: <<http://initrogen.org/sites/default/files/documents/files/ONW.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION [2015]. **World Population Prospects: the 2015 revision, key findings and advance tables**. New York: United Nations. Disponível em:

<https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, 171 p.

VIEIRA, Paulo Freire; RIBEIRO, Maurício Andrés (org.). **Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999, 704 p.

_____.; _____. **Ecologizar a noosfera!** Florianópolis, 2015, 26 p. (no prelo).

VIEIRA, Paulo Freire. **Ecodesenvolvimento: reflexões sobre novas formas de resistência no Antropoceno**. 2015, 47 p. (no prelo).

_____. **Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial**. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, v. 10, n. 2, jan.-jun. 2013, p. 119-141. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/1807-1384.2013v10n2p119/25918>>. Acesso em 9 jan. 2017.

_____. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. In: VIOLA, Eduardo José (org). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em:

<http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4087_VIEIRA_PF_Meio_Ambiente_Desenvolvimento_e_Planejamento.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. **Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável**. *Revista Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, 2009, p. 27-78. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p27>>. Acesso em: 7 out. 2016.

Vitória parcial: chimpanzés ganham a liberdade! **Projeto GAP**, 5 de agosto de 2015. Disponível em:

<<http://www.projeto-gap.org.br/noticia/vitoria-parcial-chimpanzes-ganham-a-liberdade/>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

WISE, Steven M. **Drawing the line**. Cambridge, Massachusetts: Perseus Books, 2000, 362 p.

_____. **Rattling the cage**. Cambridge, Massachusetts: Perseus Books, 2002, 321 p.

WATERS, Colin N.; ZALASIEWICZ, Jan.; SUMMERHAYES, Colin. **The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene.** *Science*, v. 351, n. 6269, p. aad2622-1 a aad2622-10, 8 jan. 2016. Disponível em: <https://geologie.univie.ac.at/fileadmin/user_upload/dep_geodyn_sedim/Wagreich/Waters.etal.aad2622full.2016.Science_corr.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

WINCKLER, Marly. **Fundamentos do Vegetarianismo.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 2004, 188 p.

WWF – World Wide For Nature (anteriormente, Word Wildlife Fund). **Relatório Planeta Vivo 2014.** Suíça: WWF. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/sumario_executivo_planeta_vivo_2014.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. **Relatório Planeta Vivo 2016.** Suíça: WWF. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/lpr_2016_portugues_v4_otimizado.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

ZOLNERKEVIC, Igor. **A era humana.** Revista Pesquisa FAPESP, n. 243, maio de 2016, p. 52-55. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2016/05/052_antropoceno.pdf?619899>. Acesso em: 29 nov. 2016.